

Utilidade e Natureza:

Reflexões acerca das representações e práticas ecológico-ambientais em Angra dos Reis - RJ

Aline Trigueiro

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA – do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas (Sociologia).

Orientador: Prof. Doutor Gian Mario Giuliani

Rio de Janeiro

Junho
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Utilidade e Natureza:

Reflexões acerca das representações e práticas ecológico-ambientais
em Angra dos Reis - RJ

Aline Trigueiro

Orientador: Prof. Dr. Gian Mario Giuliani

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas (Sociologia).

Aprovada por:

Presidente - Prof. Dr. Gian Mario Giuliani (PPGSA/UFRJ)

Prof^a. Dra. Neide Esterci (PPGSA/UFRJ)

Prof. Dr. Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ)

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes (PPGAS/UFRJ)

Prof^a. Dra. Selene Herculano (PPGCP/UFF)

Suplentes:

Prof^a. Dra. Paola Cappellin (PPGSA/UFRJ)

Prof^a. Dra. Fátima Portilho (CPDA/UFRRJ)

Rio de Janeiro
Junho
2007

Trigueiro, Aline.

Utilidade e Natureza: reflexões acerca das representações e práticas ecológico-ambientais em Angra dos Reis-RJ/ Aline Trigueiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2007.

217f.: il; 31 cm.

Orientador: Gian Mario Giuliani

Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2007.

Referências Bibliográficas: f. 208-217.

1. Utilidade e Meio Ambiente. 2. Ecologia e Modernidade 3. Formas de valoração da natureza. 4. Angra do Reis. I. Giuliani, Gian Mario. II Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. III. Título.

Para Marcos...
Adorável companheiro.

À memória de minha avó Júlia.

Eu não tenho filosofia: tenho sentidos...
Se falo na Natureza não é porque saiba o que ela é,
Mas porque a amo, e amo-a por isso,
Porque quem ama nunca sabe o que ama
Nem sabe por que ama, nem o que é amar...

Fernando Pessoa - Alberto Caeiro

A natureza é aquilo que observamos pela percepção
obtida através dos sentidos.

Alfred North Whitehead

Agradecimentos

A minha gratidão sincera ao Prof. Gian Mario Giuliani – orientador deste trabalho de pesquisa – pelo estímulo à reflexão e o respeito à liberdade de pensamento. Aprendi com o Prof. Mario que pensar é sempre arriscar-se. Hoje, percebo mais claramente que os erros e os acertos que emergem desse processo não são *fins*, mas *meios* para novas descobertas.

Agradeço ao Prof. Jose Esteban Castro pelo modo como me acolheu na Universidade de Oxford (Inglaterra) durante o estágio de doutorado que desenvolvi entre os meses de março e agosto de 2005. Sua generosidade possibilitou-me compreender que o amadurecimento das idéias, assim como a produção do conhecimento científico, nem sempre condizem com os prazos definidos institucionalmente. Um incentivo contínuo ao aprender...

Agradeço a todos os meus interlocutores em Angra dos Reis; a todos os que permitiram ingresso às seus modos de vida e visões de mundo. Agradeço às instituições políticas e sociais angrenses, assim como a seus funcionários, os quais me possibilitaram o acesso a documentos e materiais indispensáveis ao desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço as importantes contribuições, críticas e sugestões feitas pelas Professoras Selene Herculano e Beatriz Heredia no momento da qualificação do projeto que originou esta tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pelo apoio institucional. Um especial agradecimento às funcionárias Cláudia e Denise.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter concedido o apoio financeiro sem o qual não poderia ter desenvolvido esta tese.

À CAPES agradeço por ter concedido uma *bolsa-sanduíche*, sem a qual não poderia ter permanecido na Inglaterra desenvolvendo parte importante do meu trabalho.

Aos amigos e amigas, companheiros(as) até na ausência que o fazer de uma tese representa.

Aos familiares, sobretudo minha mãe Vilma Trigueiro e minha irmã Regiane Trigueiro pelo apoio incondicional.

Aos amigos brasileiros que conheci durante a minha estadia na cidade de Oxford: Andressa e seu filho Vicente, Rodrigo, Zazá e Gisele. Um calor familiar em terras tão distantes!!!

Muito obrigada a todos!

Resumo

Utilidade e Natureza:

Reflexões acerca das representações e práticas ecológico-ambientais
em Angra dos Reis - RJ

Aline Trigueiro

Orientador: Prof. Dr. Gian Mario Giuliani

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas (Sociologia).

Esta tese tem como objetivo refletir sobre a forma como a problemática ecológico-ambiental se insere, enquanto um problema social, em um contexto de crise da Modernidade. A hipótese instituída é de que a incorporação desta problemática ocorre muitas vezes de forma contraditória e inconsistente e que por trás da cadeia meio-fins que dirige as ações sociais há diferentes modelos de racionalidade operando em tal processo. Tais modelos de racionalidade, por sua vez, expressam as distintas orientações, valores e representações que envolvem a ação humana sobre a natureza.

A essa incorporação incongruente da ecologia na vida social conjuga-se uma segunda proposição que compõe o corpo analítico deste trabalho: a referência teórica à noção de utilidade. Esta noção, comumente associada à idéia de maximização dos interesses pessoais e ao processo de “economicização” da vida cotidiana – advindos e consolidados com o desenvolvimento da Modernidade – necessita ser reavaliada em seus fundamentos clássicos. Acreditamos que reconstruindo e redimensionando os significados dados a essa noção e introduzindo a dimensão ético-moral presente em suas origens, seja possível revelar os caminhos que conformam as relações sociais quando estas envolvem e conjugam interesses pessoais, interesses coletivos e o meio ambiente.

A cidade de Angra dos Reis (RJ) foi o espaço empírico escolhido para dar forma a essa investigação. Foi o local onde foram observadas e mapeadas as representações sociais e as classificações valorativas de alguns agentes sociais envolvidos direta e indiretamente com as questões ecológico-ambientais na cidade.

Palavras-chave: Ecologia; Meio Ambiente; Utilidade; Modernidade; Ação Social; Angra dos Reis.

Rio de Janeiro

Junho

2007

Abstract

Utility and Nature:

Reflections concerning the ecological-environmental representations and practices
in Angra dos Reis-RJ

Aline Trigueiro

Orientador: Prof. Dr. Gian Mario Giuliani

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas (Sociologia).

The objective of this thesis is to reflect on how the ecological-environmental problematic, as a social problem, is positioned in a context of crisis of Modernity. The main hypothesis to explain it is that the incorporation of this problematic often occurs in a contradictory and inconsistent way and that behind of the chain way-ends that drives the social actions there are different models of rationality operating in such process. Such models of rationality, in turn, express the distinct ways, values and representations involving human action towards nature.

This inappropriate incorporation of the ecology in the social life is related to our second proposal composing the analytical body of our work: the theoretical reference to the notion of utility. This notion usually associated to the idea of maximization of the personal interests and to the process of "economicization" of the daily life – that took place and consolidated during the development of Modernity - needs to be reviewed in its classic basis. We believe that the reconstruction of its meanings and the introduction of the ethical-moral dimension presents in its origins will enable us to disclose the ways that conform the social relations when it involves and conjugates personal interests, collective interests and the environment.

The city Angra dos Reis (RJ) was elected as an empirical space to observe and investigate these questions. In that city, we observed and analyzed social representations and social valuations employed by social agents directly and indirectly involved with the ecological-environmental questions.

Keywords: Ecology; Environment; Utility; Modernity; Social Action; Angra dos Reis.

Rio de Janeiro
Junho
2007

Siglas

CMUMA – Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

COMAM – Conselho Municipal de Associações de Moradores

MAUSS – Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais

SAPÊ – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1 – Modernidade, racionalidade e meio ambiente: investigações sobre o princípio da utilidade	
1 – Modernidade, racionalidade e meio ambiente	25
2 – Racionalidade ambiental e anti-utilitarismo	30
2.1 – A Racionalidade Ambiental	31
2.2 – O Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais – MAUSS	35
3 – Utilidade e capitalismo	39
Capítulo 2 – O Utilitarismo Clássico: o necessário retorno às origens	
1 – O Utilitarismo Clássico	46
1.1 – O utilitarismo de Jeremy Bentham	51
1.1.1 – O individual e o coletivo na abordagem de Jeremy Bentham: pensando a perspectiva teórica da ação	52
1.2 – O utilitarismo de John Stuart Mill	66
1.1.1 – A ação na perspectiva de John Stuart Mill	71
Capítulo 3 – As formas sociais de racionalidade: a dualidade do utilitarismo e suas formas de manifestação	
1 – As formas sociais de racionalidade	74
2 – A dualidade do utilitarismo e a questão ambiental	79
Capítulo 4 - Angra dos Reis: história, sociedade e meio ambiente	
1 – Os significados sociais do meio ambiente: parte um	93
1.1 – Angra dos Reis: história, sociedade, política e meio ambiente	96

2 – Entre a ficção e a realidade: o imagético turístico na cidade de Angra dos Reis	101
3 – O meio ambiente nas visões e representações dos agentes sociais ligados ao campo político	120

Capítulo 5 – Angra dos Reis: ecologia e movimentos sociais

1 – Os significados sociais do meio ambiente: parte dois	146
1.1 – A SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica)	147
1.2 – A Colônia de Pescadores	161
1.3 – A Associação de Moradores do bairro do Frade	168

Considerações Finais	189
-----------------------------	-----

Anexos

Anexo 1 – Excurso sobre o edenismo brasileiro: uma breve reflexão	200
Anexo 2 – Dados demográficos e sócio-econômicos da cidade de Angra dos Reis	205
Anexo 3 – Mapa da cidade de Angra dos Reis	207

Bibliografia	208
---------------------	-----

Introdução

A motivação para o desenvolvimento desta tese surgiu do reconhecimento da ecologia como um objeto de estudo sociológico propício à reflexão sobre o que se convencionou denominar, no quadro analítico da Teoria Social, de conseqüências da Modernidade (Giddens, 1991).

No bojo desse contexto as questões ecológico-ambientais¹ ganham notoriedade entre os agentes sociais nos seus diferentes espaços de interação. Esse reconhecimento público da ecologia se institui e consolida em uma conjuntura social pautada na idéia de risco (Beck, 1992), a qual projeta no futuro uma sensação de incerteza e insegurança. Esse fato acaba contribuindo para redimensionar a forma como os agentes sociais passam a avaliar as suas ações cotidianas, orientando-as a partir de uma constante reflexividade² (Giddens, 1991).

Esse cenário reconfigura a teoria social contemporânea, fazendo com que sua expressão adquira uma referência pessimista, exatamente por não haver a possibilidade de prever com segurança o que está por vir, principalmente no quadro das transformações humanas sobre o meio ambiente. Isso faz com que se torne recorrente, por parte dos teóricos, a utilização de palavras como instabilidade e contingência para descrever o processo histórico-social hodierno. E, do mesmo modo que essa conjuntura preocupa estes cientistas,

¹ Não pretendemos fazer distinções analíticas ou mesmo políticas entre as significações atribuídas à ecologia e ao meio ambiente. Deixamos de lado o fato de que a ecologia surgiu como campo do saber ligado às Ciências Naturais na segunda metade do século XIX e que a problemática ambiental tenha surgido no bojo das reivindicações político-sociais a partir da segunda metade do século XX. Em nosso trabalho, ambas serão tratadas como par relacional.

² Considerando o contexto histórico atual, pode-se acrescentar que os sujeitos sociais, ao agirem, não têm total clareza quanto aos fins a serem alcançados por suas ações. A indeterminação no que se refere aos resultados ou conseqüências das ações faz com que estes tenham de acrescentar um alto grau de reflexividade em seus cotidianos, revendo continuamente a cadeia meio-fins dos seus objetivos. A inserção da variável "incerteza" nas análises sociológicas contemporâneas abre uma nova possibilidade para entender como se constrói a ação social. Isso redimensiona os modelos teóricos clássicos, como os de Talcott Parsons, por exemplo, no qual os interesses particulares deveriam estar submetidos às estruturas do sistema para que houvesse a manutenção da ordem. O resultado deste enfoque era um modelo normativo, no qual os sujeitos tinham pouca margem de escolha.

confunde e desestabiliza o cotidiano das “pessoas comuns”, redimensionando os aspectos macro e micro-sociais.

Dentro dessa dinâmica, na qual a incerteza se destaca, um tema ganha relevância: a ação social. Várias são as indagações que surgem nesse campo. Dentre elas, as que dizem respeito ao sentido que as pessoas atribuem às suas ações (Weber, 1995), justamente em um momento de constante suspeição quanto ao futuro, seja nos âmbitos político, sócio-econômico e ecológico.

Isso acaba resultando em uma crescente sensação de insegurança dos indivíduos com relação aos seus lugares e posições dentro da estrutura social que, ao que parece, tem relação com as transformações que estão atingindo os vários campos da vida em sociedade nas suas mais diferentes dimensões: nas dimensões do trabalho, do meio ambiente, da cultura e do desenvolvimento econômico. Mediante a isso, ocorrem mudanças na sociedade salarial que a conformam em sociedade da precarização do trabalho (Castel, 1997); juntamente a este fato os problemas ambientais começam a assumir um caráter global, muitas vezes materializando-se em crises ecológicas provocadas pelo esgotamento dos recursos naturais. Esse ponto relaciona-se diretamente com as formas de reprodução do capital e o modo como os capitalistas estão agindo frente à escassez de matérias-primas (Vieira, 1998). Por último, mas não menos importante, observa-se que os valores culturais encontram-se imersos em um contexto de globalização que tem permitido às pessoas conhecerem e se relacionarem com outras práticas e significados culturais diversos, possibilitando com isto uma reavaliação de seus próprios valores e símbolos (Velho, 1995). Todos estes aspectos, presentes na atual conjuntura social, nos remetem e também contribuem para o questionamento acerca das formas como os agentes sociais (objetiva e subjetivamente) organizam suas práticas, tornando-as significativas para o cotidiano de suas vidas.

É necessário observar que embora o interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente, a ecologia e a qualidade de vida tenha se tornado de domínio público, a forma como os grupos de indivíduos passam a inserir tais problemáticas em suas ações é diversificada, pois as racionalidades que os orientam são díspares e em alguns aspectos guiadas por interesses e lógicas conflitantes. Disso resulta, em muitas vezes, um distanciamento entre o reconhecimento social da problemática ambiental e as efetivas ações em prol da preservação ou conservação do meio ambiente.

Esses são alguns dos aspectos que um estudo realizado na área de Sociologia Ambiental pode ajudar a compreender, refletindo e trazendo à tona o modo como as propostas polissêmicas da ecologia e do ambientalismo estão, ou não, promovendo mobilizações sociais e produzindo orientações e sentidos para as ações e práticas dos agentes sociais nos seus diversos campos de atuação. Este é justamente o motivo pelo qual a presença da ecologia no mundo da vida cotidiana merece especial atenção, pois consideramos ainda não estarem claros os motivos ou as intenções que levam os agentes a evocá-la em seus discursos nem a incorporá-la em suas práticas. Não são compreensíveis, ainda, qual ou quais os valores ou racionalidades que se desenham nesse processo social.

Nos interstícios e fronteiras entre os campos das Ciências Sociais e da Ecologia estão surgindo reflexões e abordagens que reconhecem a temática ecológico-ambiental como um *novo valor social*, ou seja, percebem-na como um tema incorporado e discutido por amplas camadas da sociedade, que tem alcançado um caráter público crescente nos últimos 20 anos (Fuks, 2001; Leite Lopes, 2006). Todavia, a identificação da existência desse “fenômeno coletivo” antes de esgotar as possibilidades de pesquisa sobre o tema, ampliam-nas a nosso ver. Permite, por exemplo, que seja possível questionar os modos como este *novo valor social* se materializa nas ações e nas práticas dos agentes em seus distintos contextos ecológico-

sociais; possibilita, também, observar de que forma esse valor está submetido a múltiplas contradições, reformulações e racionalizações por parte destes agentes.

Analisar e refletir sobre a *natureza* enquanto *um novo valor social* presente nas sociedades industrial-capitalistas contemporâneas é um passo importante para que sejam também discutidos os modelos de valoração da natureza em base econômica que estão ganhando cada vez mais proeminência no campo das relações sociais.

Nesse contexto, um questionamento alcança relevo: “Seria possível definir um valor econômico para a natureza?” O caráter polêmico desta questão tem produzido debates acirrados entre economistas, sociólogos e ambientalistas³, cada qual assumindo posturas analíticas particulares sobre este tema.

A parte sensibilizada dos economistas, de um lado, tem se esforçado para dar provas afirmativas de que a valoração da natureza é viável e de que esta pode ser um dos melhores caminhos para a preservação dos recursos naturais, principalmente àqueles classificados como não-renováveis⁴. O cálculo valorativo dos recursos seria feito a partir do que é comumente reconhecido como *análise custo-benefício* na economia neoclássica⁵, aquela que mais se destaca nessa perspectiva da valoração ambiental. O objetivo desta análise seria avaliar o quanto *a mais* um indivíduo poderia estar disposto a pagar ou a receber para consumir ou poupar um determinado recurso natural (Jacobs, 1994).

No debate ambiental, especialmente no que se refere à Economia Ecológica, a perspectiva neoclássica tem influenciado sobremaneira as propostas relacionadas às *green taxes*, ou seja, às definições de políticas de taxações, multas e sanções (ou até mesmo de

³ Poderiam ser incluídos, ainda, os filósofos, os antropólogos, os geógrafos, os historiadores do meio ambiente, etc.

⁴ A Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, a Economia Ecológica e a Economia Institucionalista são correntes da teoria econômica que estão buscando calcular os valores monetários da natureza. O artigo de Marques e Comune (1997) faz uma análise interessante sobre este fato.

⁵ Segundo Screpanti e Zamagni (2005) a Economia Neoclássica (séculos XIX/XX), constituída durante o período de consolidação do capitalismo, direciona seu foco para a relação entre a oferta e a demanda, projetando seu enfoque para o indivíduo enquanto agente racional, maximizador de sua utilidade. Há, ainda, a ênfase nos aspectos micro-sociais e nas explicações a partir do individualismo metodológico.

subsídios) como mecanismos de avaliação das perdas ou dos ganhos referentes aos usos dos recursos ambientais (Jacobs, 1994).

Por outro lado, os sociólogos ambientais apresentam-se como vozes dissonantes a essa visão, apregoando que valorar a natureza não deveria ser considerado apenas sob a perspectiva do cálculo *custo-benefício*, mas antes, deveria ser avaliada a partir dos significados e das representações que distintos grupos a partir de suas vivências sócio-culturais específicas poderiam atribuir à mesma⁶.

Os ambientalistas, embora partícipes de uma categoria bastante heterogênea no que se refere à avaliação de tal tema, têm de uma forma geral reforçado a idéia de que não é possível valorar a natureza por ser esta um bem intangível (Acsehrad, 1998). Os preceitos assumidos pelos ambientalistas posicionam-nos cada vez mais próximos de uma ética não-econômica e do respeito ao que consideram ser as leis da natureza (seus ciclos e sua capacidade de auto-sustentação). Para muitos destes, a valoração dos elementos da natureza, ou como comumente abordam – a transformação do meio ambiente em *commodity* – poderia impactar a relevância das análises que consideram tais recursos naturais a partir de suas complexas redes de interação com seus ecossistemas.

Esse embate entre as lógicas econômica e ambiental, apesar do que parece, viceja como um fato recente na história do desenvolvimento das sociedades industriais. Até a primeira metade do século XX as questões ambientais não faziam parte do rol das preocupações dos agentes econômicos, muito ao contrário, o que importava para estes era o estabelecimento de modelos ou estratégias capazes de objetivar o crescimento da economia sem que os danos ambientais fossem considerados nesse processo.

Durante a gênese e posterior desenvolvimento do capitalismo predominou a idéia de que a natureza era apenas reserva de matérias-primas. Era considerada, sobretudo, como fonte

⁶ Para os sociólogos preocupados com a questão ambiental existem inúmeros valores sociais por trás de qualquer tentativa de valoração econômica da natureza. Estes valores sociais e culturais são construídos nos processos de interação e, portanto, são relevantes nas análises, pois complexificam o entendimento sobre a questão.

praticamente inesgotável de recursos naturais a serem utilizados em prol do progresso econômico, sem que as conseqüências negativas relacionadas ao uso e exploração dos mesmos fossem contabilizadas.

Se pensarmos em que momento da história do capitalismo surgem as preocupações e as críticas para com o uso indiscriminado dos recursos naturais no processo produtivo, descobriremos que isto começa a acontecer somente a partir da segunda metade do século XX⁷. Os primeiros alertas foram dados por ambientalistas e cientistas preocupados com os rumos do progresso técnico-econômico e suas conseqüências ambientais⁸. Foi a partir desse momento que as lógicas ambiental e econômica passaram a ser confrontadas e suas incongruências ressaltadas, juntamente com as racionalidades próprias às mesmas.

O marco simbólico que propiciou uma aproximação entre os campos da economia e da ecologia foi a publicação do *Relatório Brundland* em 1987, demarcando uma preocupação para com os rumos do desenvolvimento econômico. A noção de desenvolvimento sustentável, forjada nesse Relatório, justapôs a questão do desenvolvimento ao tema do meio ambiente, pondo ressalvas à idéia de crescimento ilimitado da economia. Em 1992 a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, reuniu de vez esses dois temas. Naquele momento, ambientalistas e cientistas sociais, dentre os quais alguns economistas, foram chamados a refletir sobre as possíveis aproximações entres essas duas visões.

⁷ Pode ser dito que próximo a esse período existiram manifestações e mesmo questionamentos relacionados aos rumos do desenvolvimento do capitalismo, com destaque para autores como: Rachel Carson, Paul Ehrlich, Donella Meadows, etc. Inicialmente estes questionamentos apresentavam uma perspectiva classificada por muitos como catastrofista, na qual eram acentuados os impactos provocados pela ação humana no planeta. Posteriormente, houve o fortalecimento do movimento ambiental e um incremento na produção de análises e elaboração de pesquisas científicas sobre os danos ambientais, juntamente com a proposição de alguns planos políticos de ação. A economia foi, então, um dos últimos campos a assumir que era necessário incorporar a temática ambiental, sobretudo o papel dos recursos naturais como algo a mais que mercadoria ou matéria-prima. Isso ocorreu de modo concomitante às pressões dos movimentos sociais e à escassez eminente de vários recursos. Após 1992 a associação entre os temas do meio ambiente e da economia tornou-se pública, ganhando cada vez mais espaço nos fóruns de discussão nos âmbitos local e mundial.

⁸ Na década de 1970 destacam-se as abordagens e reflexões inovadoras de James Lovelock (hipótese de Gaia) e Arne Naess (Ecologia Profunda).

Essa aproximação tem gerado até o presente momento muitos debates. Há, contudo, uma questão que ainda mantém a sua relevância: “Como conciliar as lógicas diretivas da economia e da ecologia?” Há em princípio duas racionalidades distintas que se esboçam neste debate, uma delas voltada para o cálculo sobre os custos e os benefícios resultantes do uso ou consumo de certos recursos naturais, enquanto a outra ressalta os modelos coletivos e interativos estabelecidos entre os grupos sociais e o meio ambiente. Ou seja, de um lado há o mundo das trocas econômicas, preenchido por posturas instrumentais e individualistas, e de outro o mundo dos valores coletivos e da ética, baseados no princípio do bem comum.

A urgência em valorar perdas ambientais ou mesmo medir o grau em que as atividades sócio-econômicas impactam negativamente o meio ambiente tem exigido cada vez mais a elaboração de cálculos e avaliações que dão visibilidade ao papel dos agentes econômicos nesse contexto. Por outro lado, essa postura em prol da valoração ambiental está sendo criticada por grande parte dos ambientalistas, os quais acreditam que tal prática representa uma forma radical de atribuir valores mercadológicos às práticas sociais contemporâneas. Para estes, avaliar danos ambientais através de cálculos matemáticos e econômicos significa o mesmo que manter o meio ambiente sob a égide do mercado.

Foster (1997) mostrou haver uma *ambivalência* entre economia e ecologia nesse momento em que o tema da valoração ambiental é discutido. Suas inquietações direcionam-se para o que realmente representa este fato e suas intenções implícitas. Seria “esse novo registro do valor da natureza (...) um reconhecimento genuíno da natureza enquanto valor? Ou se constitui, além disso, em um estágio mais insidioso da sua progressiva desvalorização – um novo jargão ecologicamente simpático para autorizar nossas aspirações para uma gestão tecnológica e para um controle da natureza?”⁹ (Foster, 1997: 2 - tradução livre).

⁹ “Is this new register of nature’s value a genuine recognition of nature as valuable? Or does it constitute a further, more insidious stage in its progressive *devaluing* – a new eco-friendly jargon for licensing our aspirations to technological management and control of nature?” (Foster, 1997: 2).

As indagações de Foster acerca do valor da natureza e sua preocupação para com as possíveis representações da *natureza enquanto valor* são muito caras para o desenvolvimento deste trabalho. Sobretudo, nos interessa compreender até que ponto as preocupações sociais para com o meio ambiente realmente consolidam tal questão como um novo valor, uma nova visão coletiva sobre os rumos das relações *sociedades-naturezas*, ou se estas, ao inverso, preocupam-se apenas em atribuir valor aos recursos naturais como uma forma de melhor contabilizar as perdas e os ganhos sócio-econômicos nesse processo.

Optamos por utilizar a referência *sociedades-naturezas* com a intenção de não apresentar esse par relacional dentro do modelo essencialista dos conceitos ontológicos. Acreditamos que existem diferentes sociedades com diferentes visões de natureza, portanto, não há somente *uma Natureza* substantiva e imanente, mas diversos modelos interpretativos e classificatórios da mesma. Assim como não existe *a Sociedade*, mas sociedades, e dentro dessas sociedades encontramos grupos sociais que interagem, disputam e cooperam, atribuindo valores e situando-se em campos para defender suas posições a respeito do que consideram ser o meio ambiente em que vivem¹⁰.

Retornando ao tema da valoração ambiental, podemos dizer que tal questionamento constitui-se em um ponto de partida real para que tanto as posturas que retratam o mundo contemporâneo como *locus* de uma nova ética ambiental quanto as abordagens que se preocupam em defender formas econômicas de valoração dos bens ambientais sejam investigadas criticamente.

O momento atual parece compor as condições necessárias para que essa ambivalência entre as abordagens ecológicas e as abordagens econômicas seja revista. Não apenas por conta

¹⁰ Um breve guia de leitura para a noção de natureza a ser problematizada nesse trabalho deve ser dado antecipadamente. O nosso enfoque recai sobre a idéia de natureza como um *bem comum* ou *bem público*. Sob esse signo, a natureza conforma-se como parte do campo político, no sentido mais amplo do termo, do espaço da *pólis*, do *oikos*. Espaço onde o debate ecológico pode ser realmente fortalecido como problema coletivo.

dos crescentes problemas ambientais de caráter global, mas pela perspectiva dos rumos do desenvolvimento do capitalismo e as conseqüências promovidas por este.

Inúmeros debates têm ganhado força nesse campo de discussão que envolve a valoração econômica e a questão ambiental, desde modelos filosóficos que evocam a importância de vivenciarmos e construirmos práticas de não-valorização dos recursos, a partir da noção de *valor de existência* (valor intrínseco da natureza), até modelos matemáticos que tentam fundamentar cálculos de valoração baseados no princípio custo-benefício. Isto só demonstra que o tema é demasiado complexo e que variadas correntes ou mesmo posturas podem ser discutidas ou tomadas.

O conjunto desses questionamentos sumariamente analisados até aqui comporá as reflexões que procuraremos desenvolver neste trabalho de tese. No bojo do desenvolvimento de tais questões serão privilegiados dois vieses analíticos. Um deles estará voltado para discutir e problematizar a emergência desses modelos coletivos de valoração ambiental e representação social da natureza (Capítulos 4 e 5). A partir da análise das ações e práticas dos agentes em seus contextos sociais particulares, serão observadas e avaliadas as formas valorativas e as representações que estes agentes atribuem ao meio ambiente.

O segundo caminho analítico tem por propósito refletir sobre a noção de utilidade (Capítulos 1, 2 e 3), explorando a idéia da utilidade como valor que medeia a relação entre os seres humanos e a natureza na Modernidade, e que carrega consigo tanto referências morais (princípios coletivos), quanto o caráter da individualização e do auto-interesse (ênfase no econômico).

Ao longo deste trabalho analisaremos mais especificamente os desdobramentos que a noção de utilidade assume na construção social da natureza enquanto valor. O *princípio da utilidade*, ainda pouco problematizado no âmbito da Sociologia, será um guia para as nossas reflexões. Interessa-nos avaliar até que ponto no quadro das relações entre *sociedades-*

naturezas esse princípio encontra sua transcrição. Ou seja, observar de que modo as explicações e representações utilitárias estão presentes nas visões de mundo dos agentes sociais, sejam estes as “pessoas comuns”, os ambientalistas, os representantes políticos, os agentes econômicos, etc., e de que forma tais explicações podem ser acessadas para impedir ou justificar projetos e modelos de preservação e/ou conservação.

Por conta deste viés analítico presente na minha pesquisa, tive a oportunidade de permanecer durante cinco meses na Universidade de Oxford¹¹ (Inglaterra), estudando a questão da utilidade e recolhendo material sobre o tema da valoração ambiental. Essa experiência foi de enorme valia para o amadurecimento das idéias que pretendo desenvolver neste trabalho.

A cidade de Angra dos Reis

Para o encaminhamento prático desta pesquisa, ou seja, para os desdobramentos empíricos da mesma, escolhemos a cidade de Angra dos Reis-RJ como campo de análise. Como pano de fundo de nossa pesquisa foi necessário que nos ativéssemos à idéia da ecologia como *novo valor social*, tentando perceber as nuances locais desta proposição. Foi indispensável ainda que observássemos os modos como os diferentes grupos sociais produzem suas classificações sobre o meio ambiente. Para tanto, projetamos o foco na análise dos discursos e nos significados compartilhados pelos indivíduos em seus núcleos sócio-ambientais, observando como os mesmos representam ou simbolizam o seu entorno. Esses significados foram analisados a partir dos códigos e classificações proferidas pelos agentes sociais durante as falas coletadas nas entrevistas que realizamos com os mesmos.

¹¹ Em Oxford estive vinculada ao Centre for Brazilian Studies (Centro de Estudos Brasileiros), sob a orientação do Prof. Dr. Jose Esteban Castro.

A coleta dos relatos orais dos habitantes da cidade foi feita por intermédio de entrevistas com roteiros semi-abertos¹², os quais nos permitiram de modo mais flexível adentrar o universo simbólico destas pessoas, identificando as formas particulares que a questão ecológica poderia assumir para as mesmas. Além do uso dessa metodologia qualitativa, também empregamos a estratégia da coleta de dados secundários, através de pesquisa em órgãos públicos locais, reunindo com isso, materiais, documentos, mapas, etc. que pudessem auxiliar à nossa investigação.

Esse foi o percurso inicial que guiou nossas análises sobre os discursos, as práticas e as representações dos agentes sociais nos seus campos de atuação político, econômico e sócio-cultural na cidade de Angra dos Reis. Através dessas análises procuramos identificar de que modo tais discursos e práticas expressavam algum tipo de reconhecimento à questão ambiental, ainda que por oposição à mesma. Além disso, mobilizamos esforços analíticos para que fossem expostos os interesses que motivavam a incorporação da temática ecológico-ambiental como elemento significativo para as práticas sociais destes agentes.

A escolha da cidade de Angra dos Reis como campo de estudo empírico, deveu-se, sobretudo, à necessidade de reconstruir a história local da cidade frente aos aspectos sociais e ambientais que contribuíram para torná-la um espaço ao mesmo tempo de defesa do meio ambiente (com grupos organizados politicamente em prol deste objetivo) e de defesa dos interesses econômicos, conflitantes com os ideais de preservação e conservação. Há certas características peculiares desta cidade, relacionadas principalmente à emergência de processos participativos de cunho popular e político, instituídos ao longo da década de 1980 e consolidados na década de 1990 (Lima, 1999; Campos, 2005), que conformaram um quadro social recheado de contradições entre os âmbitos social e ambiental. Ou seja, existem grupos sociais (com distintos *capitais político* e *econômico*) cujas trajetórias expressam diferentes

¹² As entrevistas foram feitas de modo mais sistemático entre os anos de 2004 e 2005.

interesses em relação a como a questão ecológico-ambiental deve ser posta em prática na cidade de Angra.

Esses aspectos fazem da cidade de Angra dos Reis um campo de estudos analiticamente rico, por reunir em sua dinâmica social incongruências no que se refere aos discursos e às práticas a respeito da preservação e/ou utilização do meio ambiente. Direta ou indiretamente, os habitantes da cidade de Angra dos Reis se defrontam com as problemáticas ambiental e ecológica em muitas das suas situações cotidianas, e isto certamente produz apreensões distintas a respeito destas questões. Esse movimento contraditório e profuso em conflitos de interesses é um dos aspectos que também esperamos desvelar com esta pesquisa.

Capítulo 1

Modernidade, racionalidade e meio ambiente:

investigações sobre o princípio da utilidade

1 – Modernidade, racionalidade e meio ambiente

O estabelecimento do que se convencionou denominar por Modernidade não apenas se destacou pelas transformações que promoveu nos campos técnico-científico e nas formas de organização produtiva e social, mas também e, sobretudo, pelo crescente processo de racionalização do mundo que ajudou a instituir (Weber, 1978, 2000)¹³.

Esse processo de racionalização do mundo ocidental, segundo Max Weber, constituiu-se ao mesmo tempo por um progressivo desencantamento do mundo, de onde foi retirado todo o caráter místico, mágico e o significado ético da dimensão social, reforçando, com isso, os modelos de racionalidade instrumental baseados no cálculo e nas estratégias utilizadas pelos indivíduos para alcançar certos fins no curso de suas ações.

A visão da Modernidade como algo que penalizou os modos tradicionais de associação comunitária e coletiva em prol da difusão de processos de individualização (Giddens, 1991), tornou-se um dos objetos privilegiados de reflexão sociológica. Do mesmo modo, os rumos alcançados pelas transformações advindas do Iluminismo tornaram-se, também, alvos de preocupação de alguns teóricos sociais. Dentre aqueles preocupados com esta questão estão os

¹³ Autores como Anthony Giddens (1991) e Jürgen Habermas (1984-1987) atribuem um início distinto ao que consideram ser a Modernidade. Giddens identifica o início da Modernidade no século XVII a partir das transformações na organização social e nos estilos e costumes de vida. Habermas, por outro lado, apresenta o início da Modernidade como resultante das transformações advindas do Iluminismo (século XVIII) e do processo de racionalização do mundo.

expoentes da Escola de Frankfurt, para os quais o Iluminismo representou a paulatina absorção de um modelo de racionalidade instrumental e técnica por todas as dimensões da vida social.

Em maior ou menor proporção o tema da racionalidade tem se destacado e instigado análises e reflexões de vários teóricos sociais contemporâneos, sobretudo dos que buscam compreender os rumos e o desenvolvimento do projeto da Modernidade (Habermas, 1984-1987; Giddens, 1991; Lash, 1999). A discussão instituída pelo corpo majoritário destes analistas sociais recai sobre as posturas assumidas pelos agentes sociais frente às transformações do mundo moderno e ainda sobre a produção de novos modelos de racionalidade baseados em posturas reflexivas e/ou comunicativas (Giddens, 1991; Beck, 1992; Lash, 1999; Habermas, 1984-1987).

Se, por um lado, encontram-se nas Ciências Sociais posturas que visam rever os tipos de racionalidade para além dos modelos instrumentais *stricto sensu*, por outro, é possível encontrar referências teóricas que reforçam a premissa de que a Modernidade instaurou um tipo de racionalidade baseada no auto-interesse. Segundo tal corrente, esse modelo se radicaliza na contemporaneidade, sobretudo com a expansão de uma visão de mundo mercadológica (expansão dos domínios do mercado ao mundo da vida cotidiana). Ter-se-ia como resultado deste processo uma sistemática absorção de um modelo de racionalidade instrumental por todas as dimensões da vida social, ou ainda, a preponderância do modelo da racionalidade econômica como guia para as ações sociais.

O papel de destaque adquirido pelo sistema econômico na regulação dos vários âmbitos da vida cotidiana, principalmente a partir das três últimas décadas do século XX, é o elemento que reforça o imaginário de que os agentes sociais, sob tal conjuntura, passam a agir como agentes econômicos no sentido estrito. O fundamento teórico dessa proposição encontra-se na forma como as correntes teóricas da economia e seus modelos interpretativos

estão permeando as análises sociológicas e promovendo explicações que reafirmam as posturas individualistas e auto-interessadas dos agentes sociais (destaques para as teorias da escolha racional, teoria dos jogos e para o princípio da utilidade).

A consolidação desse modo de vida regido pelo econômico, que denominamos de prática de “economicização da vida”, teria por característica potencializar as ações instrumentais e elevar ao máximo os interesses individuais. Isso acaba instituindo uma visão de mundo que reflete a idéia de que os agentes sociais agem em prol da maximização da utilidade e que, sob tais valores, as questões sócio-ambientais deveriam ser consideradas através de uma avaliação entre os seus custos e os seus benefícios.

A crítica que nos propomos desenvolver neste capítulo, diz respeito à forma como as escolhas sociais e os modelos de racionalidade estão sendo discutidos e analisados pelos teóricos sociais na atualidade. Estes têm reforçado em suas interpretações duas vertentes analíticas distintas: a) uma que enfatiza os preceitos baseados no modelo do agente econômico, ou seja, nas posturas voltadas para a maximização do interesse individual; b) e outra que aponta para os modelos de flexibilização ou superação de tal postura, a partir de análises relacionadas à idéia de agentes reflexivos (reflexividade) e da racionalidade ambiental, abordagens que resguardam espaço para a dimensão coletiva.

Em ambas as vertentes teóricas¹⁴ são encontrados fossos entre as reflexões produzidas no campo analítico e as análises empíricas sobre os temas em questão. A ausência de análises mais significativas no quadro das pesquisas empíricas que estejam voltadas para a avaliação das diferentes percepções que os atores constroem sobre o meio ambiente (suas representações, formas de racionalidade e interesses), contribui para que haja esse distanciamento entre os postulados teóricos e as expressões empíricas. Desse modo, uma referência à dimensão empírica, associando-a as reflexões e análises teóricas que lhe cabem,

¹⁴ Tanto a que ressalta a predominância do comportamento auto-interessado, quanto a que atribui uma racionalidade ambiental aos agentes.

poderia permitir saber em que grau os modelos de racionalidade econômica e de racionalidade ambiental são ou não expressões coletivas dos agentes sociais na contemporaneidade. Ou seja, há uma carência de análises sociológicas que privilegiem não somente os modelos teóricos como também as respostas empíricas dos agentes e os caminhos escolhidos por estes para valorar o meio ambiente; enfim, investigações que ressaltem os modos como os agentes sociais reproduzem (ou mesmo desconsideram) tais modelos de racionalidade nos processos de interação social dos quais são partícipes.

Problematizar então as formas de racionalidade que emergem em contextos de questionamentos sociais baseados em princípios que privilegiam a dimensão coletiva (tais como a ecologia e o ambientalismo), é um possível caminho para uma reavaliação do próprio processo de desenvolvimento da racionalidade instrumental e da atual conjuntura de radicalização da Modernidade¹⁵. Nesse sentido, o enfoque analítico de Jürgen Habermas (1994-1987) se ajusta às nossas perspectivas, pois enxerga no desenvolvimento da racionalidade instrumental, advinda do movimento Iluminista, um meio para refletir de modo crítico sobre a própria Modernidade. Longe de se propor superar a idéia de que estamos em uma etapa posterior à mesma, o autor mostra a necessidade de melhor compreender o momento da dinâmica social que estamos vivenciando, sobretudo no que se refere aos modelos de racionalidade e de ação social encontrados.

A Modernidade considerada enquanto projeto inacabado (Habermas, 1984-1987) é a diretriz teórica que vai orientar os nossos objetivos de discutir e de repensar as racionalidades sociais encontradas nas sociedades contemporâneas, isto é, as práticas e representações geradas dentro da dinâmica dos próprios processos de interação existentes no interior destas

¹⁵ Giddens (1991), opondo-se à visão de que estaríamos vivendo atualmente sob a égide da pós-modernidade, reforça a necessidade de discutir e “olhar novamente para a natureza da própria modernidade” (Giddens, 1991: 12) para que com isso seja percebido que ainda não estamos vivenciando um período de pós-modernidade, mas um período onde as conseqüências da própria modernidade “estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (Giddens, 1991: 13). A idéia de radicalização da modernidade advém, portanto, desta visão proposta por Giddens.

sociedades. Nesse sentido, consideramos a temática ecológico-ambiental como um conjunto de questões que tem se destacado cada vez mais como relevante tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista sociológico. Isso ocorre porque ela traz à tona a necessidade de avaliar como os agentes sociais (em suas ações e práticas diárias) coordenam suas expectativas, interesses e valores em prol da constituição de um interesse comum, seja este a *preservação* ou a *utilização* de um recurso natural.

Essa discussão conforma a ecologia e o meio ambiente como temas significativos socialmente, tornando-os uma boa referência para se pensar as novas dinâmicas da vida social e os novos valores culturais emergentes, tais como as noções de preservação, de conservação, de sustentabilidade e de gerações futuras, que são hoje signos apropriados a partir de difusas orientações e com diferentes matizes.

É exatamente nesse contexto, onde as posturas ecológicas ganham relevância, que diferentes grupos de intelectuais (Leff, 2001, 2003, 2005; Morin, 1997, 1997a) passam a discutir a possibilidade da construção de modelos teóricos que se apresentem como alternativos àqueles relacionados à racionalidade instrumental preponderante. Esses novos modelos se apresentam sob a égide de uma racionalidade ambiental, de um pensamento ecologizado, de um saber ambiental, etc. A defesa primeira deste grupo é para um tipo de racionalidade que reforce a dimensão coletiva e incorpore os elementos ecológicos e ambientais como peças-chave no processo de interação entre os indivíduos e a sociedade da qual participam.

Comumente, observa-se que as propostas ecológico-ambientais se posicionam na contracorrente da defesa de um modelo de racionalidade científico-capitalista, estimulando e propondo a adoção de novos valores sociais que possam incorporar o cuidado para com o meio ambiente. Nessa conjuntura há um grande problema a ser resolvido, o qual diz respeito a: “Como será possível articular duas visões que são opostas na prática, ou seja, o

‘ambientalismo ecológico’ e a modernização ecológica?’¹⁶ Ao final, a pergunta sociológica que ainda não foi respondida e que merece um aprofundamento seria: “Se todos nos sabemos que é preciso conservar a natureza e que a mesma é indispensável à nossa vida, por que não o fazemos?”

Problematizar a emergência e difusão de valores e práticas sócio-ambientais pode ser um caminho profícuo para refletir sobre os rumos do desenvolvimento da sociedade capitalista em um contexto de crise e de radicalização da Modernidade. Ao mesmo tempo, isso pode se conformar em uma oportunidade para refletir sobre os modelos de racionalidade que se processam nesse contexto.

2 - Racionalidade ambiental e anti-utilitarismo

A temática da racionalidade ambiental tem sido apresentada pelos teóricos sociais como incongruente e oposta ao modelo vigente de racionalidade instrumental e econômica em um sentido mais estrito. Instituída dentro de um movimento crítico, destacam-se na abordagem da racionalidade ambiental as propostas de alguns autores que se posicionam dentro de um amplo movimento: a) de crítica epistemológica à forma como a ciência tem sido construída, separando as dimensões social e natural (Catton e Dunlap, 1983); b) de reavaliação dos processos de mercantilização da natureza (Alier, 1994); c) de posicionamento contra a racionalidade econômica e tecnológica dominante (O’Connor, 1994); d) e finalmente,

¹⁶ A modernização ecológica (ME), aos olhos de seus formuladores, os sociólogos alemães Martin Jänicke e Joseph Huber na década de 1980, pretende ser, ao mesmo tempo, uma teoria e um programa de mudança social, política e econômica. A difusão deste conceito por alguns sociólogos holandeses, deve-se ao crescimento dos partidos verdes na Alemanha e ao desenvolvimento da democracia participativa na Holanda. Sustenta-se na crença de que é necessário e possível fazer uma reforma no sentido ecológico das democracias industriais, baseadas no desenvolvimento da ciência e da tecnologia; enfatiza a importância do mercado e o papel inovador dos empresários, afirmando que o crescimento econômico e proteção ambiental se alimentam reciprocamente; apostam no uso da tecnologia que reduziria os efeitos negativos do crescimento. Há quem distinga entre: **ME fraca**, que aposta na “economicização da ecologia” como reforço da competitividade econômica; e **ME forte**, que considera necessário algumas mudanças importantes na estrutura institucional e econômica das sociedades avançadas, e insiste na promoção da democracia participativa, criticando o crescimento indiscriminado. Maiores informações consultar: Pellizzoni e Osti (2003).

de proposição de uma nova ética coletiva, baseada nos preceitos do pensamento ecologizado e do desenvolvimento sustentável (Leff, 2001; Morin, 1997, 1997a).

As origens desse movimento em prol de um pensamento ecologizado, que poderíamos intitular aqui de crítica ecológico-ambiental à racionalidade capitalista vigente, podem ser encontradas na França da década de 1960. Dentre os seus principais representantes é possível destacar Edgar Morin, considerado, ainda hoje, um dos expoentes do movimento em prol de uma ciência da complexidade e do desenvolvimento de um pensamento complexo.

A crítica apresentada pelos expoentes dessa ciência da complexidade diz respeito à forma disjuntiva de conceber o conhecimento científico, reproduzindo o paradigma cartesiano da separação dos saberes. Esse modelo, segundo seus críticos, mantém a disjunção entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais, ajudando a promover uma ruptura na inter-relação entre os seres humanos e a natureza. Em lugar desse paradigma disjuntivo, Morin propõe um paradigma dialógico, no qual os diferentes campos do saber estariam inter-relacionados a partir de uma abordagem sistêmica e multidimensional.

Os desdobramentos desse movimento se multiplicaram em novas propostas que, por conseguinte, foram incorporadas por outras correntes de pensamento, mantendo, no entanto, o mesmo cerne: a crítica à forma como a produção do conhecimento se institui (disjuntiva) e ao processo de mercantilização (extensiva e intensiva) dos vários campos da vida em sociedade. Portanto, podem ser inseridos dentro de tal perspectiva, o debate sobre a construção de uma *Racionalidade ambiental/Saber ambiental* (Leff, 2001, 2003, 2005) e o *Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais* (Caillé, 1989).

2.1 - A Racionalidade Ambiental

A discussão acerca de um novo tipo de racionalidade (uma racionalidade ambiental) que estaria se constituindo na atualidade, ganha forma no bojo das transformações do

capitalismo e da crítica ecológico-ambiental feita aos atuais rumos do desenvolvimento tecnológico-industrial. Esse debate sustenta-se a partir da idéia de que não é mais possível incorporar as conseqüências provindas do desenvolvimento ilimitado de um modo produtivo que maximiza as externalidades negativas sobre o meio ambiente e a qualidade de vida.

“As mudanças ambientais globais revolucionaram os métodos de pesquisa e as teorias científicas para poder apreender uma realidade em vias de complexificação que ultrapassa a capacidade de compreensão e explicação dos paradigmas teóricos estabelecidos. A problemática ambiental propõe a necessidade de internalizar um saber ambiental emergente em todo um conjunto de disciplinas, tanto das ciências naturais como sociais, para construir um conhecimento capaz de captar a multicausalidade e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social que determinam as mudanças socioambientais, bem como para construir um saber e uma racionalidade social orientados para os objetivos de um desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro” (Leff, 2001: 109).

Essa indicação acentua o fato de que às dimensões político-sociais, econômicas e epistemológicas devem se atrelar novas ações capazes de promover a emergência de um pensamento ambiental que incorpore a multicausalidade e a interdependência entre o social e o natural. (Leff, 2001).

“A construção de uma racionalidade ambiental é um processo político e social que passa pelo confronto e concerto de interesses opostos, pela reorientação de tendências (dinâmica populacional, racionalidade do crescimento econômico, padrões tecnológicos, práticas de consumo); pela ruptura de obstáculos epistemológicos e barreiras institucionais; pela criação de novas formas de organização produtiva, inovação de novos métodos de pesquisa e produção de novos conceitos e conhecimentos” (Leff, 2001: 112).

Em seu caráter filosófico e analítico, o conceito de racionalidade ambiental resgata os princípios da diversidade e da complexidade entre os âmbitos social e ambiental, mantendo-se atado a uma perspectiva holística e sistêmica. Essa perspectiva tem a proposta e o interesse de

integrar as diferentes instâncias da vida coletiva aos valores e às práticas ambientais, no intuito de redimensionar a relação das sociedades para com o meio ambiente.

“... a problemática ambiental questiona muito mais a fundo a racionalidade da civilização moderna. A sociedade capitalista gerou um crescente processo de racionalização formal e instrumental que moldou todos os âmbitos da organização burocrática, os métodos científicos, os padrões tecnológicos, os diversos órgãos do corpo social e os aparelhos jurídicos e ideológicos do Estado. A questão ambiental não só propõe a necessidade de introduzir reformas no Estado, de incorporar normas ao comportamento econômico, de legitimar novos valores éticos e procedimentos legais e de produzir técnicas para controlar os efeitos poluidores e dissolver as externalidades sociais e ecológicas geradas pela racionalidade do capital; a problemática ambiental questiona os benefícios e as possibilidades de manter uma racionalidade social fundada no cálculo econômico, na formalização, controle e uniformização dos comportamentos sociais (...). Num sentido propositivo, a questão ambiental abre assim novas perspectivas para o desenvolvimento, descobrindo novos potenciais ecológicos, tecnológicos e sociais, e propondo a transformação dos sistemas de produção, de valores e de conhecimento da sociedade, para construir uma *racionalidade produtiva alternativa*” (Leff, 2001: 124-125).

Sob uma outra ótica, no entanto, o conceito de racionalidade ambiental é apresentado como um corpo de propostas de caráter sócio-político, econômico e epistemológico, com capacidade para regular e reordenar as diferentes práticas produtivas, organizativas e reflexivas dos processos sociais. A dimensão ética e coletiva desse projeto é inquestionável, mas seus argumentos, no entanto, são passíveis de uma análise mais densa.

Embora concordemos e aceitemos a sua pertinência enquanto projeto político-social¹⁷, a avaliação sobre como tal processo está se consolidando e se instituindo socialmente deve ser abordada. Primeiramente, deve-se considerar que a existência daquilo que comumente é classificado como *problema ambiental de origem antrópica* não necessariamente tem se tornado significativa, generalizada e reconhecida pela totalidade dos indivíduos em seus

¹⁷ Não podemos deixar de ratificar a importância da crítica promovida pelos intelectuais engajados no movimento em prol da construção de uma racionalidade ambiental; principalmente a oposição destes à racionalidade técnico-científica e ao modelo de desenvolvimento econômico que se sustenta na premissa de que os recursos naturais são ilimitados. O engajamento destes teóricos em prol de uma sociedade mais justa e sustentável ecologicamente merece reforço, mas carece ao final de um caráter mais analítico no sentido de compreender até que ponto essa racionalidade ambiental se constitui ou está se constituindo como uma realidade.

contextos sociais. Ao contrário, observa-se que a força desse processo de reconhecimento reside na forma como tais problemas vão afetar a vida cotidiana das pessoas e como estas, identificando suas dimensões de risco e insegurança, e considerando as possíveis conseqüências (ou até mesmo ignorando-as), serão capazes de reformular suas práticas e representações sociais dentro de uma proposta que integre sociedade e meio ambiente¹⁸.

É necessário considerar que as práticas e as representações sociais não se alteram tão facilmente, a menos que haja uma efervescência e/ou consonância coletivas em prol da mudança¹⁹. Se analisarmos a noção de risco ecológico ou ambiental²⁰, por exemplo, compreenderemos que esta noção só se torna significativa se for considerada enquanto uma categoria culturalmente construída. Somente assim, é possível compreender de que modo a dinâmica de uma cultura poderá ser alterada, ou seja, quando tais riscos passarem por um processo de reconhecimento coletivo do risco *enquanto risco social* e por uma reflexão também coletiva sobre os seus significados²¹.

Ou seja, há uma necessidade de que sejam ao mesmo tempo reveladas (pelos expoentes da corrente de pensamento da racionalidade ambiental) as expressões empíricas que demonstram o modo como o imaginário social e as práticas produtivas baseadas no modelo econômico vigente estão em vias de transformação por conta da crise ambiental que atinge

¹⁸ O papel do Estado como regulador e formulador de políticas restritivas ao uso e exploração do meio ambiente tem ganhado cada vez mais destaque. As demandas sociais na área do meio ambiente, mobilizadas pela forma como os grupos se organizam e reconhecem os problemas sociais como problemas de caráter também ecológico, demonstram como grupos sociais organizados são importantes agentes de pressão junto ao Estado contra os avanços da exploração econômica do meio ambiente. Por outro lado, o Estado também tem sido responsável pelos enfrentamentos ambientais que opõem os habitantes locais, por exemplo, às grandes obras estruturais em suas circunvizinhanças. Os movimentos NIMBY- Not In My Back Yard - ilustram este tipo de ação. No Brasil, a incorporação do debate sobre o tema da justiça ambiental tem reunido diferentes atores sociais – Estado, movimentos populares, cientistas – em prol da conquista de condições ambientais seguras e saudáveis a todos os grupos sociais. Levando em conta as condições particulares de nossa sociedade, o tema da justiça ambiental tem envolvido, sobretudo, a questão da cidadania. Para maiores informações sobre este assunto, consultar: Herculano (2001); Acselrad, Herculano e Pádua (2004a).

¹⁹ Ou que pelo menos um grupo comprometido com a mudança dentro dessa coletividade se proponha reavaliar suas práticas e representações sociais.

²⁰ Diríamos ainda que ao lado da noção de risco hoje ganha força a noção de incerteza.

²¹ O trabalho coordenado por José Sérgio Leite Lopes – Participação da população no controle da poluição industrial no Brasil (relatório de pesquisa de novembro de 2000) – possui expressivas reflexões sobre o tema do risco e a importância do seu reconhecimento social.

todo o globo terrestre. É preciso considerar que os problemas ambientais não atingem as pessoas do mesmo modo, assim como não são interpretados da mesma forma, por isso é indispensável que se verifique como tais problemas ambientais são reconhecidos ou mesmo ignorados pelos diferentes agentes em seus contextos sócio-culturais particulares.

Para que essa proposição torne-se real é necessário que ela associe as abordagens teóricas do pensamento ambiental a um modelo construtivista (Eder, 1996) e empírico. Ou seja, faz-se pertinente que juntamente com as reflexões teóricas estejam associadas análises empíricas sobre como certas comunidades ou grupos sociais reconhecem, apropriam-se e reproduzem posturas mais ou menos próximas de uma racionalidade e de um cuidado ambiental. É nesse sentido que consideramos importante refletir sobre como se constroem no imaginário social as representações sobre as relações estabelecidas entre meio ambiente e sociedade, e até que ponto essas representações são condizentes com as práticas sociais.

Mais uma vez não queremos deixar de ressaltar o papel social desses teóricos e intelectuais engajados no movimento ambientalista e comprometidos com a produção teórica de novos modelos e de novos paradigmas, e com novas formas de produção do conhecimento e da ciência que sejam capazes de dar conta de incorporar a dimensão ecológico-ambiental. Todavia, a crítica deve ser posta em prática, pois consideramos que novas formas de racionalidade social não são forjadas apenas por processos externos à dinâmica das trocas sociais, ao contrário, elas emergem no embate entre estes processos e estas próprias trocas sociais, como parte de uma relação interativa e dialógica.

2.2 - O Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais - MAUSS

Semelhante à noção de racionalidade ambiental, que foi urdida enquanto movimento teórico e como crítica ao progresso da racionalidade instrumental nas sociedades modernas, o

mesmo ocorreu com o chamado “Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais - MAUSS”²² - que se difundiu na França na década de 1980.

Esse movimento opõe-se à razão utilitária e ao economicismo, e rejeita o modo como tais princípios estão sendo incorporados nas análises sociais contemporâneas. Trata-se, na verdade, de um movimento que prima por rever e refletir sobre os rumos de um modelo de desenvolvimento pautado em uma racionalidade científica instrumental, que tem embalado não apenas o imaginário e as práticas sociais, mas também as explicações sobre a vida em sociedade.

Além desse aspecto, o MAUSS retoma a perspectiva do movimento em prol do pensamento complexo que despontou na França na década de 1960, resgatando a discussão sobre o tema da autopoiese²³ na produção do conhecimento científico.

No que se refere a oposição à utilidade e à eficácia instrumental, o movimento destaca:

“(…) c’est que l’utilitarisme ne représente pas un système philosophique particulier ou une composante parmi d’autres de l’imaginaire dominant dans les sociétés modernes. Bien plutôt, il est devenu cet imaginaire même. A telle enseigne que, pour les modernes, est largement incompréhensible et irrecevable ce qui n’est pas susceptible d’être traduit en termes d’utilité et d’efficacité instrumentale” (Caillé, 1989: 9).

E ainda:

“Sans nous soucier de nuances superflues ici, qualifions d’utilitariste toute doctrine qui repose sur l’affirmation que les sujets humains sont régis par la logique égoïste du calcul des plaisirs et des peines, ou encore par leur seul intérêt, et qu’il est bon qu’il en soit ainsi parce que la loi du bonheur des individus ou de la collectivité des individus. Cette seule définition laisse imaginer l’infinité des variantes possibles, selon la façon dont sont déterminés

²² Mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales - MAUSS. Um dos seus principais representantes é o sociólogo Alain Caillé autor do livro-manifesto intitulado *Critique de la Raison Utilitaire* – Manifeste du Mauss (1989).

²³ Maturana e Varela (2001) também abordam esse tema. Os autores propõem uma nova epistemologia, uma biologia da cognição que enfoca o caráter sistêmico da vida. Nós vivemos no mundo e somos parte dele, porque compartilhamos com outros seres vivos o nosso processo vital. Essa nova perspectiva explora o fato de que a nossa trajetória no mundo nos faz construir nosso conhecimento sobre o mesmo, que por sua vez também constrói seu conhecimento sobre nós. Essa leitura é uma forma de tentar suplantar a ruptura entre seres humanos e mundo, ou seres humanos e natureza/ambiente, e mostrar os processos de auto-organização criativa entre estes. Nessa proposta não há separação entre produtor e produto, mas redes contínuas de interação.

et mesurés plaisirs ou peines, et selon le degré de conscience et de rationalité qui est attribué aux calculs interesses” (Caillé, 1989: 18-19).

A objeção maior deste movimento diz respeito à visão consolidada no pensamento econômico atual de que o utilitarismo é “o fundamento normativo comum a todos os pensamentos modernos do direito natural” (Caillé, 1989: 20 – tradução livre). Este fato certamente contribui para que características humanas tais como o auto-interesse, o egoísmo e o cálculo sejam considerados qualidades naturais dos seres humanos. E ainda, potencializa e colabora para que o utilitarismo se estabeleça como “um sistema de explicação e de legitimação do mundo massivamente dominante” (Caillé, 1989: 58 – tradução livre).

Do modo como os participantes desse movimento expõem suas visões e interpretações sobre o utilitarismo, é possível concluir que estes o vêem como uma nova cultura, uma visão de mundo que, tendo sido instituída a partir do século XIII²⁴, radicalizou-se na contemporaneidade e passou a representar o valor estruturante e orientador das práticas, ações e representações sociais.

É exatamente a esse valor instituído que o MAUSS se opõe e contra o qual formula sua crítica. Uma crítica que incorpora um profundo temor de ver que o mundo prático das interações cotidianas e o mundo das reflexões teóricas possam estar sendo reduzidos a uma lógica egoísta, abstraída de qualquer referência coletiva ou de uma ação moral. É exatamente contrapondo-se a um mundo sem ética e sem modelos de conduta capazes de respeitar a coletividade que o movimento justifica sua existência.

O MAUSS resgata a disciplina da Sociologia para mostrar que os agentes humanos não são unicamente egoístas e individualistas, e que nem sempre estes buscam maximizar seus próprios interesses, como comumente é difundido no campo da economia.

²⁴ Período identificado pelos intelectuais do movimento como representativo do nascimento da Modernidade.

“La sociologie tempère ainsi l’optimisme utilitariste des économistes. Elle montre qu’il est impossible de comprendre l’action sociale et l’histoire en les rapportant uniquement aux jeux des intérêts individuels égoïstes et calculés” (Caillé, 1989: 31).

A inspiração intelectual do movimento anti-utilitarista advém exatamente de um reconhecido sociólogo francês, Marcel Mauss (1872-1950), e das reflexões que este instituiu nas Ciências Sociais. A sigla do movimento trata-se de uma deferência à importância do trabalho acadêmico de Marcel Mauss; sobretudo, merece destaque o seu celebre “Ensaio sobre a dádiva”, publicado em 1924, onde são encontradas as principais linhas teóricas que serviram de inspiração para o movimento.

Naquele ensaio de 1924, Mauss revelou como as trocas econômicas em sociedades simples são permeadas por elementos que ultrapassam a perspectiva contratual das sociedades modernas. Não seria um ato entre indivíduos que têm por interesse trocar uma mercadoria por seu equivalente em valor, seja ele o dinheiro ou outra mercadoria qualquer, mas justifica-se por envolver a totalidade de uma sociedade, como um sistema que faz relacionar todos os aspectos da vida social: um fato social total (Trigueiro, 2003).

Marcel Mauss (1974) demonstra que há outras possibilidades de se estabelecer trocas sociais sem que estas sejam baseadas em posturas utilitárias. Para tanto, apresenta o caráter coletivo e simbólico das trocas nas sociedades que estudou (Polinésia, Melanésia e Noroeste Americano), ressaltando que *o dom* (ou *a dádiva*) constitui-se como a regra moral que estrutura as interações entre os grupos nessas sociedades. É precisamente essa dimensão do *dom* que o Movimento Anti-utilitarista deseja reforçar e trazer à tona.

Tanto o Movimento Anti-utilitarista, que acabamos de discutir, quanto a temática da Racionalidade Ambiental, abordada anteriormente, podem ser considerados como propostas que reafirmam a necessidade do desenvolvimento de valores éticos capazes de orientar posturas coletivas mais preocupadas com a sustentabilidade sócio-ambiental. No entanto, é

preciso analisar quais são os empecilhos práticos e teóricos que impedem que tais condutas se fortaleçam.

3 – Utilidade e capitalismo

O primeiro passo a ser dado na tentativa de compreender as ações sociais e os modelos de racionalidade encontradas no contexto de crise da modernidade (assim como para refletir sobre as novas representações da natureza que também surgem dentro dessa conjuntura), é erigir o princípio da utilidade como tópico a ser problematizado. Principalmente quando se identifica que o princípio da utilidade passa a ser recorrentemente evocado pelos ambientalistas, ecólogos e cientistas como um empecilho à produção de uma racionalidade ambiental e de valores coletivos.

Frederick Rosen (2003) faz uma crítica às abordagens contemporâneas que tomam o princípio da utilidade como ponto de partida em suas reflexões sem que estes resgatem devidamente as origens clássicas desse princípio. O autor considera que as análises contemporâneas acabam produzindo caricaturas sobre o princípio do utilitarismo clássico, recaindo em interpretações que “permitem a punição do inocente, o sacrifício de alguns em prol da felicidade de outros, conduzindo a tirania da maioria” (Rosen, 2003: 2 – tradução livre), com isso reproduzindo uma visão distorcida sobre o sentido original da noção de utilidade.

Da forma como é contemporaneamente reconhecido, o princípio da utilidade está associado à ênfase na razão e no mundo das trocas econômicas, o que fez constituir no imaginário social o sentimento de que as relações sociais estão cada vez mais imersas nos modelos do auto-interesse e que este auto-interesse é representativo da maximização da utilidade pessoal. Portanto, problematizar toda esta questão é também resgatar as origens de *como, por quê e em que circunstância* ocorreu a passagem de uma prática econômica baseada

em elementos morais e coletivos para uma prática econômica baseada na visão mercantil, que constituiu e consolidou uma redução do pensamento econômico à idéia de interesse individual.

Ou seja, é necessário problematizar como foi possível que, no campo epistemológico, alguns modelos explicativos fossem substituídos por outras fontes de significado. Para tanto, parece pertinente analisar os principais elementos que colaboraram para esse processo de transição, isto é, refletir sobre as rupturas e inconsistências que fizeram produzir um distanciamento entre um sistema de valor pautado na idéia de moral coletiva e a emergência de um modelo explicativo baseado no indivíduo interessado em satisfazer seus próprios interesses.

Albert O. Hirschman em seu livro *As paixões e os interesses* (2002) oferece alguns elementos que demonstram como um sistema de valor pautado na *glória* e na *honra* pôde ser substituído por um outro pautado no *lucro* e no *enriquecimento*. O autor buscou expor os meandros ideológicos da passagem de uma economia feudal para uma economia capitalista destacando os quadros teóricos e os acontecimentos que, sobretudo a partir do século XVII, contribuíram para que a lógica das virtudes heróicas e da moral abrisse espaço para a lógica do dinheiro.

A mudança nos quadros teóricos e epistemológicos, iniciada desde o período do Renascimento (séculos XV/XVI), contribuiu para que se consolidasse uma proposta explicativa do mundo mais próxima de como este *realmente é* e não de como este *deveria ser*. Esse modelo analítico mais objetivo influenciou também a teoria do Estado, mais especificamente a arte de governar. Segundo Hirschman, foi Maquiavel quem colaborou para instaurar uma ordem explicativa do mundo mais realista, cujo objetivo era ajudar o príncipe a manter o seu poder. Nas bases dessa colaboração residia a idéia de que o príncipe deveria procurar conhecer *o homem como ele realmente é*. Dirigindo seu entendimento para *o homem*

real no mundo real, o príncipe poderia aprimorar a sua arte de governar. Essa visão realista e ao mesmo tempo objetiva do mundo, tinha por propósito suplantar as paixões (consideradas destrutivas e perigosas) que circundavam a natureza humana (Hirschman, 2002).

“A esmagadora insistência em olhar o homem ‘como ele realmente é’ tem uma explicação simples. Um sentimento surgiu no Renascimento e tornou-se uma firme convicção durante o século XVII: a filosofia moral e os preceitos religiosos não podiam mais ser responsabilizados por reprimir as paixões destrutivas dos homens. Novos caminhos tinham que ser encontrados e a procura por eles começou de modo bastante lógico com uma dissecação detalhada e franca da natureza humana” (Hirschman, 2002: 36-37).

Um dos principais sentimentos conclamados como opostos à instabilidade gerada pelas paixões eram os interesses. Na verdade, segundo Hirschman, *interesses* e *interesse* foram termos fundidos e adotados como sinônimos por Maquiavel, que os identificava a “uma vontade sofisticada e racional, não perturbada por paixões e impulsos momentâneos” que dariam orientação clara e firme ao príncipe.” (Hirschman, 2002: 55).

“... o termo “interesses” realmente carregava – e por conseguinte conferia ao enriquecimento – uma conotação positiva e curativa derivada da sua recente estreita associação com a idéia de uma maneira mais esclarecedora de conduzir os negócios humanos, privados e públicos” (Hirschman, 2002: 63).

Hirschman assume a idéia de *interesse* como um novo paradigma, um paradigma que passa a explicar o comportamento humano a partir do século XVII e que traz previsibilidade a um mundo antes governado pela instabilidade das paixões.

“Como a paixão era considerada destrutiva e a razão ineficaz, a visão de que a ação humana podia ser exaustivamente descrita por atribuição a uma ou outra significava uma perspectiva extremamente sombria para a humanidade. Uma mensagem de esperança foi portanto transmitida pela introdução do interesse entre as duas tradicionais categorias da motivação humana. O interesse era visto na realidade participando da melhor natureza de cada um, como a paixão do amor próprio melhorada e contida pela razão, e como razão que recebe orientação e força daquela paixão. A resultante forma híbrida de ação humana

era considerada isenta tanto da destrutividade da paixão quanto da ineficácia da razão. Não é de se admirar que a doutrina do interesse fosse recebida na época como uma verdadeira mensagem de salvação” (Hirschman, 2002: 63-64).

Assim, aconteceu que de um mundo regido pelas paixões e pelos feitos heróicos sucedeu um mundo regido pelos interesses, agora conformado pela busca do interesse próprio. É particularmente relevante para o nosso trabalho enfatizar os elementos dessa passagem, especialmente porque isto nos ajudará a compor os argumentos necessários para problematizar um dos nossos objetos de questionamento: a forma como a noção de interesse se aproximou e de certo modo mesclou-se com a noção de utilidade na contemporaneidade.

A contribuição de Hirschman está em demonstrar que a instituição do capitalismo enquanto modo de produção não poderia subsistir sem que também tivesse sido encampado, conforme sugerimos, um processo civilizador (no sentido de Norbert Elias) capaz de domar as paixões violentas e instáveis, que inibiam a associação entre os indivíduos²⁵. Esse processo civilizador, segundo denominamos, paulatinamente conformou uma prática e uma nova visão condizente com a reprodução da atividade mercantil e comercial consolidada em bases racionais. O mote passou a ser então a maximização dos interesses pessoais, pois somente assim haveria controle e previsibilidade quanto aos rumos das ações sociais. Este fato contribuiu de modo relevante para que o termo *interesse* fosse incorporado ao campo das atividades econômicas, e que seu significado fosse extravasado para outras esferas da vida em sociedade, passando a constituir os alicerces simbólicos que aproximariam (e ainda hoje aproximam) essa noção à idéia de maximização do bem-estar pessoal²⁶.

²⁵ Max Weber (2000) encontrou no *ethos* protestante a base de uma conduta ascética e rigorosa que, poderíamos pensar, serviu como um “processo civilizador” das práticas sociais.

²⁶ Danilo Marcondes (2004) enfatiza que durante o Iluminismo (século XVIII) os ideais de liberdade, autonomia e controle de si eram aqueles representativos da forma como os seres humanos deveriam se comportar perante o mundo. Ou seja, tornaram-se modelos de conduta que, como destacou Hirschman (2002), contribuíram para minimizar os impactos das paixões frente aos interesses. Mas para Marcondes merece destaque também a forma como o “racionalismo iluminista estabelece[u] que o homem, o indivíduo dotado de consciência autônoma, deve[ria] ser livre em relação à autoridade externa, política e religiosa que o domina[va] e oprime[ia], mas

Robert P. Harrison (1992) também se preocupou em refletir sobre a emergência de um modelo utilitário de análise da realidade, porém mais especificamente no que se refere à relação sociedade-natureza. Na perspectiva de esclarecer onde estariam resguardadas as origens históricas do modo utilitário de representação da natureza²⁷, esse autor analisa o papel do Iluminismo (século XVIII), destacando as contribuições simbólicas deste para com a formação de uma cultura moderna baseada no princípio da utilidade.

As reflexões de Harrison levaram-no, ainda, até o século XVII e à obra de René Descartes *O Discurso sobre o Método*, considerada como um marco transformador do modo humano de compreender e de agir frente ao mundo. Ele aponta Descartes como pai do Iluminismo, e os caminhos apresentados por este no *Método* como o espelho não só de uma nova forma de representar a relação entre o sujeito cognoscente e seu objeto do conhecimento, avançando nos princípios da objetividade científica, como também, de uma nova visão de mundo em que a tradição e as crenças deixam de ser os modelos explicativos da realidade por serem reconhecidas como práticas atreladas ao passado.

Essa postura crítica com relação aos modelos explicativos do passado teria instaurado, segundo o autor, uma *lógica irônica* na maneira como a ordem social passou a representar *a* e a agir *sobre* a natureza. Essa *lógica da ironia* estaria associada a uma *trope of detachment* (Harrison, 1992), ou seja, a uma imagem de desligamento, a uma ruptura e separação do presente com relação ao passado. Essa visão se clarifica com a comparação, feita por Harrison, entre os distintos princípios que regem a floresta de Dante e a floresta de Descartes.

também em relação às suas próprias paixões, emoções e desejos. O homem livre é senhor de si também no sentido de que deve exercer controle sobre si e agir sempre de acordo com sua vontade de decisão racional” (Marcondes, 2004: 203-204).

²⁷ Harrison propõe essa discussão mais especificamente no capítulo 3 – Enlightenment – de seu livro *Forests* (1992).

Harrison explica que, quando Dante, sob os auspícios de uma *lógica da comédia*²⁸ (presente no medievo), promove a sua jornada em meio a uma floresta tenebrosa, no canto I do Inferno, ele não se encontra simplesmente perdido, mas também impedido de prosseguir sozinho naquela viagem. Para ele, sair da floresta somente é possível com o auxílio de uma figura divina, representada na *Divina Comédia* por Virgílio. O contrário ocorre na floresta de Descartes, apresentada em uma situação hipotética de *O Discurso sobre o Método*. Nesta, as figuras míticas são substituídas pela eficiência do método representado pela matemática, que promove uma solução eficiente aos que por ventura se encontrem perdidos em meio a uma floresta. A melhor solução para esta situação estaria em caminhar continuamente em linha reta, mantendo sempre o mesmo curso de direção. Agindo desta forma, seria não só mais fácil sair daquele meio inóspito, como também minimizar o tempo e o esforço gastos (Harrison, 1992).

A diferença entre a primeira maneira de representar a floresta e a segunda é que, ao contrário de Dante, Descartes atribuiu ao próprio sujeito a capacidade de resolver os problemas que estão a sua volta, demonstrando para tanto a importância de se seguir os princípios do método, ou seja, da ciência. O sujeito de Descartes tem capacidade para encontrar de modo objetivo uma resposta, sem precisar recorrer ao auxílio de seres mágicos ou míticos, utilizando apenas os seus próprios recursos, ou seja, sua razão e consciência (Harrison, 1992).

É desta maneira que o trabalho de Descartes promove um distanciamento das formas alegóricas de explicação do mundo e da natureza, acabando por instaurar uma ruptura em relação às formas anteriormente reconhecidas. Sob tal influência as florestas deveriam ser pesquisadas através de um método e por intermédio da *razão*. Isto certamente acabou por

²⁸ A *lógica da comédia*, descrita por Harrison (1992), significa que neste período as florestas passaram a ser reconhecidas como sombras da lei. Isso evidencia a visão de que as florestas eram colocadas “fora” da organização social, sendo consideradas como “fronteiras da natureza não humanizada” (Harrison, 1992: 61 – tradução livre); Nessa concepção era descarnado o caráter substancial das mesmas, apresentando-as como espectro, como sombra ou o lugar dos erros e reveses.

produzir conseqüências nas formas sociais de apreensão e utilização da natureza; tanto que nos séculos XVIII e XIX já se podia encontrar o *forester*, um estudioso e “especialista” em florestas, cuja função era conhecer de modo científico as condições geográficas e climáticas das mesmas para o seu melhor uso e cultivo²⁹ (Harrison, 1992). Desse modo, as florestas passaram a ser reduzidas à sua forma mais objetiva, a madeira, isto é, uma mercadoria que de acordo com as representações modernas passa a adquirir várias formas de *utilidade*.

Esse mundo Iluminista, descrito por Harrison, teria colaborado para a homogeneização de um modo de vida regido pelo econômico (prática da “economicização da vida”). Nesse sentido, não surpreende que a noção de utilidade evocada por este autor, não só ganhe um papel de destaque, como também esteja atrelada aos modelos de maximização dos interesses individuais. Compreendido isto, é como se Harrison dissesse que a percepção e o imaginário sociais sobre a natureza não conseguem prescindir da idéia de utilidade a partir da Modernidade.

Percebemos a partir das explicações de Hirschman (2002) e Harrison (1992) como as idéias de *interesse pessoal* e *utilidade* vão aos poucos se aproximando e ganhando um *status* de *valor* entre as acepções práticas e teóricas, constituindo-se em uma *visão de mundo* com capacidade para orientar as ações humanas e as reflexões sobre tais ações.

Contudo, resta-nos ainda compreender, assim como nos instiga Rosen (2003), as origens clássicas do princípio do utilitarismo, para que a partir dessa análise possamos entender até que ponto as ações e representações sociais contemporâneas encontram-se imersas em tal princípio.

²⁹ É representativa a citação de Harrison sobre o *forester*: “Since every terrain has a certain depth, beyond which the roots cannot reach, excessive cutting will only hasten the moment when trees begin to decay. The forester must command such knowledge in all its empirical detail if he is to prescribe the timing of the cut. He must decide to leave some woods untouched for several generations, so that large-growth trees can flourish and be exploit for their appropriate purposes in the future; he must know which the optimum variety or quantity of species for a given area. This knowledge leads to an enlightened public administration of woodlands” (Harrison, 1992: 119).

Capítulo 2

O Utilitarismo Clássico:

o necessário retorno às origens

“A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos. (...) O princípio da utilidade reconhece esta sujeição e a coloca como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei” (Bentham, 1979: 3).

1 – O Utilitarismo Clássico

Neste capítulo buscaremos estudar de que modo a noção de utilidade aproximou-se das noções de interesse pessoal e racionalidade instrumental na contemporaneidade, constituindo sentidos quase que sinônimos. Observamos que os rumos teóricos que contribuíram para que esta aproximação ocorresse não estão claros, por isso tentaremos refazê-los, resgatando as perspectivas analíticas de pensadores que elegeram o tema da utilidade como o fundamento de suas pesquisas. Dentre os autores que se enquadram nesta perspectiva estão Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), principais ícones do utilitarismo inglês³⁰.

³⁰ Esse dois autores foram escolhidos porque são considerados ainda hoje os principais representantes do movimento utilitarista. O primeiro, Jeremy Bentham, foi aquele que expôs e sistematizou a filosofia utilitária, o segundo, Stuart Mill, por ter complexificado o sistema de Bentham e reelaborado a ética utilitária. Segundo Albee (1901) Bentham e seus imediatos seguidores não imaginaram que estivessem propondo um novo ponto de

Em seu livro “Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação”³¹, publicado em 1789, Jeremy Bentham tratou de definir aquele que seria reconhecido como o *princípio da utilidade*, o qual mais tarde designaria por *princípio da maior felicidade*. Ao mesmo denominou:

“... aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade” (Bentham, 1979: 4).

Esse princípio é reconhecido e defendido pelo autor como sendo aquele que deve orientar as ações humanas. Há, portanto, uma preocupação para com o estabelecimento de um fundamento moral, de um guia para as condutas individual e coletiva. Observa-se isso ao analisar o quadro teórico das reflexões de Bentham, para quem o grande objetivo dos seres humanos é a maximização do prazer, considerado uma das sensações mais importantes. Nesse sentido, os indivíduos agiriam em prol da busca de tal princípio, dirigindo suas escolhas por caminhos que mantivessem e garantissem o alcance da maior felicidade e a imunidade a dor.

Um dos pontos relevantes para pensar a noção de interesse na proposição de Bentham está referido à idéia de que a melhor ação é aquela que ajuda a promover o prazer para um maior número de pessoas. Essa máxima está atrelada intimamente ao que este autor considerava ser o interesse de uma comunidade, sendo a mesma definida como um “corpo fictício” formado pela soma dos interesses individuais de cada um dos membros que dela

partida para tratar as questões éticas quando mudaram a sua ênfase e abordagem partindo de considerações não-teológicas.

³¹ Segundo Martin (1997) “The Principles of Morals & Legislation were intended as an introduction to a much larger work, but in true Bentham fashion, he never completed the manuscript. The Principles of Morals & Legislation received considerable attention, albeit of a different nature, in both England and in France. In England, the Tories attacked the work as being “unpatriotic, un-Christian and materialistic”. Nevertheless, the work brought utilitarianism to the forefront in England and caused it to be taken as one side of many public policy debates. In France, the work was well received and recognized as being in the spirit of Voltaire and the European Enlightenment (Martin, 1997: 272).

participam. Ou seja, o interesse da comunidade está intimamente atrelado aos interesses particulares dos indivíduos. É exatamente a isto que Martha C. Nussbaum (2004) está se referindo quando aponta na citação destacada abaixo que, para Bentham, a questão de uma ou mais pessoas buscando o princípio da utilidade é um tópico quantitativo – isto é, não se trata de uma coletividade³², mas de um somatório de indivíduos.

“Nor is Bentham worried about interpersonal comparisons, a problem on which economists in the Utilitarian tradition have labored greatly. For Bentham there is no such problem: when we enlarge our scope of consideration from one person to many people, we simply just add a new dimension of quantity. Right action is ultimately defined as that which produces the greatest pleasure for the greatest number” (Nussbaum, 2004: 3).

Esse aspecto quantitativo da obra de Bentham, segundo Frederick Rosen (2003), parece ter sido mal interpretado por alguns autores contemporâneos – por pensadores dos campos da filosofia política e da moral. Nestes campos este princípio teria assumido a máxima de que o sacrifício de um inocente ou de uma minoria seria justificável desde que houvesse a ampliação da felicidade para um maior número de indivíduos, o que seria representativo de uma *tiranía da maioria*. Rosen não compactua com esta visão, mas reforça diversas vezes a existência de uma leitura e de uma interpretação enviesadas do utilitarismo clássico, não condizentes com os princípios originais do mesmo.

Rosen (2003) propõe uma análise da idéia de utilidade colocando-a mais próxima do fundamento da moralidade e da justiça. Seu interesse recai mais intensamente sobre a noção de utilidade que se conformou no período moderno através do resgate da tradição de Epicuro, filósofo grego que viveu no século IV a.C. É sabido que a temática da ética, da moral e da virtude era um ponto de interesse e análise dos filósofos gregos pós-socráticos, e são exatamente estes os princípios encontrados na filosofia de Epicuro que foram resgatados por

³² No sentido mais sistêmico da definição, onde a soma do todo é maior do que a soma das partes.

pensadores do Renascimento nos séculos XV/XVI e pelos autores da corrente Iluminista dos séculos XVIII/XIX.

Tanto Jeremy Bentham quanto John Stuart Mill, autores que deram grande contribuição e expressão ao tema da utilidade, incorporaram de Epicuro o princípio da “maximização do prazer e minimização da dor”, ou o também chamado “princípio da busca da maior felicidade”, o qual acabou por se tornar o lema central das abordagens utilitaristas (Rosen, 2003).

Se tomarmos em consideração o movimento que produziu o resgate da filosofia de Epicuro durante o período do Renascimento e posteriormente no Iluminismo, veremos que este está associado à crítica ao modelo aristotélico tal como foi incorporado pela Igreja Católica durante a Idade Média. Neste período as explicações para os fatos e fenômenos eram alicerçadas no princípio da “Grande Cadeia do Ser”, sustentado pela idéia de que tudo no universo estaria atrelado à providência divina como causa final. Em contraposição a isto, o resgate da filosofia de Epicuro representava uma visão materialista não atrelada às idéias de poder divino e de teleologia (Foster, 2000). Exatamente por isso, o materialismo de Epicuro, segundo Foster, foi resgatado por autores como Bacon, Hobbes, Locke, Hume, Diderot, dentre outros³³, na tentativa de subverter a visão preponderante regida pela Igreja naquela época³⁴.

Podemos inclusive perceber como Bentham e posteriormente Mill são autores que se posicionam dentro desta tradição. Apesar de Bentham não ser um daqueles pensadores dentre os quais seja possível definir as idéias em um único sistema lógico e ordenado, é razoável notar como ele era um homem de seu tempo e como tal, estava interessado em analisar os

³³ É válido ressaltar que a filosofia de Epicuro contraposta à de Demócrito foi o tema da tese de doutorado de Karl Marx em 1841 (na Universidade de Berlim) cujo título era: *Diferenças da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro*.

³⁴ Para Foster, “a filosofia de Epicuro assumiu um extraordinário papel no desenvolvimento do materialismo, no Iluminismo inglês e francês, opondo-se a filosofia aristotélica da natureza promovida sob o Cristianismo” (Foster, 2000: 39 – tradução livre).

mais variados aspectos da sociedade inglesa que entre os séculos XVIII e XIX sofria modificações profundas em sua estrutura sócio-econômica. Por conta disso, os temas que mais se destacavam como parte de seu interesse analítico eram as questões da moral, da legislação (do direito) e da economia. Mas o reconhecimento teórico de sua obra advém, sobretudo, do seu empenho em inserir o utilitarismo nesses vários campos.

John Stuart Mill, que foi aluno de Bentham, dedicou-se também ao estudo do utilitarismo. Em seu ensaio *O Utilitarismo*, escrito em 1861 e publicado como livro em 1863, identificamos uma fonte importante de análise e reflexão para os temas da moralidade e da ética coletivas, analisados sob o prisma do princípio da maior felicidade. Mill não abandona esse princípio epicurista; assim como Bentham, utiliza-o para pensar as ações humanas. Segundo as palavras do próprio autor, a moralidade relaciona-se “as regras e os preceitos da conduta humana, cuja observação permitiria que uma existência (...) fosse assegurada, na maior medida possível, a todos os homens; e não apenas a eles, mas também, na medida em que comporte a natureza das coisas, a todos os seres sencientes da criação ³⁵” (Mill, 2000: 194-195).

“... a moralidade utilitarista efetivamente reconhece nos seres humanos o poder de sacrificar seus maiores bens pessoais pelo bem de outros. Apenas se recusa a admitir que o sacrifício em si mesmo seja um bem. Um sacrifício que não aumenta nem tende a aumentar a soma total de felicidade é considerado como desperdício. (...) Fazer aos outros o que gostaria que lhe fizessem e amar ao próximo como a si mesmo constituem a perfeição ideal da moralidade utilitarista. Para nos aproximarmos o mais possível desse ideal, a utilidade recomendaria os meios que se seguem. Em primeiro lugar, que as leis e os dispositivos sociais deveriam pôr o mais possível a felicidade ou (como se poderia na prática chamá-lo) o interesse de cada indivíduo em harmonia com os interesses do todo; e, em segundo lugar, que a educação e a opinião, as quais possuem um poder avassalador sobre o caráter humano, deveriam usar esse poder para estabelecer no espírito de cada indivíduo uma associação indissolúvel entre sua própria felicidade e o bem do todo, principalmente entre sua felicidade pessoal e a prática desses modos de

³⁵ Merece destaque o fato de o Utilitarismo ter preocupação com os chamados “seres sencientes”, todos os seres sensíveis que habitam o mundo. Essa abordagem guarda lembranças, mantendo as devidas proporções, com a idéia de valor de existência apreendida pelos ambientalistas do movimento *deep ecology* e com as correntes do ambientalismo que apregoam direitos à natureza e aos animais.

conduta, negativos e positivos, conforme prescritos pela felicidade universal” (Mill, 2000: 202-203).

Essa relação entre interesse pessoal e interesse coletivo é o que intentamos desvelar nas análises de Bentham e Mill sobre o princípio da utilidade, visando mostrar o caráter complexo de seu significado. Analisaremos a seguir a perspectiva analítica de Jeremy Bentham e em seguida, abordaremos as contribuições de Stuart Mill ao desenvolvimento desse tema. Não obstante, tentaremos manter alguns paralelos entre as óticas particulares desses autores.

1.1 – O utilitarismo de Jeremy Bentham

É a partir da apreciação da noção de utilidade que buscaremos analisar o modo como Bentham compreendia e estudava as ações humanas. Para isso vamos retomar o debate sobre a relação *indivíduo-comunidade* e analisar de que modo as questões do interesse individual e do interesse coletivo são inseridas nessa abordagem do autor. A partir desta explanação espera-se resgatar as origens e consolidação do princípio da utilidade como valor social da Modernidade.

Vimos como para Bentham o interesse da comunidade resulta da associação entre os interesses particulares dos indivíduos que pertencem a essa coletividade. Essa postura parece, em princípio, coadunar com uma visão mecanicista do mundo, de onde a ordem das coisas assemelha-se às peças ordenadas uma a uma em uma “máquina”, compondo assim um único conjunto³⁶. Mas é necessário investigar mais rigidamente as diretrizes teóricas que guiavam Bentham para compreender o que de fato significavam interesse pessoal e utilidade para o mesmo, e com isso pensar o que representava a ação social para este autor.

³⁶ Segundo Danilo Marcondes (2004) a referência à máquina, ao átomo, enfim aos modelos da física baseados no mecanicismo, tornam-se modelos explicativos da realidade a partir do Renascimento. No entanto, com o Iluminismo, esse modelo assume a forma do indivíduo livre e autônomo, e da ênfase na razão humana.

Em princípio, um indivíduo que direciona a sua conduta para a maximização da sua felicidade poderia ser interpretado como egoísta. No entanto, é forçoso ressaltar deste exemplo o fato da busca da felicidade empreendida por este indivíduo ter um caráter coletivo em seu fundamento. Acreditamos que quando Bentham expõe sua noção de utilidade ele não o faz através de uma distinção tão clara entre os desejos do indivíduo e os desejos da coletividade da qual ele provém, e isso ocorre exatamente porque o seu foco analítico está direcionado para o agente moral. Antes de opor o indivíduo à coletividade o autor parece querer fazer uma síntese entre os mesmos: o indivíduo agiria motivado por valores morais que reforçariam a necessidade de alcançar o bem coletivo, ou seja, o indivíduo carregaria consigo o impulso de agir em prol do bem comum. É nesse sentido que o princípio da utilidade, tal como discutido por Bentham, poderia ser compreendido como o *valor* que dirige as ações humanas e ainda como seu fundamento. Somente considerando este princípio sob tal perspectiva é que podemos defini-lo como síntese entre os âmbitos individual e coletivo³⁷.

1.1.1 - O individual e o coletivo na abordagem de Bentham: pensando a perspectiva teórica da ação

O indivíduo estudado por Bentham é um indivíduo que possui uma perspectiva moral introjectada na sua forma de conduta. Este fato também é relevante na obra de Stuart Mill, como será discutido mais adiante. Agir de modo que sua ação possa ser boa para maximizar a felicidade da comunidade da qual se faz parte é uma afirmação que demanda uma prerrogativa moral. Isso de modo algum parece ser anacrônico com o contexto histórico vivenciado por Bentham. Lembramos que este viveu em uma época cujos quadros teóricos

³⁷ Gunn (1968) destacou que embora os leitores tendam a enfatizar a abordagem de Bentham “da soma de interesses particulares” como uma perspectiva individualista no sentido mais estrito, eles assim o fazem porque tomam como foco apenas a dimensão econômica da abordagem desse autor. Do ponto de vista político, aquele de maior interesse de Bentham, essa questão da “soma dos interesses” deve ser vista sob um enfoque mais amplo, já que incorpora necessariamente a perspectiva coletiva. Nesse sentido, para Gunn, Bentham não era alheio a essa complementaridade entre interesse pessoal e interesse coletivo.

estruturantes oscilavam entre as influências de pensadores Iluministas, que davam destaque ao Indivíduo, e de pensadores que buscavam aportes teóricos na antiguidade clássica, sobretudo grega, influenciados por temas relacionados à Virtude, à Moral, etc. Talvez, por isso, o sistema teórico de Bentham, se assim pudermos denominá-lo, tenha incorporado elementos que oscilam entre as perspectivas individual e coletiva, ora pendendo para as referências individualistas ora decaindo para modelos éticos e morais de comportamento. A sua visão da utilidade encontra-se entre tal pêndulo; trata-se do *valor* que vincula uma dimensão a outra, sem as opor. Poder-se-ia ser dito então que, para Bentham, o agir de cada indivíduo representa o agir de um indivíduo para si e para o corpo social do qual participa.

Não há, nos desdobramentos do utilitarismo de Bentham, uma teoria da escolha coletiva, nem das representações e práticas coletivas, a maneira como teremos com Émile Durkheim na França um pouco mais tarde. A visão desse utilitarista inglês está longe de compor aproximações com a idéia de sistema ou da sociedade como um organismo. Sua visão aproxima-se da perspectiva do individualismo, mas não completamente, já que a coletividade é uma dimensão importante nesse processo.

A noção de auto-interesse, cara às correntes do individualismo metodológico na contemporaneidade, não pode ser reconhecida *stricto sensu* no utilitarismo de Bentham. Para este autor, o auto-interesse poderia ser pensado como aqueles interesses que os indivíduos identificam como importantes para aumentar a sua felicidade e a do grupo do qual fazem parte. Há, portanto, uma extensão entre os interesses pessoais e os interesses coletivos. Contudo, para demonstrar isso, Bentham faz uso de uma metodologia que objetiva medir a quantidade de prazer e de dor que podem afetar os interesses de uma coletividade.

Diz Bentham:

“V. – Se, por conseguinte, quiseres fazer uma avaliação exata da tendência geral de qualquer ato que afeta os interesses de uma coletividade, procede da seguinte maneira.

Começa por qualquer uma das pessoas cujos interesses parecem ser mais imediatamente afetados pelo ato em questão, e procura fazer uma apreciação dos seguintes elementos:

(1) o valor de cada *prazer* distinto que se manifesta como produzido pelo ato na *primeira* instância;

(2) o valor de cada *dor* distinta que se manifesta como produzida pelo ato na *primeira* instância;

(3) o valor de cada *prazer* que se manifesta como produzido pelo ato *após* o primeiro prazer. Isto constitui a *fecundidade* do primeiro *prazer* e a *impureza* da primeira *dor*;

(4) o valor de cada *dor* que se manifesta como produzida pelo ato *após* a primeira. Isto constitui a *fecundidade* da primeira *dor* e a *impureza* do primeiro *prazer*.

(5) Soma todos os valores de todos os *prazeres* de um lado, e todos os valores de todas as *dores* de outro. O balanço, se for favorável ao prazer, indicará a tendência *boa* do ato em seu conjunto, com respeito aos interesses desta pessoa *individual*; se o balanço for favorável à *dor*, indicará a tendência *má* do ato em seu conjunto.

(6) Faze uma avaliação do número de pessoas cujos interesses aparecem em jogo e repete o processo acima descrito em relação a cada uma delas. *Soma* depois os números que exprimem os graus da tendência *boa* inerente ao ato, com respeito a cada um dos indivíduos em relação ao qual a tendência do ato é *boa* em seu conjunto. Ao depois, faze o mesmo com respeito a cada indivíduo em relação ao qual a tendência do ato é *má* em seu conjunto.

Feito isto, procede ao *balanço*. Este, se for favorável ao *prazer*, assinalará a *tendência boa* geral do ato, em relação ao número total ou à comunidade dos indivíduos em questão. Se o balanço pesar para o lado da *dor*, teremos a *tendência má* geral, com respeito à mesma comunidade.

(...)

VII. – Analogamente pode-se aplicar o mesmo processo ao prazer e à dor, qualquer que seja a forma sob a qual apareçam (...). O processo pode ser aplicado ao prazer, quer este se denomine um *bem* (...), *proveito* (...), ou *conveniência*, ou *vantagem*, *benefício*, *recompensa*, *felicidade* e assim por diante. Pode o método também ser aplicado à dor, quer esta se denomine um *mal* (...), *prejuízo*, ou *inconveniência*, ou *desvantagem*, ou *perda*, ou *infelicidade*, e assim por diante” (Bentham, 1979: 17-18).

Esta longa citação destacada da obra de Bentham é bastante representativa da forma como o mesmo avalia a relação entre o balanço positivo que uma ação poderia angariar para um indivíduo e aquilo que representaria um saldo positivo em termos de aumento da felicidade para uma comunidade. Há uma proposta quantitativa na avaliação desse balanço que não pode ser negada, mas também é possível perceber que, por intermédio da avaliação entre o balanço positivo (maximização do prazer) e o balanço negativo (maximização da dor), as ações ganham forma.

Considerar que prazeres e dores podem ser medidos é uma colocação que tem gerado polêmica desde a época em que foi proferida por Bentham. Para muitos críticos este é o ponto fraco dos argumentos desse utilitarista (Crisp, 1997), pois os mesmos não concordam que os diferentes prazeres e dores possam ser medidos apenas segundo uma escala quantitativa de duração e intensidade³⁸. Para Albee (1901) essa quantificação de prazeres e dores expõe a limitação do corpo teórico de Bentham e a sua visão mecânica da natureza humana, reduzindo os julgamentos morais a uma série de questões de ‘aritmética moral’.

Todavia, há uma análise mais recente sobre este aspecto da obra de Bentham que redimensiona a crítica proposta por Albee (1901). Rosen (2003) observa que quando Bentham discute as medidas quantitativas dos prazeres e das dores ele também está expondo qualidades, ou pelo menos mostrando a interação existente entre ambas³⁹.

“When Bentham listed seven ‘elements’ or ‘dimensions’ of value (intensity, duration, certainty, propinquity, fecundity, purity, and extent), he might have been referring to quantitative assesment, but the seven elements or dimensions comprise different qualities of measurement concerning pleasure and pain. It would be difficult to weigh up the intensity and purity of a pleasure in one sum, though not impossible to suggest that one pleasure was more intense than another or purer in the sense of not being followed by pain” (Rosen, 2003: 177).

A magnitude desse debate sobre “quantidade de prazeres e dores” se dirigiu posteriormente para uma indagação sobre a qualidade dos prazeres que estavam sendo evocados pelos utilitaristas. A pergunta recorrente era: “Sobre quais tipos de prazeres os teóricos do utilitarismo estariam falando?” Foi Stuart Mill quem tentou responder a essa

³⁸ A escala descrita por Bentham envolve, além da intensidade e da duração, outros quatro aspectos: certeza, proximidade, fecundidade e pureza.

³⁹ Rosen (2003) lembra que quando Bentham iniciou sua escrita sobre “Princípios da Moral e da Legislação” não existiam, naquele período, tentativas de listar prazeres e dores. Como ele mesmo diz: “Bentham thought that he was taking a major step forward in the logical analysis of pleasure and pain and could never have conceived that he was being typecast as a villain in a story in which he was presenting a shallow quantitative approach rather than a qualitative one.” (Rosen, 2003: 179).

indagação⁴⁰, colocando-se de modo crítico contra aqueles que classificavam o utilitarismo como “a pig philosophy” (Crisp, 1997: 25); uma filosofia preocupada apenas com os prazeres sensualistas.

Para Mill, a defesa do princípio do prazer e da minimização da dor não se tratava de uma evocação ao prazer no seu sentido mais estreito ou mesmo como ele diz grosseiro – “its grossest form” (Mill, 1961: 329) – numa referência simplista aos chamados prazeres mundanos ou lúbricos. Ao contrário, referia-se ao prazer no seu sentido mais geral, enquanto princípio. Mill não esclarece o que por ventura seria o prazer no seu sentido mais geral, mas nos traz algumas descrições de quais seriam estes: os prazeres associados ao intelecto e aos sentimentos morais, isto é, prazeres que conduzem à serenidade e à tranqüilidade da alma, valores mais elevados que aqueles prazeres alcançados pela mera sensação⁴¹ (Mill, 2000).

“É preciso admitir, entretanto, que em geral os escritores utilitaristas reconheceram a superioridade dos prazeres mentais sobre os corpóreos principalmente pela maior permanência, maior segurança, pelo menor custo etc., dos primeiros – ou seja, por suas vantagens circunstanciais, mais que por sua natureza intrínseca. (...) É perfeitamente compatível com o princípio da utilidade reconhecer o fato de que algumas *espécies* de prazer são mais desejáveis e mais valiosas do que outras” (Mill, 2000: 188-189).

Esse debate sobre aspectos quantitativos e qualitativos dos prazeres e dores, encontrados na abordagem utilitarista, pode ser entendido aqui como uma digressão. Embora seja uma discussão importante entre os teóricos dessa “escola” não é o nosso propósito estender essa análise para além do que foi apresentado. O mais importante a enfatizar é que na soma de prazeres e dores, destacada por Bentham, a perspectiva do indivíduo agindo em prol

⁴⁰ De fato, Mill escreveu “O Utilitarismo” como uma forma de responder àqueles que divulgavam suas críticas ao princípio da maior felicidade sem, contudo, parecer entendê-lo. Principalmente contra Thomas Carlyle, crítico contundente do utilitarismo e adversário intelectual de Bentham.

⁴¹ Percebe-se, com isso, a referência às explanações de Epicuro (2005) sobre a felicidade. Para Epicuro “a finalidade da filosofia (...) pode ser tão-somente achar e mostrar ao homem o caminho para o máximo, o mais tranqüilo e o mais puro prazer [o qual] (...) não é, porventura, um grosseiro “gozo” sensual ou talvez volúpia (...), mas uma total falta de dores no âmbito físico, e total tranqüilidade no âmbito da alma” (2005: 25). Segundo Rosen (2003), Bentham e sobretudo Mill reiteram essa tradição epicurista.

da coletividade mantém-se. Percebemos isso também quando este autor discute os aspectos que contribuem para a coesão social.

Na discussão de Bentham sobre os motivos – aquilo que impulsionaria os indivíduos a manter a coesão (motivos bons) e a diminuir a coesão (motivos maus) da sociedade – encontramos a perspectiva da intencionalidade da ação. Ao tratar desse tema, Bentham associa-o a dois fatores básicos: ao próprio ato e às conseqüências do mesmo. É considerado um ato intencional, portanto, aquele que afetar o próprio ato e/ou aquele que afetar as conseqüências do mesmo. Nesse sentido, as intenções das pessoas no curso de suas ações podem ser consideradas boas ou más somente quando as conseqüências e os efeitos das ações forem analisados, assim como devem ser averiguados também os motivos que conduziram um indivíduo a executar tal ação.

“... a qualidade boa ou má das conseqüências [da intenção de um ato] depende das circunstâncias. Ora, as circunstâncias não constituem objeto da intenção. A intenção de uma pessoa tem por objeto o ato, através da sua intenção a pessoa produz o ato; quanto às circunstâncias, a pessoa não as *visa com a sua intenção*; na medida em que considerarmos as circunstâncias na sua qualidade de circunstâncias, não podemos afirmar que as pessoas *as* produzam. Se porventura houver algumas circunstâncias de cuja produção a pessoa tiver sido causa instrumental, isto se deu em razão de intenções anteriores, dirigidas a atos anteriores, os quais produziram aquelas circunstâncias como conseqüências: no tempo em questão a pessoa as assume como as encontra.

Os atos, juntamente com as suas conseqüências, constituem objeto da vontade bem como da inteligência. Em relação a elas a única coisa que podemos fazer é conhecê-las ou não conhecê-las; em outras palavras, ter consciência delas ou não tê-la. Ao item ‘consciência’ pertence o que se pode e deve dizer acerca da qualidade boa ou má da intenção de uma pessoa, conforme resulta das conseqüências do ato; ao item ‘motivos’ pertence o que se pode e deve dizer a respeito da sua intenção, conforme resulta do motivo” (Bentham, 1979: 24-25).

Esse debate sobre a intencionalidade e os motivos das ações poderia gerar um duplo entendimento dessa questão, segundo propomos: a) caso o enfoque fosse direcionado para as *circunstâncias* teríamos a proposição de que os indivíduos não são capazes de prever e controlar as conseqüências resultantes de suas ações, e nesse sentido as ações motivadas por

intenções boas ou más não poderiam ter suas conseqüências previstas (poderíamos chamá-la de ação com alto grau de contingência ou imprevisibilidade); b) por outro lado, é possível derivar um modelo de ação que está relacionado ao seu caráter intencional, nesse sentido, a ação poderia ser motivada por um sentido previamente calculado, a busca do prazer, e suas conseqüências teriam como resultado esse cálculo. Esta última abordagem está mais próxima do modo como a ação social é discutida na contemporaneidade, figurando um caráter consequencialista⁴².

Na tentativa de aclarar o sentido da ação proposto por Bentham desenvolvemos a partir das definições do autor um esquema interpretativo das noções de ação e motivos.

Esquema 1. Esquema interpretativo da ação em Bentham

AÇÃO:

A) Ato do corpo: (não definido por Bentham)

B) Ato da mente:

1) *Ato do intelecto*: atos relacionados à inteligência, influenciados por motivos especulativos, não materiais. Não tem tendência a produzir dor e prazer (por isso não são tomados em consideração por Bentham)⁴³.

2) *Ato da vontade*: relacionado aos motivos práticos que exercem influência sobre as ações, têm a tendência de produzir dor e prazer.

⁴² O utilitarismo contemporâneo direciona seu foco para as conseqüências das ações. Para essa forma consequencialista do utilitarismo uma ação é moralmente correta quando produz boas conseqüências. Segundo Martin (1997), o utilitarismo clássico distingue-se do contemporâneo exatamente neste ponto; destaca o autor: “today, the term ‘utilitarianism’ really has no precise meaning. However, the basic philosophical or moral tenet of utilitarianism, as the concept is generally understood, is simply that the merits of actions must be judged by their consequences. Today, utilitarianism is considered to be a teleological, or consequential, ethical theory. Teleological ethical theories hold that the moral worth of actions are determined solely by their consequences. This moral calculus supposedly allows the calculator to arrive at a measure of the utility involved in a given action or the various utilities involved in alternative actions (Martin, 1997: 272). Sobre esse tema há, ainda, o artigo escrito por Costa (2002), que apresenta uma peculiar defesa de uma ética utilitária consequencialista.

⁴³ Diz Bentham: “Já observamos que nada temos a ver aqui com os motivos cuja influência termina na inteligência. Por isso, se, entre as coisas que são denominadas motivos com referência à inteligência, existirem algumas que nos dizem respeito aqui, será exclusivamente na medida em que tais coisas podem, através da inteligência, exercer uma influência sobre a *vontade* [grifo nosso]. Será desta maneira, e somente assim, que quaisquer coisas, em virtude de qualquer tendência que possam ter para influenciar o sentimento ou a crença, podem, em um sentido prático, agir à guisa de motivos” (Bentham, 1979: 30).

Esquema 2. Esquema interpretativo dos motivos em Bentham

MOTIVOS:

A) *Motivos reais*: baseados em fatos reais, práticos, que podem ser:

- 1) percepção interna sobre a soma individual de prazer ou de dor advinda da ação.
- 2) evento externo que pode ser interpretado como tendencialmente capaz de realizar a percepção de prazer ou de dor.

B) *Motivos mentais*: baseados em aspectos figurados, estados mentais (benevolência, avareza, etc.) – não discutidos por Bentham.

Esquema 3. Esquema interpretativo para o termo motivo em Bentham

DOIS OUTROS SENTIDOS PARA O TERMO MOTIVO:

Motivo como ação: prazer, dor ou outro acontecimento que dispõe para a ação.

A) *Motivo em perspectiva*: motivo anterior ao acontecimento que impulsionou a ação do indivíduo⁴⁴. Significa: projetar algum acontecimento posterior ao ato considerado; um evento que embora ainda não exista se desenha como perspectiva.

B) *Motivo in esse*⁴⁵: pode ser um objeto ou um evento presente que se realiza quando uma pessoa aguarda a outra coisa em perspectiva.

Ambas as definições comportam tanto motivos internos como externos.

Quando avaliados, os esquemas acima nos revelam que a temática referente aos motivos⁴⁶, aqueles que conduzem às ações, mantém-se atrelada a uma avaliação prospectiva dos prazeres e das dores envolvidos; isto é, uma avaliação prévia acerca da maximização do

⁴⁴ “Todavia, para que uma pessoa seja dirigida por um motivo, deve em todo caso olhar além desse evento que se denomina a sua ação; deve olhar para as conseqüências dele, sendo só desta maneira que a idéia de prazer, de dor, ou de algum outro acontecimento pode dar origem ao mesmo” (Bentham, 1979: 29).

⁴⁵ Este termo significa: *no ato (termo filosófico Aristotélico-Tomista que significa em existência). Antes de nascer estamos In posse, depois de nascer estamos In esse* (fonte site: <http://latin.dechile.net/?refran=In+esse+->). Na referência encontrada no *the free dictionary.com* (site: <http://www.thefreedictionary.com/In+esse>), tal termo significa: *In being; actually existing; - distinguished from in posse, or in potentia, which denote that a thing is not, but may be*. Na interpretação dos motivos expostos por Bentham, parece viável pensar que este termo significa os fatos contingentes, latentes no ato de agir.

⁴⁶ Bentham nos dá um exemplo prático visando distinguir e explicar suas definições para *motivos* e *ações*: “Tomemos um exemplo. Um incêndio se desencadeia na casa do teu vizinho; tu estás apreensivo ante a possibilidade de que o fogo se alastre à tua casa; invade-te o medo de que, se permaneceres nela, serás atingido pelo fogo, e consequentemente abandonas a casa. Neste caso, este último é o ato, sendo que todos os outros elementos constituem apenas motivos em relação a ele. O acontecimento do desencadear-se do incêndio na casa de teu vizinho é um motivo externo, e um motivo externo *in esse*. A idéia ou a crença da probabilidade de que o fogo se estenda à tua casa, a idéia de que serás atingido pelo fogo se continuares ali, e a dor que sentes ante o pensamento de tal catástrofe, constituem eventos internos, mas ainda *in esse*; o evento da extensão real do fogo à tua casa bem como o de seres realmente atingido pelo fogo são motivos externos em perspectiva; a dor que sentirias ao ver a tua casa em chamas e a dor que sentirias enquanto estivesses sendo queimado são motivos internos em perspectiva – acontecimentos todos que conforme se desenvolverem as coisas, podem chegar a ser eventos *in esse*; neste caso, porém, deixarão de agir como motivos.” (Bentham, 1979: 30).

prazer ou da dor advinda de uma ação tomada. Sob este aspecto, a qualidade boa ou má de um motivo estaria referida aos efeitos proporcionados por este; um mesmo motivo poderia então resultar em ações boas, más ou indiferentes. Por exemplo, em prol da afeição de sua amada um homem pode agir de modo a fazê-la feliz proporcionando aquilo que for compatível com as regras afetivas da conquista, mas poderá, ainda, provar sua afeição assassinando aquele cuja amada considera inimigo. Os motivos que o movem tanto na primeira como na segunda ação não são outra coisa senão a afeição, e como bem demonstra Bentham, eles só podem ser classificados de bons ou maus após o evento que proporcionaram, pois não haveria motivos bons ou maus em si mesmos.

Há, contudo, na explanação do utilitarista inglês, alguns motivos que poderiam ser qualificados como puramente sociais: a boa vontade ou benevolência. Estes motivos são aqueles que “apresentam a maior certeza de coincidirem com os motivos do princípio da utilidade” (Bentham, 1979: 43), principalmente quando tendem a harmonizar os interesses individuais com os interesses da comunidade. Isto é, quando os efeitos produzidos por tais motivos contribuírem para a maximização da felicidade de uma coletividade.

Após analisarmos as ações segundo a perspectiva de Bentham, observamos que a busca da felicidade desponta no seu utilitarismo inicialmente como *um fim* a ser alcançado pelas ações de cada indivíduo, mas ao mesmo tempo essas mesmas ações são norteadas por valores tais como o prazer e a dor. Acreditamos que foi a partir dessa ambigüidade na forma como Bentham tratou as ações humanas – tendo a busca da felicidade simultaneamente como *fim* e como *valor* – que este abriu margem para que suas proposições fossem interpretadas à luz de uma perspectiva individualista. Esse aspecto foi desenvolvido sobretudo dentro do âmbito analítico da teoria econômica neoclássica, a qual pôs em relevo a noção de indivíduo,

ao mesmo tempo em que retirou as explicações morais e valorativas dos motivos e intenções que guiariam as ações humanas⁴⁷.

Por conta da forma como sua obra foi interpretada pelos economistas que o sucederam historicamente, Bentham acabou sendo inserido na história do pensamento econômico como um representante do liberalismo e dos princípios do individualismo. Isso contribuiu para reforçar a perspectiva do agente econômico como aquele que age em prol dos seus próprios interesses, maximizando a sua utilidade.

É sabido que a influência do pensamento de Bentham não se ateve apenas à Inglaterra. Sua obra era reconhecida em muitas partes da Europa, inclusive na França onde era alvo de boa crítica e aceitação, e também na América (Bentham, 1979). Ou seja, convém expor que havia um reconhecimento da obra de Bentham tanto pelos seus contemporâneos quanto, conseqüentemente, pelos seus sucessores. Mas o que mais intriga nesse aspecto diz respeito principalmente à mudança de eixo teórico que foi historicamente privilegiada pelos pensadores da economia, ou seja, a interpretação do comportamento humano como sinônimo de racionalidade e auto-interesse, o que contribuiu sobremaneira para que as perspectivas éticas e morais da ação humana fossem perdendo espaço no quadro analítico da economia moderna. Segundo Hutchison (1956), pensadores e economistas, incluindo o próprio Keynes, contribuíram para que houvesse espaço para esse tipo de interpretação da obra de Bentham.

“For a long time the consensus of opinion held that Bentham was a representative of thoroughgoing *laissez-faire* doctrine or, at least – which may be rather different – was typical of “classical” nineteenth century economic liberalism. Dicey and Leslie Stephen must have had much to do with establishing this view of Bentham. Dicey used “Benthamism” and “Individualism” as alternative terms, and held that “faith in *laissez-faire* ... is the very essence of legislative Benthamism”. Keynes claimed that in Bentham “we discovered the rule of *laissez-faire*, in the shape in which our grandfathers knew it”. Alternatively, Bentham and Adam Smith are linked together as the two great joint patriarchs of economic liberalism” (Hutchison, 1956: 300).

⁴⁷ Para maiores detalhes e informações sobre o campo teórico da Economia Neoclássica consultar Screpanti, E. and Zamagni, S. (2005).

Martin (1997) também enfatiza que a obra de Bentham assumiu importante papel na orientação e influência das áreas da “*public choice theory, rational choice theory, game theory, cost-benefit analysis, and the decision sciences in general all have their roots in utilitarianism*”. Isso talvez tenha ocorrido, inferimos, porque ao mesmo tempo em que a obra de Bentham era apenas lida à luz do individualismo, acontecia na teoria econômica um movimento epistemológico em prol da preponderância da racionalidade e um afastamento das prerrogativas éticas e morais. Essa leitura e mudança de eixo acabaram reforçando a perspectiva do auto-interesse como a mais representativa do pensamento econômico moderno.

Geoffrey M. Hodgson (1994/1995), faz diretamente uma associação entre economia neoclássica e utilitarismo. Para este autor, a economia neoclássica a partir da sua abordagem central do indivíduo racional, maximizador de utilidades, resguarda dívidas para com o utilitarismo, sobretudo o de Bentham. Hodgson defende que o fundamento filosófico da economia neoclássica é o utilitarismo e que esse viés acaba sendo incorporado pelas políticas ambientais contemporâneas. A relação entre economia neoclássica e questões ambientais será retomada mais a frente no capítulo sucessivo a este. Aqui nos resta reforçar os argumentos de Hodgson que discutem a aproximação entre os princípios clássicos do utilitarismo de Bentham como a espinha dorsal da economia neoclássica.

“The philosophical foundation of neoclassical economics is utilitarianism, the essentials of which are traceable back to Jeremy Bentham and others. Utilitarianism presumes that all means find their justification in the ends they serve, and – at least in this predominant and hedonistic version – this end is seen as individual satisfaction or ‘utility’” (Hodgson, 1994-1995: 1).

O utilitarismo de Bentham, interpretado à moderna luz da economia neoclássica⁴⁸, serviu, então, de base para que sua obra figurasse dentre aquelas que ressaltavam cada vez mais os valores e práticas referentes à sociedade capitalista que se instituíra: o auto-interesse, o individualismo e a razão instrumental (cálculo). Nesse contexto de ascensão da economia neoclássica o agir humano passou a representar o agir de um indivíduo para si (auto-interesse) não agregando mais a referência à sua coletividade. A vitória desse viés analítico confirmou uma mudança de enfoque sobre os sentidos da ação humana.

A noção de ética também se alterou nesse processo. Quando o objetivo final da ação de um indivíduo passa a ser alcançar a maior felicidade para si (maximização da utilidade), então, os meios utilizados para alcançá-la poderão se contrapor aos interesses da comunidade. A ética particular, discutida por Bentham no capítulo XVII do livro “Princípios da Moral e da Legislação”, agora não necessariamente precisará estar submetida à ética coletiva.

Esse paulatino afastamento – que a teoria econômica empreendeu em relação às abordagens éticas e morais – ocorreu simultaneamente à ascensão das abordagens instrumentais como mais próximas e explicativas do comportamento humano. Essa ruptura entre o campo da ética e o campo da economia foi também o objeto de estudo do economista Amartya Sen em seu livro *Sobre ética e economia* (2005). Neste estudo, Sen resgata o processo histórico de evolução da disciplina com o intuito de compreender em que medida teria ocorrido a substituição da temática da ética por uma abordagem que privilegiou o agente racional auto-interessado na economia moderna.

⁴⁸ Segundo Hutchison: “It has often been pointed out, obviously with much truth, that Bentham’s development of, and emphasis on, the two concepts of maximisation and utility make him above all the ancestor of neo-classical economic theorising, and especially of Jevons and Edgeworth. But these ideas were developed in Bentham’s political, legal and philosophical writings. As an *economist*, as today defined, Bentham made no attempt to develop an economic calculus or a theory of relative values and prices. His economic theorising, in fact, is of an exactly opposite pattern to that typical of the neo-classicals. It is *not* mainly abstract, deductive and “micro-economic”, tightly organised around the assumption of a maximising individual; but on the contrary, it is rather practical, “macro-economic”, concerned with aggregate monetary problems, and if not statistical, at any rate concerned to exploit such crude statistics as were available, while being read for and calling for more” (Hutchison, 1956: 290).

Amartya Sen observa que essa passagem esteve relacionada às origens e ao próprio desenvolvimento da disciplina, isto é, ao fato de a economia ter tido duas raízes distintas, “ambas relacionadas à política, porém relacionadas de modos bem diversos, respectivamente concernentes à ‘ética’, de um lado, e ao que poderíamos denominar ‘engenharia’, de outro” (Sen, 2005: 19).

No que se refere à *ética* como uma das bases do pensamento econômico, encontramos as questões socrático-aristotélicas: “Como devemos viver?” e “Como promover o bem para o homem?” (Sen, 2005). A consideração de tais questões manteve os princípios éticos como temas relevantes para o pensamento econômico. Por outro lado, a economia como *engenharia* esteve voltada para os princípios logísticos e a busca dos melhores meios para atingir os melhores fins, não figurando considerações éticas mais profundas⁴⁹.

Mas o que teria garantido o maior destaque à visão engenheira da economia? Para Sen “a importância da abordagem ética diminuiu substancialmente com a evolução da economia moderna. (...) Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real” (Sen, 2005: 23).

Esse distanciamento progressivo que a economia moderna empreendeu em relação às considerações éticas presentes na ação humana teria tido como uma das causas a suposição do comportamento humano como racional. Com efeito, a economia moderna passou a assumir essa pressuposição como verdade e acabou confundindo aquilo que foi pressuposto com o real (Sen, 2005).

A identificação do comportamento real com o comportamento racional, feita pelos teóricos econômicos modernos, possibilitou que a concepção *engenheira* da economia

⁴⁹ Segundo Sen, a abordagem *engenheira* da economia “proveio de várias direções e inclusive – a propósito – foi desenvolvida por alguns engenheiros de fato, como Leon Walras, economista francês do século XIX que muito contribuiu para resolver numerosos problemas técnicos nas relações econômicas, especialmente aqueles ligados ao funcionamento dos mercados” (Sen, 2005: 21).

angariasse maior destaque e preponderância como modelo explicativo da realidade e também que a noção de auto-interesse passasse a figurar como sinônimo do comportamento humano *real*. Nesse contexto, a busca pelos melhores meios para atingir os fins almejados pelo agente instituiu-se como o modelo de ação a ser seguido; ou seja, foi constituída uma epistemologia na qual o *indivíduo* tornou-se o novo valor social.

A racionalidade – considerada como maximização do auto-interesse – passou então a ter seu espaço reservado no pensamento econômico dominante. O seu fundamento teórico manteve-se atrelado, sobretudo, à premissa de que há “correspondência *externa* entre as escolhas que uma pessoa faz e seu auto-interesse” (Sen, 2005: 31). Essa visão acabou por se tornar hegemônica, instituindo a idéia de “que tudo o que não for maximização do auto-interesse [tende a] ser irracional” (idem). Essa forma de enxergar o comportamento humano colaborou efetivamente para que as motivações relacionadas à ética mantivessem-se afastadas do cenário da teoria econômica⁵⁰.

Esse modelo explicativo do comportamento racional também se espalhou para o campo das análises econômicas que estuda a relação entre a sociedade, o meio ambiente e o mercado. Esse novo campo de trabalho – a Economia do Meio Ambiente, conforme se tornou conhecida – emergiu marginalmente na década de 50 do último século e atualmente tem ganhado bastante destaque. Seu surgimento deveu-se entretanto a necessidade de valorar economicamente o meio ambiente para que este pudesse ser inserido nas análises econômicas não mais como externalidade⁵¹.

⁵⁰ Segundo Sen, “considerar qualquer afastamento da maximização do auto-interesse uma prova de irracionalidade tem de implicar uma rejeição do papel da ética na real tomada de decisão” (Sen, 2005: 31).

⁵¹ Geoffrey M. Hodgson (1994-1995), apresenta alguns argumentos que demonstram como a teoria econômica neoclássica é fundamentada teoricamente pelo utilitarismo e atualmente pela teoria dos jogos. O autor critica a forma como os economistas neoclássicos abordam a política ambiental inserindo a variável meio ambiente em uma análise de custo-benefício. As externalidades ambientais (contabilidade dos efeitos negativos produzidos pelo sistema produtivo no meio ambiente), segundo Hodgson, não conseguem ser identificadas pelo mercado, por isso são adotadas medidas paliativas como taxações e tributos, no intuito de equacionar o problema. O autor ainda aponta um fator interessante, a ausência de qualquer referência moral nas abordagens utilitárias e neoclássicas.

Essa relação entre valoração ambiental e o tema da utilidade será analisada mais apropriadamente no próximo capítulo; antes, porém, faz-se necessário discutir as referências analíticas da abordagem de Stuart Mill sobre o princípio da utilidade.

1.2 - O utilitarismo de John Stuart Mill

Procuramos empreender acima uma reflexão da abordagem teórica de Jeremy Bentham que pudesse angariar respostas à mudança de enfoque que a noção de utilidade passou a ter na contemporaneidade. No entanto, Stuart Mill também assinalou a sua colaboração nesse sentido, tendo sido um intelectual interessado em rever as inconsistências que deram margem às interpretações críticas ao tema da utilidade.

O cerne da discussão de Mill também traz referências ao postulado hedonista que reforça a maximização do prazer em detrimento da dor. Sob este aspecto, encontramos (assim como em Bentham) não a maior felicidade de um único agente, “mas a maior soma de felicidade conjunta” (Mill, 2000: 194).

“O credo que aceita a utilidade ou o princípio da maior felicidade como a fundação da moral sustenta que as ações são corretas na medida em que tendem a promover a felicidade e erradas conforme tendam a produzir o contrário da felicidade. Por felicidade se entende prazer e ausência de dor; por infelicidade, dor e a privação do prazer (...) o prazer e a imunidade à dor são as únicas coisas desejáveis como fins, e que todas as coisas desejáveis (...) são desejáveis quer pelo prazer inerente a elas mesmas, quer como meios para alcançar o prazer e evitar a dor” (Mill, 2000: 187).

Na citação em destaque, Mill apresenta uma indicação de que o único *telos* da existência humana é a busca do prazer e que tal busca deve prescindir a dor. Não há causas divinas, nem justificativas da providência divina. Os indivíduos vivem para por em movimento esse princípio: maximizar o prazer e minimizar a dor. Essa é a forma segundo a

qual Mill resgata a filosofia de Epicuro para responder criticamente àqueles que justificavam o fundamento divino como a busca final da existência humana.

A reflexão de Mill sobre o que pode ser *bom* para a coletividade também está latente nas páginas de *O Utilitarismo*. O princípio do bem-estar coletivo pode ser considerado como um dos focos da abordagem desse autor, embora seus argumentos nem sempre sejam tão esclarecedores. Seus argumentos, assim como os de Bentham, encontram-se baseados em fundamentos morais, haja vista, por exemplo, a questão de como o bem-estar coletivo poderia ser alcançado. Nesse sentido, os indivíduos operariam segundo a incorporação de um certo “capital moral”⁵², segundo propomos, que impulsionaria os sujeitos a agirem em prol da maior felicidade geral.

“Todo o ser humano criado corretamente mostra que, em graus distintos, são possíveis afetos privados genuínos e um interesse sincero no bem-público” (Mill, 2000: 198).

Mill não responde como esse processo se constitui, nem mesmo indica de que forma durante o processo de socialização os indivíduos passariam a agir em prol do bem-público. Parece haver uma imputação moral durante todo o processo de socialização que permite dotar os indivíduos de uma postura coletiva e assegurar que o egoísmo e a ação auto-interessada não vão interferir no processo de maximização da felicidade de uma coletividade⁵³. Porém, a questão que se mantém é: “Como garantir que os indivíduos agirão em prol do interesse coletivo?” A nosso ver, para Mill, essa resposta está relacionada à influência dos escritos de

⁵² Esse termo “capital moral” não foi utilizado por Mill; nós o utilizamos aqui porque acreditamos na sua pertinência dentro desse debate, exatamente por imputar no processo de socialização – na criação do ser social – um meio eficaz para “produzir” um ser dotado de capacidade moral, capaz de pensar seu papel diante da sociedade em que vive. Seria algo como uma educação moral, considerando que tanto Bentham quanto Mill davam grande importância à educação como caminho para alcançar a maior felicidade.

⁵³ Segundo as próprias palavras de Mill: “Depois do egoísmo, a principal causa que torna a vida insatisfatória é a falta de cultivo intelectual” (Mill, 2000: 197). O egoísmo (ou a ação auto-interessada) é, portanto, um modo de agir que não condiz com as premissas do utilitarismo, segundo este autor.

Epicuro, para quem os indivíduos são “socializados” em prol da virtude e da moral coletivas, segundo o princípio da amizade - *philia* (Epicuro, 2005).

Parece haver uma confiança no processo de socialização como aquele capaz de gerar indivíduos aptos para reconhecer o caráter coletivo de suas ações. Essa postura agrega um grau de incompatibilidade com as análises de outros autores contemporâneos a Mill, que já no século XIX analisavam os processos de individuação e de racionalização do comportamento humano como regras universais da ação social.

É importante ressaltar que Mill também se interessou em analisar o desenvolvimento das economias capitalistas, tendo discutido alguns temas que ainda hoje são polêmicos. Em seu artigo intitulado *A Condição Estacionária* (Mill, 1983), ele defende o controle demográfico, o controle do progresso econômico e do seu modelo de consumo e ainda a redistribuição de renda.

O ponto de partida da reflexão de Stuart Mill sobre tais temas tem a ver com o seu questionamento a respeito de como ficaria o capitalismo caso deixasse de ser baseado na perspectiva do crescimento ilimitado e alcançasse um estado estacionário. Trata-se de uma indagação prospectiva sobre o progresso industrial em curso na sua época e sobre os rumos que este tomava.

“Para que ponto último está tendendo a sociedade, com seu progresso industrial? Quando o progresso cessar, em que condição podemos esperar que ele deixará a humanidade?” (Mill, 1983: 251).

A defesa da condição estacionária é um ponto original na abordagem de Stuart Mill sobre o desenvolvimento do capitalismo. Seus argumentos são pautados em asserções que reforçam desde o controle da natalidade até propostas que envolvem modelos de redistribuição de renda. Contudo, por trás de tais argumentos é possível encontrar uma proposição pessimista, a de que o futuro tal como se anuncia – baseado em um crescimento

econômico desmedido – tende a ser pior que o presente (produzindo menos felicidade coletiva), e que, portanto, faz-se necessário pensar em novas formas de organização social e produtiva que incluam efetivamente o caráter finito do desenvolvimento e do progresso econômicos.

Mill acreditava que o caráter progressivo da reprodução do capital traria inevitavelmente a condição estacionária. Tal condição resultaria da impossibilidade do sistema capitalista de manter seu estado de crescimento e de progresso ilimitados, o que se constituiria não só pelas desigualdades sociais e econômicas geradas, mas também pela insuficiência de recursos para atender uma demanda populacional crescente.

Segundo Alan Ryan (1987), as bases teóricas da abordagem de Mill sobre a condição estacionária estão atreladas à perspectiva de David Ricardo e à idéia proposta por este de uma “economia baseada em recursos finitos”. Além da influência de David Ricardo, acreditamos ainda que Mill tenha sido influenciado pelos escritos do também pensador britânico Thomas Malthus. A referência recorrente ao tema do crescimento populacional e as conseqüências sociais e econômicas provindas desse fato podem ser o ponto de destaque dessa aproximação.

O crescimento populacional é um dos pontos centrais da perspectiva analítica de Mill neste ensaio escrito no ano de 1848⁵⁴. O desenvolvimento econômico acaba esbarrando nesse problema que pode ser analisado e lido como um problema de escala, cujos escopos são bem distintos: o desenvolvimento do mercado, de um lado, e a valorização do bem-estar humano, de outro.

“Mesmo em uma condição de progresso do capital, em países velhos, é indispensável um controle consciencioso ou prudente da população, para impedir que o aumento de habitantes supere o do capital, bem como para impedir que se deteriore a condição das classes que estão na base da sociedade” (Mill, 1983: 252).

⁵⁴ O ensaio “A condição estacionária” está incluído no livro “Princípio de Economia Política” escrito pelo autor em 1848.

Embora essa abordagem tenha sido criticada e até mesmo pouco considerada na época em que foi escrita, ela resguarda um exame sobre os rumos do desenvolvimento capitalista que ainda hoje pode ser alvo de análises.

“Estou propenso a crer que essa condição estacionária seria, no conjunto, uma enorme melhoria da nossa condição atual. Confesso que não me encanta o ideal defendido por aqueles que pensam que o estado normal dos seres humanos é aquele de sempre lutar para progredir do ponto de vista econômico, que pensam que o atropelar e pisar os outros, o dar cotoveladas, e um andar sempre ao encalço do outro (características da vida social de hoje) são o destino mais desejável da espécie humana, quando na realidade não são outra coisa senão os sintomas desagradáveis de uma das fases do progresso industrial” (Mill, 1983: 252).

Quanto ao aspecto da redistribuição de renda, Mill propõe “limitar a soma que qualquer pessoa pode adquirir por doação ou por herança ao montante suficiente para proporcionar uma autonomia razoável” (Mill, 1983: 253).

“Onde existe uma perspectiva indefinida de emprego para a uma população maior, existirá provavelmente menos necessidade de um controle previdente [da natalidade]. Se fosse evidente que um novo trabalhador não poderia encontrar um emprego a não ser desalojando um já empregado, ou sucedendo a ele, poder-se-ia confiar até certo ponto nas influências associadas da prudência e da opinião pública, para limitar as gerações futuras ao número necessário para substituir as de hoje” (Mill, 1983: 252).

Embora o termo gerações futuras, tal como foi usado, não seja exatamente correlato àquele empregado pelos ambientalistas contemporâneos, é válido ressaltar o que está por trás dessa palavra: a idéia de limites do crescimento. Esses limites, tanto econômico quanto populacional, estão imbricados na análise econômica de Mill. Em algumas passagens do referido ensaio sobre *A condição estacionária*, o fator controle populacional⁵⁵ assume um peso equivalente ao fator econômico, tal como o autor ressalta:

⁵⁵ No campo do debate ambiental essa questão do crescimento populacional foi resgatada, sobretudo, na década de 1970. O objetivo era problematizar os impactos que a pressão demográfica poderia imputar na produção de

“Mas, consideradas em si mesmas [o aumento da produção e a acumulação de capital], são de pouca importância, enquanto o aumento da população ou algum outro fator impedir a massa do povo de ter alguma participação no benefício proporcionado por elas” (Mill, 1983: 253).

Observa-se que mesmo nos escritos sobre a economia Mill traz implícitas referências à sua preocupação com a questão da *felicidade* coletiva. O capitalismo não é visto – pelo menos da forma como se desenvolvia naquela época – como um modo de produção capaz de distribuir equitativamente os mesmos ganhos para todos. Ou seja, o princípio da *maximização do prazer coletivo* não estava funcionando conforme definido pelo utilitarismo, por isso Mill lhe propõe uma crítica. Nesse sentido, a análise econômica de Mill congrega referências ao debate sobre os interesses coletivos e às formas de melhor alcançá-lo.

1.2.1 – A ação na perspectiva de John Stuart Mill

Ao discutir as sanções sociais Mill apresenta também uma análise da ação social e de seus fundamentos normativos. Para esse teórico a busca da utilidade é o caminho a ser seguido pelos indivíduos (em suas práticas sociais) para se alcançar a virtude. Nesse sentido, a ação social poderia ser pensada como a ação racional de indivíduos moralmente guiados que são alvos de sanções internas e externas e que ao agirem produzem conseqüências sociais. Essas sanções, sobretudo as internas, estão atadas aos “sentimentos conscientes da humanidade” (Mill, 2000: 221); são sanções que tendo sido internalizadas de modo eficaz passam a constituir – conforme interpretamos – a intersubjetividade dos sujeitos, configurando-se como uma consciência social. Segundo Mill, essa é a forma mais clara de

alimentos e nos limites do crescimento do próprio sistema capitalista em relação ao consumo de recursos (McCormick, 1992). Os ambientalistas que figuraram nesse debate (Paul R. e Anne H. Ehrlich, Donella Meadows e Dennis Meadows), classificados por alguns cientistas de catastrofistas, lançaram bases importantes para a reflexão e para a crítica ao otimismo tecnológico dominante naquele período. A maior colaboração desse conjunto de pesquisadores foi estimular o debate sobre as relações entre os eixos Norte-Sul e incentivar formas de colaboração entre os países para que a crise ambiental que se acreditava estar próxima pudesse ser superada.

inserir na própria ação um caráter normativo, um sentimento subjetivo que de fato impele o indivíduo a agir para além de seu próprio interesse (Mill, 2000).

Mesmo quando tenta amenizar as críticas das quais é alvo – discutindo em algumas passagens do seu ensaio (*O Utilitarismo*) a temática da ação individual – Mill recorrentemente retoma o caráter coletivo atrelado à mesma. O estado *social* passa a ser constitutivo do modo de *ser* (se tornar) humano para este autor, e não haveria outra possibilidade de pensar a natureza humana que não desse modo. Essa idéia coaduna com os preceitos analíticos dos cientistas sociais do século XIX, que viam na vida em sociedade a forma *par excellence* da condição humana⁵⁶.

Nesse sentido, é na vida em sociedade que encontramos projetos comuns e afiliações de interesses que vão possibilitar construir laços de cooperação sustentados por um sentimento de cuidado e responsabilidade para com a sociedade em que se vive. É, portanto, na vida em sociedade, nesse *corpo comum*, que Mill enxerga essa aproximação entre interesses individuais e coletivos. Diz ele:

“Desse modo, os homens tornam-se incapazes de conceber a possibilidade de um estado de absoluto desprezo pelos interesses alheios. Submetem-se à necessidade de se conceberem ao menos abstando-se de cometer todas as graves ofensas, e (ainda que seja apenas para a sua proteção) vivendo num estado de constante protesto contra elas. Também se familiarizam com o fato de cooperarem uns com os outros, e de se proporem como projeto (ao menos temporário) das suas ações, não um interesse individual, mas um interesse

⁵⁶ Na França do século XIX, Émile Durkheim e os intelectuais atrelados à *Escola Sociológica Francesa* ao tentarem instituir e estabelecer a Sociologia enquanto ciência davam destaque maior à dimensão social da existência humana. Nesse aspecto, não haveria nada de *natural no homem* que pudesse se constituir para além da vida social. Um outro aspecto instituído por estes pensadores franceses é aquele que propunha resgatar a percepção da totalidade, ressaltando a preeminência da sociedade frente a uma corrente analítica na qual preponderava a perspectiva individualista. Na escrita de Mill essas proposições ganham a seguinte reflexão: “O estado social é a um só tempo tão natural, tão necessário e tão habitual ao homem que, exceto em algumas circunstâncias incomuns, ou por algum esforço de abstração voluntária, jamais ele se concebe a si mesmo senão como membro de um corpo (...). Por isso, qualquer condição que seja essencial ao estado de sociedade se converte mais e mais numa parte inseparável do modo como cada um concebe o estado de coisas em que foi gerado, e no qual um ser humano está destinado a viver. Ora, a sociedade entre os seres humanos (...), é manifestamente impossível numa outra base que não seja a da consulta ao interesse de todos. Apenas pode existir a sociedade entre iguais se ficar claro que os interesses de todos devem ser igualmente considerados.” (Mill, 2000: 224-225).

coletivo. Na medida em que cooperam, suas finalidades se identificam com as de outros (...) Todo o fortalecimento dos laços sociais e todo o crescimento saudável da sociedade não somente dão a cada indivíduo um intenso interesse pessoal em consultar, na prática, o bem-estar dos outros, como também o leva a identificar seu *sentimento* mais e mais com o bem deles, ou pelo menos com um grau maior de consideração prática a respeito desse bem. O indivíduo toma, como que instintivamente, consciência de si mesmo como um ser que *obviamente* presta atenção nos outros. O bem desses outros torna-se para ele algo a que naturalmente e necessariamente deve atentar (...)” (Mill, 2000: 225-226).

É interessante observar como essa ética da utilidade (felicidade) está assentada em uma ética da responsabilidade coletiva e exatamente por isso não nos parece possível negar a aproximação entre a leitura e análise que Mill fez do utilitarismo e a perspectiva ambientalista contemporânea do bem-comum. É esse o sentido que de fato aproxima o utilitarismo clássico, sobretudo o de Mill, dos valores evocados pelo ambientalismo contemporâneo na sua proposta de uma racionalidade coletiva e em suas críticas aos rumos do capitalismo.

Desse modo, tanto as análises de Stuart Mill quanto as de Jeremy Bentham sobre a noção de utilidade são passíveis de redimensionar o significado que esta noção assume na contemporaneidade. Tal princípio pode ser compreendido, portanto, não apenas sob a égide do auto-interesse, como é usual, mas também como representativo do interesse coletivo. Essa segunda abordagem permite ampliar as interpretações feitas no campo dos debates ambientais, complexificando ainda mais o entendimento e a lógica que rege esse campo. Nesse sentido, as questões ecológicas deixam de se constituir propriamente como antagônicas à perspectiva utilitária, tornando-se também integrantes da mesma, sob um duplo aspecto. Esse duplo aspecto do utilitarismo será discutido, portanto, no capítulo que se segue.

Capítulo 3

As formas sociais de racionalidade:

a dualidade do utilitarismo e suas formas de manifestação

1 – As formas sociais de racionalidade

É inegável o esforço que cientistas, ambientalistas e teóricos do pensamento ecológico têm feito em prol da difusão de novas formas de representar e utilizar a natureza. Essas modernas formas de representação da natureza advindas das distintas conformações que o discurso ecológico (enquanto ciência, movimento social, princípio filosófico) assume publicamente, buscam contribuir não apenas teoricamente, mas também a partir de planos de ação, para que a questão: “Como os grupos humanos devem agir frente aos problemas ambientais?”, seja incorporada na dinâmica da vida social.

Contudo, o que atualmente se percebe em termos analíticos são ainda os turvos e os incompreendidos processos sócio-culturais de incorporação de tais temáticas ecológico-ambientais. Não se reconhece, portanto, até que ponto esse caráter público do discurso ambiental e ecológico está contribuindo para legitimar um tipo de *racionalidade econômico-instrumental*, isto é, uma maneira nova de manter o *status quo* (juntamente com o processo de acumulação capitalista), ou se está gestando um processo de construção social de um novo tipo de racionalidade, uma *racionalidade ambiental* (Maimon, 1998; Cappellin e Giuliani, 2004).

Essas duas formas de racionalidade, a racionalidade econômica *stricto sensu* e a racionalidade ambiental, devem antes de tudo ser encaradas como dois modelos explicativos que em termos *ideais* apresentam modos diferenciados de relacionar os substratos bio-físicos e sociais⁵⁷. Seguindo uma diretriz mais genérica e esquemática, poder-se-ia dizer que o primeiro modelo de racionalidade se constitui do reforço do princípio instrumental da ação social, a partir da relação que estabelece entre os meios mais eficazes para alcançar os fins perseguidos. Nesse caso, os recursos naturais presentes no meio ambiente seriam considerados como processos, como meios a serem utilizados ou até mesmo superados no intuito de alcançar os fins planejados. Enquanto constructo analítico trata-se de um modelo que representa *a natureza* como objeto, atribuindo-lhe um sentido de utilidade prática. De certo modo, tal modelo mantém vivo o projeto Iluminista da superação/libertação humana das limitações impostas pela natureza e afirma continuamente os princípios lógicos de uma racionalidade capitalista e científica. O segundo modelo em destaque, evoca a idéia de uma racionalidade ambiental (Leff, 2001; 2005) e propõe uma nova figuração epistemológica para compreender a relação entre as sociedades e seus substratos bio-físicos, a natureza. No âmbito dessa racionalidade ambiental, as ações sociais seriam envoltas por postulados de valor (racionalidade substantiva) e expressariam “um conjunto de práticas sociais e culturais diversas e heterogêneas, que dão sentido e organizam os processos sociais por intermédio de certas regras, meios e fins socialmente construídos, que ultrapassam as leis derivadas da estrutura de um modo de produção” (Leff, 2001: 125).

Esses dois modelos analíticos de racionalidade se constituem, em princípio, como opostos, mas de fato tentaremos mostrar como os mesmos podem ser aproximados à perspectiva teórica do utilitarismo clássico. A explicação para este fato certamente passa por uma problematização daquilo que consideramos ser uma *dualidade* do princípio da utilidade:

⁵⁷ A abordagem aqui apresentada para a noção de meio ambiente (redes de interdependência entre os substratos bio-físicos e sociais) é inspirada nas reflexões Vieira (1998).

os seus vieses instrumental (abordagem econômica moderna) e substantivo (abordagem clássica), conforme vamos desenvolver. São preponderantes, portanto, dois modelos analíticos de utilidade que incorporam respectivamente uma dimensão auto-interessada e outra coletiva.

O utilitarismo, na sua versão mais contemporânea, tem sido o foco de oposição teórica e prática de muitos adeptos das correntes do pensamento ecológico-ambiental, talvez por isso a proposta de discutir a aproximação entre os dois campos possa parecer intrusa e suspeita, sobretudo, em um cenário onde *mocinhos* e *vilões* já têm seus papéis bem definidos. Ou seja, onde discutir a questão ambiental tem sido o mesmo que se opor à noção de utilidade. Exatamente por causar desconforto é que tais questões devem ser aproximadas e discutidas, para que seja possível evitar a cristalização e reprodução de certos postulados que não averiguam os fundamentos de seus conceitos e de suas conjunturas.

De um modo geral, a acepção mais comum do termo “utilidade”, inclusive aquela criticada pelos agentes atrelados ao “campo ecológico-ambiental”, a associa a uma visão economicista da vida, uma maneira objetiva de atribuir caráter útil aos diversos elementos do mundo social e natural. Se compreendida apenas desta maneira a noção de utilidade perde parte da capacidade que possui para revelar as incongruências e instabilidades referentes aos aspectos práticos e discursivos que promovem dinâmica no mundo social e da relação que este estabelece com os substratos bio-físico-naturais. Isto porque, apresentada desta forma, ficaria mais próxima do modelo da racionalidade instrumental e das práticas resultantes desta racionalidade.

A noção de utilidade, aqui estudada, deve ser compreendida, portanto, sob a égide de uma dualidade, incorporando não apenas esse modelo pragmático-instrumental, enfatizado pela teoria econômica contemporânea, como também resguardando desde sua origem uma dimensão ética e moral, como foi analisado no Capítulo 2 desta tese.

A nossa proposta de apresentar as formas de racionalidade instrumental e substantiva como próximas do debate sobre a utilidade, é também uma tentativa de retirar desse debate seus dualismos inerentes e colocar o agir humano em uma perspectiva multicausal. Agir não é tão simplesmente escolher racionalmente a melhor maneira para agir (conectando estrategicamente meios a fins almejados), mas avaliar a partir de uma série de elementos (circunstanciais) que são reconhecidos de forma mais ou menos consciente, os aspectos e a conjuntura que envolvem o próprio ato de agir.

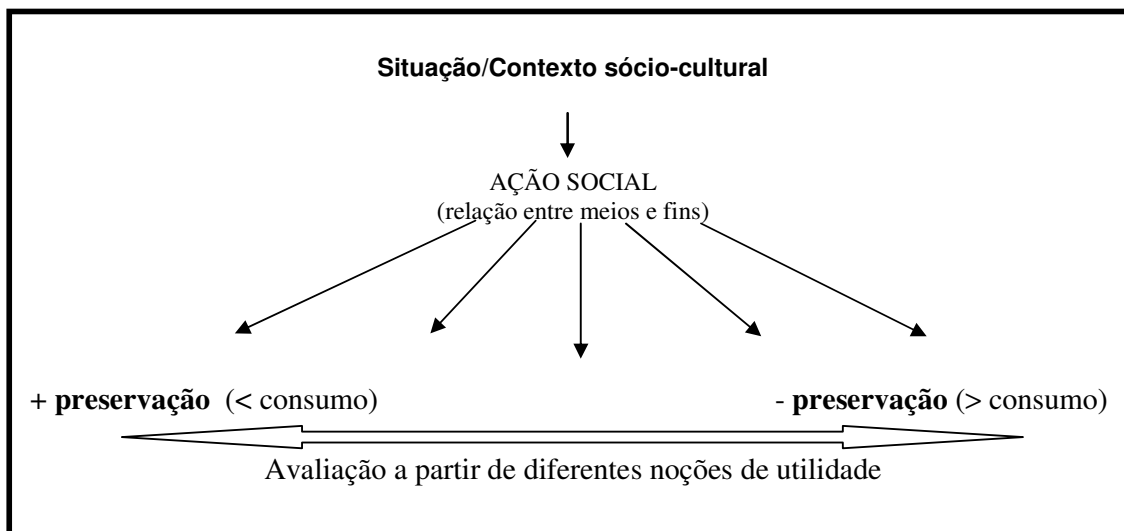
Nesse sentido, os dois modelos explicativos de racionalidade: as racionalidades instrumental e ambiental, embora inseridas como duas matrizes distintas de pensamento na discussão que envolve a sociedade, a natureza e as suas diferentes formas de apropriação e significação, podem mesclar-se na vida prática muito mais do que é imaginado. É possível perceber que se forem operados no mundo empírico, esses modelos de racionalidade são capazes de amalgamarem-se e produzirem elementos mistos, provavelmente contraditórios em termos analíticos, mas plausíveis nos âmbitos práticos da vida cotidiana e da construção da ação social, onde podem ser percebidos valores, apreensões, racionalizações e práticas que embora se conjuguem nem sempre coadunam.

O que se quer dizer é que as múltiplas interfaces entre o que se pode chamar de uma “cultura do consumo” e uma “cultura da preservação” nem sempre se apresentam de modo tão evidente⁵⁸. As visões de mundo presentes tanto em uma quanto em outra podem se orquestrar, permitindo que seus referenciais se agreguem ou se mesquem nas práticas e ações dos agentes sociais (em suas situações cotidianas ou em contextos específicos).

⁵⁸ Enquanto tipos ideais a *cultura do consumo* e a *cultura da preservação* poderiam ser definidas como: a) “cultura do consumo” - estariam presentes os modelos de “economização” da natureza, nos quais se destacariam as formas indiscriminadas de utilização dos recursos naturais, seja no processo produtivo (como matérias-primas) ou mesmo nas atividades práticas cotidianas como no uso excessivo de mercadorias, de água ou de energia, por exemplo. Tais práticas são comumente mediadas pelo auto-interesse do agente que não se atém às prerrogativas de sustentabilidade dos recursos.

b) “cultura da preservação” - baseada em uma prática de utilização dos recursos naturais a partir de critérios coletivos, dentre os quais preservar poderia significar uma garantia de que as gerações futuras teriam o usufruto e o acesso aos bens ambientais de hoje.

Esquema 4 – *Continuum* da ação social entre a maior preservação e o maior consumo.



O esquema proposto representa, portanto, as várias incongruências presentes na ação humana quando se encontra em relevo a questão ambiental. Ambas as culturas (do consumo e da preservação) destacam visões e práticas que expressam como a natureza é objetiva e subjetivamente alvo de interesses sociais variados, conjugando projetos de utilização muitas vezes controversos, podendo oscilar entre a maior preservação ou o maior consumo.

Em um mundo cuja relação social e econômica estabelecida com a natureza passa muitas vezes pelas várias possibilidades de utilidade que esta reúne, parece possível que sejam encontrados distintos modos de uso e representação para os elementos que a compõem, com distintas formas de classificação: os elementos naturais de alto valor agregado, os de baixo valor, os escassos, os abundantes, os intocáveis, os bons para (...), os maus para (...), os sagrados, os profanos, etc. Há, portanto, uma gama de classificações que nos remete às diversas formas de representação e de utilidade sociais impostas à natureza.

Em resumo, queremos ressaltar que ambas as lógicas atualmente evocadas, a lógica instrumental do capital e a lógica coletiva ambiental, são passíveis de se adequar à matriz

teórica utilitarista, inclusive no seu aspecto original da busca do prazer em detrimento da dor⁵⁹. Ambas as lógicas guiam-se a partir da idéia do agente racional, contudo, as conseqüências sociais que prevêm são bem distintas: de um lado, a maximização do auto-interesse (lógica econômica) e de outro, a ação com seu fundamento coletivo (lógica ecológico-ambiental).

Resta-nos, então, propor que não é possível manter teoricamente toda essa discussão no plano das oposições bidimensionais. Há diferentes lógicas envolvidas nessa relação entre o mercado e o meio ambiente, lógicas estas que podem ser representadas por um *continuum* entre a ação instrumental e a ação altruísta, onde diferentes valores podem ser fundidos e dar margem para novas visões e abordagens. Essa é a complexidade social identificada nesse contexto da Modernidade que estamos vivenciando e que tentamos entender, e a ecologia torna-se, desse modo, um bom caminho para se pensar e problematizar as conjunturas político-sociais e econômicas que se conformam nesse momento. Nesse sentido, é plausível compreender a “crise ambiental” como uma crescente expressão da crise da Modernidade, por trazer referências à articulação entre os âmbitos individual e coletivo.

2 - A dualidade do utilitarismo e a questão ambiental

Já foi sinalizado acima (e agora pretendemos explorar) que a noção de utilidade que desejamos reconstruir para explicar as formas contemporâneas de interação entre *sociedades-naturezas* oscila entre “modelos” de apropriação e significação que resgatem as dimensões ético-morais (a natureza representada enquanto um bem útil coletivo) e os “modelos” que assumem apenas o caráter de utilidade individual (auto-interesse de grupos de poder por certos recursos ambientais).

⁵⁹ Uma das propostas, por exemplo, do turismo ecológico é o resgate da dimensão edênica da natureza. Nesse aspecto, a natureza é compreendida como espaço privilegiado para o descanso e o relaxamento, lugar de busca do prazer estético e da convivência com o “paradisiáco”. Veremos no próximo capítulo uma discussão sobre as representações edênicas da natureza na cidade de Angra dos Reis, o nosso campo de estudo.

Assim sendo, na expectativa de dar forma a essa dualidade do princípio da utilidade, vamos propor a construção teórica de duas noções que englobam tal princípio, são estas as noções de *utilidade instrumental* e *utilidade substantiva*. Elas são evocadas aqui como instrumentos analíticos para investigar como no mundo da vida cotidiana os agentes sociais (portadores de certas práticas e representações sobre a natureza) transitam por entre os referenciais explicativos que compõem essas duas noções, produzindo aparentes inconsistências entre as práticas e as idéias que conformam as ações sociais sobre o ambiente.

A partir dessas noções propostas, parece-nos possível observar como empiricamente tais práticas e usos referentes ao ambiente podem, por exemplo, expressar posturas preservacionistas, conservacionistas⁶⁰, sustentáveis ou predatórias, ou mesmo mesclar contraditoriamente aspectos variados destas posturas. Ou seja, podem resultar em diferentes modelos de atuação social na natureza, com motivações altruístas e/ou egoístas no que concerne à utilização da mesma.

Contudo, a noção de utilidade só pode de fato ser problematizada se compreendermos como os agentes sociais incorporam intersubjetivamente a vida objetiva, conformando esta em expressão simbólica e, com isso, permitindo que o imaginário e a prática sociais sejam recheados de significações multicausais. Significações estas que acabam por direcionar as ações para diferentes caminhos, sejam os da maximização do auto-interesse e/ou do interesse comum.

Nesse aspecto, em termos teóricos, poderia ser sustentado que nos ditames da *utilidade instrumental* a cadeia meio-fins que orienta a ação é alicerçada por uma racionalidade instrumental. Essa proposição de cunho aparentemente simplista, resguarda uma

⁶⁰ As posturas preservacionistas e conservacionistas constituem-se nas duas principais correntes do ambientalismo, sendo muito evocadas no debate sobre a criação de parques e reservas nacionais. A primeira agrega um caráter eminentemente protetor, não aceitando a convivência entre grupos humanos e meio ambiente protegido. A segunda corrente aceita o uso racional dos recursos naturais e a relação entre grupos humanos e seus ambientes.

dimensão explicativa que coloca a utilidade instrumental não apenas próxima à idéia de maximização do interesse privado, mas também próxima de uma representação implícita de que mesmo os bens coletivos (como certos recursos naturais) podem ser privatizados ou submetidos a fórmulas mercadológicas de valoração (que lhes auferem a qualidade de objeto)⁶¹.

No que tange à *utilidade substantiva*, conforme propomos, a dimensão ética é o elo entre os meios e os fins da ação. A racionalidade que opera nesse aspecto é permeada por valores que acolhem a noção de coletividade; nesse sentido, a natureza, enquanto bem coletivo, deveria ser alvo de ações responsáveis que não são abstraídas do cumprimento de regras morais⁶².

Será valioso observar de que forma a utilização dos *bens comuns* (como os recursos naturais) toma parte na cadeia meio-fins que conforma as ações sociais. Se for, por exemplo, alvo de uma apropriação instrumental (princípio da maximização do auto-interesse) poderá ser rapidamente levado à degradação⁶³. Observa-se que essa postura tem sido assumida por

⁶¹ Para Marx (1982) os recursos naturais como o ar, a terra virgem, os pastos naturais, não poderiam ser considerados efetivamente como mercadorias no sentido que este autor atribui ao termo, pois embora possuam valor de uso (são úteis para os *homens*) não são frutos da produção humana (trabalho humano). Uma mercadoria, de acordo com Marx, seria um produto ou objeto cujo valor de uso pode ser transferido a outrem por meio da troca (valor de troca – preço), carregando consigo a ação do trabalho humano corporificada em sua forma/matéria. Ocorre, contudo, que em um contexto de produção capitalista os recursos naturais também passam a ser elementos apropriados por certos “indivíduos” (grupos/entidades) e são tornados mercadorias graças ao princípio imperante da propriedade privada e ao monopólio que esta permite a quem se tornar o dono de bens naturais. Atualmente, as conseqüências advindas do uso não regulado dos recursos naturais no processo produtivo são contabilizadas como externalidades negativas. Isto tem instigado os teóricos econômicos a pensar sobre como incluir o meio ambiente e os recursos naturais comuns (como a água, o ar, o solo, etc.) nos custos da produção das mercadorias, tentando produzir com isso, modelos explicativos capazes de incorporar as conseqüências sociais e ecológicas produzidas pelo mercado. Maiores informações consultar: Giuliani (2000); Acselrad (1998); Tomasquim (1998); Marques e Comune (1997); Beckenbach (1994). Para uma leitura sobre a apropriação comunitária dos bens comuns ou dos recursos naturais consultar Diegues (2000).

⁶² Um caminho alternativo para a pesquisa de campo, que não efetivamente seguiremos, poderia ser observar as formas de utilização dos *bens comuns* (recursos ambientais). Se os mesmos forem regulados (em certos contextos e situações) segundo o modelo do *utilitarismo substantivo*, a conduta de pesquisa deveria ser identificar os princípios que fazem desse uso coletivo da natureza um espelho das relações sociais (formas de sociabilidade) comuns aos grupos, às comunidades ou às organizações em destaque. Poderia ser relevante, ainda, observar de que forma as redes de sociabilidade intrínsecas a tais conjuntos sociais estão marcadas por regras, códigos morais e formas de condutas previamente estabelecidas, e de que maneira estas são capazes de regular as formas sociais de uso dos bens públicos, definindo e acordando antecipadamente os critérios de sua utilização.

⁶³ Uma interessante metáfora a este respeito é a “Tragédia dos Campos Comuns” de Garret Hardin (1968). Ele relata que em uma área comum, criadores de ovelhas conduziam seus rebanhos para pastar. Estes começam a

diferentes agentes sociais e políticos e não apenas aqueles movidos por uma orientação econômica. Todos estes na busca de alcançar certos interesses são capazes de utilizar os recursos naturais sem se ater para as conseqüências ambientais de seus impactos.

Atualmente, nos planos políticos e econômicos tanto ambientalistas quanto economistas estão preocupados em refletir e discutir sobre os critérios de uso e valoração dos recursos naturais. Os economistas, principalmente os integrantes da Economia do Meio Ambiente⁶⁴, têm estado preocupados em calcular os valores econômicos dos recursos naturais que (mesmo não sendo transacionados pelo mercado) são alvos diretos dos impactos que o sistema econômico, por meio do processo produtivo, promove no ambiente (custos sociais e ambientais). Ou seja, dentre seus principais objetivos podem ser encontradas avaliações monetárias dos danos e/ou benefícios ambientais que o comportamento dos agentes econômicos racionais é capaz de empreender dentro de um mercado. Estes economistas também têm produzido modelos de valoração ambiental que tentam dar conta da diversidade de significados e utilidades que os recursos naturais podem adquirir economicamente e socialmente (Marques e Comune, 1997), apresentando para tanto, alguns princípios de classificação para a valoração econômica do ambiente, dentre eles: o valor de uso (direto e indireto), o valor de opção e o valor de existência⁶⁵.

percebem, porém, que esta situação é vantajosa, haja vista que as áreas comuns pertencem à coletividade e todos podem desfrutar de seus recursos. A situação ganha outra conformação quando todos intencionando o mesmo fim: aumentar os seus ganhos particulares, vão conduzir um maior número possível de ovelhas neste campo. Essa busca pela maximização do auto-interesse, pondo em detrimento a característica coletiva do bem, conduz à degradação do mesmo e, por conseguinte, a tragédia como conseqüência para todos. Essa metáfora nos leva a conclusão de que o uso individual de um bem comum pode produzir malefícios para a própria organização social. Não se pode negar que a noção de utilidade que estes criadores de ovelha apresentam é emblemática de um modelo de racionalidade instrumental, na qual o recurso natural em evidência é considerado apenas um meio (instrumento, objeto) para se chegar ao fim desejado, a maior acumulação. Importante lembrar também que essa metáfora é válida a partir do princípio de que os bens naturais são limitados e finitos. Os “não-ambientalistas” partem do princípio que os recursos produtivos são infinitos, porque crêem na ciência e na técnica como fornecedoras de soluções para os problemas da escassez.

⁶⁴ Segundo Marques e Comune (1997) os adeptos da Economia Ecológica também são partícipes da defesa da valoração econômica da natureza como melhor forma para alcançar o desenvolvimento sustentável, apenas não aceitam completamente que essa valoração seja feita a partir da perspectiva conceitual da economia neoclássica.

⁶⁵ De acordo com Marques e Comune, “o valor de uso direto é calculado em função da exploração da madeira, de produtos não-lenhosos, caça, pesca, produtos genéticos, medicinais, habitat humano, dentre outros. Os valores

Essa abordagem da Economia do Meio Ambiente trata-se, ao final, de uma estratégia para assegurar racionalmente a gestão ou preservação de um dado recurso ambiental. Segundo Tolmasquim a “avaliação monetária é o ponto de passagem obrigatório do cálculo econômico e é o único que permite agregar os diversos componentes dos custos e benefícios e determinar uma solução economicamente eficaz” (1998: 339). Ou seja, para este a valoração monetária do meio ambiente aparece como uma das melhores estratégias para consolidar o seu uso mais racional e até mesmo a sua preservação.

Essa postura se justifica porque o cerne teórico da Economia do Meio Ambiente mantém-se atrelado aos princípios neoclássicos, isto é, pressupõe a existência do comportamento humano racional. Isso gera a necessidade de que sejam criados mecanismos para minimizar os impactos negativos da ação humana (auto-interessada) na natureza e, para tanto, faz-se importante a elaboração de cálculos e modelos de valoração capazes de revelar a contabilidade dessas perdas ambientais. Descobrimo-se então o valor econômico dos bens ambientais haveria a possibilidade de regular, via mercado, o comportamento lesivo dos indivíduos para com o meio ambiente⁶⁶.

Os economistas do meio ambiente justificam a prática da valoração econômica dos recursos naturais por acreditarem não haver tempo hábil suficiente para que o mercado por si reconheça os valores de alguns recursos antes da degradação ou extinção dos mesmos (Marques e Comune, 1997). Esse modelo mantém as questões ecológicas atadas à lógica do mercado e integradas à visão do comportamento humano racional, mas ao mesmo tempo as

de uso indireto incluem: a proteção das bacias hidrográficas, a ciclagem de nutrientes, a regularização do clima e todas as demais funções exercidas pelas florestas tropicais. O valor de opção refere-se ao valor da disponibilidade do recurso para uso direto ou indireto no futuro. E, finalmente, valor de existência, cuja avaliação está dissociada do uso efetivo ou virtual e inclui, por exemplo, valores que as pessoas atribuem aos ecossistemas em extinção ou espécies ameaçadas. Neste contexto, a biodiversidade é entendida como um objeto de valor intrínseco, como uma herança deixada para outros ou como fruto de uma responsabilidade moral” (1997: 29). Seguindo essa mesma linha de análise há também um interessante artigo de Tolmasquim (1998) que discute as forças e fraquezas da Economia do Meio Ambiente.

⁶⁶ Observa-se, portanto, que a Economia do Meio Ambiente busca sanar os problemas das conseqüências da racionalidade econômica no meio ambiente racionalizando ainda mais os usos dos recursos ambientais. Nesse sentido, o comportamento humano racional é a causa da degradação ambiental e ao mesmo tempo a sua solução.

insere no rol das referências substantivas – permitindo que as mesmas transitem por entre o *continuum* das formas de *utilidade instrumental e substantiva*.

Essa abordagem contribui ainda para por em relevo projetos de modernização ecológica (Christoff, 1996) que também são passíveis de serem dispostos nesse mesmo *continuum* da *utilidade*. Na literatura ambiental a modernização ecológica figura como uma proposta cujos objetivos estariam voltados para “promover ganhos de eficiência e [para] ativar mercados (...) atribuindo ao[s] mesmo[s] a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental” (Acselrad, 2004: 23).

Para Christoff (1996), no entanto, as abordagens e interpretações sobre as formas de modernização ecológica poderiam ser dispostas em uma escala e classificadas como “fracas” e “fortes”. Uma modernização ecológica “fraca” não promoveria, pare este autor, as tão almejadas tensões (que permitem mudanças) entre a questão ambiental e os rumos do desenvolvimento econômico, mas justamente o seu inverso, uma possibilidade de apropriação de um discurso pelo outro. Em oposição a esse tipo de modernização ecológica – comumente pautado em formas de regulação ambiental, tais como: ajustamentos tecnológicos e gestão das externalidades ambientais – ter-se-ia um outro tipo de modernização “forte” que procura incorporar o caráter sistêmico que envolve as questões ecológico-sociais. Para Christoff (1996), esse tipo “forte” de modernização exigiria uma nova forma de transformação cultural das relações entre *sociedades-naturezas*, principalmente a superação da racionalidade instrumental como o modelo orientador dessas relações.

Essa análise nos faz perceber que a modernização ecológica pode ser compreendida, portanto, como mais uma forma de imputar utilidades aos recursos e bens naturais. Todavia, essa utilidade pode se apresentar sob duas formas: uma *utilidade instrumental* e uma *utilidade substantiva*. Ou como é denominado por Christoff (1996) em tipos de modernização ecológica *fracos* ou *fortes*.

Desse modo, poder-se-ia identificar planos de ação ambiental pautados nos princípios do *utilitarismo instrumental* quando os mesmos encontram-se regidos pelo princípio do auto-interesse, da busca dos fins em detrimentos dos meios, tendo como referência temporal o presente. No debate sobre a modernização ecológica *fraca* tais planos são reforçados por uma racionalidade que enxerga a natureza apenas como exterioridade (valor de troca e matéria-prima), inserindo-a na lógica da acumulação capitalista e nas formas de monetarização dos recursos naturais.

De outro modo, planos de ação pautados em um *utilitarismo substantivo* teriam como alicerce a noção de natureza como bem comum. No campo das questões ecológicas se aproximariam de um tipo de racionalidade ambiental, abrindo-se em oportunidades para constituição de uma cultura do consumo responsável e da sustentabilidade⁶⁷, tendo como referência temporal a conjugação entre passado, presente e futuro. Uma modernização ecológica *forte* seria constituída, portanto, por modelos de ação racionalmente elaborados a partir de encontros entre agentes portadores de distintos interesses. Os agentes propagadores desses interesses poderiam então ser inseridos nos processos comunicativos de elaboração, produção e execução de tais planos políticos de ação. Essas ações, conformadas em um espaço heterofônico de debate e tensão – onde a natureza e seus ciclos são inseridos como “sujeitos” integrantes – poderiam gerar novas alternativas de relação sustentável entre grupos sociais e seus meio ambientes.

A inserção da noção de utilidade no campo das questões ambientais e ecológicas abre a possibilidade para que sejam discutidas então as formas privilegiadas de valoração da natureza e os tipos de racionalidade que orientam os indivíduos em tais processos de valoração. Entretanto, tem havido desacordos entre economistas e ambientalistas a respeito dessa necessidade de valorar os recursos naturais segundo o critério de utilidade. Se por um

⁶⁷ Nesse tipo de utilidade a natureza aparece tanto como exterioridade quanto como interioridade (ela se encontra fora e dentro de nós).

lado os economistas da corrente neoclássica acreditam que a valoração pode ser o melhor meio para evitar a degradação (Marques, e Comune, 1997), por outro, os ambientalistas não estão certos de que isto possa ser viável. A pergunta que estes se fazem é: “Como é possível valorar bens ambientais intangíveis?” (Acsehrad, 1998).

As correntes mais rígidas do ambientalismo (dentre estas as que acolhem os adeptos de uma visão preservacionista da natureza) têm feito severas críticas aos modelos de valoração que tendem a mercantilizar os recursos naturais e que contribuem para a consolidação de uma postura antropocêntrica e degradadora⁶⁸. Segundo estes ambientalistas, estão sendo criadas razões humanistas⁶⁹ (Ehrenfeld, 1992) para conservar a natureza e isso ao contrário de garantir a existência do bem natural acabaria contribuindo para sua degradação.

A título de esclarecimento vale destacar a visão do ecólogo David Ehrenfeld (1992) para quem algumas razões humanistas foram estabelecidas para a conservação da natureza. Dentre elas: 1) *Valores recreativos e estéticos* (relacionados às paisagens, aos animais exóticos) – adquirem valor econômico por conta da raridade, do poder terapêutico e relaxante, e também enquanto obra de arte; 2) *Valores não descobertos ou não desenvolvidos* (plantas e animais) – valor econômico sob a forma de alimento, matéria-prima, perfumaria, remédios, etc; 3) *Valores de estabilização do eco-sistema* (animais e plantas raros) – valor econômico advindo da capacidade destes recursos estabilizarem certos ecossistemas em desequilíbrio; 4) *Valor como exemplo de sobrevivência* (animais e vegetais) – animais e vegetais isolados são valorados porque são capazes de ensinar como as espécies vivas se perpetuam no tempo; 5) *Monitoração dos valores ambientais* (ecossistemas) – ajuda a definir o estado normal do ecossistema e as espécies nele encontradas a partir da medição da população e da diversidade

⁶⁸ Insere-se, ainda, neste campo a *Deep Ecology*, cuja abordagem defende uma ética biocêntrica, para a qual o lugar humano é no interior da natureza e não acima dela. Em suas perspectivas analíticas, os adeptos da *Deep Ecology* rejeitam a sociedade industrial como paradigma mundial do desenvolvimento e propõem a subordinação dos aspectos econômicos aos ecológicos. Maiores informações consultar a abordagem de Arne Naess feita por Merchant, (1992).

⁶⁹ O sentido do termo humanista deve ser compreendido como a exacerbação da razão humana (antropocentrismo) que submete a natureza a um processo de valoração, cujo objetivo é o uso e bem-estar exclusivos humanos.

de espécies consideradas como indicadores de poluição; 6) *Valores de pesquisa científica* – permitem que espécies antes consideradas irrelevantes possam se tornar subitamente valiosas; 7) *Valores didáticos* (ecossistemas) – têm o objetivo de ensinar àqueles que desconhecem como são organizados certos espaços ou ecossistemas. Este tipo de valoração sempre se confronta com o valor econômico alternativo ao uso do espaço (florestas ou condomínio?); 8) *Valores de reconstrução do habitat* (ecossistemas) – quando um ecossistema ameaçado é reconhecido como útil, qualquer pedaço original seu ganha valor, pois permite reconstruir um ecossistema complexo; 9) *Valor conservador* (evitar mudanças irreversíveis) – tudo deve ser conservado, pois mudanças ambientais irreversíveis podem causar danos aos próprios seres humanos, que os mesmos não saberiam avaliar.

Para essas correntes biocêntricas do pensamento ecológico qualquer forma de imputar valor à *natureza* ou aos recursos ambientais, ainda que sejam valores não econômicos, é considerada uma forma antropocêntrica e utilitária. Nessas correntes biocêntricas não são aceitáveis nem mesmos argumentos substantivos, voltados para as questões da natureza como bem comum, como justificativas para a conservação ou preservação de um dado bem ambiental. Ao final, essa perspectiva acaba por imobilizar as ações sociais e humanas no ambiente e por atribuir certa sacralidade à *natureza*.

Todavia, modelos mesclados por princípios econômicos e ambientais já se destacam nas falas de economistas e ambientalistas sob os auspícios da noção de desenvolvimento sustentável⁷⁰. Mesmo distante de gerar um consenso, isto já aponta para os meandros das representações e dos usos sócio-econômicos e políticos que envolvem o meio ambiente e a temática da utilidade, revelando como esse tema encontra-se incorporado ao próprio debate ambiental por intermédio dos planos e projetos propostos pelos chamados “agentes ambientais” (em seus âmbitos econômico, social e político). No entanto, as formas de

⁷⁰ Maiores informações sobre este tema consultar Godard (1997).

utilidade assumidas nesses projetos contêm não apenas preceitos instrumentais, mas coletivos, configurando um tipo substantivo de utilidade.

Segundo Elster (1994), toda ação racional é sempre uma ação orientada para alcançar algum tipo de resultado, que pode atender ao auto-interesse do agente, ao interesse comum (que coordena as expectativas de um grupo), ou até mesmo oscilar entre os dois pólos (dependendo dos objetos em disputa). Mas esta situação não pode ser apresentada sem considerar que na vida em sociedade esta promoção do auto-interesse também é capaz de interferir diretamente nas expectativas comuns dos outros agentes. Pensemos em um exemplo bem simples para ilustrar essa idéia: três amigos que gostam de pescar resolvem comprar cada qual lotes adjacentes de um terreno que é cortado por um rio. Digamos que o interesse comum dos amigos seria inicialmente fazer daqueles pequenos lotes, juntos, uma grande área de recreação e lazer para suas famílias. Este interesse comum, contudo, passa a ser abalado pelo interesse particular de um deles – desviar a água do rio com o propósito de irrigar a sua plantação de vegetais produzidos ecologicamente (cujo objetivo é atender a um mercado consumidor exigente e selecionado). Ocorre que, esta ação conduziria ao assoreamento da parte do rio que cabe aos outros dois amigos, impedindo-os de pescar. Não nos surpreenderia se esses dois se unissem contra a atitude do primeiro, conclamando os mais diferentes princípios ecológicos até os de cunho mais “radical” (defendendo, por exemplo, um modelo preservacionista, no qual é negada a interferência humana nos processos naturais).

Esse exemplo hipotético é ilustrativo da relação complexa estabelecida entre interesse individual e interesse coletivo no curso das ações, e revela ainda como a ação individual não pode ser analisada isolada de sua dimensão coletiva (Elster, 1994); isto se complexifica quando a questão em pauta diz respeito às formas de apropriação e uso do meio ambiente.

É nesse sentido que a dualidade da noção de utilidade pode servir para analisar as ações sociais e as formas de racionalidade embutidas. As ações sociais ocorrem envolvendo

múltiplos aspectos: interesses, valores e circunstâncias que atrelam projetos de vida individuais e coletivos. Embora possamos pensar que muitos indivíduos agem em prol da consolidação de seus projetos individuais, sabe-se que a concretização dos mesmos só pode ocorrer no plano coletivo (das interações e relações sociais). São necessárias as trocas comunicativas com outros agentes, que poderão ou não se tornar cooperadores na concretização de tais interesses particulares.

O que estamos querendo dizer é que no mundo da vida cotidiana as ações podem coordenar ou conflitar valores e expectativas que envolvem outros indivíduos. Ou seja, agir é lidar com a dimensão recíproca da ação, seus sentidos compartilhados, e com as conseqüências não previsíveis dessa reciprocidade na dinâmica da vida social. Essa relação intrínseca entre interesses individual e coletivo demonstra como os rumos das ações nem sempre podem ser previamente calculados ou avaliados apenas a partir do princípio do auto-interesse.

A história hipotética dos amigos pescadores, narrada anteriormente, retrata, portanto, ainda que de forma parca, como as ações humanas são sempre indubitavelmente complexas e multifacetadas. Demonstra, ainda, como entre os meios e os fins que compõem as ações sociais podem se conjugar (de acordo com as variações conjunturais) posturas que privilegiam em maior ou menor grau uma utilização instrumental dos recursos naturais e posturas que destacam formas de utilização, também em maior ou menor grau, substantivas. Isso demonstra que o tema da ação social é um campo de pesquisa promissor, que se mantém ainda aberto à discussão⁷¹.

⁷¹ Elster (1994) ao discutir as escolhas racionais em contextos coletivos, demonstra como os não-colaboradores podem acabar ganhando vantagens em relação aos colaboradores. Diferente dos colaboradores classificados por Elster como “kantianos”, que cooperam em nome do dever e independente dos resultados, os não colaboradores, ou aqueles que só cooperam se todos cooperarem (os “eqüitativos”) podem se beneficiar dos ganhos gerados pelas ações dos “kantianos” sem ter feito qualquer esforço. Colabora-se muitas vezes quando as perdas são reduzidas e os ganhos são evidentes, do contrário não se colabora.

Se por um lado, nos moldes da teoria da escolha racional – base da racionalidade econômica – os indivíduos são considerados egoístas e buscam seus próprios interesses, por outro, existem também certos constrangimentos sociais (normas sociais baseadas nos chamados interesses coletivos) que são o ponto de embate a esse tipo de racionalidade. Embora possamos agir como seres egoístas, sabemos que na vida coletiva nem sempre podemos assim fazê-lo. Esse parece ser um desafio antigo (porém ainda válido) para o qual a imaginação sociológica continua se dirigindo. Isso nos permite conceber que não é possível eliminar as situações de antagonismo de interesses que regem as ações dos agentes em sociedade. Vistas dessa forma, as noções de bem comum e coletividade estariam também posicionadas nesse ponto de tensão entre as intervenções valorativas gerais e os interesses particulares, isto é, entre as normas sociais institucionalizadas e as pressões individuais em prol de novas regras para sua definição.

Todavia, toda essa explanação sobre as incongruências da ação social só ganha aceitabilidade se a noção de utilidade deixar de ser entendida apenas a partir de sua versão moderna, segundo a qual é representativa de uma filosofia moral atrelada aos princípios do liberalismo econômico. O princípio da utilidade, ao contrário, permite-nos compreender – no atual contexto de crise da Modernidade – a dimensão exata da disjunção e complementaridade existentes entre os interesses individual e coletivo, ou ainda, entre uma ética instrumental e uma ética substantiva.

Embora as correntes do pensamento ecológico-ambiental apresentem constantes críticas às formas instrumentais de racionalidade, ao processo de acumulação capitalista e, sobretudo, aos usos indiscriminados dos elementos da natureza, estas pouco têm se debruçado sobre uma análise do princípio da utilidade, no sentido mais amplo do termo – incluindo a sua versão clássica – para propor novas formas de ação e de racionalidade sociais. Essa lacuna acaba impedindo que as formas contemporâneas de transformação da *natureza* sejam

problematizadas e avaliadas a partir das hibridizações presentes entre os sentidos de tal conceito. Portanto, abordar o princípio da utilidade a partir da dualidade significativa que ele agrega pode dar margem para que sejam feitas aberturas interpretativas que aproximem as questões ecológico-ambientais de seus dilemas não só teóricos, mas principalmente práticos: a relação entre o individual e o coletivo⁷².

Destarte, a dualidade do utilitarismo poderia abrir margem para discutir a utilidade a partir de uma dimensão ética, que incluiria a análise da reciprocidade das condutas humanas. Embora seja sobre isso que os ambientalistas falam e escrevem, não abordam o problema sob este escopo, por isso acabam permitindo para que as noções de ética coletiva (que envolvem as ações humanas no ambiente) sejam contempladas de modo privilegiado pelas correntes biocêntricas da ecologia que, embora tenham um papel relevante nesse debate, acabam por sacralizar a natureza a ponto de retirar o papel humano deste contexto. Desse modo, a noção de *utilidade substantiva*, conforme formulamos, permitiria pôr em debate a questão da ação coletiva e do bem público em contextos onde há conflitos de interesses e necessidade de definir os princípios de equidade e justiça social.

Quando a intenção é estudar de que modo a ecologia, ou melhor, os valores ecológicos tornam-se constitutivos de novas práticas sociais, gerando outras formas de representar a natureza (em um contexto que inclui a crise da Modernidade), faz-se importante averiguar de que forma o reconhecimento social dessa questão ocorre. Investigar empiricamente como os elementos da natureza são submetidos a certas classificações sociais, sejam estas

⁷² Dentre os que tomam o utilitarismo como mote em suas análises sobre o mundo contemporâneo encontra-se o Movimento Anti-utilitarista das Ciências Sociais (MAUSS), apresentado no Capítulo 1. Esse Movimento tem defendido uma abordagem crítica em relação à utilidade como valor social moderno. No entanto, até mesmo esse movimento tem como foco o utilitarismo incorporado pela teoria econômica a partir do viés neoclássico, e não propriamente a noção de utilidade avocada pelos seus principais teóricos dos séculos XVIII e XIX. É ilustrativo que mesmo o movimento MAUSS apenas maximize e direcione seu debate para uma dimensão econômica do utilitarismo, sem discutir os princípios éticos e morais também integrados a esta noção. Exatamente por se encontrar próxima à teoria econômica é que a noção de utilidade deveria ser retomada e problematizada, principalmente inserindo a dimensão que ficou ignorada pelos teóricos e agentes do pensamento (e movimento) ecológico-ambientais: os princípios coletivos e éticos.

instrumentais ou substantivas (ou mesmo um *continuum* entre as duas) é um passo em direção ao necessário cotejo entre as apreciações teóricas sobre as formas de racionalidade ambiental e os modos como esse *ethos* ecológico é capaz de se materializar em práticas sociais duradouras.

Assim sendo, a análise do campo empírico realizado na cidade de Angra dos Reis, que iremos empreender no próximo capítulo, possibilitar-nos-á adentrar nessa dimensão das classificações sociais dos agentes sobre as questões ecológico-ambientais e compreender de que modo os mesmos percebem os problemas ambientais presentes no seu entorno.

A cidade de Angra torna-se, nesse sentido, um campo de análise relevante para esse tipo de exercício analítico, pois congrega em sua história social projetos que fazem confrontar os interesses econômicos à problemática ambiental. A análise dos relatos orais coletado durante as entrevistas que realizamos com atores institucionais ligados direta e indiretamente às questões ambientais na cidade, mostraram-nos expressivas referências a essa tensão entre o econômico e o ecológico. Desse modo, examinar como a ecologia e os valores ambientais são ou não inserido nos campos social, político e econômico pode colaborar para que sejam reveladas as racionalidades sociais e as formas de valoração da natureza empregadas pelos agentes que atuam nesses campos.

Capítulo 4

Angra dos Reis:

história, sociedade e meio ambiente

1 – Os significados sociais do meio ambiente: parte um

Na intenção de compreender o modo como os sujeitos sociais consideram o ambiente em que vivem e qualificam os elementos nele contidos é que justificamos nossa abordagem e nosso interesse sobre o tema das representações sociais da natureza e sobre as imagens culturais que historicamente são instituídas durante os processos de transformação e humanização do meio ambiente.

Evocar a natureza, os cuidados para com o seu uso, sua conservação ou mesmo a criação de modelos racionalmente elaborados para a sua utilização, indica, por um lado, certo grau de mobilização em torno da questão ambiental. Percebe-se, hoje, que falar em meio ambiente e natureza tornou-se um fato capaz de movimentar muito mais pessoas do que há algumas décadas, contudo, essas referências – frutos muitas vezes de uma preocupação real com os processos de humanização da natureza – nem sempre conseguem se consolidar em práticas duradouras.

Em Angra dos Reis⁷³, local onde foi realizado o trabalho de campo, buscou-se compreender – a partir da análise dos relatos e dos discursos proferidos por alguns interlocutores na cidade – as distintas percepções e classificações sobre o meio ambiente. É sabido que a análise dos relatos orais e dos discursos não é totalmente passível de revelar o modo como os agentes sociais incorporam as referências ecológico-ambientais em suas práticas cotidianas; por isso, foi empreendida uma análise conjunta das classificações e visões de mundo que estes interlocutores foram capazes de apresentar a partir de suas falas, tendo sido ainda interpretadas as avaliações que os mesmos expressaram sobre a natureza.

Entrevistamos em Angra dos Reis alguns atores institucionais⁷⁴, ou seja, representantes de organizações e/ou entidades que se encontravam ligados às questões sócio-ambientais e ecológicas na cidade. Temos ciência de que os relatos coletados das falas desses atores não refletem apenas os valores e códigos institucionais, mas também trazem em conjunto as suas próprias vivências pessoais. Esse aspecto ao mesmo tempo em que pode ser considerado uma limitação para o desenvolvimento deste trabalho traz também vantagens à sua execução. A análise que buscamos empreender dos relatos orais trouxe como possibilidade uma interpretação não só do papel institucional que tais interlocutores ocupavam, guiados por certas diretrizes organizacionais, mas ao mesmo tempo uma avaliação das experiências que acumularam como moradores da cidade.

Esse aspecto é bastante revelador para o encaminhamento desta pesquisa, pois não se tratam apenas de pessoas que ocupam certas posições institucionais, mas de posições que

⁷³ A cidade de Angra dos Reis foi o campo empírico privilegiado para análise dessa questão. Em termos geográficos, a cidade de Angra dos Reis está localizada no litoral sul do Rio de Janeiro, entre a Serra do Mar e a baía da Ilha Grande. A cidade dispõe de um território recortado por enseadas, penínsulas e ilhas; nos costões e morros que cercam a cidade encontram-se remanescentes de Mata Atlântica correspondentes a 16% do total existente em todo o estado do Rio de Janeiro. Neste território, rico em biodiversidade, estão abrigadas a Reserva Indígena dos *Guarani* e algumas unidades de conservação ambiental, dentre elas a Ilha Grande e a Ilha da Gipóia. O trabalho de campo realizado em Angra foi direcionado para a área urbana, excluindo-se da análise a área rural e as reservas indígenas daquele espaço. Segundo dados do IBGE do ano de 2006, a cidade de Angra dos Reis possui uma população estimada de 144.137 mil habitantes.

⁷⁴ O critério utilizado para a escolha dos atores institucionais foi baseado no grau de relação política, econômica e social dos mesmos para com a temática sócio-ambiental local.

expressam vínculos e interesses para com certos problemas da cidade. Isto torna esses atores institucionais agentes privilegiados, precisamente por resguardarem em suas falas essa tensão entre os projetos organizacionais e as interpretações que dão aos mesmos, interpretações estas imbuídas dos anseios que possuem como participantes da vida local.

Do trabalho de campo realizado em Angra é possível antecipar alguns aspectos, sobretudo aqueles relacionados às referências utilitárias e/ou edênicas que alguns entrevistados evocaram para justificar os modos como a natureza deveria ser transformada. Observou-se o quanto a ecologia é incorporada de uma maneira difusa por estas pessoas, segundo as leituras particulares que fazem dos códigos culturais e sociais nos quais estão inseridas.

De acordo com essa idéia, as representações humanas sobre a natureza podem ser reveladas a partir da análise da própria dimensão social (e cultural) que estrutura a produção das simbologias e as significações que envolvem as noções de natureza e meio ambiente. Essas apreensões simbólicas tornam-se significativas das formas como certos grupos sociais estabelecem e produzem a sua intersecção com o ambiente e revelam os modos materiais e simbólicos (subjetivos) de apropriação do mesmo. Não obstante, é possível discorrer que atribuir significados à natureza guarda relação com as especificidades históricas e com o contexto social. É por esse caminho que pretendemos analisar as classificações e representações da natureza que ganham destaque atualmente na cidade de Angra.

Inicialmente foi observado que a “cultura do risco” (Silva, 1999), forjada a partir da convivência entre os habitantes e as três instalações nucleares na cidade⁷⁵, encontra-se mesclada com a dimensão edênica e paradisíaca da paisagem local (amplamente explorada

⁷⁵ Duas delas em funcionamento, Angra I, Angra II e a terceira em fase de negociação para a retomada de seu projeto.

pelo setor turístico). Risco e edenismo permeiam, portanto, o imaginário social do angréense, gerando representações sociais que acoplam imagens aparentemente opostas⁷⁶.

Importante ressaltar que a noção de risco não será alvo explícito de avaliação deste trabalho, haja vista que existem pesquisas direcionadas para este problema (Silva, 1999; Lopes, 2000; Prado, 2002). Nessa primeira parte da nossa análise empírica o interesse maior será dirigido para as representações edênicas⁷⁷ e suas transcrições locais.

1.1 - Angra dos Reis: história, sociedade, política e meio ambiente

Não há muitos estudos historiográficos ou fontes que nos permitam afirmar de que modo o motivo edênico esteve presente no imaginário social durante o período do povoamento da cidade de Angra dos Reis no século XVI. Encontramos relatos que evidenciam muito mais a prática exploratória dos recursos naturais encontrados nesse espaço do que a simples exaltação das belezas naturais.

É sabido que desde o seu descobrimento (segundo a historiografia local Angra dos Reis foi descoberta em 1502) até os tempos atuais, Angra dos Reis passou por quase todos os ciclos de exploração presentes na economia brasileira⁷⁸: o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o ouro e o café; mais recentemente tem-se o “ciclo” (se assim puder ser chamado) das atividades econômicas atreladas ao consumo das belezas naturais locais: o turismo, a especulação imobiliária em áreas protegidas, etc.

“Em função de seu litoral (...) o porto de Angra foi o maior escoadouro de ouro proveniente de Minas Gerais até o século XVIII. Nessa época, o município teve também importante papel na produção de açúcar.”⁷⁹

⁷⁶ Rosane Prado (2002) discute uma abordagem um pouco semelhante a esta, ao ressaltar a estrutura simbólica que conforma a cidade de Angra dos Reis: A beleza da cidade *versus* a negatividade da usina associada com seus riscos. Retornaremos a esse ponto no próximo capítulo.

⁷⁷ O leitor encontrará uma breve explanação sobre o *motivo edênico* na sociedade brasileira no **Anexo 1** desta tese. Essa discussão foi inserida no **Anexo 1** objetivando uma maior fluidez para a leitura do texto e para a construção de nossas análises, mas isso não significa que ela seja prescindível.

⁷⁸ Exceto para o ciclo da borracha.

⁷⁹ Site oficial da Prefeitura de Angra dos Reis (http://www.angra.rj.gov.br/acidade_historia.htm).

Interessante observar que essa idéia de uso das riquezas naturais esteve presente desde o século XVI e permanece, ainda hoje, de algum modo atrelado à prática social e ao imaginário local. Durante o processo de ocupação da cidade havia presente no imaginário social a idéia de exploração do mundo natural associada a um deslumbre que era revertido em medo acerca do que poderia oferecer uma natureza ainda não civilizada.

Há relatos que enfocam o quanto, nos séculos XVI e XVII, houve dificuldades no processo de ocupação do território que viria a se tornar a cidade de Angra dos Reis. A transferência da Vila para o local atual (a cidade) resultou de tais dificuldades e problemas⁸⁰; o principal problema que conduziu a essa transferência teria sido a resistência indígena. A personagem de cacique Cunhambebe⁸¹ é figurada na literatura como líder indígena de extrema força e vigor que enfrentou ardilmente os primeiros povoadores que pretendiam se fixar na região de Angra dos Reis.

Há, ainda hoje, na prática social local, a presença desse espírito de luta e enfrentamento. A imagem de cacique Cunhambebe parece reforçar o ânimo de alguns participantes dos movimentos sociais locais, os quais, muitas vezes sem perceber, apresentam-se como paladinos dos ideais de Cunhambebe, expressando suas oposições aos “desbravadores modernos” (indústrias, empresários, etc.) que exploram os recursos naturais locais e contribuem para perda da identidade cultural e histórica da cidade⁸².

Em entrevista realizada com um representante do movimento ecológico local ele não deixou de citar Cacique Cunhambebe como uma personagem importante na história da região:

⁸⁰ Segundo Alípio Mendes, “o núcleo inicial de Angra dos Reis formou-se no local hoje conhecido como ‘Vila Velha’, defronte a uma ilha que os índios denominavam ‘Yibói’, que quer dizer: cobra d’água e que os primeiros povoadores, por corruptela, passaram a chamar de Gipóia, nome pelo qual ainda hoje é conhecida.” (1995: 8).

⁸¹ “Ao ser descoberta, era a nossa terra habitada pelos índios goianenses, chefiados pelo Cacique Cuhãbebe e que eram ardilosos e destemidos guerreiros, além de hábeis canoieiros.” (Mendes, 1995: 8). Cacique Cunhambebe “tinha sua taba no Ariró, corruptela da palavra tupi Arirab que quer dizer: serra que venta muito.” (idem: 13). Hans Staden relatou em livro publicado em 1557 (chamado na tradução brasileira de “Viagem ao Brasil”) as experiências das duas viagens que fez ao Brasil. Neste livro encontramos a narração do autor sobre como foi feito prisioneiro de “Konyan-Bébe” (Cunhambebe) e sobreviveu.

⁸² Cacique Cunhambebe também se tornou nome de escola pública em Angra dos Reis, no bairro do Frade.

“Sempre teve resistência nessa terra aqui, desde Cacique Cunhambebe. Essa cidade aqui é fruto de muita luta; essa cidade aqui ela sangra. Se você cavar em todos os cantos dela tem luta de resistência, isso na Baía da Ilha Grande como um todo. Sempre partiu de algum aglomerado de pessoas na luta por justiça.”

Embora as referências bibliográficas sejam esparsas é possível considerar que a história de Angra dos Reis foi fundada a partir dessa prática exploratória dos recursos naturais ao mesmo tempo em que são encontradas referências que reforçam o imaginário edênico, uma forma paradisíaca de classificar a natureza na região.

Merecem destaque as classificações edênicas encontradas nos livros escritos por Camil Capaz e Honório Lima. Capaz (1996) relata que Alberto Ribeiro Lamego (reconhecido escritor e pesquisador das terras fluminenses que viveu entre 1896 e 1985) ao falar da formação geológica da Serra do Mar enfocou:

“Enquanto não forem encontradas formações da mesma idade em outras partes do planeta, nas rochas tipicamente azóicas brasileiras, mormente as do Distrito Federal e as da Serra do Mar no Estado do Rio, pisamos o próprio berço da Terra (...) é aqui [na baía de Angra] o paraíso terreal que os navegantes de 1502 reencontraram, milênios depois da expulsão decretada pelo Gênesis” (Capaz, 1996: 22-23).

O escritor angrense Honório Lima em seu livro “Notícias Histórica e Geográfica de Angra dos Reis”, escrito em 1889 e reeditado em 1972, também ressaltou o deslumbramento provocado pela visão das belezas naturais de Angra dos Reis. Nesta obra é possível ler a seguinte referência:

“Todos, nacionais e estrangeiros, que têm aportado nessa baía, admirados, contemplam, o esplêndido e deslumbrante panorama que aí a natureza desenrola diante de seus olhos, mormente, quando as brisas fagueiras de leste ou do sul caem sobre suas águas. Estas semi-agitadas, formam milhares flocos de espumas que, ao longe, assemelham-se a níveis carneirinhos a saltitarem sobre as suas aniladas águas.

Tendo por contraforte a altaneira Ilha Grande, não podendo os ventos soprarem com fúria indômita, as pequenas ondas que nela formam-se vão tranqüilas e docemente beijar as poéticas praias do continente, e de suas risonhas e verdejantes ilhas.

Ainda soam aos nossos ouvidos estas palavras do comandante da fragata 'Astrée' que aí esteve ancorado em 1864: - Nunca vi baía tão abrigada e deslumbrante como esta! É uma verdadeira maravilha! Temos inveja desse dom da Natureza!" (Lima, 1972: 97).

Essas abordagens edênicas – que figuram nos livros de escritores angrenses – não se constituíram em referências suficientemente fortes para desencadear ações ou movimentos sociais capazes de cercear os usos predatórios dos recursos naturais na região até pelo menos a primeira metade do século XX. Será visto no capítulo adiante que o movimento ecológico institucionalizado somente se organizou na cidade de Angra a partir da década de 1980.

Pádua (2002), ao tratar das origens do pensamento ambiental brasileiro, destaca que a visão do Brasil como “berço esplêndido” (e mesmo a versão romântica brasileira da exaltação da natureza) não foi sólida o bastante para retroceder a exploração das riquezas naturais. Ao contrário, a crítica a esse modelo de desenvolvimento e às formas de consumo dos elementos naturais advieram de um grupo de intelectuais ilustrados que avaliaram a questão sob o ponto de vista político, inspirados por uma visão modernizadora (constituída em bases racionais) sobre os usos sociais da natureza.

Assim sendo, além do mote edênico encontrado nos relatos dos historiadores da cidade de Angra, são encontradas também abordagens históricas que demonstram o interesse em explorar economicamente as potencialidades de um território repleto por uma natureza rica e prodigiosa⁸³ (Alípio Mendes, 1995). Isto quer dizer que, muito além de uma simples exaltação

⁸³ Por exemplo, os exploradores perceberam que a Ilha Grande possuía “fartura de madeiras e de produtos apropriados para a instalação de estaleiros navais para reparos, ou mesmo construção de embarcações, o que, afinal, acabou acontecendo, pois em 2 de janeiro de 1556, o Capitão-Mor Estácio de Sá veio a Angra dos Reis, isto é, à Vila Velha para inauguração de um estaleiro, aqui permanecendo vários dias” (Mendes, 1995: 9-10). Esse fato também foi discutido por Camil Capaz (1996). Honório Lima (1972:96-97) transcreve em seu livro parte de um artigo publicado em 1885 por Múcio Scevola no Jornal do Comércio que diz: “Ora, em nenhuma parte do mundo existe baía tão vasta e defensável, mais abrigada e de melhores profundidades do que a formada

da natureza o que existiu em Angra foi um tipo de ocupação baseada nos moldes modernizadores. Um modelo que associou a oferta de recursos naturais a sua paulatina exploração, não somente a partir do controle da própria natureza, mas de todos aqueles grupos atrelados à mesma (incluindo os grupos indígenas)⁸⁴.

Esse tipo de exploração parece ter funcionado bem como empreendimento econômico, mantendo seu apogeu até a primeira metade do século XIX – por intermédio primeiramente da cultura da cana-de-açúcar e depois do plantio do café. Logo em seguida, na segunda metade do século XIX, entra em crise a cultura do café por conta do isolamento econômico que a cidade sofreu com a construção da linha férrea Pedro II (1877). Essa construção ligou o Rio de Janeiro a São Paulo sem manter a conexão com o Porto de Angra. Esse fato trouxe para a região o arrefecimento econômico e por conta disso a maior parte da aristocracia local que habitava a cidade a abandonou, o que acabou gerando um intenso processo de esvaziamento demográfico (Guimarães, 1997).

Por intermédio da cultura da banana a economia local começou a ressurgir nos anos de 1920 nas áreas correspondentes às fazendas abandonadas de café – o que ocorreu através da ação e do trabalho dos ex-escravos e ex-colonos destas mesmas fazendas. Somente doze anos depois, com a reconstrução do porto de Angra, foi que cidade voltou a crescer.

A década de 1950 foi representativa no cenário nacional brasileiro pela ascensão dos projetos de cunho desenvolvimentista e no cenário local pelo início do desenvolvimento industrial da região de Angra. Houve, com isso, a instalação dos Estaleiros Verolme Reunidos (1959), uma indústria de capital holandês que produziu mudanças na ocupação do solo, tendo por resultado a diminuição da área destinada à agropecuária (Guimarães, 1997).

pela Ilha Grande e o continente. Ela é quatro vezes maior do que a do Rio de Janeiro. Os recursos naturais e o que o progresso ajuntar nas localidades circunvizinhas, poderão rivalizar com a do Rio (...).”

⁸⁴ Isso nos lembra a visão preponderante existente entre o Medieval e o século XIX da Grande Cadeia do Ser (baseada na leitura aristotélica cristã) – onde tudo no universo era relacionado/explicado pela divina providência e pela criação da Terra por Deus para usufruto dos homens.

Durante os governos militares (1964-1985), os projetos econômicos postos em prática "defenderam um modelo de desenvolvimento econômico nacional com base na implantação da indústria de bens intermediários – como a petroquímica – e nos novos investimentos em infra-estrutura – como energia –, com o objetivo de completar a matriz industrial brasileira. O território de Angra dos Reis é mais uma vez escolhido para sediar alguns destes projetos representativos da nova orientação desenvolvimentista nacional" (Guimarães, 1997: 37). Dentre os projetos postos em prática nesse período destacam-se: a construção da Central Nuclear de Furnas; o Terminal Petrolífero da Baía de Ilha Grande (TEBIG) e a Rodovia Federal Rio-Santos (BR-101) que viabilizou empreendimentos turísticos na região.

A concretização desses projetos transformou não só a organização social local como também a sua dinâmica, instaurando uma outra configuração à *paisagem* da cidade e às representações sociais que nesse espaço são encontradas.

2 - O imagético turístico na cidade de Angra dos Reis: entre a ficção e a realidade

Quem chega de ônibus ou de carro pela primeira vez à cidade de Angra dos Reis não consegue deixar de sentir uma perturbação estranha. Antes de adentrar propriamente no centro da cidade, ainda na BR-101, no percurso que margeia o litoral sul do estado do Rio de Janeiro, defrontamos de um lado com a cor azul do mar e suas belas paisagens e, do outro, com uma Mata Atlântica degradada pela ocupação humana desordenada nos morros e encostas. Os *turistas de primeira viagem*, aqueles que conhecem Angra apenas pelas belas imagens retratadas pela mídia, ficam então se perguntando: “Onde ficou escondido o tão ansiado ‘paraíso tropical’?” A sensação inicial é de tê-lo encontrado já degradado pela ocupação humana.

Essa visão de Angra como “paraíso tropical” ou “paraíso verde”, agenciada pela mídia e pelos empreendedores do turismo, pode ser facilmente posta em xeque quando os visitantes chegam à cidade. Gera-se, de imediato, um fosso entre o que inicialmente se vê e aquilo que era esperado encontrar, ou seja, um contraste entre a imagem do cartão postal e a realidade (Martins, 2002). Essa visão é amenizada apenas quando o turista, conduzido a um dos hotéis da região (seja no continente ou nas ilhas), passa a ver, ou melhor, “consumir” aquilo que tanto almejava – as belezas naturais “preservadas” – ou de modo mais claro, o paraíso sem as interferências e os reveses dos “erros humanos”⁸⁵.

Todavia, essa perturbação e esses contrastes permanecem nítidos para aqueles que vivenciam o cotidiano da cidade e também para aqueles que buscam estudar e compreender a sua dinâmica. Nesse sentido, Angra se abre como um *espaço-cidade* repleto de contradições e embora seja um município pequeno, já agrega muito dos problemas sociais vivenciados nas grandes metrópoles: crescentes níveis de desemprego, violência, tráfico de drogas, etc., como relata um dos moradores da cidade.

“(…) aqui no morro no Centro da Cidade, aqui no Morro da Carioca, no Belém, você tem toque de recolher na Sapinhatuba, é esse morro aqui da entrada da cidade. Determinados pontos do morro você não sobe mais, nem um rapaz que trabalha na prefeitura esses dias, que faz a limpeza dos matos nas escadarias, outro dia ele foi repreendido por uma pessoa do tráfico porque ele limpou demais, entendeu. (...) Então existe toda uma... um grande e seriíssimo problema, a educação aqui ela é muito boa, no primeiro nível que vai do ensino básico, ele é muito bom, mas quando chega no ensino médio as pessoas não tem perspectivas de continuar estudando porque aqui não tem faculdade, ontem houve um movimento estudantil porque a UFF, que é a única universidade gratuita que tem aqui, tá quase desistindo de permanecer aqui, porque o convênio com a Prefeitura não está sendo cumprido, então como não tem essa perspectiva e se quiser estudar numa outra faculdade que não seja Pedagogia [que é o único curso oferecido pela UFF/Angra], você vai ter que ir pra outra cidade. Bom, são poucos os que têm essa condição de fazer isso, então a grande maioria acaba desistindo; até ele faz o primeiro ano do segundo grau, o segundo ano, mas ele acaba desistindo pra entrar pro mercado de trabalho informal, e totalmente desqualificado, e ainda acha que vai sobreviver, porque o pai dele não tem

⁸⁵ Ou seja, sem a visão imediata da população empobrecida da cidade, aquela que tem de trabalhar arduamente muitas vezes em atividades informais. São os trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho, expulsos ainda do usufruto do *paraíso verde e tropical* dos caros hotéis de luxo da região.

formação e sobreviveu e as coisas vão sendo feitas dessa forma.” (depoimento de um morador local).

Para entender, então, o que diz esse entrevistado sobre o cotidiano de sua cidade é necessário nos despir da imagem comum “do paraíso maculado pela ação humana” e enxergar a cidade a partir de sua história concreta, fruto de sucessivos projetos de desenvolvimento que avaliaram mal, ou avaliaram pouco, suas conseqüências sociais.

Caminhando pelas ruas de Angra, observando a *paisagem* através da dinâmica sócio-econômica local, não deixamos de indagar e de perceber as diversas transformações sociais vivenciadas pela cidade. De início, percebe-se a distribuição espacial que separa o litoral, apropriado na maior parte pelo capital imobiliário e turístico (com seus condomínios de luxo e praias particulares), e as encostas dos morros ocupadas pela população de baixa renda. Em seguida, percorrendo as ruas do centro da cidade e observando as casas e prédios locais, somos surpreendidos pelo fato de Angra ter preservado poucas referências do patrimônio histórico dos períodos colonial e imperial⁸⁶. Olhando para além das casas e da arquitetura, que mesclam aquilo que restou de uma “Angra antiga” com os projetos modernos de urbanização, encontramos as pessoas, aquelas que dão forma e corpo a cidade.

No burburinho do espaço público encontramos o vai-e-vem de pessoas que visitam a cidade, passam, trabalham e vivem daquilo que ela pode oferecer. Observamos também a grande quantidade de trabalhadores informais⁸⁷, de pessoas que não conseguiram ser absorvidas nas atividades desempenhadas dentro das empresas e indústrias instaladas na

⁸⁶ Nas primeiras décadas do século XX a cidade de Angra passou por um processo de modernização arquitetônica, no qual a maior parte das casas e construções dos períodos colonial e imperial foi demolida para dar passagem às modernas construções que representavam desenvolvimento e ruptura com o “passado tradicional”.

⁸⁷ Lia Tibira (2002), escreveu um interessante artigo, com os dados coletados em pesquisa de campo, para entender como vivem os setores populares na cidade. Suas considerações dirigem-se para a população que hoje vive do mercado informal da cidade, aqueles que perderam seus empregos por conta da crise das atividades industriais e econômicas na década de 1990.

região: nas Usinas, no Estaleiro, na Petrobrás, ou mesmo no comércio local e turístico (hotéis, pousadas, restaurantes, etc.).

As ruas do centro de Angra são cheias de exemplos e histórias de vida que apontam para essa crise local do mercado formal de trabalho.

“Com a revitalização da rua (alargamentos das calçadas, manutenção de esgotos, canteiros) ficou ainda maior o fluxo de pessoas, favorecendo também os vendedores ‘circulantes’ do centro da cidade.

Pudemos encontrar alguns vendedores que estão há cerca de 10 anos ou mais nas ruas de Angra comercializando seus produtos. Muitos desses trabalhadores, já fazem parte da história da cidade. Quem nunca ouviu falar do seu Zé das flores, que vende suas flores na esquina da rua do comércio? Do pipoqueiro? Do vendedor de coco torrãozinho, que há mais de cinco anos está na mesma esquina?

Ah, o goiabeiro! Foi com ele que conversamos durante um longo tempo. Vale a pena reproduzir a história que nos contou, pois a mesma ilustra muito bem as consequências da crise do trabalho assalariado. Ele nos disse que, desde o início do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores (PT), está naquela rua vendendo goiabas, renda com a qual mantém uma família composta por 10 pessoas. Ele havia sido um operário metalúrgico da Verolme, mas com a crise ocorrida na empresa em 1990, foi demitido do estaleiro, não lhe restando outra alternativa a não ser tornar-se um ‘trabalhador de rua’” (Martins, 2002: 63).

O fragmento destacado do artigo de Martins⁸⁸ (2002) revela muito mais que um olhar objetivo sobre a cidade, em determinadas passagens apresenta uma verdadeira poética sobre o lugar. Tomamos esse artigo como um relato de quem nasceu, viveu e agora se põe a pensar as redes sociais que fazem Angra ter a tessitura que tem.

Esse relato é significativo do modo como a cidade aos poucos vai revelando suas pequenas reentrâncias e particularidades a partir dos olhares daqueles que nela vivem. Mostra como Angra dos Reis vai se compondo: socialmente dividida num primeiro olhar, mas ao mesmo tempo organizada em torno de laços de sociabilidade formados entre as populações

⁸⁸ Martins era aluna do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal Fluminense/Angra, no ano de 2002, quando escreveu este artigo no “Cadernos de Ensaios e Pesquisas do Curso de Pedagogia da UFF-Angra”. Era, também, bolsista de iniciação científica sob orientação da Profa. Lia Tibira.

que se enxergam privadas do acesso e do usufruto das belezas e riquezas (naturais e sociais) do lugar⁸⁹.

Nesse percurso pelas ruas de Angra percebemos também como cada lugar traz consigo sua marca histórica, a marca de suas lutas sociais e de seus modos de ocupação. No entanto, tudo isso parece passar inerte aos olhos de quem não vivencia a dinâmica da cidade para além da sua condição “paradisíaca”.

A partir desses olhares dirigidos para o entorno da cidade vamos percebendo também, esse ambiente como algo a mais que o *lugar da ação* dos agentes, mas também como uma paisagem (Schama, 1996). Como paisagem ele se constitui não apenas do que pode ser visto, mas do que é culturalmente percebido. Torna-se, portanto, um espaço transmutado em construção cultural, no qual afloram diferentes memórias e histórias, conjugando simultaneamente o passado e o presente. Nesse sentido, a paisagem torna-se a síntese da interação entre a cultura e a natureza e pode ser traduzida a partir das expressões coletivas e individuais que dão forma ao imaginário social.

É por isso que Angra torna-se aos nossos olhos uma daquelas cidades que não revelam de imediato uma identidade acabada, mas ao contrário, difusas identidades, apreendidas das diferentes interpretações evocadas pelos atores sociais (de acordo com seus focos particulares de captação e interpretação). Dependendo do olhar parece possível ver coisas bem diferentes! Dizemos isso, porque as entrevistas feitas com os moradores locais nos mostraram um panorama diversificado de visões e representações sobre esta *paisagem* (a cidade e seu meio ambiente), cujos maiores destaques foram dados às idéias de: *paraíso verde, cidade-turística, ambiente degradado, pobreza generalizada, espaço de desenvolvimento econômico, etc.*

⁸⁹ A formação desses laços de sociabilidade entre as classes populares locais se constituiu como objeto de investigação de Campos (2005) que enxergou nessa movimentação parte necessária da orquestração que poderia transformar a cidade em um espaço aberto para uma “pedagogia cívica”, como ela mesma qualifica. Um local onde se alicerçam identidades comunitárias, que diante de uma conjuntura que lhes permita expressão (as gestões democráticas do PT, como foi o caso estudado pela pesquisadora), pode forjar processos sociais participativos – a inserção dos movimentos sociais nos assuntos públicos e cotidianos da cidade.

Essa perspectiva do ambiente como *paisagem* (Schama, 1996), faz-nos atentar também para a forma como o *espaço* emerge enquanto elemento expressivo da memória humana; como atrelado às nossas representações. Nesse modelo explicativo a natureza não se encontra distante dos seres humanos; na verdade, ela nunca esteve distante, já que reside nas mentes humanas nas mais variadas formas, como mitos e seus símbolos atrelados.

A *paisagem*, quando compreendida como espaço culturalmente percebido – espaço da memória – torna-se recheada de simbologias, imagens e significados que de fato não dizem apenas o que ela é, mas o que nós somos em relação a ela. Schama (1996) nos deixa uma boa metáfora para exemplificar esta noção quando cita uma passagem de uma conferência proferida por René Magritte em 1938 sobre um dos quadros pintados por este artista, intitulado de “A condição humana”.

“Vemos o quadro como exterior a nós, embora seja apenas uma representação do que experimentamos em nosso interior”. O que está além da vidraça de nossa apreensão, diz Margritte, requer um desenho para que possamos discernir adequadamente sua forma, sem falar no prazer proporcionado por sua percepção. É a cultura, a convenção e a cognição que formam esse desenho; que conferem a uma impressão retiniana a qualidade que experimentamos como beleza” (Schama, 1996: 22).

O que é interessante ressaltar dessa citação é o fato deste autor inserir o olhar humano sobre a natureza na moldura da própria cultura da qual se é parte. Nessa abordagem, a natureza torna-se elemento e componente da história humana e dos valores culturais, os quais organizam as formas como o mundo natural deve ser visto, compreendido e utilizado (Schama, 1996).

Com isso, compreendemos que as interpretações apreendidas das falas dos agentes sociais que atuam e vivem na cidade de Angra dos Reis podem ser consideradas como leituras importantes sobre esta *paisagem*, pois destacam um olhar particular sobre o espaço habitado. Entretanto, a formação desses imaginários sobre a cidade torna-se ainda mais ilustrativa

quando associada às condições estruturais que também influenciam e confrontam a ordem local, dando outra tônica às interpretações dos agentes sociais sobre esta mesma *paisagem*.

Desse modo, é necessário reforçar o fato de que Angra é uma cidade que cresceu e se moldou em torno de diferentes projetos de desenvolvimento econômico, encampados em sua maioria pelo Estado-Nacional; projetos esses que geraram ressignificações internas bem características e moldaram uma configuração espacial preta de contrastes, observada ainda hoje. Por exemplo, a região foi palco de uma intensa sobrevalorização de suas terras litorâneas a partir da construção da rodovia Rio-Santos (a BR-101), iniciada em 1972 e, por conta disso, vivenciou sérias disputas pela ocupação de terras em áreas valorizadas pelo capital turístico-imobiliário.

Essa aproximação que ocorreu entre a exploração econômica da região e a valorização do seu meio ambiente, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, gerou algumas ações e processos sociais que marcaram e ainda hoje marcam a vida da cidade: a) de um lado fez constituir (ou reafirmar) a imagem da terra próspera e rica (expurgo de uma visão edênica) que oferecia trabalho e condições de lazer a todos os que se dispusessem a conquistá-la; b) de outro, um forte processo concomitante de valorização e ocupação das terras pelos grandes empreendimentos econômicos e turísticos, o que cerceou o acesso comum ao usufruto desse “paraíso”.

“Com a construção da Rio-Santos (...) deu possibilidade de uma forte economia imobiliária, da indústria imobiliária. Então todos os terrenos entre a Rio-Santos e o mar tiveram uma valorização absurda. (...) A Embratur fez uma classificação, ela definiu os usos chamados de turísticos para cada trecho, e no trecho que Angra está incluída é colocado (...) como trecho [para] empreendimentos destinados as classes AA. Porque aqui não tem grandes praias, as praias são pequenas, de difícil acesso, então não comporta turismo de massa (...) Aí a indústria imobiliária se aproveitando disso construiu grandes condomínios, que na verdade não são condomínios, são loteamentos, o que é uma diferença muito grande.(...) No condomínio você tem uma administração centralizada, você pode fechar e impedir as pessoas de entrarem, então os Portos (Porto Frade, Porto Galo) são loteamentos que foram implantados como condomínios (...). Isso gerou na cidade uma exclusão muito grande. Então as pessoas que moravam aqui tiveram as suas

terras super-valorizadas para esses empreendimentos, então foram compradas a preço de banana. Quem comprava tinha informação privilegiada, sabia que ia passar a Rio-Santos, ou já tava passando, tinha visto essa coisa aqui que é o valor do imóvel do local. Os pescadores, os moradores de famílias tradicionais foram... pegaram o dinheiro e ocuparam os morros (...) e os trabalhadores que vieram também para esses empreendimentos foram ficando. Muitos deles ficaram aqui e teve esse impacto também. (...) Esses empreendimentos eles privatizaram o acesso à orla” (Ricardo – nome fictício - ex-Secretário de Meio Ambiente da gestão do PT em Angra).

Como bem ilustra a fala desse entrevistado muitas praias foram privatizadas por conta da construção dos condomínios, loteamentos e empreendimentos turísticos de alto luxo localizados na cidade. Contudo, essa corrida pela exploração turística e imobiliária alcançou seu foco maior no início da década de 1960⁹⁰, quando as primeiras propostas voltadas para o incremento turístico local ganharam forma a partir do desenvolvimento de dois projetos: o “Programa Básico de Desenvolvimento Turístico de Angra dos Reis – PBDT”⁹¹ e o “Projeto TURIS – Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos”⁹² (Guanziroli, 1983).

Foi esse segundo projeto que recebeu ênfase e “orientou (...) o desenvolvimento turístico da região”, e não surpreende que entre as suas principais diretrizes fosse encontrada a idéia de uma “vocação turística da cidade”, quase como uma condição natural dada por um ecossistema privilegiado pelas presenças do sol e das praias⁹³ (Guanziroli, 1983). Ou seja, mais uma vez a imagem edênica é evocada e reforçada.

⁹⁰ Guanziroli fornece-nos uma análise das tensões históricas locais que nos permite pensar as origens da formação do imaginário social que hoje confere destaque ao turismo como uma das atividades focos da cidade. Seu trabalho nos fornece base para discutir as racionalidades vigentes durante o processo de construção do espaço regional de Angra dos Reis, permitindo-nos confrontar o imaginário social de hoje com o que era prevalente nas décadas de 60 e 70 do século XX.

⁹¹ “Elaborado pela empresa TECNOPLAN, Consultores Técnicos Ltda., a pedido da FLUMITUR, órgão estadual ligado à Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro” (Guanziroli, 1983: 238).

⁹² “Realizado pela SSET International, a pedido da EMBRATUR, órgão federal vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio” (Guanziroli, 1983: 238).

⁹³ Vale ressaltar que esse projeto TURIS acabou estabelecendo uma “segregação espacial e social do litoral”, definido e demarcando as praias de acesso exclusivo das elites e as praias próprias para as classes populares e tendo como um dos principais objetivos a serem alcançados: a ocupação e desenvolvimento turístico de todo o litoral fluminense até a década de 1990 (Guanziroli, 1983).

Esse processo histórico que preteriu (ou fez encolher) a economia agrícola, base principal do desenvolvimento econômico angréense até a primeira metade do século XX, em prol da exploração do capital turístico-industrial, possibilitou também (além da consolidação da imagem de Angra como cidade “vocacionalmente turística”) a constituição de uma nova *paisagem*. Atrelado a isso são encontradas duas lógicas de acumulação de capital, porém sob uma mesma racionalidade: a) de um lado uma lógica que privilegiava o desenvolvimento econômico via instalação de grandes indústrias, o que implicou na utilização de recursos naturais e sociais (incluindo o deslocamento de mão-de-obra de outras regiões do país); b) de outro, o desenvolvimento do turismo, em cujo cerne encontra-se a necessidade de preservação das belezas naturais e de tudo aquilo identificado com as imagens edênicas. Ambas as lógicas instituíram-se, no entanto, a partir de uma racionalidade econômica que implicou no crescimento da especulação imobiliária e na separação sócio-espacial do consumo dos bens naturais (privatização de ecossistemas marinhos e de matas). Essas ações, por seu turno, também contribuíram para a degradação desses mesmos bens naturais que deveriam ser preservados (como os aterros de mangues, a construção de marinas, os desflorestamentos, etc.) (Guanzirolí, 1983).

Todo esse processo gerou concomitantemente conseqüências sociais, desigualdades que se refletiram na expropriação de antigos moradores das áreas tornadas valorizadas pela especulação imobiliária; grupos sociais que em muitos casos tiveram seus direitos tradicionalmente adquiridos de acesso à terra, negados. Nesse mesmo processo encontramos a política de incentivo à migração territorial por intermédio da abertura de postos de trabalho na construção das fábricas e indústrias que se instalaram na região. No entanto, essa política também gerou contrastes, pois esses mesmos trabalhadores estimulados a migrar, não encontraram condições sociais satisfatórias. Não houve nenhum incentivo político que permitisse aos mesmos se fixar na região após o término das obras para as quais eram

atraídos. Não encontrando espaço para se fixar adequadamente em um quadro já desenhado de valorização territorial e imobiliária, esses mesmos trabalhadores, agora fora do mercado formal de trabalho, descartados pelos empreendimentos que ajudaram a erigir, passaram então a ocupar as áreas menos valorizadas da cidade: os morros, produzindo com isso o fenômeno da favelização e contribuindo com a deterioração dos recursos naturais aí presentes, no caso em questão, a Mata Atlântica (Guanziroli, 1983).

A história social de Angra dos Reis apresenta, portanto, as contradições que deram força a esse amálgama ou a esse híbrido entre classificações edênicas do ambiente e suas variáveis modernizadoras, produzindo processos múltiplos de valoração do ambiente.

Analisar esses processos de valoração passa a ser, então, uma etapa importante para aqueles que objetivam entender como as pessoas passam a atribuir valores aos bens materiais e não-materiais que existem a sua volta. Tal análise pode resultar, ainda, em uma oportunidade para que pensemos sobre como são construídas as representações sociais e as formas coletivas de classificação destes mesmos bens.

Sob esse ponto de vista, a noção de valor assume a forma de uma categoria cujo significado encontra-se atrelado à própria sociedade que a produz. Ou seja, faz parte daquelas noções cujos sentidos são construídos socialmente e que somente ganham reconhecimento e definição através dos atores sociais, no mundo prático. Isso significa dizer que os valores são fontes de significação, de conhecimento e classificação – valorar é também julgar, classificar dentro de certas circunstâncias. Nesse sentido, os sujeitos sociais (individuais e coletivos) ao tentarem compreender e interpretar a realidade social em que estão inseridos assumem de uma só vez o papel de agentes produtores e reprodutores dos códigos e valores presentes nesse mesmo mundo.

Essa perspectiva analítica auxilia, por exemplo, na compreensão das diferentes interpretações e formas de racionalidades que os agentes econômicos e políticos da cidade de

Angra dos Reis usam para culpabilizar (ainda hoje) aquelas pessoas (os migrantes) pela degradação social e natural presentes na cidade, quando na verdade, os mesmo deveriam ser reconhecidos como vítimas da forma como foi implantado o processo modernizador na região.

“Angra deveria ser um modelo de uma cidade balneária, turística que pudesse vir aqui as pessoas do mundo todo, do Brasil todo e saíssem daqui falando sozinha de tal exuberância, de tal magnitude que existe aqui, a parte de meio ambiente. Mas na verdade isso não rolou, porque (...) a cidade nunca se importou por essa parte de meio ambiente e turismo. (...) Existe um turismo natural que funciona do mês de dezembro, janeiro e fevereiro, três meses, esse turismo nós devemos à mídia, porque Angra é mídia internacional. (...) Aonde você for alguém lá naquele país vai dizer assim: ‘eu já estive lá’ ou ‘já ouvi falar daquilo lá’. (...) há um interesse das pessoas em vir para cá conhecer Angra, mas ficam estarecidas quando chegam no centro de Angra e vêem aqueles morros ali com aquele visual péssimo que têm, que na verdade deveria ser um pouco melhor. Mas como eu disse, deixaram construir, deixaram fazer, deixaram a coisa andar daquela forma que está ali. (...) Isso aí é imperdoável esse negócio, porque está invadindo a mata, está tirando a proteção da montanha, aí vem aquele problema, dá uma enxurrada, um temporal danado, um volume pluviométrico alto de águas e desce a barreira e mata um bocado de gente. Mas a culpa é de quem? De quem deixou construir na cota 100, na cota 120, na cota 200, porque aí o morro fica desguarnecido, desprotegido, porque retiram a mata e aí desce a barreira toda” (Sr. Borges – nome fictício - Representante da Associação Turística de Angra, dono de um estabelecimento comercial voltado para o turismo).

Na fala desse entrevistado é percebida uma forma peculiar de ver e entender os problemas sociais locais, considerados normalmente como empecilhos ao pleno desenvolvimento do turismo. Nesse sentido, aqueles que mais sofreram com a expansão e sobrevalorização imobiliária e turística na região – as populações pauperizadas que vivem nos morros e periferias da cidade – transmutam-se em culpados por denegrir a imagem edênica do “paraíso tropical” evocada pelos meios de comunicação.

Essa forma de valoração da natureza e de seus recursos – através da exploração do turismo – é mediada por uma racionalidade que incute no meio ambiente uma *utilidade instrumental*, ao mesmo tempo em que revela preocupações ou referências à degradação

ambiental existente na cidade. Para esse entrevistado, o turismo é consagrado como uma “vocação natural da cidade”, algo que possui todas as potencialidades para ser explorado e estimulado. Interessante ressaltar que esse tipo de representação social – “*Angra vista como paraíso naturalmente turístico*” – ganhou contornos há mais de 40 anos, mas ainda se mantém atual no imaginário de alguns grupos sociais. Essa permanência do turismo na representação social local, como sendo a grande saída para o desenvolvimento da cidade, revela como a natureza em Angra pode ser apropriada valorativamente segundo diferentes interesses.

Essa maneira empreendedora de pensar a degradação ambiental e os problemas sociais da cidade está imbuída de uma representação e de uma racionalidade que aceita a privatização econômica da natureza e consagra o direito de usufruto apenas àqueles que podem pagar devidamente para consumi-la. Nesse sentido, a imagem fictícia/midiática do “paraíso tropical” naturalmente dado   exploração turística passa por um processo de *simulação*, no qual a ilusão-ficção emerge como realidade concreta e passa a ser confundida com o real, naturalizando e obscurecendo as distorções que a geram. Em contrário, a imagem histórica da cidade (sua visível desigualdade sócio-espacial e ambiental) passa a ser compreendida como uma ficção, algo que pode ser apagado, omitido e superado. Assim sendo, a imagem fictícia vai sendo travestida em realidade, passando a ser aceita como tal; nesse processo, as contradições sociais e históricas são nubladas e esvaziadas de sua capacidade de por em xeque essa mesma realidade.

Ainda recordo ter ouvido de um dos ex-Secretários de Meio Ambiente da gestão do Prefeito Fernando Jordão (PMDB), em uma das reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMUMA), o desejo de interferir na arquitetura das casas localizadas nos morros do centro da cidade de Angra. O mesmo expressou o interesse em urbanizar o local, definindo cores e incentivando a colocação de telhados coloniais nas casas lajeadas dos morros. O  nico

problema destacado pelo próprio Secretário era o fato de que os proprietários não aceitariam a colocação de telhados em suas casas, simplesmente porque os mesmos utilizam suas lajes como espaço lúdico e/ou de lazer: para o churrasco, a colocação de piscina, o banho de mangueira, a prática de empinar pipas, etc. Essa fala ilustra o desejo latente de imputar um caráter ficcional, uma máscara, àquela configuração urbano-espacial real⁹⁴.

A preocupação com a imagem da cidade e o modo como essa imagem pode abalar a representação turística de Angra também ganha destaque na fala de Borges, presidente da Associação Turística de Angra, quando este expõe as dificuldades e os problemas que na cidade não colaboram com o desenvolvimento do turismo. Ele aponta a necessidade premente de que o poder público assuma o turismo como setor de maior importância, promovendo obras e investimentos que adéquem a cidade para essa “vocação”. Ou ainda, conforme foi mencionado, que possibilite transmutar a ficção, isto é, aquilo que é imaginado, em realidade.

“Para fazer isso [desenvolver a vocação turística da cidade] primeiro você tem que adequar a cidade de uma forma que ela venha receber o turista em uma situação tranqüila, em bom tamanho, para que ele não saia daqui decepcionado. Porque não adianta, se você trouxer o turista aqui de helicóptero do Rio de Janeiro e não deixar ele vê nada do que existe de mazela na cidade e colocar ele dentro do Blue Tree Park, ou dentro do Hotel do Frade, ou dentro do Porto Galo, do Pestana, qualquer coisa assim, ele vai achar isso maravilhoso, mas ele não viu nada, ele veio de helicóptero pousou dentro do hotel e só vê a beleza de dentro do hotel, mas se ele vê a periferia da cidade, o que existe dentro da periferia, ele vai ficar estarrecido daqui, o abandono que está essa situação. Você anda por aí e você vê as casas, praticamente barracos que têm por aí, e cada dia mais você tem invasões na cidade, incontroláveis, de uma forma que cada um passa para o outro. ‘– Ah, vai pra Angra que lá você pode construir, entra lá pega um terreninho e constrói e tá tudo bem’. É uma invasão! E com essa tem mais uma, mais uma... daqui a pouco tem cem, duzentas, mil invasões numa área; ai pra tirar é um problema. Esse é um dos grandes problemas de Angra” (Borges - Representante da Associação Turística de Angra, dono de um estabelecimento comercial voltado para o turismo).

⁹⁴ O que estaria em jogo não seria um projeto que prezasse pela qualidade de vida, social e ambiental, daquela população, mas uma forma de maquiagem/simular as contradições locais, sem, contudo, atingi-las no seu cerne. Vale ressaltar que este referido ex-Secretário de Meio Ambiente antes de ocupar tal cargo político trabalhava no ramo imobiliário.

Borges invoca na fala destacada acima, uma imagem cindida da cidade: o litoral paradisíaco dos hotéis de luxo e a periferia da cidade como local de *estarcimento*⁹⁵, palavras do entrevistado. A fala desse ator social nos revela o modo como alguns grupos locais definem a distribuição espacial e social de Angra, reproduzindo a dissensão entre as “localidades praireiras (ricos) e [as] interioranas (pobres), estas últimas passando a constituir os grandes bairros das (novas) periferias da cidade” (Campos, 2005: 27).

“Ninguém tem o direito de invadir o que não é seu, então o poder público tem que fazer a parte dele (...) casas populares, saneamento, água, luz, tudo isso ele tem que fazer, agora deixar vim pra cá de fora, de outro estado, invadir uma área porque a pessoa ou proprietário não está lá ou por qualquer motivo... e lá vão invasões, invasões, invasões e cada dia que passa aumenta mais e aí com a invasão você perde todo o controle do planejamento de qualquer prefeitura (...). Então você sabe que você tem que adequar a cidade em educação, saneamento, água, luz e todos os serviços adequadamente (...). Se esse crescimento extrapola (...) com as invasões que vêm para cá, digamos que (...) 15% são invasões. (...) Então eu acho que invasão devia ser uma coisa que... mas eu volto a dizer, questões políticas! Aparecem meia dúzia de políticos sem escrúpulos que fazem vista grossa, passam a mão por cima e deixa o sujeito invadir, fazer o que ele quiser. Para receber um voto e aí cria um problema social na cidade que ninguém consegue controlar. Eu acho que o problema de Angra, para mim até hoje foi esse, a invasão descontrolada, sem nenhuma previsão e ninguém, nenhum prefeito, ninguém consegue administrar a cidade desse jeito (...)”. (Borges - Representante da Associação Turística de Angra, dono de um estabelecimento comercial voltado para o turismo).

As representações evocadas por Borges para compor o seu entendimento da cidade, constroem-se a partir da idéia de que a degradação urbana e ambiental é fruto da ação desordenada dos mais pobres, ignorando o fato de que o consumo do meio ambiente exercido pelos mais ricos é também gerador de degradação. No caso de Angra destacam-se os aterros dos mangues para construção de condomínios de luxo e de marinas, a construção de habitações em áreas protegidas, etc.

⁹⁵ Essa imagem e representação mental entre centro e periferia são antigas nas definições das desigualdades no Brasil. Euclides da Cunha em sua obra prima *Os Sertões* constrói todo o seu argumento a partir da distinção entre o litoral brasileiro *moderno* e o interior do país *atrasado*.

Interessante ressaltar que Borges não é nativo de Angra dos Reis, mora na cidade há quinze anos, mas tem propriedade na região há mais de 22 anos. Nesse período em que escolheu viver em Angra, ele identificou algumas mudanças. Segundo ele, o número de habitantes da cidade aumentou; por um lado, devido às escolhas de pessoas que resolveram adotar Angra como cidade para morar e/ou estabelecer seus empreendimentos (o caso dele), por outro lado, devido à migração de pessoas que resolveram *invadir* (palavra do entrevistado) a cidade, ocupando terrenos e terras cujos donos não estão morando, gerando com isso problemas jurídicos (ou seja, a população mais pobre).

“É preciso que se acabe com essa situação política de se permitir que Angra seja invadida dessa forma que está sendo. De uns anos para cá a situação de invasão aumentou muito mais”. (Borges - Representante da Associação Turística de Angra).

Durante grande parte da entrevista realizada com Borges a palavra *invasão* foi muitas vezes proferida. *Invasores* são aqueles que chegam à cidade sem recursos em busca de emprego e moradia e que acabam sendo inseridos na dinâmica da exclusão social local. Diferente, portanto, daqueles que, como o próprio Borges, *escolhem* a cidade como lugar para viver e trabalhar, sabendo de antemão que sua aceitação está garantida no grupo das elites locais. Os verbos *invadir* e *escolher* tornam-se antinômicos na semântica da avaliação cultural de Borges e fundamentam-se através de uma representação social que justifica uma distinção nítida entre as classes sociais e os seus desiguais direitos de uso do ambiente.

Contra essa situação de desigualdade social tão evidente Borges invoca mais uma vez o turismo. O turismo torna-se o mote para a cura de todos os males sociais que atingem a cidade. O turismo é visto como: fonte de emprego, reforço identitário da cidade como paraíso, guia para o desenvolvimento econômico, etc. Exatamente por isso, deveria ser acolhido como uma prioridade no desenvolvimento econômico social da cidade de Angra. No discurso desse representante da classe dos empreendedores turísticos de Angra o turismo aparece como:

“O melhor caminho e situação da população existente, porque entendemos nós que o turismo é o que emprega melhor, com uma renda muito melhor do que outros seguimentos do trabalho. É uma área limpa, uma área de bons salários em que as pessoas gostam de fazer e trabalhar dentro do turismo.”

O turismo assim compreendido torna-se o motor que vai dar forma a “ficção como realidade”, e “sanar” os problemas sociais que impedem essa ficção de se concretizar.

“A cidade é uma cidade muito pobre, o índice de pessoas carentes dentro da cidade de Angra eu acredito que chega aos 90%. E com isso, mesmo que você queira alavancar o turismo, que você queira acionar o poder público para estar presente para ser parceiro nisso, não há muito esse entendimento, por que a prefeitura, em regra geral, *ela vive de quê?*, de política, de voto das pessoas. Como eu disse, 90% de pessoas carentes é o que mais pesa na balança do político, então a tendência normal da prefeitura é atender a população mais carente (...) se o prefeito tivesse a intenção de alavancar o turismo ele estaria fazendo com que o turismo acontecesse e conseqüentemente teria empregos. Porque não adianta você fazer festa para ao povo, não adianta dar cesta básica, não adianta você dar essas coisas se o cara não tem trabalho. Ele tem que ter trabalho, é uma questão fundamental (...) se ela [a população pobre] tem trabalho ela automaticamente resolve os seus próprios problemas. (...) O emprego é o principal negócio para ela, e eu acho que o turismo para mim, ao meu ver, é um pólo que alavanca muito emprego. (...) Se você tem um turismo sustentado na cidade, que funcione o ano todo, automaticamente você vai ter as pessoas empregadas, não haverá problemas. Você não precisa dar cesta básica (...)” (Borges Representante da Associação Turística de Angra).

Na cidade de Angra dos Reis o setor do turismo encontra-se dividido em cinco “corredores turísticos”, que correspondem a cinco associações: do Centro, da Ponta Leste, da Ponta Sul, da Estrada do Contorno e da Ilha Grande. Cada uma das quais têm vida própria e autonomia. O princípio da Associação Turística é “*melhorar o que tem dentro da área do turismo*”, conforme relata Borges. Ele ainda ressalta que em mais de 500 anos de história, Angra ainda permanece no “marasmo” da exploração turística. Seria premente acionar esse setor e dinamizar a economia local.

A insatisfação do representante do setor turístico na cidade dirige-se muito fortemente à prefeitura e à deficiente atuação da mesma na solução dos problemas locais, principalmente

no que concerne às questões ambientais, dentre elas o saneamento básico. Na região onde foi realizada a entrevista não havia, segundo ele, saneamento, apenas “*valas negras com esgotos a céu aberto, jogando esgoto diretamente no mar (...) sem nenhum tratamento de hipótese alguma*”.

“O turista vem num lugar que ele entende e vê pela televisão, águas maravilhosas, uma floresta exuberante, toda uma situação conjugada entre montanha e mar, ele entende que isso aqui é um lugar que não foi ainda mexido pelo homem. Quando ele depara com uma vala negra com o esgoto a céu aberto jorrando dentro do mar, ele vai levar um choque. Aí ele fala, não é isso que eu entendi que fosse Angra. Há necessidade do poder público e só o poder público pode fazer que é cuidar do esgotamento sanitário da cidade. Isso a prefeitura tem que correr atrás e fazer, se não nós vamos conviver aqui no futuro como se fosse uma Baía da Guanabara.”

Ele continua, e afirma que o turismo e o meio ambiente são duas coisas que devem estar juntas.

“Turismo e meio ambiente, eu acho que essas duas coisas devem caminhar junto. Se o meio ambiente não tiver adequado ao turismo, o turismo sucumbe, porque é uma dependência muito forte, hoje quem faz turismo são pessoas que convivem e vivem em grandes centros urbanos e estão cansados de verem concreto, concreto, concreto, então o que eles querem é ver um pouco de natureza, um pouco de ambiente bem tratado, bem formatado, pra isso ele vem como um turista para cá e ele espera ver isso. E se ele não encontra isso ele sai decepcionado. Por isso eu acho que turismo e meio ambiente devem tá junto.”

Ressalta ainda a prática do eco-turismo na região:

“Existe aqui também uma formatação muito importante que é o eco-turismo, dentro d’água ou fora d’água, na serra, nas trilhas, tudo isso tem o turismo que as pessoas praticam. Se bem que eu vejo que quem vem para Angra, sabedor de que Angra está dentro do mar praticamente, vai querer fazer esse eco-turismo dentro d’água. Na serra, na parte de mato, vamos dizer assim, de floresta, pode acontecer de vir uma pessoa, de querer explorar isso também, mas eu acho pouco procurado, porque... O turista estrangeiro até que... lá pra área do Mediterrâneo, vamos dizer assim, onde não tem muito mato, florestas verdes, vem aqui vai olhar e achar lindo maravilhoso: ‘ah, eu

quero ir lá pra dentro!’ Então existe isso, mas o outro tipo de turista não, ele prefere a água mesmo, prefere andar de barco, freqüentar as praias das ilhas essa coisa toda.”

Interessante destacar que para Borges a relação *mútua* entre turismo e meio ambiente é na verdade unilateral. Não é a atividade turística que deve se adequar aos limites de exploração ou de uso da natureza, em contrário, a natureza tem de se adequar às necessidades turísticas. Ele, sem o saber, encampa um discurso modernizador que se sustenta num *utilitarismo instrumental* e nos faz recordar o imaginário social que figurou entre os séculos XVI e XVIII na Europa, isto é, a visão de que a natureza deveria ser cultivada, domesticada e ordenada para usufruto humano (Thomas, 1988).

No imaginário social dos agentes que têm a atividade turística como fonte de renda, o turismo assume a condição de valor primeiro, cujo incremento possibilitaria um novo arranjo social para a cidade. O meio ambiente aparece como um pressuposto, uma dádiva da natureza que merece ser explorada de uma forma racional e coordenada, com o aval e incentivo, inclusive financeiro, do poder público.

Apesar de termos focado o caráter instrumental das representações sociais que foram expressas por Borges, também não poderíamos deixar de ressaltar a leitura que este ator social faz da cidade onde mora. Segundo Douglas e Isherwood (2004) mesmo entre agentes econômicos – e suas escolhas racionais – também podem ser encontradas razões sociais e simbólicas para explicar o fundamento de suas práticas. Em Borges, poderíamos incluir as preocupações com o espaço público nesse item. O modo como ele aponta os problemas sociais (falta de saneamento básico e de água tratada, habitações em locais de risco, etc.) e políticos (clientelismo e assistencialismo) existentes na cidade, retrata a sua inquietação com relação às condições de vida nesse mesmo espaço.

Isso representa dizer que os argumentos puramente instrumentais utilizados para justificar o desenvolvimento do turismo não são sustentáveis por si. Por isso, Borges acaba

tendo de empregar justificativas substantivas para estruturar sua defesa do desenvolvimento turístico da região, apresentando avaliações que acabam por inserir em sua pauta de reivindicações as questões social e ambiental vivenciadas pelos habitantes da cidade.

A imagem simbólica de uma Angra paradisíaca – pronta para ser visitada e reconhecida como tal – estrutura não apenas os projetos turísticos de Borges enquanto ator institucional, mas também a sua visão de mundo e o seu olhar como morador da cidade. Há, portanto, entre os seus interesses econômicos (querer ver o setor turístico prosperar e se desenvolver na região) e os seus interesses como parte de uma coletividade, um elo de continuidade. Nesse aspecto, a cidade é considerada o local onde os problemas sociais, políticos e econômicos estariam inter-relacionados. Assim, alcançar a maior felicidade para si – explorar o turismo (construindo uma imagem paradisíaca da cidade) – significa ao mesmo tempo gerar condições sociais para que a cidade ganhe um outro formato, com políticas públicas em prol da qualidade de vida para a população local.

Esse aspecto traz referências à perspectiva do utilitarismo clássico de Bentham e de Mill (discutidos no Capítulo 2), autores que analisaram a busca da felicidade como o primado da utilidade. A busca da felicidade para si estaria associada à busca da felicidade para a coletividade da qual se faz parte. Visto dessa forma, as representações de Borges mesmo imersas na lógica instrumental (ao definir utilidades para a natureza) não consegue prescindir de certas avaliações substantivas ao tratar da questão ambiental. Desse modo, redimensionar o imaginário turístico sobre o município é ao mesmo tempo ter de associar o cuidado com o lixo, com a urbanização e com o saneamento, haja vista a conformação sócio-espacial da cidade.

Vê-se, então, que se colocadas em um *continuum* da ação social, as posições de Borges a respeito do turismo e do meio ambiente são passíveis de variar conforme os elementos em disputa e segundo o contexto em que se constitui a ação. Borges é um ator

institucional, mas não é possível negar que ele é também um agente social, e que por isso suas ações e posições podem variar de acordo com certos contextos, transitando por entre os pólos do *continuum* – entre ações mais instrumentais e/ou mais substantivas.

Assim, entre as expectativas individuais e as expectativas da coletividade da qual se faz parte, podem ser reveladas diferentes racionalidade e práticas reflexivas que conformam e orientam de modo ambíguo a forma como certos grupos sociais (ou indivíduos) transformam seus ambientes.

3 - O meio ambiente nas visões e representações dos agentes sociais ligados ao campo político

Discutir em quais âmbitos sociais as práticas e as representações ecológicas constituem-se como referências para a ascensão de um novo *ethos* social, requer que tomemos em consideração a forma como diferentes agentes sociais reconhecem os problemas ecológico-ambientais e promovem ações alternativas a estes.

No campo das atividades econômicas ligadas ao turismo em Angra, anteriormente discutido, foram encontradas representações sociais da natureza que a colocam sob uma ótica econômica, mas que não exclui referências substantivas. Observou-se que os cuidados para com o meio ambiente, nesse setor, são passíveis de serem tornados bandeira de luta dos agentes econômicos sob o interesse de potencializar a imagem do cartão postal (o paraíso tropical) como realidade. Cuidar do meio ambiente passa a significar também cuidar da imagem de seus empreendimentos voltados para o turismo de luxo na região. Nesse sentido a natureza passa a ser valorada a partir do princípio da *utilidade instrumental*, mas em certos aspectos afasta-se desse modelo ideal – quando olhada dentro do *continuum* das ações sociais – dirigindo-se para o âmbito das referências *substantivas*.

O mesmo tipo de análise não teria semelhante sucesso no campo das ações políticas. Nesse campo, os agentes políticos (incluindo aqueles que trabalham fazendo funcionar a máquina burocrático-administrativa) acabam não se distanciando dos planos de governo definidos por seus partidos ou das determinações impostas pelos projetos elaborados nas altas cúpulas dos mesmos. É bem verdade que as ações promovidas no campo político sofrem influência e podem ceder às pressões tanto dos agentes econômicos quanto dos agentes sociais, no entanto, para revelar como isso ocorre seria necessário avaliar em quais circunstâncias a capacidade de barganha entre esses agentes é maior ou menor junto ao poder público.

Desse modo, pensar as representações sociais da natureza e as formas de valoração nesse âmbito político é também destacar os projetos de governo e suas ações concretas nesse quesito. Foi com esse intento que analisamos alguns projetos de cunho ecológico-ambiental desenvolvidos em Angra dos Reis entre 1990-2000, tentando observar seus objetivos, sua repercussão e alcances econômico e social.

A escolha desse período se justifica por ser este o momento em que a cidade de Angra vivenciou uma mudança não só na gestão dos recursos ambientais, através de uma ruptura com as formas de uso e exploração da natureza, mas na gestão pública de um modo geral. Foi um período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a administração municipal durante três mandatos consecutivos, alterando de modo significativo o modelo clientelista que imperava na política local.

Durantes as gestões do Partido dos Trabalhadores⁹⁶ em Angra dos Reis (1989-2000) ocorreram ações políticas e projetos que deram um outro contorno às formas privilegiadas de desenvolvimento econômico estabelecidas naquela região até então. A primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (1989-1992) rompeu com o modelo clássico encontrado no âmbito

⁹⁶ Primeira gestão: Neirobis Nagae (1989-1992); segunda gestão: Luis Sérgio da Nobrega (1993-1996); terceira gestão: José Marcos Castilho (1997-2000).

da administração municipal: a separação entre aqueles que planejam, os que executam e a população-alvo de tais ações ou projetos. Essa gestão foi particular no seu modo de administrar a cidade, porque deu relevo aos anseios do movimento popular organizado e buscou definir planos de atuação que contassem com a participação da sociedade civil. Dentre as principais ações políticas nesse governo encontramos a elaboração do Plano Diretor da cidade e junto com ele as diretrizes para ordenação da ocupação e uso do solo e de seus recursos naturais.

“Esse Plano Diretor foi fruto de uma discussão com a sociedade angrése bastante real. Ela aconteceu, durou 2 ou 3 anos, durante o governo 1989-1992; foi a primeira gestão do PT, a primeira de três gestões consecutivas do PT. Ao meu ver foi a única das três gestões que teve efetivamente um compromisso com aquilo que o movimento social pela reforma urbana preconizava na década de 1980: planejamento participativo, compromisso com a gestão democrática, aquelas coisas que foram consubstanciadas na Constituição de 88 no capítulo de política urbana. Então aconteceu uma discussão grande no sentido de implantar um Plano Diretor como instrumento de gestão” (Arquiteto e funcionário da prefeitura – Departamento de Planejamento Territorial).

O Plano Diretor pode ser destacado então como a principal contribuição da primeira gestão petista em Angra. Entre seus resultados encontramos a divisão territorial do município por zonas de ocupação e de interesse sócio-econômico e ambiental⁹⁷. Antes de promover ações para utilizar economicamente ou socialmente o território angrése, era necessário que as formas de ocupação e uso desse espaço fossem definidas; foi isso exatamente o que fez o Plano.

A análise do Plano Diretor de Angra (1991) nos mostra que, pelo menos enquanto documento, trata-se de um material inovador. Apresenta-se como um instrumento de avaliação e mudança da forma como a exploração econômica e ambiental foi posta em prática na cidade e de fato pode ser lido como um vetor de transformação. O caráter inovador desse

⁹⁷ Consultar no **Anexo 3** o mapa do zoneamento da cidade de Angra dos Reis proposto pelo Plano Diretor.

Plano também pode ser atribuído à incorporação e participação que o movimento popular organizado teve durante a sua elaboração, o que de fato foi um indicativo de mudança se comparado ao modelo de desenvolvimento anterior.

“O primeiro [governo PT] foi um governo que marcou um diferencial. Aqui vinha de governos que passaram pela administração militar, principalmente na época das grandes construções. O primeiro governo PT foi assim uma ruptura, teve assim (...) um procedimento de radicalização expresso pelo Plano Diretor, uma série de movimentos e posições, mas de muita experimentação e como toda experimentação... não sei se é bem a palavra: amadorismo, experimentação sem certezas. Já o segundo e o terceiro, já fazendo um contraponto ao amadorismo, foram mais profissionais. Tô falando da administração, do processo administrativo que viabiliza a política, a política é uma intenção, mas o que viabiliza ela é o processo administrativo, a forma como ele se dá. Então, nós (servidores) tivemos treinamento, nós aplicamos a metodologia de planejamento estratégico situacional para resolver os nossos projetos. Nós éramos a única prefeitura do PT (...); pra conseguir esses projetos era na base da competência, chutar porta e ir desbravando mesmo. Pra gente era tudo muito difícil, o nosso trabalho era muito fiscalizado, qualquer coisinha errada não passava. Com isso nós aprendemos a desenvolver a competência, a fazer a coisa certa, bem feita, a administração desenvolveu muito isso. Esse lado da administração fez com que vários projetos chegassem a cabo. (...)” (Ricardo – nome fictício - ex-Secretario de Meio Ambiente da gestão PT).

E ainda:

“Então, o Plano Diretor (...) veio tentar romper essa lógica [privatização da orla]. O que ele tem, vamos chamar de ambiental, o componente ambiental dele, na verdade é misturado com uma questão social, com a possibilidade de desenvolver uma atividade turística, que é uma indústria pouco desenvolvida enquanto indústria organizada. Tem tudo para crescer, não cresceu nada é totalmente desorganizada” (idem).

Identifica-se que o Plano Diretor teve um papel não só prático, mas, sobretudo, simbólico no cotidiano da cidade. A elaboração dele não apenas fortaleceu os movimentos sociais locais que já tinham algum destaque e reconhecimento: o movimento ambiental, através da SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica), entidade local que já estava presente na luta ecológica desde 1983, as associações de moradores que já tinham iniciado sua

organização política por intercessão do COMAM (Conselho Municipal das Associações de Moradores, fundado em 1/12/1983), mas também tentou instituir um *espírito* participativo, um envolvimento dos cidadãos com o futuro da cidade, uma *consciência da pólis*⁹⁸.

No *Artigo 2º* do Plano Diretor de Angra essa imagem simbólica é evocada por intermédio de uma expressiva frase: “a participação da sociedade no processo de gestão e planejamento municipal consolidará o exercício de direito à cidadania da população (...)”. Essa passagem demarca significativamente a nova direção que a gestão administrativa da cidade de Angra obteve a partir de 1989⁹⁹.

De fato, as gestões do PT em Angra foram reconhecidas e classificadas como democrático-participativas (Campos, 2005) exatamente por seu incentivo à incorporação e participação da sociedade civil organizada. Campos (2005), analisou a geração daquilo que ela denominou de “pedagogia da cidadania ativa” ou “cultura cívica”, produzida exatamente nesse quadro onde os fóruns populares foram estimulados a existir. A pesquisadora concluiu que diferente da modernização conservadora posta em andamento durante os governos militares, as gestões petistas instauraram um tipo mais democrático de modernização¹⁰⁰, reforçando uma consciência política e uma prática de envolvimento com as questões referentes à cidade.

Os encontros organizados para a elaboração do orçamento participativo podem ser apontados como expressões da forma como os movimentos sociais estavam inseridos no projeto político do PT.

“Aline: E como é que era (...) a dinâmica desses Conselhos?

Clóvis: No orçamento participativo, primeiro você participava de fóruns nas comunidades, e aqui em Angra é dividido por Distrito, regiões (...), cada

⁹⁸ A noção aqui evocada de “consciência da pólis” guarda referências com o sentido grego atribuído à palavra pólis, espaço da cidade e do debate sobre o bem público. “Consciência da pólis” pode ser ainda compreendida como a consciência de que compartilhamos um espaço social com outras pessoas.

⁹⁹ Vale destacar que Angra dos Reis foi considerada área de Segurança Nacional entre os anos de 1969 e 1985, tendo sido os seus representantes municipais indicados pelos governos militares.

¹⁰⁰ A autora deu destaque, sobretudo, aos primeiro e segundo mandatos do partido na cidade.

local dependendo do número de habitantes eram eleitos de um a dois conselheiros titulares e suplentes, um suplente pra cada. Na comunidade, por exemplo, nossa aqui [Frade], que é em torno de 12 mil pessoas eram dois, mais dois suplentes (...) Então eram feitos esses fóruns, eram eleitos conselheiros e eles passavam a ter voto dentro do grande conselho que era reunido no centro de Angra dos Reis, todo mês tinha uma reunião a cada última quarta feira do mês, onde a gente se reunia e discutia os problemas, tanto a questão do orçamento como outros problemas que o conselho tinha no dia-a-dia (...). No final do ano a gente fazia um grande encontro que era pra discutir a questão das indicações, o orçamento, discutia-se LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), anterior (...) Depois se discutia a LO que era o grande embate, por que todo mundo quer obra na sua comunidade (...) depois apresentava na câmara de vereadores o orçamento participativo que sempre havia emendas dos vereadores. (...) o grande embate com a câmara era o orçamento participativo. E como eu disse pra você, pra mim, todo governo deveria fazer o orçamento participativo porque é uma forma de você politizar a comunidade (...) mas infelizmente não é assim que funciona” (Clóvis - nome fictício - Presidente da Associação de Moradores do Sertãozinho do Frade).

Segundo um dos ex-Secretários de Meio Ambiente do PT com quem conversamos, as pessoas que passaram a ocupar os cargos no governo petista eram pessoas que sabiam dos problemas de suas comunidades e das necessidades locais, e que vinham na maioria das vezes dos movimentos popular e social. *“Não que a comunidade organizada tenha se colocado para prefeitura solicitando... a comunidade organizada entrou para a prefeitura, tomou o poder”*, disse ele.

Para ilustrar esse caráter inovador do Plano Diretor vamos destacar alguns dos seus aspectos que nutriram novas formas de se considerar o desenvolvimento sócio-econômico local e de classificar e representar as questões concernentes ao meio ambiente.

Artigo 7º. – Objetivos gerais do Plano Diretor:

- I – garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;
- II – a preservação do meio ambiente natural e cultural;
- III – desenvolvimento sócio-econômico do Município.

Parágrafo 1º. – As funções sociais da cidade são compreendidas como direito de todo cidadão de acesso à moradia, transporte público, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, contenção de encostas, segurança, acesso aos espaços e equipamentos públicos, preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente.

Artigo 9º. O Plano Diretor deverá viabilizar a criação de novos mecanismos que assegurem a integração intergovernamental com vistas ao desenvolvimento municipal e da região, pelo melhor aproveitamento de suas vocações, principalmente a agricultura, pesca, indústria e turismo, aproveitando de forma racional a potencialidade do território e garantindo a qualidade de vida da população.

Artigo 14. - V – A participação efetiva da comunidade e suas entidades representativas no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos Municipais;

VI – A conservação do patrimônio natural e cultural, compatibilizando o desenvolvimento urbano com a proteção do meio ambiente, através da racionalização do patrimônio natural, cultural e construído, promovendo sua conservação e recuperação em benefício das gerações atuais e futuras;

VII – Garantir o livre acesso de todos os cidadãos às praias, rios, lagos, cachoeiras, lagunas, bem como aos demais equipamentos públicos.

Artigo 56 – A política de apoio ao desenvolvimento econômico, a ser implantada pelo Município, deverá ser direcionada para o melhor aproveitamento dos seus recursos naturais e de seus potenciais turísticos, pesqueiros, agrícolas e se desdobrará em ações que alcancem as demais atividades de comércio e serviços e as atividades industriais, essenciais ao pleno aproveitamento dessas potencialidades.

Artigo 71 – O Município de Angra dos Reis fica dividido nas seguintes zonas:

- I – Zonas de Desenvolvimento Urbano (ZDU);
- II – Zona Rural (ZR);
- III – Zona Urbana de Proteção Ambiental (ZUPA);
- IV – Zona de Preservação (ZP);
- V – Reserva Indígena (RI);
- VI – Área de Interesse Ecológico (AIE).

Fonte – Plano Diretor de Angra dos Reis – (Lei 162/91).

O que está sendo expresso a partir dos aspectos destacados do Plano Diretor é a lógica híbrida da exploração econômica e da conservação dos recursos naturais que foi historicamente instaurada na cidade e incorporada às representações sociais de seus habitantes. Essa lógica não poderia estar ausente do campo político. Ela produz referências nesse âmbito ao demonstrar o quanto os projetos de desenvolvimento locais não prescindem da necessidade de pensar *o que fazer?* e *como fazer?* para utilizar esse espaço que é reconhecidamente privilegiado por sua natureza.

Desse modo, a percepção do *turismo como vocação* também encontra eco nos projetos políticos locais. Uma maneira latente de gerar renda para uma população que em sua grande parte está ausente do mercado formal de trabalho¹⁰¹. Nos projetos do PT que foram analisados, o turismo é apresentado como *meio* a partir do qual a região poderia ser

¹⁰¹ Consultar no **Anexo 2** os dados sobre rendimento médio da população angrése.

desenvolvida social e economicamente. Nesse sentido, os recursos naturais – as belezas naturais locais – são inseridos não diretamente na lógica estrita do capital, mas na lógica política, como instrumentos para a promoção social. Podemos identificar isto no projeto chamado “Programa de Desenvolvimento Sustentável da Ilha Grande” desenvolvido durante a terceira gestão do PT em Angra, que tinha por objetivo preservar o meio ambiente desenvolvendo suas potencialidades econômicas.

“Um projeto importante foi o projeto que veio através do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA. O PNMA tem cinco componentes, um deles se chama PED – Programa de Execução Descentralizada. (...) Por pressão da prefeitura e ONG’s, e vários organismos, foi criado esse PED para que o recurso do ministério fosse repassado diretamente às prefeituras para alguns projetos (...) Então nós tínhamos um projeto aqui, o governo do estado (...) dividiu o estado em várias regiões e pra nossa região foi colocado o seguinte: (...) que tipo de economia depende a sua sobrevivência a existência de um meio ambiente conservado? No nosso caso aqui só faltava o turismo. O turismo é a grande atividade que depende do meio ambiente, ou seja, sem o meio ambiente não existe turismo. (...) Então nós tínhamos que apresentar, para nos habilitarmos a conseguir adquirir recursos desse programa, (...) projetos de desenvolvimento econômico, mas com o dinheiro a ser aplicado na conservação da natureza, naquela atividade econômica que pudesse crescer, e aquela era o turismo. Então nós fizemos o seguinte: nós fizemos um projeto que chamou-se de Programa de Desenvolvimento Sustentável da Ilha Grande (...)” (Ricardo – ex-Secretário Meio Ambiente do PT).

Esse projeto teve a intenção de capacitar os moradores da Ilha Grande, pescadores artesanais e suas famílias, para que os mesmos pudessem se inserir direta ou indiretamente nas atividades relacionadas ao turismo e à preservação ambiental. A atividade escolhida para contemplar este projeto foi a maricultura: criação de mexilhão.

“O que nós formulamos foi o seguinte, para que o meio ambiente se mantivesse (...) e até melhorasse, um dos fatores mais importantes era manutenção dos moradores atuais da Ilha Grande (...), condições mínimas de sobrevivência: serviço de saúde, educação, condições de renda, emprego, saneamento. Só que o projeto ele não poderia ser aplicado para questões de infra-estrutura (...). Então nós montamos um projeto que tinha 4 componentes. Um componente de maricultura, o mais importante e que deu mais certo (...). O quê que era isso? Desenvolvimento de fazenda marinha para criação de mexilhão, que tinha como intenção trazer mais renda para o

pescador. Então, o mexilhão ele era para compor a renda. Um outro componente desse projeto: implantar cultura de plantar para colher. A pesca é extrativista, você tira o que tem lá no mar (...), então era implantar uma sementinha do ‘o que plantar você vai colher’. (...) Então tinha esse componente cultural. Outra coisa, o mexilhão é uma iguaria típica da região (...) têm pratos típicos aqui da região feitos com esse molusco e que podia ser então uma ligação com o turismo, porque o projeto é de desenvolvimento do turismo (...). Então o mexilhão poderia ser consumido pelas pousadas, [estaria aí] a ligação do pescador com a atividade turística, com a economia do turismo”. (...) Hoje (...) entre 30 e 40 famílias vivem exclusivamente disso, o que era para ser um componente a mais hoje é fonte de renda familiar” (Ex-Secretário de Meio Ambiente da gestão do PT em Angra).

Esse projeto político de cunho sócio-econômico-ambiental não teria prosperado sem o componente educacional. No “Projeto Mexilhão”, como comumente é reconhecido, o material utilizado para criação, manutenção e coleta dos mexilhões era todo ele confeccionado nas próprias comunidades, principalmente pelas mulheres e os idosos. As crianças, na escola, aprendiam a fazer os nós, a malha para o cultivo – uma forma de aprender, perpetuar e transmitir o conhecimento acumulado pelas gerações antigas. Nesse projeto, tudo passou a girar em torno da cultura do mexilhão e de seus processos, gerando renda e conservando o meio ambiente.

O projeto abrigou ainda o reflorestamento das trilhas locais e a recomposição da arborização das mesmas, já que na sua base havia um componente eco-turístico. A idéia era criar um viveiro de mudas e espécies nativas da região (o que, segundo Ricardo, Secretário de Meio Ambiente, não teve continuidade). O turista que fosse a Vila do Abraão (um dos locais mais conhecidos praias da Ilha Grande) e fizesse uma caminhada, teria a oportunidade de passar nesse viveiro, comprar uma muda e plantar nas covas que já estariam prontas e preparadas, ganhando com isso um certificado de que teria contribuído com o reflorestamento de uma das trilhas em Angra dos Reis.

A característica desse projeto nos revela como a questão ambiental em Angra é na verdade reconhecida pelos agentes políticos como sendo um problema social. As ações são

propostas no sentido de permitir que haja um melhor ordenamento da *pólis*, ou seja, da cidade como dimensão social e política. O turismo insere-se então como projeto político a partir dessa associação entre condições sociais e ambientais. Mas essa leitura política não coaduna com os interesses de parcelas significativas do empresariado e do comércio da região, mostrando que esse problema é mais complexo do que se imagina. Se por um lado há agentes empreendedores atuando em prol de um mercado turístico (Sr. Borges, por exemplo) há também aqueles que descartam esse campo de investimento, preferindo atrelar seus negócios à renda gerada pelos grandes empreendimentos econômicos instalados na região.

“Imagina esses comerciantes, os proprietários, as pessoas que vivem na cidade... ‘turismo para quê?’. Esses empreendimentos [os de grande porte] dão dinheiro. A cidade é muito rica. Por que a cidade é muito rica? Por conta desses outros empreendimentos, essas outras atividades econômicas. O que a cidade tem de ponto positivo, de diversidade econômica é também o que complica o turismo se desenvolver. Por que Paraty está preservado? Porque morreu a economia na época; quando acabou o ouro Paraty morreu, não entrou outra economia. Algumas cidades, elas tiveram um ápice, um momento econômico lá em cima e quando aquela economia entrou em queda a cidade entrou em queda econômica, então ela ficou preservada, seus edifícios, parte histórica, então agora pode explorar o turismo. (...) Angra não. Aqui nós passamos por todas as economias, fora a borracha (...) Então vinha uma economia e ficava em baixa, ‘o café caiu’ aí veio a CSN usando o Porto, veio a Verolme aí deu um *boom* na economia” (Ex-Secretário de Meio Ambiente da gestão do PT em Angra).

Essa fala transcrita da entrevista feita com Ricardo aponta para as intercessões entre os modos sociais de classificar a cidade: turística ou “industrial”? Esses interesses geram pressões diferenciadas no mundo político e visões particulares sobre como equacionar seus problemas.

“**Danilo:** Hoje você vai encontrar todo mundo reclamando em Angra, porque em Angra tá difícil, porque Angra tá assim e assado, mas é fruto das ações da própria população, do próprio governante, todo mundo tem a sua parcela de responsabilidade nisso. (...) só vai reverter esse quadro a partir do momento que a gente começar a fazer políticas públicas, não são políticas de governo, são coisas distintas. Quando você trabalha pra instruir uma comunidade a sobreviver naquele espaço físico, tentando harmonizar as suas

ações, tanto na área ambiental, como na área econômica, eu acho que aqui o grande negócio de Angra dos Reis é a área ambiental.

Aline: Seria então o turismo ecológico?

Danilo: Sim, o turismo ordenado pra falar a verdade, porque o turismo ecológico ele tá intrínseco, as pessoas já vem pra cá com essa idéia de natureza. Eu acho que na realidade, o que falta, eu acho que qualquer pessoa de fora quando vem em Angra dos Reis, o que ela percebe de imediato é um caos social, você entra e sente até um desconforto, porque você não sabe muito bem, pra onde você vai na cidade quando você chega, você vê que a sinalização, ela é confusa, é uma poluição visual” (Danilo – nome fictício – Gerente de Meio Ambiente do Projeto “Cinturão Verde”).

Essa fala de Danilo, Gerente de Meio Ambiente da gestão PT, pode ser aproximada à de Ricardo, para quem a atividade turística traria ao município uma possibilidade de desenvolvimento autônomo e desvinculado das riquezas geradas pelas grandes empresas instaladas na região. Identifica-se então que, seja na condição de atores institucionais ou de agente sociais, essas pessoas expressam uma indefinição sobre qual seria a identidade social da cidade de Angra dos Reis. O turismo ganha destaque, mas as propostas e os projetos desenvolvidos nessa linha esbarram em outros interesses, de grupos associados a atividades produtivas, como as empresas estatais e estrangeiras instaladas na região.

“O que foi colocado, sobretudo, no último governo foi: as outras economias são importantes, não era a visão do PT acabar com o Porto, com a Petrobras... mas, todas essas atividades elas são de governabilidade externa ao município. Uma pernada do presidente ele acaba com o porto ou faz um segundo porto maior no Brasil. Uma orientação política da Petrobras faz com que esse terminal acabe ou... ou seja, qualquer movimentação dessas atividades, da Usina, do Porto até da própria Verolme... então depende de fatores externos, sobre o qual o município não tem governabilidade. Agora o turismo, o município tem um grau de governabilidade muito grande, os atrativos estão aqui, a natureza e as florestas, transformar esses atrativos em produtos, ou seja, fazer com que eles gerem recursos, fazer com que as pessoas venham e gastem aqui, esse já é um papel local que pode ser feito. (...) Muitos turistas, inclusive o internacional, não conseguem gastar dinheiro aqui. Domingo na cidade é possível não encontrar nada aberto (...) no centro você vai ver pizzeria, você vem a Angra e vai comer pizza? Churrascaria? (...) Aqui tem um prato típico de peixe com banana, tem essa brincadeira que quem nasce aqui é peixe com banana, porque são dois produtos típicos da região. Você vai no restaurante no dia-a-dia e não tem, alguns hotéis desses, Porto Gallo, Porto Frade têm, mas aqui no centro não tem” (Ricardo - ex-Secretario de Meio Ambiente da gestão PT).

As falas de Ricardo e Danilo, agentes atrelados ao planejamento urbano e ambiental da cidade nas gestões do PT, mesclam visões que associam o meio ambiente às questões social e econômica. Todavia, ao analisar pontualmente esse caso observa-se que Angra tem vivido ao longo das últimas quatro décadas essa tensão entre se tornar uma cidade industrial ou turística. Ou seja, duas práticas opostas, que exprimem valores distintos, promovem diferentes demandas e conseqüências para a vida social local.

Desenvolver ou não desenvolver turística e economicamente a cidade? Como fazê-lo? A perspectiva de criar um projeto político-social de crescimento para a região esbarra nos limites impostos pelo próprio Plano Diretor no que concerne à exploração de certos ecossistemas da região. Além de demarcar espacialmente as áreas reservados ao desenvolvimento sócio-econômico da cidade, o Plano Diretor também estabeleceu os limites para a exploração dos recursos naturais encontrados no município de Angra. Essas delimitações estão descritas no próprio documento, no item relativo às Zonas de Preservação, o qual prima pela restrição do uso de porções representativas do ecossistema local. Nestas áreas, chamadas de Zonas de Preservação Permanente (ZPP), não podem ser permitidas instalações e edificações de nenhum tipo de atividade ou modificações na paisagem e no meio ambiente. Estão incluídos nesta classificação:

- a) os manguezais, as restingas, praias, costões rochosos e cavidades naturais subterrâneas e subaquáticas;
- b) as florestas e demais formas de vegetação situadas:
 - 1 – na faixa marginal mínima de 30,00 (trinta) metros dos cursos d’água de largura inferior a 10,00 (dez) metros;
 - 2 – na faixa marginal mínima de 50,00 (cinquenta) metros dos cursos d’água de largura igual ou superior a 10,00 (dez) metros;
 - 3 – no raio de 50,00 (cinquenta) metros das nascentes e “olhos d’água” seja qual for sua situação topográfica;
 - 4 – no topo de morros, montanhas e serras;
 - 5 – nas encostas ou parte destas, com declividade superior a 45° (quarenta e cinco graus) equivalente a 100% da linha de maior declive;
- c) as áreas que abriguem exemplares animais e/ou vegetais ameaçados de extinção, raros, vulneráveis ou menos conhecidos;
- d) as áreas que sirvam de pouso, alimentação e acasalamento de aves de arribação;

e) os sambaquis e outros sítios arqueológicos;

f) as formações vegetais nativas, especialmente a Mata Atlântica.

Além desses ecossistemas e recursos naturais, são também incluídas na Zona de Preservação Permanente várias ilhas situadas na Baía da Ilha Grande, na Baía de Jacuacanga e na Baía da Ribeira.

A divisão territorial por zonas de interesse, definida no documento do Plano Diretor, foi também uma importante contribuição que o mesmo trouxe à ordenação e ao uso do solo na cidade, assim como para as suas possíveis vias de desenvolvimento, contribuindo para a preservação dos ecossistemas locais¹⁰².

“O Plano Diretor teve um diferencial, (...) ter criado o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - CMUMA (...), ele é um instrumento de implantação e acompanhamento do plano (...). Na época da discussão do plano foi incorporada uma série de questões ambientais. (...) o Plano Diretor definiu o que era zona urbana, zona rural e tinha zona ambiental, rompe[ndo] com a visão clássica de que o que não é urbano é rural. Isso criou até confusão (...). Você pode criar área de conservação na área urbana e pode criar área de conservação na área rural (...). O município sempre teve a questão ambiental como questão muito presente; um município com um meio ambiente privilegiado, todas essas montanhas, tanto a parte continental como a parte marinha, as ilhas, a Ilha Grande e os seus vários ciclos (...). Hoje mais de 80% do município é preservado, se eu for contar com a legislação, o que é de lei, entre parque, tombamento de Mata Atlântica, Parque da Bocaina, Parque Estadual da Ilha Grande, nós temos aí entorno de quase 90% do município preservado. Em termo de preservação propriamente dito, do que está confirmado, aí então uns 80%, 82%, por aí. Então ele [o Plano Diretor] teve isso como um componente” (Ricardo - ex-Secretário de Meio Ambiente da gestão do PT em Angra).

A partir desse relato de Ricardo é possível perceber que em Angra dos Reis as formas sociais de representação da natureza, presentes entre os agentes políticos, conformam-se *grosso modo* por interesses e preocupações que vinculam a questão ambiental à solução de certos problemas classificados como sociais ou econômicos, presentes na cidade. Ouvimos

¹⁰² Em 2005 encontrava-se em fase de elaboração na Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Angra um novo Plano Diretor. O funcionário com que conversamos nos disse que o novo Plano iria reavaliar as divisões territoriais por zonas de interesse.

relatos de pessoas que fizeram parte dos quadros burocrático-administrativos durante as gestões do Partido dos Trabalhadores na cidade (entre 1989-2000), e todas elas sempre vinculavam a questão ambiental da cidade aos problemas sociais locais.

O projeto de saneamento – PROSANEAR – executado na segunda gestão do PT em Angra (1993-1997) congregou essa mesma característica de projeto social que tinha um fundamento ambiental resguardado. Esse projeto também contou com a participação da organização comunitária e foi inovador na sua forma de implantação e elaboração.

“Os principais méritos do Prosaneer são a originalidade na mobilização popular quanto aos cuidados sanitários, e a criatividade na adoção de tecnologia barata e de formas mais econômicas de gestão de obras públicas. Foram realizadas várias reuniões com a comunidade para debater a questão sanitária e suas conseqüências para a saúde, o meio ambiente e a qualidade de vida em geral. Nas escolas e postos de saúde foram desenvolvidas atividades de educação ambiental, utilizando inclusive formatos lúdicos e populares, como teatro de bonecos e cantorias, para transmitir informações e quebrar preconceitos.” (Marco Antônio de Almeida – Saneamento básico em Angra dos Reis-RJ).¹⁰³

Segundo um morador da cidade – presidente da Associação de Moradores do Sertãozinho do Frade e presidente do PT no município de Angra¹⁰⁴, participante e atuante em todo o processo do debate sobre o orçamento participativo que o PT encampou na sua primeira gestão – o projeto PROSANEAR foi de fato inovador.

“É nós tivemos o (PROSANEAR) no governo Luis Sérgio que foi o projeto mãe do saneamento básico em Angra dos Reis, infelizmente nós tivemos problema por que naquela época tinha o problema do câmbio, então nós tivemos problemas com dinheiro e não deu pra fazer o saneamento total em Angra dos Reis, mas nós priorizamos algumas comunidades como Bonfim, que hoje tem seu tratamento 100% tratado, o Frade em parte 50% dele tratado, então quando começou o governo não tinha nem 1% e a gente terminou o governo com 20%, quase 30% do Município com esgoto tratado. Também um projeto abandonado por que hoje a gente vê tudo isso que foi colocado sem manutenção nenhuma, sem cuidado com a rede que foi colocada” (Clóvis).

¹⁰³ Fonte de consulta site: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2623>.

¹⁰⁴ Assumiu o segundo mandato para o mesmo cargo em 2005.

A questão sanitária é um dos problemas mais reconhecidos pela população e é avaliado sob os mais diferentes prismas. Vimos, a partir do relato de Borges, representante do setor turístico, como o problema da falta de saneamento na cidade era identificado pelo mesmo como “*uma vergonha para a cidade!*”. Ou seja, uma marca que impede a concretização de Angra como cidade turística e obsta as suas belezas naturais.

Em entrevista com os coordenadores do COMAM (Conselho Municipal das Associações de Moradores) os mesmos ressaltaram o fato de que atualmente os problemas mais destacados pela maioria das associações de moradores é o saneamento básico e o transporte, compondo-se como as principais demandas sociais.

“Aline: Quais são os principais problemas que essas associações trazem até vocês do COMAM? As principais demandas?

Representante do COMAM: Hoje? A saúde já foi um grande ponto aqui na nossa comunidade. Atualmente nós vemos os bairros mais contemplados com o problema da saúde, ou seja, os postos de saúde, o programa de saúde de família vem contemplando os bairros. Já foi muito grande o grito de saúde. Saúde em qualquer lugar do mundo é complicado, não é só em Angra dos Reis, hoje já não tanto, em algumas comunidades ainda apelam. Logo depois vem o transporte...

Aline: Logo no início da fundação do COMAM qual era a principal demanda?

Representante do COMAM: Era a saúde, acho que a saúde sempre foi um grito. A saúde e água também, saneamento. Hoje acho que saneamento ainda é um grande grito em toda Angra dos Reis. Acho que hoje está assim, saneamento, transporte e a saúde. (...)

Ao percebermos que a questão da falta de saneamento era reconhecida politicamente como um problema mais social do que ambiental, incluímos esse item nas nossas conversas com os moradores de algumas dessas comunidades para ouvir deles a relação que faziam entre meio ambiente e sociedade.

Conversamos com o Sr. Vieira, morador da comunidade do Frade, e presidente dessa Associação de Moradores. Perguntamos ao mesmo quais eram os problemas ambientais mais evidentes em sua comunidade. Vieira não foi imediatamente capaz de identificá-los,

reforçando a sua crença de que não havia esse tipo de problema no local onde morava. No entanto, foi apto ao sinalizar que a maior dificuldade enfrentada por sua comunidade era a falta de saneamento básico, um problema que era classificado, segundo ele, como de saúde, apenas. Havia muitas crianças contaminadas com vermes e problemas provenientes da água sem nenhum tratamento e do esgoto que é dirigido *in natura* para o rio que corta a comunidade, reconhecido pelos moradores como *valão*.

Essas referências apontam para uma forma interessante de reconhecimento da questão ambiental pelos habitantes de Angra do Reis. As representações sobre a natureza e o meio ambiente, tanto nos projetos políticos desenvolvidos durante as gestões do PT, quanto entre os moradores das comunidades de baixa renda, estão normalmente vinculadas à temática social, aos problemas presentes no cotidiano da cidade e às experiências pessoais vivenciadas por seus habitantes. Esse fato nos indica que para falar em ecologia como *novo valor social* ou ainda em um *ethos* ecológico emergente na nossa sociedade é necessário atentar para essas várias formas de se perceber e compreender a noção de meio ambiente.

Na literatura ambiental, a noção de meio ambiente é comumente descrita como uma rede que integra não apenas a dimensão natural, mas inclui também as dimensões do ambiente físico e construído, a natureza humanizada. Sob este aspecto, pensar em meio ambiente é também ser capaz de perceber a relação entre tais dimensões a partir de um olhar sistêmico, que contemple a noção de complementaridade e inter-relação entre os ambientes bio-físico e social.

Destarte, uma reflexão que tem o propósito de entender como esse *ethos* ecológico estaria permeando o *modus vivendi* na contemporaneidade, teria então como função perceber as aproximações e distanciamentos entre as práticas, as representações sociais, os modelos privilegiados de valoração da natureza e as formas de racionalidade que invadem as avaliações humanas sobre as questões ecológico-ambientais. Nas observações que recolhemos

do campo empírico e apresentamos amiúde até então, essa visão sistêmica ainda permanece privada de um reconhecimento pleno. As representações e interpretações da natureza, encontradas nos projetos políticos descritos e invocadas pelos agentes sociais, não incorporam um fundamento interpretativo sobre o que venha a ser o meio ambiente no seu sentido mais sistêmico. No entanto, contraditoriamente, tais visões apresentam-se como representações da natureza que aproximam o meio ambiente da idéia de sociedade.

Essas formas ambíguas de classificar e representar o meio ambiente – encontradas no mundo empírico – assinalam um processo social que acreditamos estar ainda em vias de elaboração. O ambientalismo mais engajado sempre almejou que as questões ambientais fossem reconhecidas dentro do quadro dos problemas sociais e políticos. Em Angra dos Reis tais questões misturam-se, mas isso não significa que seja fruto de uma compreensão dialógica entre tais dimensões, pois não se conforma como fruto de uma visão holística ou complementar entre tais âmbitos, como é comumente suposto quando se discute a ecologia como um *novo valor social*.

Analisaremos em seguida um projeto ambiental desenvolvido durante a gestão petista e procuraremos pensar, por intermédio dele, as relações entre sociedade e natureza que podem ser encontradas no campo político.

O projeto em questão é comumente reconhecido como “Cinturão Verde” e foi posto em prática durante a terceira gestão do PT em Angra (1997-2000). Esse projeto agregou, sobretudo, uma aproximação entre as temáticas social e ambiental. Como nos disse o ex-Secretário de Meio Ambiente que desenvolveu o projeto:

“É um programa de contenção da expansão urbana na região central. Ele tem uma cerca literalmente, o pessoal chama curiosamente de marco visual, uma cerca pintada de branco, onde dali para frente não se pode construir nada; tem um componente de educação ambiental que entra como noções de saneamento, de educação ambiental, lixo, esgoto, água de chuva e um componente de reflorestamento que dá o nome de cinturão verde. Acima dessa cerca o ponto todo foi reflorestado. Até 2000 eu tinha feito quase 50

mil mudas, feito com mão-de-obra local, cada morro fez o seu. Nós chegamos a fazer no Centro, do São Bento no Colégio Naval e vai morrer lá pra cima da Rio-Santos onde fica o outro trecho da entrada da cidade. Depois se expandiu pro Camorim, foi feito também em Mambucaba, uma parte do bairro de Mambucaba. Nós substituímos a banana, aqui dessa região aqui... é fundo de quintal... o cara tem banana e a banana é muito ruim porque ela tem raiz superficial, com a água pesa e ajudar a cair, então tem um programa de substituição dessas espécies por espécies mais... com duração maior, laranja, acerola, fez parte do cinturão verde. ”

O Gerente de Meio Ambiente responsável pela coordenação e implantação desse projeto junto às comunidades nos contou que embora o projeto fosse reconhecido como “Cinturão Verde”, o mesmo tinha como denominação oficial “Programa de Contenção da Expansão Urbana em Áreas de Encostas e de Risco e Áreas de Preservação”¹⁰⁵. Seu principal objetivo era conter a expansão urbana e a degradação ambiental nas áreas de Mata Atlântica, e ainda minimizar os riscos sociais enfrentados pelos moradores que habitam as extensões mais degradadas dos morros da cidade.

Em Angra, sabe-se que a expansão urbana desordenada nas encostas, acentuada a partir da década de 1970, gerou um problema sério na infra-estrutura da cidade, associando os problemas sociais e ambientais à questão fundiária. A questão da posse irregular da terra passou a ser então um assunto político, que nesse projeto foi integrado diretamente à agenda ambiental local. O projeto “Cinturão Verde” constituiu-se, portanto, nessa tentativa de associar em uma mesma política pública o conjunto das questões ambiental, fundiária, social e política.

“... aqui é o seguinte, o início de toda ocupação é o agricultor urbano. O cara finca uma casinha e limpa o terreno que vai até o alto da cumeeira do morro, aí fala que o terreno dele vai daqui até aquela bananeira lá em cima. E pra gente não é... então começava a criar alguns vazios, né, um ocupava aqui, um ocupava ali. Então pra esse projeto [Cinturão Verde] ele delimitou, a gente não tirou nenhuma propriedade de ninguém ou direito de propriedade

¹⁰⁵ O programa de contenção da expansão urbana teve início nos morros do Centro de Angra, expandindo-se posteriormente a outras localidades do município. Devido ao sucesso no encaminhamento do projeto as comunidades passaram a solicitar a implantação do programa, ao invés de serem convidadas a participar do mesmo.

ou direito de posse, que a grande maioria aqui é posse, mas nós impedimos as expansões das edificações; então num primeiro momento não se podia edificar acima desse marco visual, que a gente chamava, até porque pela legislação você só pode [construir] até a cota 60, e já tinha extrapolado isso em vários pontos do Município. Nós temos aqui uma comunidade chamada Comunidade do Morro Culé que tá na cota 220 (...). Então foi feita essa cerca com arame farpado na maioria dos complexos, e a partir daí a gente começou a atuar em três linhas bem distintas. Primeira é a demarcação do limite, então era, a gente chamava de marco visual, trocávamos o nome, aí o pessoal falava: “- É cerca?” Não, não é. A gente não trabalhava com essa denominação pra não agredir a população. Aí nós tínhamos o marco visual, nós tínhamos a mobilização social e nós tínhamos o reflorestamento” (Danilo – nome fictício - Gerente de Meio Ambiente – Projeto Cinturão Verde).

O projeto buscou avaliar o grau de degradação da Mata Atlântica e de avaliação da escala altimétrica das construções urbanas nos morros locais, estabelecendo um marco visual (uma cerca) com o intuito de limitar esse tipo de expansão urbana. Essa ação, contudo, foi desempenhada por intermédio de um projeto educacional que partiu inicialmente de uma avaliação dos aspectos culturais, dos valores e dos hábitos dos moradores destes morros. O primeiro núcleo escolhido para apresentação do projeto foi a escola. A partir dessa aproximação com as escolas, os mobilizadores (pessoas treinadas e responsáveis por desenvolver e implantar o projeto) objetivavam sensibilizar os alunos e os professores para as questões ambientais: o saneamento, o lixo, o reflorestamento. A finalidade era atingir primeiramente as crianças e os jovens a fim de que estes transmitissem (como multiplicadores) os ensinamentos aprendidos em sala de aula aos seus pais e com isso familiarizassem os mesmos quanto ao desenvolvimento e importância do projeto na comunidade onde moravam.

“... então o princípio do projeto é: primeiro demarcar a área limite, segundo trabalhar com a comunidade limítrofe a esse projeto, ao Cinturão, então nós, pra sensibilizar, começamos a atuar na escola, com as crianças daquela comunidade. (...) nosso trabalho era todo personalizado, os mobilizadores todos eles com camisetas do projeto, tudo mais e bem identificados. E a partir do momento que a gente saía da escola, que terminava aquela ação na escola, nós fazíamos as visitas domiciliares, e com as visitas domiciliares aí

a gente tinha o acesso às famílias e aí a gente conseguia também identificar o problema do entorno daquela casa e quais eram os problemas de risco, que tinha naquela localidade e trabalharmos diretamente, com normalmente com a dona da casa. Ela é um agente modificador interessantíssimo. Porque você vai trabalhando, ela tem a princípio uma resistência, a gente quebrava já com os trabalhos feitos pelas escolas, pelos os filhos. Então quem tinha filho na escola como normalmente a grande maioria tinha, já tinha acesso a informações do Cinturão Verde, porque ele tinha que desenvolver trabalho em casa tipo pesquisa, perguntar pro pai, pra mãe algumas coisas que a gente sempre fazia um questionário, e a gente, a criança passava essas informações pros pais, e a partir daí a gente começava, quando a gente chegava, a gente era muito bem recebido, o pessoal já conhecia. “ – Ah, eu vi o teatro na escola! Eu ajudei minha filha a fazer isso!” (Danilo).

Esse projeto também atuou junto aos grupos organizados que existiam em cada comunidade onde o projeto se instituiu: em associações de moradores, igrejas (evangélicas e católicas), grupo de escoteiros, associações de mães, etc. Inicialmente foi feito um levantamento do perfil da comunidade (seus problemas e necessidades) a partir de um questionário sócio-ambiental, em seguida o contato foi mantido com os grupos organizados presentes em cada comunidade. O objetivo era apresentar-lhes o projeto e incentivá-los a participar da implantação do mesmo.

A avaliação dos costumes e hábitos utilizados pelos moradores das comunidades onde o projeto foi inserido era uma etapa importante do programa. Observou-se, por exemplo, que uma das principais práticas presentes entre os moradores locais era a promoção de queimadas. Para minimizar essa prática o projeto contou com um programa de reflorestamento que visou minimizar a prática de limpeza do solo a partir da utilização do fogo e buscou inserir espécies nativas mais resistentes, capazes de agir como inibidoras naturais da expansão urbana. Nesse sentido, a população das comunidades onde o projeto se instituiu foi envolvida nas atividades de reflorestamento e de esclarecimento sobre a importância da recomposição vegetal dos morros, assim como foram alertados sobre o perigo das queimadas e da retirada da proteção vegetal do solo.

“No reflorestamento a gente dividia em alguns programas que nós podemos chamar assim de recuperação de áreas degradadas, ou então reflorestamento de zona tampão e onde você tem uma mata e você faz a complementação daquela mata com algumas espécies de transição, de pioneiras de crescimento rápido com rusticidade, principalmente que possa ser resistente a fogo, porque aqui o problema de queimada é muito grande também, normalmente quando você tem áreas que têm vegetação por perto o pessoal limpa o mato pra não haver cobras ou outros animais e mete fogo em tudo, então a gente costuma trabalhar com espécies com essa característica; e também os manejos de quintais porque muitas vezes você passava com o marco físico ele, o proprietário ou o posseiro ele reclamava: “- Mas minha propriedade vai até lá em cima. “- Não tudo bem! Continua sendo sua propriedade!” “- Ah, mas eu queria construir uma casa pro meu filho.” “- Não a casa o senhor não vai construir, se tiver que construir o senhor constrói em cima da sua.” Porque a intenção era fazer com que fossem preenchidos os espaços vazios de onde já tinha comunidade e acima disso a gente tentar recuperar ambientalmente com a vegetação de Mata Atlântica. Então a gente fazia o plantio com 25 espécies características de Mata Atlântica (...)” (Danilo - Gerente de Meio Ambiente – Projeto Cinturão Verde).

Esse projeto de contenção da expansão das ocupações urbanas nas encostas dos morros faz retornar a representação imagética dos morros da cidade como pontos de tensão, espaços a serem ficcionados. Não que este projeto não tenha tido sua validade ambiental. Foi na verdade um projeto que estabeleceu um controle espacial importante e um componente ambiental valioso, pois teve como ponto de partida um trabalho de educação ambiental nas escolas, nas associações de bairro e moradores, contando com a participação de mobilizadores treinados para esta função. Mas demonstra, ao mesmo tempo, como o crescimento urbano desordenado nas encostas é alvo de preocupação dos agentes políticos e dos agentes econômicos e mobiliza também os próprios moradores desses locais.

Além das atividades de reflorestamento e da campanha contra as queimadas, o projeto contou também com um programa de incentivo a reciclagem de materiais. Havia alguns postos de troca na cidade, e outros mantidos nas próprias associações de moradores. Uma vez por semana um caminhão da prefeitura fazia o recolhimento do material selecionado. Havia, portanto, uma usina de reciclagem de lixo da própria prefeitura, atrelada a um projeto de

coleta seletiva nas comunidades. Segundo nosso entrevistado a desativação se deu por conta de interesses políticos das gestões pós-PT¹⁰⁶.

“(...) a gente fala que aqui é bem feudal ainda. Quando o PT assumiu houve uma inversão desse sistema, e o PT como ele tem uma linha de programas participativos todos os trabalhos foram muito bem desenvolvidos pelos técnicos da administração e as idéias eram muito bem planejadas e muito bem discutidas, com a comunidade. (...) quando entrou esse atual [governo Fernando Jordão] foi desfazendo, até o programa de coleta seletiva, que era famosíssimo no Brasil, ele foi totalmente desfeito. Ele era praticamente um sistema de troca (...) a pessoa levava o material e fazia uma pontuação. (...) Então ela podia optar por três benefícios, alimentação, uma cesta básica de alimentação (...); cesta básica de construção e material escolar. Isso foi de uma valia muito grande aqui dentro, pro Município, primeiro dentro do contexto da própria coleta seletiva ao diminuir a questão do lixo nas encostas, o lixo nos rios, e no próprio aterro controlado. Segundo, porque você implantava uma nova consciência na população do seu espaço de entorno; as pessoas mantinham o entorno da sua casa mais limpo; e terceiro porque com isso ajudava as pessoas tanto a colocar alimento em casa, [quanto] o material escolar que ajudava muito as crianças, então era um programa que (...) ajudou muito a população”.

Essa fala de Danilo nos faz atentar para as formas de utilidade que a natureza, ou melhor, a preservação da natureza pode adquirir no quadro das políticas públicas ambientais. Observa-se como esse modelo de coleta seletiva de lixo ao incentivar a troca de resíduos (plásticos, alumínio, etc.) por alimentos, material escolar ou mesmo por material para a construção civil, acaba estabelecendo uma escala de valores e modelos de classificação que imputam uma utilidade ao cuidado para com os bens ambientais. De fato essa lógica produz benefícios para o ambiente e para os seres humanos que o habitam, mas não esvazia na sua totalidade a importância da natureza no mundo das trocas materiais. Questionamo-nos, então, se seria possível incluir esse projeto “Cinturão Verde”, e todas as ações que lhe deram suporte, no âmbito das políticas públicas geradoras de uma racionalidade ambiental.

¹⁰⁶ O projeto de coleta seletiva foi encerrado em 2001, como nos diz Danilo. “*Até 2001. É 2000 que foi a eleição [do prefeito Fernando Jordão], e 2001 foi o primeiro ano de governo. Isso, 2001! Então eles ficaram com esse projeto até 2001 e depois encerrou.*”

As análises e reflexões sobre a racionalidade ambiental a colocam idealmente próxima de uma forma de saber e de agir frente à natureza que não correspondem ao modelo econômico-instrumental. Trata-se de uma mudança de eixo no modo como a natureza é transformada; uma racionalidade capaz de re-ligar os âmbitos social e natural a partir de uma nova epistemologia, ou seja, uma outra forma de ser, pensar e conhecer o mundo (Leff, 2005).

“Environmental savoir feeds a new rationality; it inquires into thinking to dis-cover and to bring into life the complexity of being that was obscured by the positivity of the empirical thing, by an epistemology that has the rational end to appropriate the world by converting it into a worldly thing, by economizing, objectifying and homogenizing nature” (Leff, 2005: 2).

Considerando essa abordagem, o projeto “Cinturão Verde”, embora fruto de uma preocupação séria com as questões sociais e ambientais vividas pelas classes populares em Angra, constituiu-se em uma proposta de modernização ecológica, não no sentido propriamente *fraco* como assinala Christoff (1996), pois não derivou de uma incorporação do meio ambiente no mundo econômico. Mas também não é possível afirmar que tenha sido suficientemente *forte* para consolidar uma racionalidade ambiental.

O nosso interlocutor Danilo, agente atuante no desenvolvimento desse projeto, ao ser perguntado sobre quais seriam os efeitos desse trabalho na conformação de uma consciência ecológica entre os moradores, após os seis meses de atividades elaboradas junto a essas comunidades, responde:

“Foi bom, foi muito bom sobre os seguintes aspectos, nos temos hoje as áreas florestadas, reflorestadas, (...) que foram a frente pela participação da comunidade. O Projeto Cinturão Verde ele só se tornou uma realidade pela participação da comunidade. A vertente principal do Cinturão Verde quando nós iniciamos o trabalho era o reflorestamento, no final, depois de 4 meses iniciais que nós tínhamos de contrato a vertente principal passou a ser a mobilização social. Porque nós notamos o seguinte, que sem a participação da comunidade, esse projeto não ia à frente de jeito nenhum. É um projeto de alto risco de você perder esse material não é, na comunidade, a comunidade pegar o fio de arame pra cercar a sua propriedade, de arrancar

os moerões e fazer qualquer coisa ou simplesmente quebrar e tudo mais e ... na avaliação que fizemos, até numa prestação de contas com a Eletronuclear [parceira no desenvolvimento do projeto], no primeiro ano nós tivemos só 6% de perda e 6% por falha nossa dentro do projeto, porque? Muito era arame cortado que o pessoal cortava, principalmente nos caminhos que eram feitos pra que as pessoas pudessem fazer a manutenção dos canos de captação de água pras suas moradias.”

Ele justifica-se dizendo que o projeto teve como suporte uma preocupação com a educação e o esclarecimento da população:

“... nós começamos a envolver a comunidade, a formar um trabalho dentro da comunidade (...). Com a comunidade sensibilizada através das crianças e da própria escola, a gente começava a trabalhar com os problemas reais da comunidade. E a minha técnica de trabalhar nas reuniões, era simplesmente, eu já tinha passado pela comunidade fazendo um questionário sócio-ambiental, então eu tinha um perfil dessa comunidade, eu sabia dos problemas que estavam sendo causados, eu tinha uma base, montei uma base de SIC - Sistema de Informação de Área Referenciada(?). (...) Nós já íamos pra reunião com um mapa falante. O quê que é um mapa falante? Nós iríamos discutir com a comunidade tal, então pegavam uma parede e fazia um mapa né, os mobilizadores desenvolviam esse trabalho (...) desenhavam algumas casas, algumas estruturas, tinha uma numeração de cada casa e a gente começava a reunião querendo saber da comunidade quais são os problemas principais.”

A metodologia de trabalho que foi escolhida permitiu um contato direto dos executores do projeto com os moradores e os problemas vivenciados pelos mesmos em suas localidades, possibilitando um reconhecimento e legitimação do projeto por parte do público-alvo. Durante as reuniões, que aconteciam nas comunidades, os moradores eram convidados a falar e a pensar, juntamente com o grupo de mobilizadores, quais eram os problemas e os riscos aos quais estavam expostos.

“Então o Seu José levantava, a gente convidava o Seu José pra tentar localizar a casa dele [no mapa previamente elaborado pelos mobilizadores]. “Seu Zé, o senhor mora perto da onde?” “Ah eu moro ali na escada não sei da onde e perto do Seu Fulano de Tal!” Então, aí algum mobilizador já reconhecia (...) e pesquisava na ficha dele qual era Seu José, ou então a

gente só perguntava: “- Qual é o nome da esposa do senhor Seu José?” “- Ah, Fulana de Tal.” Aí o pessoal levantava a ficha dele, a ficha dele já era separada, enquanto alguém ajudava ele a localizar ele no mapa, eu já tinha a ficha dele aqui. “E vamos lá Seu Zé, qual é o problema que o Sr. tem lá?” “Ah, meu problema é que eu tô com o terreno desbarrancando e tudo mais...”. Ele já tinha dado essa informação, do problema maior que lhe atingia, a gente já tinha verificado o problema real dele, se ele era o causador ou não, se era alguma outra pessoa, e, a gente já tinha feito alguns trâmites internos até, em função se fosse alguma coisa de risco tudo mais. Então dependendo das circunstâncias do problema que era apresentado a gente já de imediato apresentava uma solução, ou então quando era um conflito entre moradores, com uma certa habilidade a gente trabalhava esses conflitos e convocava até um determinado mutirão. Nós fizemos isso várias vezes, mutirão de limpeza principalmente” (Danilo – Gerente Meio Ambiente do Projeto Cinturão Verde).

Toda essa preocupação em inserir um aspecto educativo e em manter um diálogo com a população, apesar do que nos contou Danilo, não gerou garantias para a permanência do projeto no âmbito das políticas públicas municipais. Segundo relatos de Danilo o projeto declinou por questões políticas.

“A administração do PT é uma administração muito complicada, porque na realidade eles têm vários conflitos com outros partidos, outros governantes e a relação com o Estado, e às vezes até com a União era um desastre pra falar a verdade. Então, os conflitos políticos atrapalhavam até os bons trabalhos. (...) Então muitas vezes, a trajetória, por exemplo, principalmente do gerenciamento costeiro foi interrompida justamente por causa disso, as fazendas marinhas não conseguiam tirar licença então eles não poderiam vender, teoricamente, o produto das fazendas marinhas, porque não estavam licenciados, o Ibama não dava licença, o Governo Federal não emitia licença, tinha ainda a política com o Estado que na época era o PSB também, na época que eu atuei aqui. Então era coisa bem conflituosa mesmo. (...) Essas coisas não foram à frente exatamente por conflito político, e o Cinturão ele até hoje é reivindicado pelas comunidades, justamente porque a gente conseguia atender demandas sem muito sacrifício, as pessoas começavam a participar.”

Após analisar alguns projetos que foram encampados no interior das gestões do PT, encontramos um modo diferente de pensar a questão ambiental e turística na cidade. As gestões petistas tentaram criar alternativas sociais e econômicas viáveis para a população

pobre e excluída, a partir de uma crítica ao modelo de modernização encampada pelos grupos de elite. Contudo, tais projetos não saíram do âmbito dos projetos modernizadores em prol da construção de uma nova utilidade social do ambiente, ainda que incluíssem aspectos substantivos. Não obstante, contou com o “empoderamento” das minorias na busca pela constituição de uma melhor qualidade de vida.

Com isso, é possível concluir que a temática ecológica surge em Angra dos Reis como uma questão também política, no sentido mais amplo do conceito – uma questão que envolve a construção da identidade da cidade e a distribuição dos acessos ao bem comum. Isso marca as relações entre a natureza e as formas sociais e econômicas de utilizá-la, e expõe como são definidas as utilidades para o meio ambiente a partir de políticas sociais. Pensemos agora de que modo isso se conforma entre os agentes do campo social.

Capítulo 5

Angra dos Reis:

ecologia e movimentos sociais

“O importante é compreender fundamentalmente de que maneira o homem considera seu meio ambiente, em função de sua história, de sua cultura; de que maneira ele reage ao mesmo e é compelido a explorá-lo, a perturbá-lo gravemente ou, ao contrário, a protegê-lo, a empenhar-se em sua gestão; quais são as ações reguladoras que exerce ou pode vir a exercer.”

Marcel Jolivet e Alain Pavé

1- Os significados sociais do meio ambiente: parte dois

A epígrafe escolhida para iniciar este capítulo nos estimula a pensar de que modo o meio ambiente e a ecologia tornaram-se produtores de sentidos (variados) para os agentes sociais na contemporaneidade. O que ganha evidência nessa abordagem é indubitavelmente a perspectiva da ação social e aquilo que está por trás dela – as imagens construídas sobre a natureza, as interpretações, as racionalizações e as posturas reflexivas (ainda que somente em termos práticos) sobre o meio ambiente.

A questão que Marcel Jolivet e Alain Pavé (2000) propõem, caso pudéssemos responder, requereria primeiro que fossem dados corpo e forma a estes seres humanos citados, ou seja, que os mesmos fossem compreendidos em seus contextos de tempo e espaço definidos e que fossem dadas vozes a estes para que pudessem expressar suas posturas. Seria necessário, ainda, perceber as redes de interação e sociabilidade nas quais estes indivíduos estão inseridos e sob este aspecto questionar acerca das circunstâncias espaço-temporais que

inserem o meio ambiente como um elemento significativo. Não obstante, isso é o que nos interessa investigar. Nosso esforço neste capítulo será em prol da compreensão das ações sociais voltadas para o meio ambiente entre os integrantes de movimentos sociais na cidade de Angra dos Reis. Para tanto foram entrevistados alguns atores institucionais: integrantes de associações de moradores, movimentos sociais como o de pescadores e o movimento ambiental, atuantes na cidade.

1.1 - A SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica)

A SAPÊ é uma organização não-governamental que teve a sua história institucional intimamente relacionada ao movimento anti-nuclear na cidade de Angra dos Reis. Destacou-se no debate ambiental brasileiro na década de 1980, época em que, segundo Leis (1996), a questão ambiental alcançou mais fortemente a América Latina. Nesse período ascenderam no cenário nacional e internacional movimentos e organizações não-governamentais em cujas pautas encontravam-se a preocupação com a proteção do meio ambiente e com os rumos da degradação dos recursos naturais.

“A SAPÊ foi criada em 28/01/1983, mas um ano antes, aqui em Angra dos Reis, teve um manifesto que reuniu um coletivo de pessoas de quase aproximadamente 10 mil pessoas do Brasil todo e de alguns amigos da América Latina, protestando contra o projeto nuclear brasileiro. Isso resultou em várias publicações, alguns livros; várias personalidades hoje da área ambiental estiveram aqui naquela época: artistas, cantores, fizeram esse protesto. (...) Então, desse encontro de 1982 partiu a idéia de se construir uma entidade com esse objetivo. Em 1983, passado um ano desse evento, várias pessoas se juntaram no Jornal Maré, depois no Nazira Salomão, um colégio estadual, pessoas como Neirobis Nagae, Zequinha Miguel, Alice Duddy, Dra. Úrsula, Nádia Valverde, Airtton Nogueira, José Marcos Castilho... Pessoas na época à frente do movimento, que fundaram a SAPÊ, pra poder sair em defesa dessa questão. E também pessoas que ajudaram a fomentar essa discussão como Fernando Gabeira, Liszt Vieira, José Lutzenberger, Mário Moscatelli. Essas pessoas que estão hoje no movimento ambientalista no Brasil têm uma raiz em Angra dos Reis” (Márcio – nome fictício - Coordenador Geral da SAPÊ).

Embora seja normalmente lembrada na cidade pelas lutas que travou contra o funcionamento das usinas de Angra I e Angra II, a SAPÊ tem construído a sua história intervindo em outros debates importantes, vinculados à privatização dos bens públicos locais, como as áreas verdes, as ilhas, as praias, etc. Por intermédio de sua atuação tornou-se uma entidade de referência nas questões ambientais na cidade, alcançando o reconhecimento da maior parte de seus moradores.

“A luta da SAPÊ é contra a construção de novas usinas nucleares. Nós sabemos que quando a SAPÊ foi fundada, Angra I e Angra II já estavam prontas. Então, quando essa luta despontou aqui em Angra foi para que novos empreendimentos não fossem construídos no território brasileiro, especificamente em Angra dos Reis. Então o foco nosso foi a questão nuclear, mas também sobre todos os recursos naturais, haja vista que nós estamos em uma região de conflitos ambientais desde a invasão dos portugueses. Essa aqui é uma terra de Tupinambá, de cacique Cunhambebe, líder indigenista que lutou contra as invasões portuguesas, que hoje foram dizimados de todo o estado do Rio de Janeiro.(...) [a SAPÊ] sempre esteve presente na luta contra as ocupações irregulares, contra a destruição dos manguezais, contra a expulsão dos caiçaras, contra o fechamento de praia, contra a expulsão das comunidades rurais, pela demarcação das terras dos quilombolas...” (Márcio - Coordenador Geral da SAPÊ).

A entrevista feita com Márcio – Coordenador Geral da SAPÊ – apontou algumas classificações significativas que o meio ambiente e a natureza podem assumir para os que atuam nesse movimento social. A partir da análise desta entrevista encontramos distintas (e ambíguas) referências à questão ecológica e ao significado atribuído ao meio ambiente. No relato de Márcio encontramos o caráter polissêmico do discurso ambiental, e ainda a capacidade que este discurso tem de mesclar romantismo ecológico com posturas mais incisivas sobre o uso do meio ambiente. Não obstante, sua entrevista denota o modo como os movimentos sociais constroem suas razões sociais e posicionamentos éticos para justificar os cuidados para com a natureza.

“A gente tem um princípio na SAPÊ que a direção da SAPÊ leva a diante e que isso já é marca nossa, que é a luta pela preservação dos recursos naturais e a justiça social. Isso é uma marca da SAPÊ, e a gente embuti aí também a questão da justiça ambiental e o respeito à lei vigente em nosso país. São quatro características que marcam a SAPÊ. E quando a gente fala em preservar os recursos naturais e justiça social, é porque não dá para desassociar a nossa presença na Terra em relação ao meio ambiente. A gente acha que dá para haver uma perfeita harmonia, mas é lógico que a gente tem que fazer sempre uma avaliação histórica do nosso país, dos conflitos que marcaram a invasão do Brasil, e muitas pessoas têm uma ilusão que ambientalista é aquele cara folclórico que só mexe com a questão da árvore, do mico-leão dourado, que não tem que entrar na questão política, nas lutas, nos embates... A gente tem uma outra concepção de luta, a gente acha que a questão ambiental ela mexe com tudo e com todos, não dá para você desassociar a luta ambiental da luta política em defesa da melhor qualidade de ensino, não dá. A questão ambiental ela é para a gente um norte, e é o que nos move. (...) Então, nós temos uma ação muito social, com as comunidades, a gente tem uma concepção diferente de muita gente aí preservacionista, conservacionista que acha que alguns lugares têm que ficar intactos, são os biocratas. (...) Então, são vários pensamentos do movimento ambientalista que a gente respeita; mas a gente acredita numa outra fase: até a gente é desse ideal do eco-socialismo, que dá para haver uma harmonia – fazemos parte dessa teia, dessa Gaia. Então, o que a gente tem que fazer é evitar que isso se acabe; eu costume falar que o que difere o ser humano dos demais seres vivos do planeta é a nossa capacidade de raciocinar, de ser racional, enquanto os demais seres vivos são irracionais.” (*Grifos nossos*) (Márcio – nome fictício - Coordenador Geral da SAPÊ).

Encontramos nesse trecho da entrevista representações da natureza que podem estar atreladas as mais diferentes correntes do pensamento ecológico-ambiental. Poderíamos destacar em linhas gerais: a) uma visão sistêmica entre mundo social e natural, a partir da idéia de harmonia; b) o reconhecimento da questão ecológica como questão eminentemente política e social; c) um “anti-biocentrismo”, mostrando-se aberto à utilização dos recursos naturais, possivelmente uma referência a algum tipo de modernização ecológica; d) a acolhida do eco-socialismo, mesclado e confundido com a noção de Gaia e de teia; e) por fim, uma postura que poderia ser considerada antropocêntrica por muitos ecólogos: a defesa do humanismo, a partir do destaque dado ao papel dos seres humanos na natureza, definindo a razão como parâmetro de distanciamento.

Essas ambigüidades expressas nas formas de pensar, classificar e definir ações para intervenção no meio ambiente condizem com o modo como as questões ecológicas estão sendo percebidas em um contexto de crise da Modernidade. Esse tipo de percepção ambiental, não raro ambivalente, encontrada e proferida nos discursos dos participantes dos movimentos ecológicos contemporâneos, expõe o quanto estes estão distantes de conformar um corpo único em termos de ações e orientações. Ressalta a polissemia que impera nesse campo e esclarece-nos, ademais, sobre as diferentes formas de valoração da natureza encontradas entre os participantes desses movimentos.

É nesse sentido que nos interessa entender o aparente contra-senso que se institui entre as formas de classificação da natureza e as ações práticas definidas para a intervenção e transformação da mesma. Acreditamos haver atualmente uma “(...) ausência de qualquer relação necessária entre o que as pessoas fazem e as razões que elas podem ter para fazê-lo” (Sahlins, 2004: 305). Assim sendo, consideramos pertinente avaliar o processo de valoração e representação a partir de uma postura dialógica entre as categorias tais como socialmente são construídas e suas formas individuais de entendimento, ou seja, enquanto elementos abertos a múltiplas interpretações por parte dos agentes sociais. Essa forma de compreensão pode nos ajudar a entender como no campo das valorações ambientais os indivíduos são capazes de expressar – dependendo do contexto (circunstâncias) e da posição social que ocupam – distintas apreensões sobre a natureza e o meio ambiente.

Moscovici (1988) esmiúça e discute a possibilidade da existência de distintas formas de representações coletivas que podem variar segundo o modo como os agentes sociais compartilham e reconhecem determinados valores. Diferente de Durkheim (2004), que considera as representações coletivas como opostas às representações individuais, Moscovici defende *“the transition from the concept of collective representation as a uniform view to a differentiated view of social representations, which is closer to our reality. The contrasts*

between several kinds of relations are more significant than the one between the social and individual elements (...) A representation undoubtedly shifts from realm to the other as it takes shape, and the point of view of the observer plays an important part. But these transformations are a crucial symptom of the state of a society” (Moscovici, 1988: 222).

Oliveira (2004) reforça essa abordagem de Moscovici, pois considera que as “representações (...) seriam da natureza mesma dos grupos sociais que as criam, e sua eficácia – tanto prática como simbólica – dependeria dessa inserção, e não poderia jamais ter um sentido universal” (p. 184).

Desse modo, as classificações proferidas por Márcio podem ser vistas como fruto e expressão da multiplicidade de sentidos e de interpretações que certos signos (neste caso a natureza) são capazes de abarcar no meio social. Assim, as aparentes incongruências encontradas na fala de Márcio são reveladoras da forma como ambientalistas, ecológos e estudiosos dessas temáticas tentam responder (com reflexões e propostas de ação) à crise ambiental que estamos vivenciando. Nesse aspecto, pensamento e ação nem sempre aparecem integrados. O fato de nem sempre haver confluência entre os “olhares” desses agentes ambientais, provém dos distintos pontos de partida que são tomados. Há caminhos analíticos e práticos variados a serem seguidos, contudo os mesmos não estão isentos de promoverem mesclas entre si e gerar controvérsias nas falas dos atores sociais quando estes tratam de explicar ou entender as relações entre *sociedades-naturezas*.

Identificar essas ambigüidades na fala de Márcio não desqualifica a sua prática nem a atuação da entidade da qual ele faz parte. Em contrário, coloca a questão ecológica no devido centro que ela deve ocupar: o da produção de questionamentos sobre os processos de humanização da natureza. Nesse sentido, as ações que são comumente encampadas pela SAPÊ podem ser vistas como resultantes dessa leitura que seus integrantes fazem da relação entre as correntes do *pensamento ecológico* e as possíveis *ações ecológicas* daí derivadas, ou

ainda, do modo como utilizam os quadros teóricos do debate ecológico para pensar a materialização de práticas, de planos de ação que levem em conta a conjuntura social e política da cidade de Angra.

Observamos que essas práticas e ações adotadas pelos movimentos ecológicos, e especialmente a SAPÊ que foi o nosso caso particular, são sempre definidas dentro de um campo social, não fugindo às peculiaridades histórico-econômicas de um lugar ou região. Ou seja, tais práticas de intervenção podem ser compreendidas como traduções particulares, interpretações de um discurso polifônico (ambiental) para realidades concretas.

Em Angra, são encontradas algumas ações da SAPÊ que reforçam diferentes representações da natureza, o que torna possível visualizar no campo empírico essa relação fluída entre o pensamento ecológico e as práticas ecológicas. Uma das representações que mais marcam a fala de Márcio diz respeito ao caráter político do movimento ecológico. Em muitos momentos da entrevista, ele expõe o compromisso social da SAPÊ em reverter o quadro que favorece o surgimento e a permanência dos problemas ambientais da região. Sua avaliação sobre tais problemas toma em consideração a história da própria cidade. Essa preocupação com as formas sócio-econômicas impactantes e predatórias encontradas neste espaço é relatada durante a entrevista quase como um desabafo, imbuído de agitação e desconforto.

“Aqui em Angra dos Reis a ação do ser humano foi predatória e está sendo predatória. (...) É uma cidade que tem o privilégio de ter a existência de vários ecossistemas, uma cidade com uma Baía da Ilha Grande com um conjunto de ilhas lendárias - dizem que são 365 ilhas -, uma serra que corta toda a nossa região, banhada pela Mata Atlântica, que hoje está extinta no território brasileiro. Do estado do Rio de Janeiro a nossa região, sul-fluminense, é a que preserva a maioria da Mata Atlântica e, em boa parte dessa ainda há mata primária. Então, nós somos privilegiados por essa exuberância que se chama Mata Atlântica, ela é o verdadeiro equilíbrio de nossa região sudeste. Ela que estabiliza o nosso clima, ela que nos fornece água para matar a sede da população brasileira está concentrada na região sudeste. Ela é o segundo bioma do mundo ameaçado de extinção. No Brasil existe uma luta de preservação da Mata Atlântica e aqui em Angra a gente

soma nessa luta, porque a gente sabe que a especulação imobiliária não respeita os limites de proteção dessas florestas. Então, tem a Mata Atlântica, tem os manguezais que já tomou conta de boa parte de nosso município, porque com a construção da Rio-Santos um dos maiores crimes ambientais que já aconteceram aqui foram os aterros dos manguezais na década de 70.”

Essa análise histórica sobre os problemas ambientais locais torna-se o *caldo de cultura* a partir do qual as representações da natureza dos componentes desta instituição vão se constituindo, interpostas pelos distintos discursos que permeiam o pensamento ecológico-ambiental. Junto com tais representações desenham-se também as formas de ação e os projetos ambientais propostos pela SAPÊ.

“Márcio: O nosso trabalho é na verdade uma mudança de mentalidade, uma ruptura (...), aí entra a nossa contribuição de levar o debate às comunidades, da luta de preservar o caiçara, para que não larguem sua atividade.

Aline: Vocês promovem o que? Palestras...

Márcio: Palestras. Na verdade a gente usa essas palestras, seminários... São conversas [para mostrar] que essas atividades são importantes pra manter uma história, uma identidade, (...) a nossa cidade como referência (...).

Aline: Já tem alguma atividade alternativa sendo desenvolvida aqui?

Márcio: Bom, nós participamos de várias (...). Nós temos soluções, por exemplo, nas atividades marítimas, nós temos as fazendas de maricultura, que a SAPÊ junto com a Secretaria de Agricultura e de Pesca ajudou a desenvolver na época para poder garantir uma renda para o caiçara e evitar que ele largue a sua terra... a maricultura de mexilhão, de ostra são atividades que geram renda e se forem comercializados geram divisas nos restaurantes, nos hotéis, enfim, para outros locais... são atividades (...) alternativas... Na área rural você trabalhar a agricultura familiar, de subsistência, garantindo aí à comunidade o manejo adequado da terra, o uso racional e evitar grandes queimadas, desmatamentos (...). [Há] a participação do pessoal da universidade, da Rural, que a gente tem um intercâmbio (...), nós temos uma parceria muito grande com os sindicalistas, com os sindicatos, especialmente o sindicato da área rural (...), então as nossas idas ao debate, ao diálogo, à informação, está nesse movimento...”

Entre a constatação dos problemas ambientais presentes na cidade e a proposição de ações para a superação dos mesmos, formam-se redes de sociabilidade que podem auxiliar na comunicação e divulgação da questão ecológica no espaço público. Uma abertura de

oportunidades para que outros olhares e cuidados para com o ambiente local sejam divulgados.

Lembro-me de estar na sede da SAPÊ em Angra, entrevistando Márcio, quando o mesmo recebeu um telefonema de um morador local denunciando uma queimada em uma área próxima à saída da cidade, na direção Angra-Rio de Janeiro. Márcio falou que esse tipo de contato era comum, eles recebiam muitas denúncias por telefone, inclusive anônimas, sobre ações de dano ao meio ambiente. Algumas vezes não se caracterizavam em questões ambientais reais, mas acabavam demonstrando a importância da SAPÊ e o reconhecimento da mesma pelos habitantes da cidade, o que Márcio classificou como um aspecto positivo. Como uma expressão do fio dessa rede de sociabilidade que a SAPÊ tece por intermédio de seu trabalho na cidade.

Além de atuar direta e indiretamente junto aos movimentos sociais locais, a SAPÊ também conseguiu inserir a questão ecológica nas organizações religiosas da cidade, a partir de trabalhos não formais de educação ambiental. Isso só foi possível por conta da Campanha da Fraternidade de 2004, que teve como tema: “Água fonte da vida”. Os integrantes da SAPÊ foram, então, convidados a participar promovendo encontros, palestras e debates sobre essa temática.

“(...) a Igreja, ela adotou na sua campanha pela fraternidade a “água fonte de vida” e a gente sempre teve problemas de estar chegando em determinadas comunidades (...) E a Igreja ela tem uma entrada muito forte nesses guetos, com outras palavras, com outras meditações (...). E a gente está sendo bem visto nesta área e estamos sendo uma referência aqui para a Diocese e para as paróquias e estamos sendo chamados para trabalhar a questão da água. (...) eu tenho falado nas Igrejas e nos locais em que eu tenho ido que era de difícil acesso e que agora estão ficando mais fáceis. (...) então é um tema muito apropriado... e está havendo uma aceitação muito forte (...) Inclusive da parte dos padres, que não conheciam esse lado nosso (...), porque às vezes o nosso discurso alcança uma violência muito forte, a gente usa umas expressões muito pesadas e as pessoas que estão aí no seu cotidiano não conseguem absorver e ao invés da gente gritar a gente começa a falar e as pessoas começam a entender, então ao invés de você ficar berrando, gritando, você faz igual ao padre, conversa fraternalmente e aí as pessoas vão entendendo o que você está dizendo...”

Essa oportunidade inicialmente dada pela Igreja católica, por intermédio da Campanha da Fraternidade, permitiu também que a SAPÊ estabelecesse um diálogo com outros grupos religiosos presentes na cidade. Possibilitou, ao mesmo tempo, uma reavaliação dos métodos utilizados pela entidade para fazer com que os problemas ambientais fossem reconhecidos pela população local, assim como suas práticas de intervenção.

“[através] desse trabalho com a Igreja eu já consegui ir em várias comunidades, eu tenho percebido o quanto a gente patinou (...) a gente poderia ter avançado mais na forma e método de chegar nesses lugares (...), não só a Igreja Católica, outras religiões também, estão nos chamando... Eu já estive em outros lugares conversando com os budistas aqui de Angra dos Reis, os evangélicos... é um espaço aberto bastante fecundo que a gente pode saber trabalhar e avançar na (...) questão da conscientização ambiental e aí é conseguir cristalizar essa nova visão para que a gente não tenha futuramente uma Angra dos Reis em todo o seu estágio degradado, tanto no seu ponto de vista ambiental, social, humano e etc.”

Nesse trecho da entrevista de Márcio, onde o mesmo faz uma avaliação em retrospectiva das falhas cometidas pela SAPÊ na definição de estratégias para discutir problemas ambientais entre certos grupos sociais na cidade, é possível perceber o projeto político que permeia as ações dessa entidade: a construção de uma consciência da *pólis*, um cuidado em mostrar que as questões ecológicas devem ser problematizadas *com e por* todos aqueles que compartilham um mesmo espaço social.

Com a entrevista de Márcio é possível entender que as formas de valoração da natureza que permeiam as ações da SAPÊ, descritas até então, estão próximas da noção de natureza como um bem comum. A natureza e seus recursos naturais considerados como bem de todos, apontam para formas coletivas de valoração que incutem uma *utilidade substantiva* a esses mesmos recursos, que deveriam ser usufruídos a partir de um critério de justiça social e de igualdade no acesso a sua utilização. Sob esse enfoque, a opção pela corrente do eco-socialismo – que Márcio evocou alhures – justifica-se como parte de uma preocupação

legítima em levar conhecimento e justiça ambiental aos diferentes grupos sociais da cidade, e de lutar pelo acesso coletivo ao uso dos bens naturais.

A essa constatação alia-se a visão crítica que os participantes da SAPÊ têm acerca das contradições e problemas gerados pela expansão de um modelo de produção que privatiza o acesso aos recursos, direcionando mais uma vez a luta ambiental para o âmbito político, do espaço da *pólis*, e para o cuidado com o *oikos*.

“Aline: Você falou sobre a linha de pensamento ambiental da SAPÊ que seria o eco-socialismo. Explica como é que vocês construíram...

Márcio: (interrompendo) – é que isso é uma rede, é uma rede que foi sendo criada por vários amigos, parceiros que têm nesse país aí e de uma adesão dessa luta ambiental, que é uma visão mais realista do cotidiano das pessoas. O socialismo é um regime igualitário, e o eco-socialismo esta presente neste ecossistema que é para poder garantir os direitos da atual geração e das futuras que estão vindo aí e compartilhar desenvolvimento, compartilhar crescimento de uma maneira mais igualitária (...) um novo modelo de desenvolvimento que leve em consideração as características regionais de cada cidade independente deste modelo predatório que está aí e que preze o respeito à biodiversidade, o respeito às comunidades. Então isso foi criando uma certa simpatia e isso foi cristalizado no Fórum Social Mundial ali têm vários pensadores a nível internacional, o Michael Löwy... aqui no Brasil vários representantes do governo federal, do atual governo Lula e ambientalistas do Brasil todo, se juntaram e fundaram essa rede de eco-socialismo... dentro do campo político, de travar uma luta com este Estado neoliberal.”

Interessante destacar ainda, que aliado a essa visão política do ambientalismo posta em prática pela SAPÊ, encontramos também referências às imagens paradisíacas da cidade. De fato, essas imagens assumem a forma de representação social para muitos habitantes locais e dentre eles os integrantes do movimento ecológico que estudamos.

“Márcio: Olhando Angra dos Reis desde a década de 1500, quem olha essa região aqui ela...eu costumo falar isso com muita revolta, que nós não temos tempo de apagar tudo o que foi feito nessa região de maldade, mas quem olha essa região aqui, ela nunca foi aproveitada sua vocação natural. A vocação natural dessa terra aqui, a gente tem que falar de 1500 porque é a nossa origem, não tem como não falar não, embora antes ela já era bonita, os

índios já estavam aqui bem mais tempo; mas da nossa estadia pra cá, de 1500 pra cá, ela foi violentada, ela nunca foi respeitada no seu estado natural.

Aline: Mas qual seria a vocação natural dela?

Márcio: O turismo é utilizado como mercado, é jargão, por que gera emprego, gera trabalho. Qual a vocação natural de Angra dos Reis? É a vocação dela, nê. É praia, é montanha, quer dizer, é um santuário ecológico! É só pra morador privilegiado? Não sei; mas essa cidade teria que ser respeitada. Aqui era para ser pra sempre, um lugar pra você descansar, um lugar pra você refletir, fazer... não sei, é um lugar privilegiado! Dificilmente algum lugar do planeta tem estas características aqui (...) uma Baía maravilhosa, serra, muita cachoeira, enfim! O que se imagina de paraíso é aqui, aqui que você se encontra. Mas só que essa região ela nunca foi respeitada no seu estado natural, todos os ciclos econômicos que passaram por aqui a utilizaram de maneira indevida (...).” (*Grifos nossos*)

O destaque dado pelo nosso interlocutor à visão paradisíaca da cidade pode ser compreendido dentro da própria história de Angra dos Reis, conforme discutido no capítulo anterior. A cidade foi palco de um tipo de projeto modernizador instaurado a partir da expansão da economia turística na segunda metade do século XX, desde então essa visão ganhou destaque como potencialmente um dos traços identitários da cidade. Dito isto, não parece equivocado afirmar que em certas circunstâncias os agentes sociais incorporam e reproduzem certas leituras sobre a paisagem (Schama, 1996) usando como intermédio os códigos definidos em seus espaços sociais. Outras vezes agem assumindo o papel de reavaliadores destes mesmos códigos.

Apesar disso, é possível identificar variações nas formas de classificar edenicamente a cidade de Angra. Observa-se, por exemplo, que a classificação de Angra como *santuário ecológico*, proferida por Márcio, distancia-se da imagem do paraíso criado para a exploração turística, como nos relatava o Sr. Borges quando falou sobre a necessidade do desenvolvimento econômico e social na cidade (no Capítulo 4). O edenismo da visão do representante do movimento ecológico se aproxima mais da imagem de paraíso intocado – um espaço para o repouso humano – que mantém a sua condição natural. É quase uma “ode” aos *valores estéticos e recreativos* da natureza, marcando um tipo de uso “terapêutico”. Nesse

sentido, a natureza surge como o local da felicidade, dos prazeres, onde as dores são esquecidas. Essa forma de representação coaduna com as abordagens dos utilitaristas clássicos, Jeremy Bentham e Stuart Mill, para os quais a busca da utilidade constitui-se ao mesmo tempo na busca da maior felicidade.

Essa imagem da cidade como possuidora de uma beleza natural, também foi identificada no estudo feito por Prado (2002). Prado discutiu e analisou a estrutura simbólica do imaginário social em Angra e encontrou a noção de beleza como um dos seus fundamentos mais importante. Por conta dessa dimensão simbólica, todas as atividades que porventura promovessem impactos nesse ambiente, tais como os empreendimentos econômicos construídos na cidade, especialmente as usinas nucleares, seriam produtores de uma imagem negativa, uma traição à beleza da cidade¹⁰⁷.

“Uma área que teve o maior entreposto escravagista do Brasil que foi a Ilha Grande, recebendo os negros que vinham da África e uma área que teve participação na economia do Brasil desde o primeiro ciclo econômico que foi o extrativismo. Então, tirando a borracha todos os ciclos econômicos passaram por Angra dos Reis, que é uma cidade pequena, comparada com o nível de extensão do Brasil, uma região de 819Km² uma extensão de zona costeira de 100 km mais ou menos, uma baía maravilhosa, um ecossistema fantástico, privilegiado em relação às demais áreas do planeta, um paraíso ecológico. Então, essa cidade aqui foi sempre, uma expressão meio pesada, “estuprada”. Nunca houve respeito por esta região aqui, desde a invasão dos portugueses. A cidade ela vem clamando por socorro da população, para que se a gente quiser ainda ter esse apelido de paraíso ecológico, a gente precisa lutar para que se diminua esse impacto ambiental. (...)” (Grifos nossos).
(Márcio – Coordenador Geral da SAPÊ).

Essa representação edência traz à cena um romantismo ecológico que embora mesclado com uma indignação social, em princípio não coaduna com a perspectiva eco-socialista evocada anteriormente. O eco-socialismo funda-se na crítica ao progresso capitalista

¹⁰⁷ Como destaca Prado: “Talvez o caso de Angra seja, no entanto, crítico no sentido de que aí se reúnem vários níveis e tipos de agressões ambientais. Angra condensa, sintetiza, essas agressões que parecem exacerbadas pelo fato de tamanha beleza agredida, como se por ironia e fatalidade: uma beleza traída” (Prado 2002: 141).

e nas marcas de destruição ambiental deixadas por este sistema, mostrando-se favorável a um modo de produção organizado em torno das necessidades sociais e que esteja aliado à proteção ao meio ambiente. O eco-socialismo está fundado, portanto, em uma perspectiva humanista. A visão romântica da relação entre os homens e a natureza, que aparece na fala de Márcio, não se enquadra nesses moldes, sobretudo porque os critérios de valoração nesse sentido estão mais próximos dos valores não-econômicos da natureza (a partir de razões estéticas, defesa de uma natureza intocada, um santuário).

Essa polissemia encontrada na fala dos integrantes dos movimentos ambientais contemporâneos, embora defina razões e justificativas distintas para a proteção da natureza, parecem não se colocar como elementos contraditórios para os mesmos. Isso é tão significativo que, logo em seguida a defesa do edenismo, Márcio inicia um debate sobre as formas de modernização ecológica que poderiam ser encampadas na região. No entanto, ao sair do plano de atuação social e política e entrar nas formas de planejamento e gestão do espaço, o nosso representante do movimento ecológico reproduz a mesma necessidade de substituir por um simulacro esteticamente melhor a real desigualdade sócio-espacial encontrada na cidade.

Márcio é defensor de um modelo de urbanização dos morros da cidade cujo ponto de partida seria a remoção da população destes lugares por um certo período de tempo e a reconfiguração daquele espaço através de um modelo de engenharia que incluísse a otimização no uso de recursos naturais.

“Márcio: (...) então eu ouço muito no meu trabalho na área de engenharia, que a engenharia é meio desumana, ela é desumana (...). Só que a engenharia se for bem utilizada e entrar o lado ambiental, social e humano ela pode fazer um belo trabalho para a humanidade... e aí entra o outro lado da SAPÊ, da área de planejamento que é uma área que a gente atua muito, que é planejar o uso e a ocupação do solo e eu desafio muita gente aqui em Angra dos Reis, e aí que entra muito mais a questão da violência verbal, que eu desafio a gestão pública a trabalhar a curto, médio e longo prazo. (...); por

exemplo: eu sei que se a gente parar hoje, frear o crescimento aqui em Angra dos Reis e todo o mundo tiver uma visão muito feia da nossa cidade, das ocupações em que isso aqui se transformou, eu dentro da engenharia se a gente quiser transformar aquilo ali num lugar bonito dá pra transformar! Arranca tudo e refaz!

Aline: Remover a população!?

Márcio: (interrompendo) Você pega um pedaço dum morro, destrói tudo e faz novas casas bonitas, um predinho bem feito, porque hoje a maioria das casas são desconjuntadas, desfiguradas, qualquer um tem um bom projeto, tem um bom planejamento, e aí entra a arquitetura e o urbanismo (...) nós poderíamos evitar esses aglomerados, construções irregulares e uma em cima da outra (...) as nossas casas, a maioria são caixotes, não tem ventilação (...).”

As propostas da SAPÊ na área do planejamento urbano demonstram que ao distanciar-se dos discursos ambientais e sugerir práticas de intervenção no espaço, são reveladas posturas modernizadoras, sustentadas por uma racionalidade instrumental. Isso faz revelar a dinâmica entre as posturas instrumentais e os modelos substantivos no *continuum* da ação social. Esse *continuum* permite observar que mediante certos eventos e/ou contextos os agentes podem mudar de posição e defender práticas que possivelmente não defenderiam caso se encontrassem sob outras circunstâncias.

“**Márcio:** (...) a engenharia por esse lado social, ambiental, ela pode contribuir... chegar num morro desses assim e falar: ‘- Isso aqui vai ficar bonito com um paisagismo, com a recuperação das áreas degradadas e vamos construir aqui casas dignas para vocês morarem’. Só que isso é difícil, porque a gestão pública tem que aceitar esse desafio e a população tem que estar preparada para este debate, esse desafio. (...) Por exemplo, as margens dos rios hoje a maioria estão ocupados, arranca tudo, sem dó nem piedade...”

Aline: Mas o que fazer com a população?

Márcio: Aí não, aí você planeja, porque existe espaço urbano que dá pra todo mundo; quando eu falo em tirar uma pessoa de uma área, retirar uma pessoa de lá, você vai retirar temporariamente... tirar, colocar em um local adequado e vai fazer um projeto com um planejamento ali de urbanismo (...) e devolver aquele local (...) com saneamento básico, com infra-estrutura adequada... só que as pessoas acreditam que nos seus guetos (...) do jeito que estão está bom; isso é um debate muito longo, mas tem que ser feito e eu faço isso pela SAPÊ, o nosso coletivo faz em qualquer debate que se faça a nível local, estadual e nacional, a gente defende essa idéia (...). Tem lá um instrumento de gerar trabalho, gerar beleza, agrandar o meio ambiente,

recuperar áreas degradadas (...) É um desafio garantir que essa cidade tenha qualidade de vida, moradia digna, não é caixote não, é moradia...”

Nas entrelinhas da entrevista concedida por Márcio é revelado como são construídas internamente as justificativas que tornam valores aparentemente opostos em um discurso com sentido político. Referências científicas, edênicas, modernizadoras, críticas às formas sociais de humanização da natureza, amalgamam-se e passam a constituir as razões sociais das práticas de atuação da SAPÊ na região.

Essas significações – políticas, edênicas e modernizadoras, presentes nos relatos dos atores sociais – evidenciam o modo contraditório como a própria cidade é representada: a) como um espaço de exclusão social dos grupos empobrecidos; b) um ambiente de privilegiada beleza cênica e paradisíaca, em processo de privatização e degradação; e c) uma área de desenvolvimento econômico. Ou seja, uma cidade propícia à produção dessa tensão significativa entre posturas preservacionista, conservacionistas e modernizadoras. Sob esse contexto, as orientações *instrumental* e *substantiva* não são excludentes entre si, orquestram-se e se tornam presentes nas leituras particulares que cada agente é capaz de fazer do ambiente em que vive.

1.2 – A Colônia de Pescadores

A Colônia de Pescadores de Angra dos Reis é uma organização político-sindical que existe há mais de 60 anos na região. Conversamos com o seu presidente, o Sr. Alberto, e o mesmo nos relatou as principais dificuldades do setor pesqueiro no município, descrevendo a atual estrutura da pesca na cidade. Uma pesca que, segundo ele, está dividida em duas categorias básicas: 1) os armadores de pesca, que são os barcos de grande porte (traineiras); 2) e o pescador artesanal, aquele que tem uma baleeira, uma canoa, um ser flutuante ou espinhel, cuja base econômica é familiar.

Dessas duas categorias citadas, predominam em Angra dos Reis os armadores de pesca, ou seja, a pesca comercial feita em traineiras¹⁰⁸, bem diferente de Parati onde prepondera a pesca artesanal, conforme nos relatou o Sr. Alberto. Hoje, dos 2200 pescadores em atividade¹⁰⁹ no município de Angra, 80% trabalham nessas traineiras, nesses barcos comerciais. Desse quantitativo, 40% não possuem carteira de trabalho assinada e se submetem a condições muito precárias de trabalho.

“Olha, é lamentável que a pesca, podemos enquadrar ela como um trabalho semi-escravo dentro desse país. A partir do momento em que a maioria não tem carteira assinada é um trabalho semi-escravo, porque os seus direitos sociais não estão sendo reconhecidos” (Alberto – nome fictício – Presidente da Colônia de Pescadores).

Por apresentar problemas na sua atividade pesqueira, Angra foi incluída nos relatórios da OIT sobre acidentes de trabalho. “*O Brasil foi condenado por morte de pescador, isso continua acontecendo, pescador perdendo mão, pescador morrendo, sem direito à família, sem direito a nada*”, desabafa o Sr. Alberto. Esses acidentes têm acontecido com os pescadores que trabalham nos grandes barcos, os quais usam o sistema de guincho como forma de retirar o pescado do fundo do mar. Por falta de manutenção nessas embarcações e nesse sistema, muitos acidentes estão acontecendo.

Logo no início da entrevista é possível perceber que o Sr. Alberto é uma pessoa que possui uma visão política e crítica da atividade pesqueira na cidade. Sua crítica se dirige principalmente às irregularidades encontradas nessa atividade. Com sua fala seca, algumas vezes entoada em um ritmo quase violento, o Sr. Alberto expressa o seu descontentamento com o governo federal, apontando as falhas da política pesqueira brasileira, segundo ele, uma política muito deficiente.

¹⁰⁸ O pescado predominante é a sardinha, tendo barcos que chegam a pescar até 120 toneladas.

¹⁰⁹ Dados de 2004.

“No Brasil não se evoluiu a pesca, no Brasil ela tá regredindo, não adianta botar barco de alto mar que não vai resolver o problema da pesca não.”

Perguntei a ele por que tal problema tinha alcançado esse patamar. Ele me respondeu:

“A ganância, a ganância, olha o governo já não controla nada. Quantos barcos você acha que é registrado na pesca da sardinha? Por que a sardinha ela tem um custo, você não pode ter maior do que o estoque previsto o número de embarcação sendo maior. Tem que ser menor para o controle das espécies; o camarão a mesma coisa, o que mais se vê ai é embarcação que não está legalizada para esse tipo de pesca.”

O período do defeso, estabelecido pelo IBAMA como o período em que deve ser paralisada e proibida a pesca e comercialização de certas espécies marinhas, visando garantir sua reprodução e desenvolvimento, não é amplamente respeitado pelos pescadores em Angra dos Reis. Embora haja um esforço das autoridades políticas e dos movimentos ambientais em tornar pública a importância dessa prática, afixando faixas e cartazes pela cidade durante esse período, as circunstâncias e condições profissionais da própria classe pesqueira não contribuem para que essa política seja eficiente.

“Olha uma boa parte não respeita [o defeso]. Porque uma boa parte de embarcação o próprio dono incentiva e a própria categoria passa por cima da lei. Nem todos recebem o seguro. Porque (...) têm vários itens que você tem que cumprir, e ainda na pesca você tem uma mentalidade de não pagar INSS. Então você só pode ter direitos se você cumprir suas obrigações. (...) O valor [do seguro] é de um salário mínimo por três meses. (...) A lei, quando ela fala no período do defeso da sardinha ela abre um leque de acontecer um monte de irregularidade. Então a culpa é de quem elaborou a lei (...). Porque quem pesca a sardinha normalmente são traineiras, eles são pescadores empregados, deveriam tá com a carteira assinada. O que a lei deveria fazer era obrigar o Ministério do Trabalho a fiscalizar essas embarcações, vê se tá cumprindo a lei, a CLT. O outro é cadastrar o pessoal que usa a sardinha como isca, para esse sim, ter direito no defeso. A mesma coisa o camarão, tem o defeso do camarão, mas e as outras espécies? Então, o governo poderia patrocinar era uma outra rede, e essa rede do camarão ela ficava recolhida e esses barcos iriam pescar outra espécie. (...) o que vai resolver o setor [pesqueiro] é uma política onde se preserve as baías.” (Sr. Alberto).

Perguntei ao Sr. Alberto se os pescadores, já cientes então dos problemas da pesca e sabendo das suas necessidades, se eles já tinham pensado em desenvolver algum projeto em parceria com algum órgão governamental ou não-governamental da região. Ele responde:

“Então eu vou lá agora explicar; a dificuldade maior que vai se ter no setor pesqueiro é cultural. Durante 500 anos essa pesca nossa, essa prática é portuguesa, não é uma prática de excelência, ela é péssima por sinal, todo o setor pensou assim... se você chegar para o pescador que tivesse agora participando de uma reunião ele ia sair daqui já ia meio apavorado. Eu digo: ‘- Peraí rapaz, tá tudo errado.’ Por que a hora que você fala sobre o benefício do defeso, sabe o quê que eles vão dizer para você? ‘- Deus nos deu, não acaba nunca!’ Então o que nós temos de pior na nossa categoria é o lado cultural. Então, antes do governo fazer tudo isso, se ele não desenvolver a educação não vai servir para nada. Ele não vai conseguir nada. O que acontece no setor pesqueiro é educacional. Se você não der estudo a esse pessoal você não vai conseguir fazer nada, porque quando eles tiverem consciência já destruiu.”

O Sr. Alberto aborda um aspecto particular da prática da pesca na cidade. Uma forma cultural de ver e perceber os recursos naturais como elementos a serem explorados. Ele faz uma leitura crítica sobre as ações de alguns grupos de pescadores que guiam o seu ofício a partir de interesses econômicos. Quando nos relata sobre as técnicas de pesca utilizadas pelos barcos comerciais, o Sr. Alberto expõe a lógica utilitária instrumental presente entre esses pescadores.

“Se você vê o que é uma parelha!! Parelha é um barco que tem um sistema de arrasto tipo barco de camarão, só que ele atua mais pegando peixe, se você vê uma pesca dele você vai dizer: ‘- Vem cá, por quê que não prende todo mundo?’ Ele mata as espécies desse tamanho assim [com 2-3 centímetros]. Ele pega 12 toneladas, 11 toneladas é jogado fora, 1 tonelada!! Só aproveita uma tonelada. E o IBAMA tem uma portaria que autoriza, autorização oficial. Você não pode fazer nada. Então, primeiro tem que capacitar as modalidades e segundo o certo seria dentro de todas as baías proibir o arrasto, rede batedeira também que não deveria ser usado, só ter rede tanto de ser flutuante, espinhel e pesca de linha de fundo. (...) O efeito dela [da pesca com a parelha] é violento (...). Até hoje nós não entendemos o porquê que existe uma portaria que autoriza. (...) Não poderia era permitir esse tipo de pesca. Até do camarão já é um crime. Por que olha... são duas madeiras, elas ficam nessa posição, ela entra na lama, porque onde dá o

camarão é a lama, ela entra. (...). Então tá acabando com a cadeia alimentar e tá acabando com o meio natural de sobrevivência do camarão, da lula...”

A alternativa a essa pesca predatória, segundo seu Alberto, deveria ser a pesca fora da baía. Mas o grande problema a ser resolvido, como ele mesmo diz, é a ganância, que faz com que haja um número maior de embarcações do que de pescado, e para complicar a situação 90% dos barcos de pesca não apresentam qualquer registro. Segundo ele a maioria dos pescadores é clandestina, e esse tipo de pescador é ruim para a categoria, pois age de modo a desqualificar o grupo ao praticar uma pesca destrutiva.

“Primeira coisa que o cara me diz: eu sou um pescador. ‘É pescador droga nenhuma, se você não tem documentação você não é nada, você não passa de um clandestino que tá destruindo’. É a mesma coisa que um dentista, um médico ou advogado que não tem o diploma. Dentro do nosso setor isso tá cheio. O que acontece, isso faz com que se prejudique. A última fiscalização que teve há 10 dias atrás houve apreensão de 11 redes de arrasto de camarão que vão ser incineradas [lembramos que se tratava do período do defeso do camarão]. Foi apreendida uma parelha também, só que da parelha não foi apreendida a rede. Não me pergunta o porquê, porque é o armador mais forte do estado do Rio de Janeiro, que é aqui de Angra dos Reis, é a Castro Pescados, não sei por que”. Comenta o Sr. Alberto ironizando.

A fala do Sr. Alberto expõe uma percepção política dos problemas enfrentados por sua categoria e uma visão também política da questão ambiental. Ele se posiciona criticamente às formas de exploração da pesca que não abrigam espaço para a sustentabilidade da atividade, pondo em questão os projetos do governo e suas formas de funcionamento. Para esse agente social, esses usos comerciais do meio ambiente, ou seja, o modo como a pesca está sendo praticada a partir de uma lógica capitalista – como ele mesmo repete: da ganância – está colaborando para a degradação da Baía de Angra e do ciclo de reprodução das diferentes espécies de pescado. Na condição de pescador artesanal, como ele mesmo disse, com o seu *ser flutuante*, ele pesca apenas nos fins de semana para sobreviver, comercializando a sua

pesca diretamente no mercado local. E repete com ênfase: “*não dependo do grande armador para nada!*”

Diferente de muitos outros habitantes locais, Sr. Alberto não destaca em sua fala qualquer representação edênica da cidade. De modo contrário, ele a critica, quando fala sobre essa visão preponderante entre os pescadores, que acreditam na abundância dos recursos da natureza.

Enquanto estava na Colônia de Pescadores entrevistando o Sr. Alberto ocorreu um fato interessante. Eu tive a oportunidade de conversar com alguns pescadores artesanais que foram à Colônia para resolver suas questões trabalhistas. Um deles me inquiriu sobre um fato que estava alardeando os pescadores da cidade naquele momento: a superpopulação de lulas¹¹⁰. Segundo aquele pescador não tinha havido até então uma quantidade tão grande desse pescado na região. Foi interessante essa abordagem, pois o mesmo não tinha idéia do que fosse um estudo sociológico e se concentrou no fato de que eu agregava algum tipo de conhecimento acumulado, possivelmente científico, que fosse capaz de lhe fornecer aquela resposta. Eu informei que não era bióloga, mas tentei explicar o problema pensando o lugar ocupado pela lula na cadeia alimentar (mesmo sabendo que a explicação para o fato pudesse ser mais complexa). Retornei então a ele uma questão. Perguntei se ele sabia qual era o principal predador das lulas. Ele me respondeu que era o peixe *x* (cujo nome não é possível recordar). Então eu continuei: vocês têm encontrado muito desse peixe ultimamente aqui na região? Não, faz tempo que a gente não vê esse peixe, ele respondeu. Então falei, deve ser exatamente por isso que as lulas estão aparecendo em maior quantidade, porque elas podem se reproduzir muito mais sem a presença dos seus predadores naturais. Ele olhou para mim com um olhar entre o interrogativo e o desencantado, pareceu não ter acreditado no que tinha ouvido e se retirou. Foi uma experiência curiosa.

¹¹⁰ O Sr. Alberto também reforçou esse fenômeno. Ele nos disse que no ano anterior (2004) o máximo de lula tinha conseguido pescar com o anzol foram 2 kg. Naquele ano ele já havia pegado 800 kg de lula. Tiveram barcos de rede que, segundo ele, pescaram 10 toneladas de lula.

Essa experiência me fez pensar que embora os pescadores tenham suas histórias de vida atreladas ao mar, alguns destes ainda o enxergam como um local enigmático, com códigos não decifrados, e também como o lugar da abundância, oferecida pela dádiva divina. Talvez isso reforce a imagem simbólica de que “*Deus nos deu, não acaba nunca!*”, relatada pelo Sr. Alberto.

Durante a entrevista o Sr. Alberto também expressou uma preocupação para com os ciclos de reprodução das espécies marinhas, tendo em vista as formas atuais de consumo (pesca comercial). Sem evocar em nenhum momento a palavra sustentabilidade, o Sr. Alberto expôs, com o seu discurso, os fundamentos desse conceito, utilizando a sua prática de pescador e de militante político como referência. Para ele a natureza é o elemento principal da atividade pesqueira, por conta disso deveria ser utilizada a partir de critérios racionais, modelos que fossem capazes de respeitar os ciclos de reprodução das espécies e garantir o usufruto a todos os que dependem de sua exploração.

Essa maneira de compreender a relação entre os grupos sociais e a natureza, apontando para a complexidade de suas inter-relações, faz com que seja possível identificar nas classificações proferidas pelo Sr. Alberto um tipo de racionalidade que abre espaço para o cuidado com o meio ambiente – uma maneira substantiva de avaliar e propor a utilização dos seus recursos.

O Sr. Alberto é um agente social que tem lutado contra o modelo predatório que domina a pesca comercial em Angra dos Reis e não tem se eximido de expor claramente as suas oposições às formas de racionalidade instrumental exercidas por um grupo de pescadores (comerciais) que considera o meio ambiente apenas como mercadoria, ignorando as consequências sócio-ambientais de suas ações.

1.3 – A Associação de Moradores do bairro do Frade

Será dado destaque agora às representações do meio ambiente que são expressas nas falas de dois presidentes de associações de moradores da cidade de Angra dos Reis. Escolhemos como exemplo a Associação de Moradores localizada no bairro do Frade – uma das mais antigas do município (fundada em 1983¹¹¹) – por conta da história de luta travada nessa região, palco de conflitos de terras na década de 1980.

Em termos espaciais o bairro do Frade ocupa uma área ao largo da margem direita da BR-101 (direção Rio-São Paulo) no quilômetro 513, prolongando-se ao longo da margem esquerda do mesmo trecho da BR-101, como uma continuação litorânea dessa mesma comunidade.

A comunidade do Frade começou a se constituir a partir da década de 1970, tornando-se o lar daquelas pessoas que migravam para a cidade em busca de emprego e oportunidade de trabalho¹¹². No entanto, o espaço já era ocupado pelos antigos posseiros que habitavam aquela região há mais de 50 anos, e que foram expulsos (pelo grande capital imobiliário) das áreas litorâneas valorizadas a partir da construção da BR 101 na década de 1970. Muitos destes moradores que perderam o seu direito à terra, passaram a habitar os morros próximos ao litoral. Com a construção das usinas de Angra I e Angra II o número de moradores do bairro começou a crescer e o espaço geográfico ocupado foi paulatinamente avançando a área de Mata Atlântica que hoje apresenta graus elevados de degradação.

O principal problema enfrentado pela comunidade, ainda antes da criação da associação de moradores, era o saneamento básico, problema que ainda persiste e que não obteve resolução por parte dos órgãos públicos. As questões do saneamento básico, da saúde e

¹¹¹ Tendo por seu fundador o Sr. Pedro Gabriel junto com alguns outros moradores locais (vinte e oito pessoas no total). Os problemas vivenciados pela comunidade naqueles tempos, segundo relatos, estavam relacionados às conseqüências sociais resultantes da forma como a ocupação social do solo estava acontecendo: sobrevalorização das terras litorâneas e um fluxo migratório crescente. Ou seja, havia uma necessidade de organização política e social, visando garantir não apenas os títulos de propriedade dos antigos habitantes dessas terras, mas também reivindicar uma melhor infra-estrutura urbana para o bairro.

¹¹² O bairro ganhou forma no período de construção das usinas. Muitos trabalhadores, após o término da construção desses empreendimentos, ficaram em Angra com suas famílias.

da habitação ainda ganham destaque e relevância nas reuniões da associação, segundo nos diz o próprio Sr. Vieira (nome fictício – presidente da Associação de Moradores do Frade), à exceção disso estaria o alto índice de criminalidade que conseguiu ser controlado¹¹³.

Questionado sobre as formas de pressão que a associação de moradores promove para conseguir mudar o seu quadro social, o Vieira diz que a interlocução acontece diretamente com a Prefeitura, revelando como as ações políticas são vistas como ações de solicitação perante a Prefeitura. Ou seja, não há interlocução com outros órgãos públicos governamentais ou não-governamentais com o intuito de fortalecer politicamente o movimento social. O Sr. Vieira diz, por exemplo, que não há projetos ou ações elaboradas em conjunto com as ONG's locais e esboçou também não ter estabelecido qualquer relação com o Ministério Público presente na cidade.

As ações do movimento social ou movimento popular, avaliadas a partir dos relatos do Sr. Vieira, são apresentadas não por intermédio de seu processo de luta e enfrentamento, mas por suas conquistas. Durante toda a entrevista a forma contida e econômica de falar do Sr. Vieira não deu espaço para que fossem expressas as dificuldades relacionadas à organização coletiva do movimento social. Ele mostrou-se ciente deste fato quando abordou a dificuldade de articulação que a associação de moradores tem com o COMAM (Conselho Municipal das Associações de Moradores), que teria se tornado um órgão atrelado aos interesses da prefeitura a partir da gestão do Prefeito Fernando Jordão (PMDB). Ao mesmo tempo, o Sr. Vieira nos faz compreender que sob a sua administração a associação passa a se configurar muito mais como um órgão administrativo do que propriamente político. Um órgão administrativo cujo objetivo é agrupar as insatisfações dos moradores da comunidade revertendo-as em ofícios e petições a serem entregues à Prefeitura.

¹¹³ Sr. Vieira relata que durante a construção da Usina de Angra I havia mais de 5 mil peões alojados no Frade, residindo junto aos moradores da comunidade. Isso teria proporcionado, segundo ele, um campo fértil para o crescimento da criminalidade.

Ao analisar o livro de atas referentes aos anos de 1989-2000 dessa comunidade do Frade, observou-se que as pressões e solicitações dos associados vão se alterando ao longo do tempo.

Entre 1989-1992 as principais questões e reivindicações vinculavam-se a:

- a) Iluminação de certas áreas da comunidade e construção de ponte;
- b) Conscientização da comunidade quanto à limpeza de ruas e frente de casas;
- c) Sistema de esgoto e tratamento da água;
- d) Segurança e policiamento;
- e) Plano de evacuação em caso de acidente nuclear;
- f) Assistência para a escola da localidade;
- g) Plano diretor.

Muitas destas reuniões contaram com a presença do prefeito Neirobis Nagae juntamente com técnicos especializados da Secretaria de Planejamento, além do COMAM e de presidentes e delegados de associações e distritos vizinhos. Na ata da reunião da associação realizada em 25/06/1991, que contou com a participação de membros da Secretaria de Planejamento, encontramos uma série de reivindicações para a melhoria do bairro: dragagem da praia, saneamento básico, quebra molas para a BR-101, tratamento de água, rede de esgotos; figurando dentre as obras de maior prioridade, segundo os associados, estavam: a rede de esgoto e o tratamento da água. Interessante observar que em reunião anterior a associação registrou em ata a necessidade de fazer um ofício dirigido à Fundação Oswaldo Cruz solicitando material informativo de saúde e prevenção de doenças.

Entre os anos de 1993-1996 as principais reivindicações constituíam-se de:

- a) Problemas na qualidade da água de Sertãozinho do Frade (que ainda não havia se constituído como Associação independente);
- b) Obras estruturais – como construção de escadaria, saneamento e esgotamento sanitário;
- c) Segurança e policiamento, por conta do alto índice de marginalidade no bairro;
- d) Saúde: solicitação de ambulância e de pronto-socorro.

Muitas dessas reuniões contaram também com a presença do vice-prefeito Castilho e do Prefeito Luiz Sérgio. Este último esteve presente na reunião do dia 21/1/1994 para falar do projeto PROSANEAR que iria ser implantado no bairro.

Já entre os anos de 1997-2000 as reivindicações concentravam-se mais especificamente nas seguintes questões:

- a) Pedido de reforço policial para o bairro do Frade;
- b) Condições sociais precárias de algumas famílias que vivem no Frade;
- c) Deficiências do posto de saúde local.

Observamos que as questões ambientais retratadas nesse documento são normalmente aquelas ligadas à busca por uma qualidade de vida: saúde, segurança, tratamento da água e esgotamento sanitário. Em nenhum momento durante a análise que fizemos das atas das reuniões da Associação do Frade nós identificamos qualquer menção à palavra meio ambiente. A ênfase se dirige na maioria das vezes às questões de saúde pública. Observamos ainda que os problemas relacionados à usina vão perdendo destaque nos discursos dos associados.

Um outro aspecto interessante presente na fala do Sr. Vieira está relacionado à sua resposta quando perguntado sobre os problemas ambientais vivenciados pelos moradores da comunidade. Ele fala com ênfase:

“Não, aqui não têm, é muito protegido, bem protegido pelo Cinturão Verde. O problema que tem aqui é saúde, além da imigração de várias partes dos estados eles ainda trazem a família; por exemplo, se a filha mora aqui e a mãe começou a passar mal lá no Espírito Santo ou São Paulo ou Ceará, ela traz a mãe para se tratar aqui. Isso acontece na área da saúde, é a superlotação dos postos de saúde (...) problema ambiental aqui não tem!”

O problema do esgoto, várias vezes citado pelo nosso interlocutor, é associado a um problema de saúde. Como ele mesmo diz: *“se fizer o saneamento básico menos pessoas ficam doente para ir para o posto de saúde e aí já está prevenindo”*. Ao ser perguntado sobre as

doenças e os principais problemas que atingem as crianças e que fazem com que as mesmas tenham de ir aos postos de saúde, o Sr. Vieira aponta a verminose transmitida, segundo ele, pela água.

“Há muito verme, por exemplo, há um verme aqui que é da água. A água aqui não é tratada, só com cloro. É um dos problemas que o prefeito atual tem que resolver porque cloro não é tratamento de água e só põe cloro.”

Sr. Vieira fala da presença de um verme que infecta as pessoas na comunidade e que provém, conforme ele mesmo diz “*desse valão aí*” (referindo-se ao rio assoreado e poluído que atravessa a comunidade).



Comunidade do Frade a margem direita da BR-101 (direção Rio-São Paulo). Ao lado direito da foto observa-se o rio assoreado e poluído que corta o bairro

É interessante observar como no imaginário social do Sr. Vieira a questão ambiental de sua localidade está referida à preservação da Mata Atlântica, ou seja, aos espaços visivelmente verdes. A questão da saúde, reforçada por este líder comunitário ao longo de

toda a entrevista, não aparece diretamente correlacionada ao que ele reconhece como meio ambiente¹¹⁴.

Essa visão reforça o que discutimos nos capítulos anteriores, a necessidade de observar empiricamente como os sujeitos sociais compreendem a questão ambiental. Embora seja amplamente divulgada a idéia de que a ecologia tornou-se um *valor social*, observamos que isso não acontece homogeneamente entre os diferentes grupos de pessoas. O modelo disjuntivo entre *sociedades-naturezas* ainda persiste em muitos grupos e nesse sentido a fala do Sr. Vieira é representativa de uma visão da natureza e do meio ambiente onde os seres humanos não tomam parte¹¹⁵.

A principal questão ambiental da comunidade, segundo Sr. Vieira, está relacionada à manutenção do “Projeto Cinturão Verde”. Ele afirma que a população tem respeitado os limites estabelecidos para a construção de residências e que, além dos fiscais da prefeitura, os próprios moradores denunciam as ocupações fora dos limites estabelecidos.

No entanto, a fala do Sr. Clóvis (presidente da Associação de Moradores do Sertãozinho do Frade, comunidade contígua a do Frade), destacada abaixo, contradiz o que expressou o Sr. Vieira, ao apontar que em sua comunidade tem havido desrespeito quanto aos limites estabelecidos pelo projeto.

“Clóvis: Muita gente acha que o Cinturão verde é só uma cerca, e o Projeto Cinturão Verde só vai funcionar se ele tiver o apoio da Secretaria de Habitação, conversando com as pessoas e até tentando tirar as pessoas que estão acima dessas cercas.

Aline: E já tem pessoas acima da cerca?

Clóvis: Tem! Teria que estar com o pessoal do saneamento básico, pra tá orientando o pessoal na questão do esgoto, tá orientando o pessoal quanto à questão do reflorestamento da área desmatada, onde as pessoas desmataram até abaixo da própria cerca, e depois que acabou o governo (terceiro governo Castilho), isso tudo foi praticamente abandonado, não existe acompanhamento da defesa civil, que era o órgão do acompanhamento.

¹¹⁴ Principalmente a representação do meio ambiente encontrada na literatura ambiental: inter-relação entre os substratos bio-físicos e sociais (Vieira, 1998).

¹¹⁵ Essa visão que demarca o que é social e o que é natural, muitas vezes colocando os seres humanos fora do meio ambiente ainda estaria presente no imaginário social contemporâneo (Crespo, 2001).

Aline (interrompe perguntando): E até hoje não houve nenhum tipo de ação no intuito da retomada desse projeto?

Clóvis: Não, por enquanto não. Existe uma promessa do Secretário de Planejamento, pra que isso venha acontecer, mas hoje ainda não existe nenhum, nenhuma ação que possa dar continuidade a esse projeto.” (Clóvis – nome fictício – presidente da Associação de Moradores do Sertãozinho do Frade).

Essa forma de representar e classificar o meio ambiente, coletada da fala de Sr. Vieira, faz-nos compreender como as preocupações ecológicas podem mesclar vários modelos de classificação em um mesmo contexto social. No caso exposto pelo Sr. Vieira, e por intermédio dos registros encontrados nas atas e relatórios das reuniões da Associação de Moradores do Frade, pode-se concluir que a noção de meio ambiente perde-se nos significados assumidos pelos problemas sociais locais.

O relato do Sr. Vieira não representa uma síntese do modo de pensar da comunidade do Frade, mas pode ser visto como uma interpretação elaborada por uma pessoa que compartilha certos códigos com um grupo. A fala dos atores sociais quando compreendidas como expressões interpretativas de uma totalidade reforça a idéia que gostaríamos de manter: da vivência cultural como uma experiência que é ao mesmo tempo hermenêutica dos códigos sociais e também determinada pelos mesmos.

Isso deve ser dito para que fiquem claros os modos como compreendemos o tema da valoração e da representação social. Consideramos que os sujeitos sociais representam e valoram os elementos ou objetos (sejam estes bens materiais, naturais, simbólicos, etc.) que fazem parte de sua cultura, a partir de uma síntese entre o que Sahlins denominou de *cultura-tal-como-constituída* e *cultura-tal-como-vivida* (Sahlins, 2004).

Incorporamos essas noções construídas por Sahlins na tentativa de nos afastar ao mesmo tempo das abordagens que tendem a explicar a vida em sociedade a partir das determinações normativas da ação e também das abordagens que dão demasiado destaque às posturas voluntaristas da ação e representação social. Ao invés disso, optamos por manter essa

discussão dentro do quadro das análises multidimensionais da vida social, que consideram o agente e a estrutura como elementos inseparáveis no processo de explicação sociológica da realidade.

Isto quer dizer que, na visão sociológica aqui escolhida, o indivíduo vivencia a sua cultura enquanto ordem constituída e como ordem percebida (Sahlins, 2004). Não intentamos negar a existência de certas regras de leitura da realidade, determinações sem as quais não poderíamos viver, nem agir em sociedade. Contudo, essas mesmas regras são sempre definidas a partir de certos contextos, e em tais contextos encontramos os sujeitos que podem ao mesmo tempo reproduzi-las, mas também subvertê-las, ainda que de modo prático.

Com isso, não há pretensão de justificar que a forma particular de ver e representar o mundo, exposta pelo Sr. Vieira, seja a expressão da totalidade do grupo do qual ele pertence. Muito menos definir que sua visão de mundo somada às outras visões dos indivíduos da mesma comunidade seja o resultado do que “pensa” aquele grupo (naquela comunidade). Ao contrário, há um aspecto sutil a ser considerado: os indivíduos participam diferentemente de sua cultura e não são capazes de expressar em suas ações e práticas a totalidade da mesma, mas de todo o modo os mesmos não se esquivam de produzir visões particularizadas que podem manter em maior ou menor grau sua ligação com os elementos vinculados a essa totalidade cultural.

Se essa forma de entender a ação e a representação social estiver correta, os atores sociais tornam-se efetivamente agentes, pois imbuem em suas ações (práticas ou reflexivas) a particularidade de como vêem o mundo, interpretando-o. Não queremos ser confundidos como defensores de um relativismo ingênuo, mas desejamos inserir no curso das ações um grau maior de participação dos indivíduos a partir de suas escolhas.

Esse aspecto proposto reforça a idéia de que as formas sociais de representação são produzidas dentro de um espectro onde a variação e a diversidade das idéias coletivas são à

base do processo. Em outras palavras, as representações sociais ganham esboço através de “uma rede de conceitos e imagens atadas de várias formas, de acordo com as interconexões entre as pessoas e os meios que servem para estabelecer a comunicação” (Moscovici, 1988: 222 – tradução livre).

A partir do que foi dito, é possível identificarmos como a fala de Sr. Vieira expõe múltiplas acepções para o termo meio ambiente. Observa-se como pode ser plausível substituímos a palavra meio ambiente por problemas relacionados à saúde da população, ao esgoto e ao saneamento deficientes. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as representações de Sr. Vieira sobre as questões relacionadas à saúde demonstram uma visão ainda disjuntiva sobre sociedade e natureza, ela também representa a sua leitura sobre esta questão.

A dimensão paradisíaca da cidade não é enfocada pelo Sr. Vieira, mostrando que ele é na verdade mais um dos excluídos do consumo dos símbolos que conformam essa visão. Ao contrário, os problemas sociais e econômicos de sua comunidade são aqueles colocados em primeiro lugar na pauta de reivindicações do movimento social.

O desemprego é de fato grande na região de Angra, os postos de trabalho localizam-se, sobretudo, nas Usinas nucleares e na BrasFel (estaleiro). Além disso, restam as possibilidades dos trabalhos vinculados ao setor de serviços nos condomínios e hotéis da região e também a construção civil. Somente na comunidade do Frade, entre os 8 mil eleitores existentes, segundo dados do Sr. Vieira, calcula-se que uns 3 mil trabalhem direta ou indiretamente no hotel ou no condomínio do Frade.

Mediante esse quadro, propus a Sr. Vieira uma escolha hipotética: a construção de uma indústria na região do Frade geradora de muitos de empregos, porém poluidora e causadora de danos ao meio ambiente. O Sr. Vieira responde de modo assertivo, afirmando que a associação de moradores poderia se colocar a favor, haja vista a grande falta de empregos na região. Ele ressalta, no entanto, que seria necessária uma autorização para que a

empresa obtivesse a licença do IBAMA para se instalar na região. Ele complementa: *“porque a usina, por exemplo, muitas pessoas é contra, mas ela não polui o meio ambiente. Próximo a usina o verde é... dá pra todo mundo ver, não tem... não polui em nada”*¹¹⁶.

Por trás dessa fala do Sr. Vieira percebemos que ele não está alheio aos trâmites necessários para a instalação de um empreendimento econômico que interfira no meio ambiente local, ao citar a ação do IBAMA na elaboração do Relatório de Impacto Ambiental. O fato de sentir-se seguro quanto à usina, no entanto, justifica-se talvez, por conta do mesmo já ter sido funcionário da Eletronuclear, como ele mesmo relatou em conversa informal após a entrevista, mostrando-se mais à vontade para falar.

É importante ressaltar o fato de a Eletronuclear ser colaboradora em muitas solicitações que a Associação de Moradores faz à empresa¹¹⁷. Isso contribui para que haja uma relação de proximidade e “pessoalidade” entre empresa e comunidade, sendo este um fato que contribui para justificar a importância e aceitação da empresa entre os moradores do bairro. O Sr. Vieira nos disse que quando o objetivo é conquistar algum benefício junto à Eletronuclear há a articulação das associações de moradores da localidade, formando um grupo de pressão. Foi assim que a associação conseguiu um patrocínio para a construção de uma creche na comunidade, financiada pela Eletronuclear.

“Por exemplo, quando a usina nuclear não quer patrocinar alguma coisa para a entidade ou algumas coisas assim, a gente faz o movimento e eles ‘acaba’ cedendo.”

¹¹⁶ Para este agente social há realmente segurança no funcionamento da usina. Ele reforça que todo o dia 10 de cada mês há uma simulação de evacuação da cidade, e que em caso de vazamento será possível retirar as pessoas. Ou seja, a “cultura do risco” não assume destaque no discurso deste interlocutor.

¹¹⁷ Entrevistamos o Assessor de Responsabilidade Social da Eletronuclear que nos apresentou os principais projetos desenvolvidos pela empresa junto com a Prefeitura e as associações de moradores locais. Ele nos contou da prática comum que existe entre os grupos organizados na cidade: solicitar recursos para desenvolvimento de projetos em suas comunidades.

Conversamos também com o presidente da Associação de Moradores do Sertãozinho do Frade, que foi criada em 1996¹¹⁸. O Sr. Clóvis, disse-nos que embora seja uma comunidade contígua a do Frade não representa que haja uma integração entre suas propostas ou uma execução de projetos em conjunto. A história do Sertãozinho do Frade se instituiu exatamente por conta da amplitude demográfica que a comunidade do Frade alcançou, extensa o suficiente para que uma única associação não fosse expressiva dos diferentes anseios sociais.

“... aqui no Frade, apesar de 12 mil habitantes só existem duas associações. A Associação do Frade é a associação mais antiga daqui, mas o que aconteceu, o Frade, ele era muito pequeno quando se criou a associação de moradores do Frade então era em torno aí de 2 mil habitantes, no máximo 4 mil, e o bairro começou a crescer, houve muita migração de Ibatiba, do nordeste, daquela região, enfim, e os problemas do Frade foram... então o Sertãozinho do Frade como você vê é um pouco afastado, do centro pro Frade dá uns dois ou três quilômetros de distância, então ela começou a ficar sempre em segundo plano, às vezes até em último plano. Então se houve uma necessidade que se criasse uma entidade que defendesse essa comunidade que participa inclusive discutindo os próprios problemas do Frade, que é a violência, na nossa região, nossa comunidade ela inclui todo o contexto, então a gente discute, tem problemas locais, mas tem problemas que são gerais. Então você tem que sentar inclusive com a associação do Frade pra brigar, então foi assim que aconteceu. Pela dificuldade que o Sertãozinho via das suas prioridades serem incluídas no orçamento participativo na época então se criou a Associação e eu acabei me tornando Conselheiro da região (Sr. Clóvis, presidente Associação Moradores do Sertãozinho do Frade).

Desse modo, ao conversarmos com o Sr. Clóvis encontramos uma outra leitura sobre os principais problemas que compõem a região. Na verdade, as questões sociais permanecem as mesmas, mas as avaliações e justificativas são elaboradas de modo distinto. O mais interessante é que o Sr. Clóvis, além de ser presidente de associação de moradores é também líder político. É presidente do PT em Angra e também uma pessoa muito ciente da história

¹¹⁸ Devido à extensão territorial e populacional a Associação de Moradores do Frade dividiu-se no ano de 1996, tornando-se duas associações: Frade e Sertãozinho do Frade.

política local (embora não seja nativo da cidade¹¹⁹). Ao ser questionado sobre os principais problemas da comunidade relata:

“Clóvis: No Sertãozinho do Frade nós temos o problema da questão da saúde (...). Por exemplo, a nossa água, ela não tem tratamento nenhum. Então a maioria dos problemas que nós temos na saúde é a questão da água não tratada, várias pessoas vão ao posto de saúde com problemas de cólicas, são crianças com problemas de diarreia, então nós não temos água tratada. (...) Então outro problema que nós temos aqui é a questão da falta de emprego. A falta de emprego e a profissionalização. (...) E outro problema que nós temos aqui, é a questão da infra-estrutura de transporte, é uma coisa séria a questão da infra-estrutura de transporte. (...) Nós temos outros problemas quanto à questão da gravidez precoce, que está ligado também à questão da saúde, que não há um projeto dentro da Secretaria de Saúde. (...) a questão do álcool, a questão da droga, e nossa comunidade tá empestada disso também, por falta até de projetos na área social dentro do município, que é também um nó do atual governo. Que o projeto social é uma coisa, e o clientelismo é outra, você dá a cesta básica, você dá alimentação, você dá o tijolo, o cimento, é uma coisa... (...) Infelizmente o clientelismo, o fisiologismo político do Estado do Rio de Janeiro hoje é colocado na Prefeitura daqui. Então quem dirige movimento popular que não é atrelado à prefeitura é tratado como inimigo.”

O Sr. Clóvis faz uma abordagem realista das condições de sua localidade. Inclusive das condições políticas que se alteraram. O relato de Clóvis expressa uma forma de representação social do meio ambiente que se assemelha a de Márcio, representante da SAPÊ, e do Sr. Alberto (pescador), ao inserir a questão ecológico-ambiental na dimensão política. Campos (2005) já havia acentuado o alto grau de cultura cívica presente entre os moradores

¹¹⁹ Clóvis nos contou um pouco de sua história. Nordestino, nascido em Pernambuco, veio para o Rio de Janeiro aos 6 anos de idade, tendo morado na zona oeste da cidade, no bairro de Paciência. Foi camelô durante quase 18 anos e em 1989 mudou-se para Angra dos Reis, movido pelo desejo de viver em uma cidade menos violenta e de buscar uma vida mais tranqüila. Em Angra, por conta das condições sociais, ele acabou sentindo a necessidade de participar do movimento social e político, filiou-se ao PT, tornando-se em 2000 o Presidente do partido na cidade, sendo reeleito em 2005. Diz ele: “(...) quando eu vim morar aqui no Sertãozinho (em 1994), me senti na necessidade de fazer alguma coisa porque um monte de necessidade e as pessoas não se mexiam, ninguém se mexia pra nada, não tinha nada organizado e existia um grande abandono do poder público e da Associação de Moradores local, que era a Associação do Frade, aí a gente resolveu formar um grupo e trabalhar pra criar uma Associação de Moradores, foi aí que tudo aconteceu por que quando eu me envolvi com esse grupo, havia pessoas que eram fundadoras do Sindicato da Construção Civil, haviam pessoas que participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores aqui em Angra dos Reis, e tudo isso levava a um grande histórico de começaram a acontecer através do movimento popular, naquela época o movimento popular tinha maior força do que hoje, hoje está meio desmobilizado, mas era mais organizado as coisas, tinham orçamento participativo, e o orçamento participativo pra mim foi o responsável pra que eu viesse a me dedicar muito ao movimento popular e também participar dentro da política.”

da cidade. Encontramo-la entre quase todos aqueles com quem conversamos, demonstrando haver uma dinâmica entre os grupos sociais e as questões político-sociais de suas localidades.

O Sr. Clóvis, diferentemente do Sr. Vieira, enxerga a inter-relação entre os problemas de saúde e higiene de sua comunidade e os problemas ambientais. Ao ser perguntado sobre os problemas ambientais presente no seu bairro e na sua cidade, ele nos diz:

“Um deles é a questão do saneamento básico e muitas das vezes o próprio movimento não entende, não consegue visualizar isso bem, mas só existe o cuidado com a natureza se você investir em saneamento básico, porque um dos maiores poluidores que nós temos é justamente o esgoto doméstico”.

Perguntei ao Sr. Clóvis como as associações de moradores de Angra buscam reverter os problemas de suas comunidades e qual seria o tipo privilegiado de interlocução com os órgãos de governos. Por ter participado ativamente como membro do movimento social durante as gestões do PT, o Sr. Clóvis sempre faz uma leitura comparativa entre aquilo que presenciou e a atual situação do movimento social na gestão do PMDB na cidade.

Clóvis: Hoje como você vê na Secretaria de Urbanismo houve um investimento do governo atual na, vamos dizer assim, na compra do movimento comunitário, então hoje nós temos várias associações que trabalham dentro do governo, são assessores, são administradores. E infelizmente essas pessoas esqueceram do princípio que a gente tinha antes, pra você ter uma idéia, no governo Castilho a gente tinha uma reunião do Conselho de Urbanismo com quase cinquenta pessoas, hoje a gente vai à reunião do Conselho de Urbanismo você encontra 10 pessoas, 15 pessoas no máximo e do governo a maioria. Então a forma hoje que a gente usa é tá reunindo algumas associações ainda, que pensam sério nisso, pra tá trocando, criando projeto (...)

Aline: Quais são as associações participantes?

Clóvis: A gente tem a Sertãozinho do Frade, nós temos o pessoal do Bracui, associação do Bracui que ainda é uma associação que discute, nós temos associação da grande Japuiba, também, e mais duas associações que estão dentro do Perequê, mas são de comunidades menores, que lá o movimento se divide em quatorze associações num bairro só. Então foi uma maneira também de enfraquecimento do movimento.”

Esse relato aponta para uma série de questões que permeiam atualmente o cotidiano

dos moradores da cidade de Angra. Em primeiro lugar, o esvaziamento da participação política nos projetos da cidade. Há consciência política, mas os canais para o seu exercício se estreitaram. Por exemplo, o COMAM¹²⁰ (Conselho Municipal das Associações de Moradores) que foi criado em 1983 para coordenar e ajudar a organizar o movimento comunitário, encontra-se hoje atrelado ao poder público municipal, impedindo que as reivindicações sociais sejam reconhecidas. Nas falas do Sr. Vieira e do Sr. Clóvis identificamos essa situação.

O Sr. Vieira nos disse:

“Olha só, isso é até meio complicado, porque o COMAM se envolveu muito em política, e às vezes ele nem atende as necessidades, porque ele é um órgão para reforçar as associações, mas hoje está meio complicado. (...) eu já vi vários presidentes de associação... até em Angra mesmo têm uns quatro que estavam conversando comigo pensando até em criar uma federação, porque hoje a gente vê o COMAM como uma empresa né. Hoje o pessoal olhando o COMAM é uma empresa que presta serviço para Prefeitura, a Prefeitura admite pessoas, contratadas pela prefeitura, mas que é admitido no COMAM” (Sr. Vieira – presidente da Associação de Moradores do Frade).

Sr. Vieira nos disse que isso começou a acontecer na gestão do Prefeito Fernando Jordão, e que embora procure o COMAM com o intuito de angariar alguma ajuda, não recebe o aval da entidade. Diz ele: *“ para certas coisas que a gente procura [o COMAM] não tem como dar apoio, pois estão ‘na mão do Prefeito’, não tem como.”*

Essa situação também é vislumbrada por Clóvis, presidente da Associação de moradores do Sertãozinho do Frade.

“Clóvis: Antes nós tínhamos o COMAM, como o maior conselho das Associações de moradores, o qual era responsável pelo movimento popular em todo... então havia uma reunião, ainda há na primeira segunda-feira de

¹²⁰ O COMAM surgiu em dezembro de 1983, por conta da necessidade de regulamentação e orientação para uma questão que se destacava na cidade: a regulamentação das terras. O COMAM é uma ONG, um órgão de orientação jurídica, que escuta e organiza as reivindicações das associações.

cada mês. Durante esse processo que se deu, o COMAM tomou linhas diferentes das nossas, o COMAM se tornou responsável por contratos, acabou esquecendo o que deveria fazer, que seria unir as Associações de moradores e começou a ser parte da Prefeitura.

Aline (interrompendo): Isso aconteceu em que período?

Clóvis: Aconteceu no período de 99 pra 2000, quando introduziram o processo eleitoral, então hoje o COMAM é segmento da prefeitura, ele controla as pessoas que trabalham na saúde, ele controla os contratos, então por isso houve um afastamento de várias associações de moradores do COMAM.”

Entrevistamos, então, os representantes do próprio COMAM e perguntamos quais eram os trâmites normalmente seguidos pela entidade para o encaminhamento das demandas das associações para a prefeitura. Ouvimos o seguinte relato:

“Ah, aí é que é o bonito da história. Não é coercitivo, não é deliberativo, mas é organizativo, e como eu disse a você é a nossa grande casa. Quando um presidente chega aqui: ‘- Ah, como é que eu entro pro COMAM, como participo?’ Você participa porque aqui (...) você vem com sua reivindicação, aquilo passa em assembleia, nós apoiamos, colocamos em ata e a ata vai ser encaminhada aos poderes. A prefeitura nos (...) reconhece como órgão organizador e para tal nós somos admitidos e respeitados. (...) Porque o COMAM ele tem um (...) reconhecimento na prefeitura e ele age como um dos braços da prefeitura, como o grande gerente da prefeitura nos projetos como: Programa de saúde da família, Programa de saúde indígena, Agente comunitário de saúde, Agentes de vetores e o MOVA que é o Programa de alfabetização de adultos. São cinco projetos que são repassados da prefeitura e nós gerenciamos; a verba vem parte federal e parte municipal e o COMAM é que distribui. (...) hoje o COMAM agindo como esse gerente ele busca nas comunidades, já que esses trabalhos são unicamente comunitários, o COMAM através das associações de moradores ele recruta as pessoas das comunidades. As comunidades são responsáveis pelas indicações de seus trabalhadores (...), através de assembleias as associações abrem o processo eleitoral, as pessoas mais queridas, enfim, que têm o perfil para trabalhar com a comunidade são eleitas e então elas se apresentam aqui, nós encaminhamos para (...) a parte burocrática com a prefeitura, e elas voltam para nós como empregadas desses projetos dentro do COMAM.”

A partir desse relato é possível perceber como o COMAM modificou a sua função dentro do movimento social, tornando-se ao mesmo tempo um apêndice da prefeitura. Com isso, entendemos as críticas dos Srs. Vieira e Clóvis a esta instituição e evidenciamos o modo como essa aproximação com a Prefeitura fragilizou o movimento político-social na cidade.

Assim, a crise da participação popular e o esvaziamento dos canais de interlocução política que foram apontados por Campos (2005) a partir do fim das gestões do PT, confirmam-se.

Esse esvaziamento político é para o Sr. Clóvis um dos empecilhos à resolução dos problemas sociais e ambientais da cidade. A partir disso o que se vê é o recrudescimento do clientelismo político e a pouca mobilização social.

“A participação tem sido esvaziada, principalmente pelo clientelismo político que é empregado aqui na região. Nós temos vereadores que trabalham em prol do clientelismo clássico, então as pessoas preferem pedir ao vereador de que lutar na associação de moradores pra construir alguma coisa mais pra frente.”

Interessante destacar que também não há relato edênico na fala do Sr. Clóvis. Para ele a natureza não é vislumbrada como paraíso, mas como condição de vida digna; isso nos faz concluir que as representações edênicas são muito mais um símbolo construído, reforçado e explorado pelos grupos atrelados aos setores turístico e econômico da região do que propriamente reconhecido pelos grupos que são privados do acesso aos recursos desse “paraíso”, ou seja, aqueles que não possuem água tratada ou saneamento básico. Para estes a luta deve ser antes no âmbito da justiça social e ambiental.

Embora não haja referências edênicas no relato de Clóvis, há uma evocação a importância do turismo no desenvolvimento da cidade. O mesmo considera o turismo uma possibilidade de dinamizar social e economicamente a região.

“**Clóvis:** Nós não temos uma infra-estrutura pra questão do turismo, por exemplo, vou te dar um exemplo, meu primo, ele trabalha com um grupo de americanos e eles vieram a Angra dos Reis pra conhecer Angra, e a grande dificuldade era encontrar alguém que falasse inglês nas recepções dos hotéis, então nós muito carentes da infra-estrutura, e as ilhas tem problema da infra-estrutura, do próprio esgoto. A maioria das ilhas é com fossa e filtro, mas são fossas antigas, não existem, não teve condição de montar um projeto para cada ilha. Então a gente precisa melhorar ainda a questão da infra-estrutura, pra turista. A questão do peixe, por exemplo, a maioria dos restaurantes dentro do Município de Angra dos Reis serve pizza, ao invés de

peixe, pescado.(...) o pequeno empresário ainda não entendeu que agente tem uma meta que é a questão do turismo, que pizza é pra paulista.

Clóvis ressalta um aspecto que permaneceu latente na fala dos agentes sociais durante todas as etapas da pesquisa realizada em Angra dos Reis: a identidade da cidade. Foram encontrados vários referenciais que apontam para a centralidade dessa questão. Historicamente após o declínio da cultura de café, que preponderou no município até aproximadamente a segunda metade do século XIX, Angra vivenciou um período de isolamento econômico, voltando a figurar na economia nacional somente a partir da década de 1950. Nessa época a cidade passou a abrigar distintas linhas de desenvolvimento: a turística e de lazer (voltada para a exploração das belezas naturais da cidade) e aquela voltada para os empreendimentos industriais (usinas, Petrobrás, Verolme, etc.). A convivência entre essas atividades gerou representações sociais que ora destacam o turismo como modelo privilegiado de desenvolvimento da região, ora reforça a necessidade de manutenção das empresas e indústrias que se localizam na cidade.

“Por exemplo, as pessoas hoje... existia um estigma quanto à questão das usinas nucleares, é claro que existe o risco grande e é por isso que tem uma segurança muito grande em relação às usinas nucleares. Mas hoje nós temos a poluição e o que prejudica o nosso município é o esgoto domiciliar, e esse é o grande problema, inclusive a própria Eletronuclear tem essa preocupação faz investimentos na nossa região em relação a isso, às vezes as pessoas: ‘Ah, tá fazendo “lobby” em relação à usina.’ Não por que eu sou um dos grandes críticos do projeto nuclear, só que hoje nós temos duas usinas nucleares e não dá pra você ir lá desligar a porta, desligar elas e esquecer, por que nós temos um investimento de milhões. Então nós temos que tirar proveito desse investimento até em relação a Angra III, com a construção de Angra III, pra que a gente possa fazer obras aqui, que possam vir a minimizar o problema da nossa poluição, da nossa baía aqui, até por uma questão política. Por que sem investimento em saneamento básico nós nunca vamos ter um turismo forte em nossa região” (Clóvis).

O Sr. Clóvis – assim como o Sr. Vieira – não se posiciona contrariamente ao desenvolvimento de novos projetos econômicos locais, projetos de cunho modernizador. Não

obstante, expõem que os mesmos devem estar inseridos em uma lógica da eficácia. Projetos que de fato sejam elaborados para atender a grande massa da população de baixa renda com empregos, acesso ao lazer, saúde e profissionalização. Pensando nisso sugeri ao Sr. Clóvis um dilema hipotético (o mesmo que propus ao Sr. Vieira), a instalação de uma indústria na região, que gerasse emprego, porém fosse poluidora. Ele responde;

“... hoje com a tecnologia que a gente tem eu sou contra indústria nessa região, (...) eu tenho até uma preocupação quanto a essa questão da Baía de Santos, a extração do petróleo, por causa do crescimento demográfico que Angra dos Reis pode vir a ter (...) as perspectivas são de aumentar a população de 120 pra 400 mil habitantes. Isso seria uma implosão pra essa região (...). Então eu sou contra indústria, o que deve ser desenvolvido aqui é a questão do pólo turístico, até porque hoje as usinas querendo ou não se tornou um pólo turístico do nosso Município e do país. Hoje nós só temos duas usinas nucleares em Angra dos Reis, pra você fazer visitação... Então nós temos área pra se construir esse pólo turístico (...) tem que se fazer a infra-estrutura nessa implantação do pólo turístico, avaliar porque as pessoas hoje só fazem turismo pra classe alta, pra um poder aquisitivo muito alto (...). Não é uma preocupação em Angra dos Reis se construir um turismo pra classe média e baixa, que na verdade é o maior volume de turismo no país e no mundo. (...) Aqui na nossa região só tem grandes hotéis, grandes marinas, então não produz o comércio, não consegue vender, porque essas pessoas já trazem automaticamente tudo de lá pra cá. Não se deixa dinheiro dentro da cidade, porque ele vem de helicóptero, pousa e vai embora, então tem que se construir um pólo turístico pra classe média–baixa (...)”.

Clóvis expõe a sua proposta para o desenvolvimento econômico local, inserindo não apenas sua visão como líder de movimento social, mas também como agente político – presidente do PT em Angra desde 2000.

“**Clóvis:** ... então é por isso que a gente defende a questão do turismo, mas não o turismo predatório, o turismo que destrua rios, porque você pode fazer o turismo nos rios sem depredar ele. (...) Vou dar um exemplo pra você durante o processo eleitoral passado a gente fez uma discussão, na época eu fui candidato, e a gente fez uma discussão de um projeto que se chamava Guia Turístico Comunitário, esse projeto nós temos ele, mas infelizmente já procuramos vários parceiros e não conseguimos (...) ele iria atrair as pessoas da comunidade pra fazer um curso pra que pudesse explorar as nossas florestas (...) o caminho do ouro, um monte de trilhas (...) que (...) você não tem nenhuma exploração, então os guias seriam treinados, (...) pra visitar com os turistas que quisessem ir lá, então ele teria uma renda produziria uma

renda, e produziria também renda pro comércio em volta, porque esse turista iria gastar com isso tudo, então o que falta na nossa região é responsabilidade pra que se faça esses projetos turísticos, pra que agente possa se manter (...) a III [Angra III] é importante pra um projeto nuclear, mas se a gente continuar com o número de pessoas que moram aqui, com o crescimento demográfico que nós temos... e buscarmos projetos alternativos pra que essas pessoas vivam disso aqui, não há necessidade que a gente devaste a região por conta do progresso não”.

Clóvis enxerga no turismo uma possibilidade para desenvolver economicamente a região, utilizando os recursos naturais e sociais como mobilizadores desse projeto. De fato, esse discurso se aproxima muito mais de um tipo *fraco* de modernização ecológica do que propriamente propõe algum caminho para romper com as formas de “economicização” dos bens naturais¹²¹.

Vê-se, portanto, que o ato de valorar e representar a natureza requer a relação do indivíduo com a cultura (situação social) da qual ele participa, e por isso expõe a mescla dos vários elementos e possibilidades interpretativas desta mesma cultura. As representações são formas de explicação da realidade, mediadas por elementos inerentes a essa própria realidade. Nesse caso, as representações que perpassam as falas (o imaginário) e as práticas dos agentes sociais em Angra dos Reis expressam o que é a *natureza* e o *meio ambiente* para os moradores deste lugar.

Um quadro explicativo com as diferentes representações sociais e formas de valoração do meio ambiente encontradas em Angra dos Reis poderia incluir:

¹²¹ O imaginário social que assume esse reconhecimento do turismo como modo privilegiado para a transformação da cidade advém, segundo interpretamos, de uma representação da natureza como algo dado, naturalmente concedido para a exploração. Ou seja, reforça aquela antiga imagem modernizadora presente nos primórdios da colonização local, discutida no capítulo anterior.

	Elementos fundamentais dos relatos	Formas de valoração
Campo econômico	Edenismo; Recursos naturais existem para serem explorados economicamente; Preservação como atividade favorável à exploração turística.	Prevalece uma utilidade instrumental associada à evocação de justificativas substantivas.
Campo político	Modernização ecológica; Desenvolvimento social atrelado ao campo turístico; Meio ambiente como parte dos problemas sociais.	Destacam-se projetos que ressaltam uma utilidade substantiva da natureza, porém muitas vezes submetidos na prática a uma utilidade instrumental.
Campo social	SAPÊ: Edenismo; razões científicas; modernização ecológica; natureza como um bem coletivo. Colônia de Pescadores: sustentabilidade ambiental; ações políticas. Associação de moradores – modernização ecológica; desenvolvimento sócio-econômico.	Mescla entre formas instrumentais e substantivas para a definição da utilidade da natureza.

Esse quadro explicativo nos mostra que em Angra dos Reis os agentes sociais agem, classificam e definem suas formas de utilização da *natureza* a partir de modelos de racionalidades que incluem posturas instrumentais e auto-interessadas tanto quanto dimensões substantivas, atreladas a valores coletivos. Desse modo, considerar a ecologia como um *valor social* para os habitantes da cidade somente faz sentido se essa categoria for considerada em processo de construção.

As questões ecológicas encontram-se atualmente inserida nos mais distintos campos do conhecimento científico e permeiam representações e práticas em diferentes espaços de interação (político, econômico e social). No entanto, suas expressões são contraditórias. Identifica-se isso nas falas dos próprios agentes sociais. Nesse sentido, parece-nos mais plausível pensar que as questões ecológico-ambientais agregam, no contexto de crise da

Modernidade, um caráter multidimensional que inclui um amplo lastro de possibilidades e associações entre o auto-interesse e o interesse coletivo.

Considerações Finais

“No nível da modernidade alcançada, temos que lutar, talvez desesperadamente, contra as conseqüências dela e aproveitar a hora certa, assumir a responsabilidade e agir politicamente.”

Claus Offe

Constituir os processos de valoração e de representação social da natureza como objetos de estudo requer necessariamente que estes sejam analisados a partir do contexto histórico onde são produzidos. Viu-se, então, como estes processos não poderiam ser analisados sem que fosse dado relevo as características dessa Modernidade que se radicaliza e que traz como conseqüência uma tensão entre diferentes valores. Mais que uma tensão, poder-se-ia pensar este período como uma articulação entre as modernas formas de valoração baseadas no individualismo – a preeminência do econômico e o princípio da *utilidade instrumental* – e os valores considerados tradicionais, relacionados às experiências coletivas: comunidade, preocupação com o bem comum, etc.

Essa articulação também se faz presente no cotidiano das escolhas e das ações dos sujeitos em seus micro-contextos, constituindo-se em formas sociais de conhecer e dar sentido ao mundo e à sociedade em que estes vivem. Podemos dizer que não são mais as totalidades explicativas que vão orientar o curso da história, ao contrário, no cenário atual ganham destaque as idéias de fragmentação dos projetos sociais, inseridos em um contexto marcado pela incerteza e indeterminação (Giddens, 1991).

É nesse sentido que no mundo de hoje, na sociedade do século XXI, passam a coexistir visões contraditórias e ambivalentes agenciadas por um mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos que partilham suas vivências sob certas circunstâncias. Nessa Modernidade em crise são produzidos, portanto, processos idiossincráticos de valoração e representações

sociais compostos por tais incertezas e instabilidades. Vimos como isso aparece nas falas inclusive de membros de movimentos sociais, como foi o caso de Márcio (Coordenador Geral da SAPÊ), em Angra dos Reis.

O campo empírico revelou que o mais importante nesse processo – entre as condições históricas e as formas simbólicas de representação e entendimento do mundo – é perceber os desencontros e observar as mediações, as ambigüidades que abrem espaço para a compreensão de realidades complexas. O conceito de *afinidades eletivas*¹²², tal como discutido por João Antônio de Paula (2005), a partir das considerações de Michel Löwy e de Max Weber, parece-nos então propício a essa conjuntura. Trata-se de “um conceito que nos permite justificar processos de interação que não dependem nem da causalidade direta, nem da relação "expressiva" entre forma e conteúdo (...)” (Löwy, 1989: 18, apud João Antônio de Paula, 2005: 76).

“Assim, se é essencial partir da constatação de que as formas de representar o mundo, de algum modo, são determinadas pelo mundo mesmo, é também decisivo que se reconheça que esta relação entre mundo material e mundo simbólico não é direta, linear ou imediata. Isto é, é preciso tomar como dada a intercorrência de turvamentos, de descompassos entre certos momentos — interesses — objetivos, entre certas determinações históricas fortes, decorrentes do monopólio da força ou da legitimidade, e as manifestações concretas dessas intencionalidades sob a forma de símbolos, valores, conceitos” (Paula, 2005: 71).

Esses turvamentos e descompassos – expostos por João Antônio de Paula – entre vida material e suas expressões simbólicas, estão presentes e emergem fortemente quando são analisados e investigados os valores, as representações e as práticas sociais que têm por base a problemática ecológico-ambiental. Com isso, torna-se concebível o fato de que dentro do

¹²² Não é o nosso interesse aprofundar uma discussão sobre as origens do termo ou suas diferentes acepções ao longo da sua história, mas apenas utilizar o seu significado para pensar os modos tensos e as afinidades complexas entre as idéias (mundo simbólico) e as determinações materiais (mundo material) de uma época.

próprio Movimento Ambiental e Ecológico¹²³ instituídos, haja uma gama distinta de racionalidades e representações da natureza. Desde afinidades com valores e posturas mais racionais, tais como a Economia do Meio Ambiente e a corrente da Modernização Ecológica, até valores próximos às referências religiosas e míticas, como os presentes na Ecologia Profunda e no Movimento Preservacionista.

Em Angra dos Reis, o mais interessante foi observar a existência de toda essa mescla de diferentes valores, representações e ações diretivas na fala dos agentes sociais envolvidos direta ou indiretamente com a temática ecológica. Isso é efetivamente o que consolida a ecologia enquanto movimento propagador de um discurso polissêmico e seus porta-vozes como mensageiros das inconsistências desse discurso. É possível que tal característica seja exatamente o que torna as questões ecológico-ambientais tão propriamente inseridas no contexto de crise da Modernidade, tendo por característica essa heterofonia orquestrada por agentes com diferentes anseios e expectativas.

Assim, encontramos em Angra dos Reis um empresário do setor turístico cujo principal objetivo era explorar as belezas naturais da cidade, mas que teve de recuperar em seu discurso representações da natureza próximas da ecologia preservacionista para justificar sua representação da cidade como *paraíso* a ser preservado. Por outro lado, os integrantes do movimento ecológico local tiveram de recorrer a modelos instrumentais de racionalidade quando se propuseram encampar propostas de intervenção prática na cidade, sobretudo na área de planejamento urbano. Desse modo, na vida cotidiana – diferente do mundo teórico das distinções formais e analíticas – são encontradas ambigüidades que fazem com que as questões ecológico-ambientais produzam posicionamentos ainda controversos.

¹²³ O nosso objetivo não foi desenvolver uma reflexão profunda e consistente sobre as distintas representações sociais encontradas dentro do próprio Movimento Ambiental, mas trazer à tona alguns aspectos relacionados a estas variações. Um estudo mais aprofundado sobre este tema mantém-se em aberto, uma questão a ser desenvolvida quiçá em um trabalho futuro.

A pesquisa que empreendemos revelou que os valores ecológico-ambientais, embora não estejam necessariamente se constituindo como pilares de um novo *modus operandi*, ou seja, um outro modelo diretivo de *agir sobre e produzir os bens materiais*, estão de certo modo instaurando identificações ainda que contraditórias com esse tema. É possível reconhecer a presença de dinâmicas sociais que permitem as trocas sociais (diálogos) entre agentes que ocupam posições sociais, políticas e econômicas distintas.

Nesse contexto, as questões relacionadas à ecologia e ao meio ambiente são capazes de passar simultaneamente por processos compostos de avanços e retrocessos, e isso acaba promovendo essa identificação fluída com tais questões. Isso também pode resultar em uma disjunção entre o que os agentes pensam a respeito do meio ambiente e o que realmente estão dispostos a fazer em prol da preservação do mesmo¹²⁴.

Destarte, os caminhos entre o reconhecimento dos problemas ecológico-ambientais e as ações coordenadas para sua solução podem ser interrompidos pela desconexão entre o que se convencionou denominar de uma *consciência ecológica* e os valores que balizam uma prática social de cunho *ético-ecológico*. O que queremos reforçar com essa idéia é o fato de que, reconhecer que certas ações são potencialmente geradoras de danos ambientais não necessariamente produz práticas sociais comprometidas com o meio ambiente¹²⁵.

A ética ecológico-ambiental, evocada como visão de mundo pelos *ambientalismos* (enquanto movimento social e pensamento teórico), não encontrou ainda uma “disciplina ascética” (parafrazeando a idéia de Weber) corporificada na prática de grupos sociais – com capacidade para se instituir em ações duradouras. No entanto, tem colaborado para manter este processo abertos a novas definições e interpretações.

¹²⁴ Jonathan Aldred (1997) apresenta o resultado de um survey onde 79% das pessoas concordavam com a afirmação de que todas as espécies da vida natural teriam o direito de viver independente de qualquer benefício ou prejuízo as pessoas. Havia o interesse dos respondentes de preservar as espécies por si, mas a maioria se recusou a pagar quando confrontada com uma hipotética valoração.

¹²⁵ O mundo das trocas sociais nos revela que as ações ambientalmente comprometidas podem resultar de distintos processos de valoração e racionalização (utilitários e/ou substantivos) dos recursos naturais.

Para os teóricos e pesquisadores que enxergam na ecologia e no ambientalismo um motor para a consolidação de um *novo valor social*, os processos de “economicização” da vida cotidiana ainda são considerados empecilhos à constituição desse tipo de ética ambiental. Para estes, as racionalidades técnico-científicas, atreladas ao desenvolvimento econômico-industrial, ainda não deixaram de ser em muitas circunstâncias os eixos de definição dos modos como a natureza deve ser representada, classificada e utilizada. É esse processo de mercantilização dos recursos que acaba transformando em potencial mercadoria os elementos naturais que agregam algum valor, sejam estes direcionados para uma finalidade de uso direto ou mesmo indireto. Nesse processo, os recursos ambientais podem ser incluídos como produtos, matérias-primas, meios de produção, mas também podem angariar outras classificações, tornando-se espaços “naturais” para relaxar, “conviver” com a natureza, etc.

Por conta desse fato, há hoje pensadores discutindo as diferentes formas de “neoliberalização da natureza” (Castree, 2003, 2005), isto é, as formas de apropriação do meio ambiente segundo a lógica de um mercado de consumo, tendo como resultado a preponderância do econômico frente às outras ordens de sentido: social, ambiental, política, ética, etc.

Em Angra dos Reis, vimos que esse tipo de inserção da natureza na lógica da acumulação se dá de duas maneiras. De um lado, no campo político (gestões PT) através de projetos de modernização ecológica que atrelam o meio ambiente à economia no intuito de resolver problemas sociais e de reformular o quadro social. Por outro lado, no campo econômico, entre os grupos que exploram o mercado turístico na região, para os quais a natureza é considerada matéria-prima para o desenvolvimento local.

Esses dois âmbitos de definição de ações em prol do meio ambiente – o sócio-político e econômico – expressam, por conseguinte, diferentes propostas de modernização. É nesse sentido que identificamos a pertinência de inserir o debate sobre a modernização ecológica

nesse conjunto de ações referentes à apropriação da natureza pelo mercado e pelos campos político e social, considerando que a mesma tem sido amplamente evocada para definir e justificar ações orientadas ecologicamente.

No atual contexto de crise da Modernidade, os projetos de modernização ecológica têm se conformado em propostas capazes de conjugar o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, as ações políticas e sociais. No entanto, uma versão mais “fraca” de tais projetos mantém as questões ambientais atreladas a uma racionalidade econômica (Christoff, 1996). Essa aproximação entre os modelos da modernização ecológica e as formas de definir utilidades para os bens naturais, serve para que pensemos sobre os modos contemporâneos de ação e interferência no meio ambiente e em suas resultantes formas de representá-lo.

No mundo das práticas sociais são revelados, portanto, os interstícios da ação, compostos por valores econômicos, ecológicos e ainda por representações sociais e racionalidades que conjugam esses dois âmbitos. O fato é que lógicas aparentemente antagônicas têm coexistido em diferentes âmbitos das vivências sociais, no mundo da vida cotidiana. Vimos isso em Angra dos Reis, a partir do modo como os sujeitos agenciam diferentes valores em suas formas de agir, classificar e representar o meio ambiente a partir da cultura e das condições materiais em que vivem e atuam.

Nesse sentido, encontramos empresários, agentes políticos e representantes de movimentos sociais locais expressando posturas que, se colocadas em um *continuum*, oscilariam – em maior ou menor grau – entre utilizações instrumentais e substantivas dos recursos locais. E em cada uma das falas de nossos interlocutores as referências às formas de utilidade assumiam as mais variadas justificações: econômicas, científicas, estéticas, éticas, etc.

Nesse campo empírico encontramos noções plurais de natureza, evocadas de acordo com circunstâncias, interesses pessoais e campos de pertencimento. Essas formas de

percepção, encontradas em falas de alguns atores sociais da cidade de Angra dos Reis, nos permitiram entender o modo como as questões ecológicas estão ganhando espaço por entre as ambivalências da Modernidade, assumindo uma configuração intersticial a partir das distintas noções de utilidade: *instrumental* e *substantiva*.

Tais respostas empíricas nos fizeram compreender que embora seja possível encontrar referências pós-materialistas (sobre as relações entre *sociedades-naturezas*) sendo invocadas por algumas correntes do pensamento ecológico, as formas práticas que estas proposições vêm assumindo (no mundo empírico) ainda esbarram nos modos objetivos de uma definição de utilidades.

Por intermédio desse estudo é possível concluir então que, sob os auspícios da Modernidade, tardia ou radicalizada, a noção de utilidade (instrumental e/ou substantiva¹²⁶) mantém ainda o seu vigor como orientação para os indivíduos, dirigindo as suas práticas, seus interesses e as formas de racionalidade social, inclusive no que se refere à importância e os significados atribuídos ao meio ambiente.

Quais seriam então os impedimentos e os favorecimentos que poderiam desestimular ou ajudar a promover ações e práticas ecológicas mais comprometidas com o meio ambiente? Uma interessante questão levantada por Sennett, em seu livro “A corrosão do caráter” (2003) poderia ser transcrita aqui para pensar esse assunto. A questão é: *Quem precisa de mim?*

“‘Quem precisa de mim?’ é uma questão de caráter que sofre um desafio radical no capitalismo moderno. O sistema irradia indiferença. Faz isso em

¹²⁶ Correntes importantes ligadas ao pensamento ambiental poderiam ser incluídas nessa perspectiva utilitarista: a Economia Ecológica e a Economia do Meio Ambiente (ligadas à matriz neoclássica); as propostas de Desenvolvimento Sustentável (Ecodesenvolvimento); o Eco-socialismo; a Modernização Ecológica, excluindo-se apenas as leituras feitas por correntes biocêntricas do pensamento ecológico-ambiental, as quais partem de avaliações não-utilitárias do meio ambiente. Essas formas de valoração não-utilitárias – tais como os chamados *valores de existência* ou valores intrínsecos dos bens naturais – aparecem ainda como um *ethos* desencarnado do mundo, ganhando poucas referências entre os agentes sociais em seus contextos urbano e industrial. Ao contrário, tem havido uma inquietação entre os economistas (incluindo os seguidores das correntes ecológica e ambiental), no intuito de inserir a noção de *valor de existência* nos cálculos de valoração econômica da natureza, tentando introduzi-la na lógica da utilidade. Essa discussão, no entanto, ainda é controversa dentro do pensamento econômico.

termos dos resultados do esforço humano (...) reduz[indo] o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros. (...)

A falta de responsividade é uma reação lógica ao sentimento de que não somos necessários. Isso se aplica tanto às comunidades de trabalho quanto aos mercados de mão-de-obra que demitem os trabalhadores de meia-idade” (Sennett, 2003: 174-175).

Isso se aplica também, aproveitando a reflexão de Sennett, às relações que se estabelecem entre os grupos sociais e seus ambientes. Essa indiferença que permeia as relações sociais no capitalismo atual, pouco contribui para as ações que exigem uma responsabilidade mútua, como as ecológico-ambientais. Nesse sentido, a pergunta de Sennett requer ao mesmo tempo uma reflexão acerca do senso de identidade entre o *eu* e o *outro*.

Essa questão nos colocaria a pensar, primeiramente, como são construídas as relações sociais nos espaços públicos e privados de interação, nos locais onde as pessoas convivem – grupos familiares e de vizinhança. E a observar de que forma em tais campos os agentes constroem laços de compromisso ou confiança capazes de reconfigurar sua identidade com o grupo do qual fazem parte¹²⁷.

O que observamos é que práticas ecológicas requerem novas programações sócio-culturais e um novo sentido à dimensão política (uma ação em torno do *nós*), sendo necessárias, portanto – conforme vamos propor – uma *consciência da pólis*¹²⁸ e uma *estrutura da pólis* acopladas.

Inicialmente, chamamos de *consciência da pólis* à percepção de que vivemos em um mundo compartilhado, um espaço coletivo que quando privatizado segundo interesses apenas particulares pode ser levado à degradação e, por conseguinte, ao prejuízo de todos. A *consciência da pólis* nos indica, de um modo diverso, que o meio ambiente é o espaço

¹²⁷ A problemática ecológico-ambiental projeta no centro do debate a tensão entre *solidariedade* e *competição*. Como é possível construir projetos e ações que aproximem indivíduos e grupos de pessoas em prol da cooperação mais que da competição? Essa questão ainda mantém sua validade analítica.

¹²⁸ A palavra *pólis* deve ser compreendida segundo o sentido original: espaço público da ação, das trocas sociais e do cuidado com o bem comum.

privilegiado para dar vida às relações dinâmicas entre grupos sociais e *naturezas* e que nesse espaço a ordenação é dada segundo as regras da reciprocidade e da noção de bem comum.

Uma *consciência da pólis* associa, portanto, o *self* ao *outro generalizado* (sociedade ou grupo comunitário), porém não como *fim* para alcançar objetivos particulares, mas como *meio* para construir e compartilhar bens que são coletivos. Essa *consciência da pólis* deve ter por base uma condição de reflexividade (um monitoramento contínuo do *self* com relação às suas ações), dando abertura a formas de *controle de si* (programações culturais) capazes de regular nossas práticas cotidianas em torno de uma vivência ecológico-ambiental (novo *modus vivendi*). Nesse sentido, ações triviais tais como tomar banho, andar de carro, descartar um resíduo no lixo seriam momentos para se exercitar essa *consciência da pólis*, através de uma consciência de si e dos outros (alteridade), nos colocando diante de problemas coletivos. Refletir sobre os melhores modos de não desperdiçar água, dar preferência aos transportes coletivos, fazer a coleta seletiva do lixo, são questionamentos que atingiriam os projetos e estilos de vida dos agentes sociais, conduzindo-os a uma reavaliação de seus padrões de consumo.

Contudo, essas técnicas de *controle de si* – orientadas por uma *consciência da pólis* – não produziriam resultados se não estivessem acoplada a uma *estrutura da pólis*, um arcabouço político-econômico capaz de dar suporte e reforço às ações em seus planos micros. Nesse aspecto, o meu ato de fazer a coleta seletiva de lixo, por exemplo, só poderia ser reforçado e estimulado se eu percebesse que o lixo que eu cuidadosamente demoro a separar em distintas lixeiras está recebendo um destino apropriado – sendo conduzido devidamente a usinas de reciclagem de lixo. Caso a minha posição como colaborador nesse sistema parecesse em vão, ou seja, caso não houvesse as estruturas políticas para engrenar os projetos sócio-ambientais, então um elo da cadeia poderia se romper e por em xeque essa forma de organização social. A minha ação passa a ser estimulada a partir do momento que percebo que

a mesma é parte importante de uma cadeia, isto é, um meio para o funcionamento de um sistema maior. Nesse sentido, a relação entre uma *consciência da pólis* e uma *estrutura da pólis* instituir-se-ia a partir de uma retro-alimentação contínua.

Contudo, a constituição de tais práticas – e planos de colaboração – ainda esbarra na pergunta que não foi respondida: *Quem precisa de mim?* Ou ainda, *de quem eu preciso?* Essas questões expõem o flanco que interconecta o *eu*, os *outros* e o espaço que compartilhamos. Assim, “o meu senso de valor próprio depende de os outros poderem contar comigo (...) porque preciso agir responsabilmente, mesmo que não me conheça, e independentemente do grau de confusão ou despedaçamento de meu próprio senso de identidade” (Sennett, 2003: 174).

Os modos como essa prática poderia ser estimulada, não sabemos. Não existem fórmulas. Mas acreditamos que as incongruências encontradas no mundo empírico, os modos controversos de perceber e tratar os problemas ecológicos na atualidade, sejam reflexos de suas experimentações.

Por fim, o presente trabalho de investigação procurou constituir-se como uma contribuição pontual a essa abordagem. Intentamos por intermédio dele, desvelar alguns fios ocultos desse emaranhado e revelar um pouco dos aspectos subjetivos e do caráter contraditório presente nas formas de representar e dotar de sentido os elementos naturais na nossa cultura. Ao ressaltar as ambigüidades das ações de agentes sociais que participam de um mundo urbano-industrial reflexivo (e que fazem usos práticos e simbólicos do meio ambiente onde vivem) quisemos expor os aspectos complexos do processo social, das relações entre *sociedades-naturezas* em um momento de crise da Modernidade.

ANEXOS

Anexo 1

Excursão sobre o edenismo brasileiro: uma breve reflexão

No Brasil, dentre os estudos contemporâneos realizados sobre as formas de representação edênica da natureza destacam-se os de José Murilo de Carvalho (1998) e Roberto DaMatta (1993; 2002)¹²⁹. Tais estudos buscavam enfocar por caminhos distintos os traços culturais e históricos que dão reforço ao *motivo edênico* no imaginário social brasileiro.

Ambos os autores deram destaque à presença no imaginário cultural e histórico brasileiro de uma representação da natureza exuberante e rica como elo forte da nossa identidade social e como referência à nossa nacionalidade. Murilo de Carvalho discute mais particularmente como foi historicamente instituída a visão edênica na sociedade brasileira e a sua permanência a partir da idéia de uma natureza paradisíaca¹³⁰.

Essa representação da natureza como exuberante e paradisíaca foi encontrada por Murilo de Carvalho (1998) tanto nos panfletos que circulavam o país quanto em alguns livros escritos ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano, brasileiro. Os textos davam relevo para as belezas naturais, o clima, a fertilidade do solo, algumas vezes associando-os às razões do orgulho nacional, outras vezes evidenciando-os como aspectos expressivos de nossa

¹²⁹ Mesmo considerando que as explanações de Murilo de Carvalho e de DaMatta sejam amplamente genéricas no que se refere ao tratamento das formas de representação social da natureza, há de se convir que se consideradas como mapas gerais do assunto tais explanações e análises podem ser avaliadas e discutidas em contraste com os aspectos particulares encontrados no mundo empírico do trabalho de campo que desenvolvemos em Angra dos Reis.

¹³⁰ Murilo de Carvalho ressalta a presença e reprodução dessa visão edênica na sociedade brasileira desde o momento histórico da chegada dos europeus no solo brasileiro até os dias de hoje. Na carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500, encontramos uma descrição minuciosa das riquezas naturais identificadas. A visão edênica é ainda encontrada nos resultados de duas pesquisas de opinião, uma nacional e outra localizada na cidade do Rio de Janeiro, elaboradas em 1995. Uma delas foi desenvolvida por intermédio da Vox Populi (a pedido da Revista Veja) e outra em cooperação com o Cpdoc e ISER (financiada pela Finep e Fundação Ford).

identidade¹³¹. Essas colocações teriam colaborado, segundo o autor, para conformar no campo simbólico a visão do “país visto como natureza”.

Essa representação social da natureza como edênica e exuberante sobrevive até os dias de hoje, conforme demonstra a apreciação dos dados das duas pesquisas analisadas por Murilo de Carvalho¹³². Estes dados fazem-no questionar:

“Como é que, 174 anos após a independência, os brasileiros ainda não conseguem encontrar razões para seu orgulho patriótico que tenham a ver com conquistas nacionais e não com fatores sobre os quais não têm controle? Pois, como diz Machado de Assis (...) nós não fizemos os céus, as montanhas, as matas e os rios. Muito menos protegemos o país de terremotos, vulcões e furacões. Machado reclamava dos estrangeiros que visitavam o Brasil e só viam o “*pays féérique*”. Ao mostrar a cidade a um visitante estrangeiro, este só se lembrou de fazer um comentário: “Mas que natureza que vocês têm!”. Tal atitude, queixa-se Machado, pisava o homem e sua obra, excluía qualquer idéia de ação humana. Pode-se imaginar a decepção do cronista se verificasse que ela é até hoje, talvez mais ainda do que em sua época, compartilhada pelos próprios brasileiros. Sua indignação com o desprezo pelo país reaparece quase 80 anos depois em Nelson Rodrigues, que se exprime com a contundência que lhe era própria: “Ah, o Brasil não é uma pátria, não é uma nação, não é um povo, mas uma paisagem.”. A mais perfeita representação do Brasil como paisagem talvez seja um “Nu deitado” de Di Cavalcanti, da década de 1930. O pintor retrata uma mulata nua cujas curvas se confundem com as formas da natureza. Mulher e natureza se fundem.” (Murilo de Carvalho, 1998: 8).

Murilo de Carvalho atribui a permanência dessa visão paradisíaca a alguns fatores que envolvem tanto as práticas e visões culturais quanto as características históricas de nossa sociedade. A hipótese de Murilo é que essa visão edênica esteve subordinada a uma *razão satânica* (palavras do autor), evocada por pensadores, escritores e religiosos que opunham as

¹³¹ Murilo de Carvalho ressalta ainda o papel do Romantismo brasileiro na literatura (século XIX) e a contribuição que este trouxe à exaltação dos valores nacionais. Gonçalves Dias, com sua famosa “Canção do Exílio”, é apontado como um dos destaques dessa tradição edênica (“Minha terra tem palmeiras/ onde canta o Sabiá/ as aves que aqui gorjeiam/ não gorjeiam como lá...”). Murilo de Carvalho enfatiza ainda a força do nosso Hino Nacional que reproduz em sua letra o orgulho nacional pelas riquezas e belezas naturais encontradas no Brasil (“gigante pela própria natureza... impávido, colosso”).

¹³² Uma das perguntas presentes no questionário estudado pelo autor estava relacionada aos “motivos de orgulho de ser brasileiro”. A resposta que mais obteve adeptos foi “natureza”, incluindo-se aqui todas as respostas referentes às belezas naturais.

belezas da terra à degradação do elemento humano que a habitava. A terra era representada como espaço da beleza em oposição às características negativas do seu povo¹³³. Essa imagem fez-se presente com mais força sobretudo nos livros e panfletos que circularam entre o período colonial e o fim da Primeira República¹³⁴.

Hoje, segundo os dados analisados pelo autor em questão, a auto-imagem do povo brasileiro compõe-se muito mais da “idéia de passividade: trabalho, sofrimento, conformismo (...) tudo isto temperado pela alegria. (...) O brasileiro seria um sofredor conformado e alegre. Mas, do ponto de vista político e cívico, é a própria definição do não-cidadão, do súdito que sofre, conformado e alegre, as decisões do soberano. O povo se vê como vítima, como paciente e não como agente da história” (Murilo de Carvalho, 1998: 12).

Para Murilo de Carvalho essa auto-imagem da sociedade brasileira é representativa de uma carência de cultura política e de sentimento cívico. No Brasil, não é o espaço público (as instituições que sustentam o sistema democrático e o governo) aquele que detém maior respeito da população brasileira, mas o âmbito privado das relações pessoais, de amizade e parentesco. A instabilidade da conjuntura política brasileira e as longas práticas atreladas ao clientelismo e a corrupção, em um país onde as instituições políticas são vistas como não confiáveis, acaba por produzir um conceito de identidade social externo aos próprios agentes dessa identidade, transformando a natureza em elemento de orgulho nacional.

Quem não se vê como um ser civil e cívico não se pode ver como agente, individual ou coletivo, de mudanças sociais e políticas de que se possa orgulhar e deve buscar alhures razões para a construção de uma identidade nacional. (Murilo de Carvalho, 1998: 14).

¹³³ Roberto DaMatta (2002) também discute essa forma brasileira de representar a natureza como elemento positivo, enquanto que à sociedade estão associadas características negativas. Este seria um traço forte de nossa imagem cultural.

¹³⁴ Dentre algumas características do povo brasileiro ressaltadas pelos autores de tais livros e panfletos estão: a tristeza, a cobiça, a luxúria, a fraqueza, o aspecto selvagem, etc.

Mas nós poderíamos questionar a abordagem de Murilo de Carvalho e ressaltar que o fato da natureza ser reconhecida e representada como elemento de orgulho na sociedade brasileira não quer dizer que se encontrem nesta sociedade os melhores exemplos de ações voltadas para o seu cuidado e preservação. Ao contrário, o que se vê é uma associação entre imagem edênica e um processo modernizador, que visa explorar os recursos oferecidos por essa natureza exuberante.

Para Roberto DaMatta (1993, 2002) essa problemática se configura sobretudo como um “dilema moderno”. Há de um lado os aspectos históricos e culturais de nossa sociedade que reforçam a presença de uma visão idílica e paradisíaca da natureza – “um paraíso em que a gente pode entrar e fazer o que quiser nele, desde que se tenha posição social que faculte esse tipo de comportamento” (DaMatta, 2002: 23). Sob outro aspecto, começa a emergir uma visão que ganha também preponderância nas sociedades contemporâneas, a visão ecológica, que atribui direito aos animais e as plantas e que evoca cuidados e responsabilidades para com o meio ambiente.

Mas de que modo essas duas visões se atrelam ou confrontam? Quais são as incongruências encontradas no imaginário dos agentes e em suas práticas que conformam essa tensão entre cuidado e uso dos recursos ambientais? São questões que ainda necessitam de investigação, e que certamente não poderão ser compreendidas de uma só vez, mas por intermédio de reflexões e de análises transversais e comparativas entre as ações, as representações e as práticas sociais de certos grupos em seus contextos histórico-culturais particulares.

Historicamente observa-se que no Brasil a imagem de uma natureza edênica manteve-se conciliada com uma prática predatória e exploratória da natureza. Esse “imperialismo ecológico” próprio à sociedade brasileira, produziu uma práxis coletiva ambígua, que permitiu que a exploração das terras brasileiras fosse feita, sobretudo através de avanços recorrentes

nas áreas de mata e de florestas. A idéia de que o Brasil possuía riquezas naturais ilimitadas (mito da terra farta e prodigiosa) e que poderiam e deveriam ser exploradas, estabeleceu a visão de uma “fronteira sempre aberta”, na qual os espaços naturais ainda não cultivados tornavam-se áreas latentes de uso e exploração¹³⁵.

Como compreender, na sociedade brasileira, essa complexa conformação social que exalta a natureza ao mesmo tempo em que a explora desmedidamente? Essas diferentes visões e representações fazem com que os traços de nossa memória coletiva sobre a natureza constituam-se em um interessante objeto de estudo e de análise, ainda aberto a novas interpretações¹³⁶.

Outra questão relevante despertada no cerne desse debate é “Como tais imagens sociais da natureza podem auxiliar ou interferir na construção de um pensamento ecológico brasileiro?”. Essa é uma questão que merece ser investigada, sua abordagem, contudo, fica aqui registrada como intenção para futuras pesquisas, pois não cabe nos objetivos do presente trabalho.

¹³⁵ José Augusto Pádua (2002) produziu uma interessante análise sobre a forma como, no Brasil escravista (no período entre 1786 e 1888), a destruição do meio ambiente procedia em larga escala e como alguns intelectuais brasileiros mostravam-se preocupados com este fato.

¹³⁶ Um interessante artigo de Lívia Barbosa e Augusto Drumond (1994) problematiza de que modo na sociedade brasileira, imbuída de um modelo relacional, há pouco espaço para a vertente biocêntrica do ambientalismo que evoca o direito dos animais (movimento que ganha cada vez mais força na Europa).

Anexo 2

Dados demográficos e sócio-econômicos da cidade de Angra dos Reis

1) População estimada da Cidade de Angra dos Reis – IBGE

2006 - 144.137 habitantes

2) Rendimento médio da população angrése

Tabela 1.a – Relação entre o número de habitantes e seus rendimentos mensais

Residentes/10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal	Número de habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal - sem rendimento	41655 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal até 1 salário mínimo	11047 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal - mais de 1 a 2 salários mínimos	14288 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal - mais de 2 a 3 salários mínimos	8245 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal - mais de 3 a 5 salários mínimos	9087 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal mais de 5 a 10 salários mínimos	7804 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal - mais de 10 a 20 salários mínimos	2533 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal - mais de 20 salários mínimos	1034 habitantes
Total de pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade	-----	95692 habitantes

Dados do IBGE – Censo de 2000 com Divisão Territorial 2001

Tabela 1.b – Relação entre o número de habitantes e seus rendimentos mensais (pessoas com rendimento e sem rendimento)

Pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal	Número de habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade	Rendimento nominal mensal - sem rendimento	41655 habitantes
Pessoas residentes- 10 anos ou mais de idade	Com rendimento	54037 habitantes
Pessoas residentes – com menos de 10 anos de idade	-----	95690 habitantes
Pessoas residentes – resultado total da amostra	-----	119247 habitantes

Tabela com dados do IBGE – Censo de 2000.

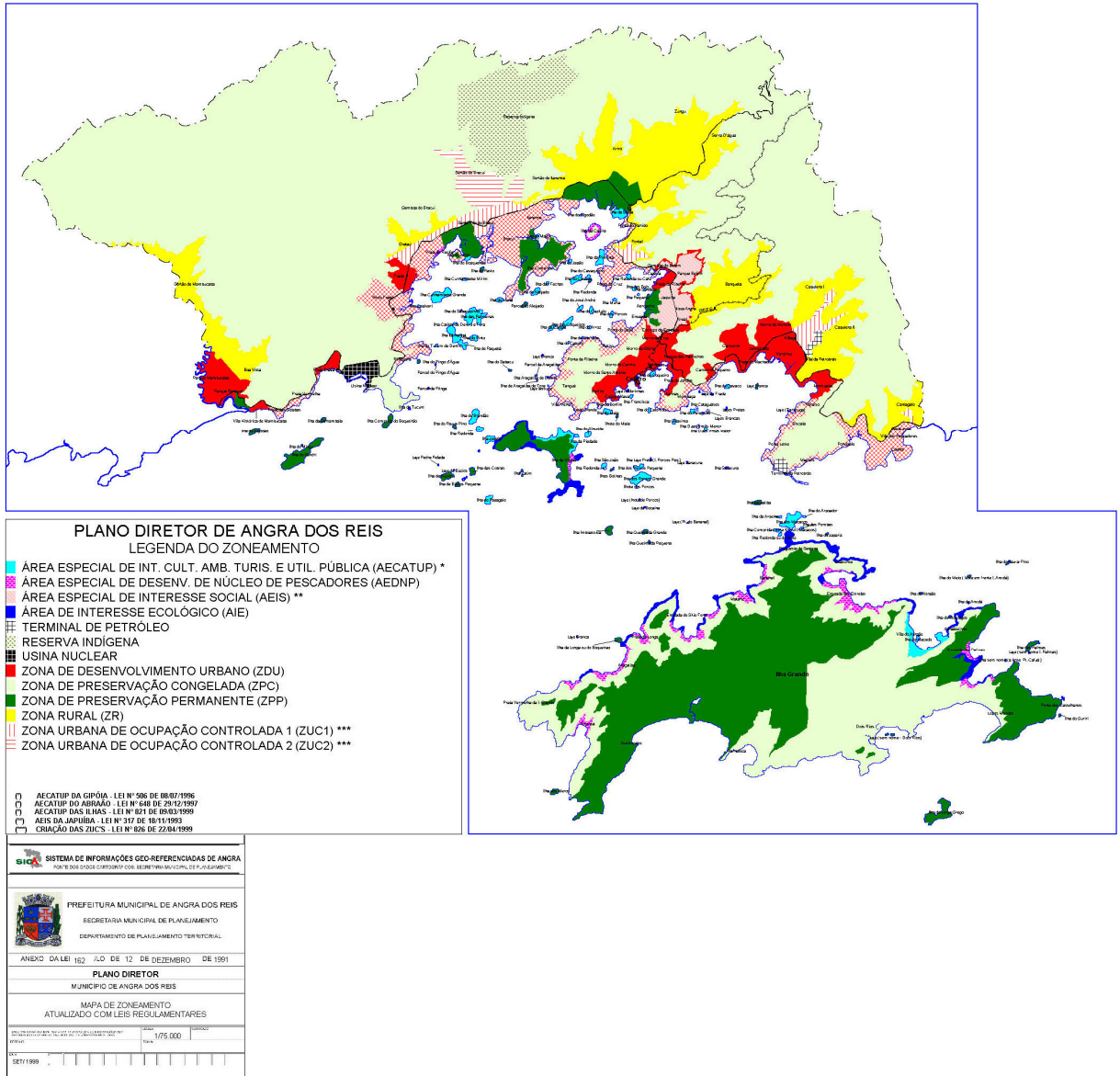
Tabela 2 – Número de alunos matriculados no ensino superior em 2003.

Matriculas no ensino superior (ano de 2003)	Número total de matrículas em 2003
	445 alunos
Ensino superior público federal	194 alunos
Ensino superior privado	251 alunos

Tabela com dados do IBGE – Censo do Ensino Superior de 2003.

Anexo 3

Mapa da cidade de Angra dos Reis (Plano Diretor - zoneamento)



Bibliografia

- ACSELRAD, Henri. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 91-105.
- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H., HERCULANO, S., PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-39.
- ACSELRAD, Henri, SELENE, Herculano e PÁDUA, José Augusto. Justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, H., HERCULANO, S., PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a, p. 9-20.
- ALBEE, Ernest. **A History of English Utilitarianism**. Routledge: London, 1901.
- ALDRED, Jonathan. Existence value, moral commitments and in-kind valuation. In: FOSTER, John (edited by). **Valuing Nature? Ethics, economics and the environment**. Routledge: London and New York, 1997, p. 155-169.
- ALIER, Martinez. The Merchandising of Biodiversity. *Etnoecológica*. México, v. 2, n.3, 1994.
- ATA DE REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DO FRADE, ANGRA DOS REIS, 1989-2000.
- BARBOSA, Livia e DRUMOND, Augusto. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, no. 14, p. 265-289, 1994
- BARON, Jonathan. **Morality and Rational Choice**. Kluwer Academic Publishers: Dordrecht/Boston/London, 1993. Chapter 1 – Introduction. p. 1-14.
- BLACKORBY, Chales, BOSSERT, Walter and DONALDSON, David. Utilitarianism and the theory of justice. **Discussion Papers in Economics**, University of Nottingham, no. 99/30, September 1999.
- BECK, Ulrich. **Risk Society - Towards a New Modernity**. London, Thousand Oaks and New Dehli: Sage, 1992.
- BECKENBACH, Frank. Social Cost in Modern Capitalism. In: O’CONNOR, Martin (editor). **Is Capitalism Sustainable?** New York/London: The Guilford Press, 1994. p. 91-104
- BENTHAM, Jeremy. Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. **Coleção os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. Oxford: Clarendon Press, 1907.

- BERKING, Helmuth. Solidary Individualism: the moral impact of cultural modernisation in late modernity. In: LASCH, Scott; SZERSZYNSKI, Bronislaw and WYNNE, Brian (edited by). **Risk, Environment and Modernity – Towards a New Ecology**. Sage Publications: London, 1996. p. 189-202.
- CAHOONE, Lawrence. **From Modernism to Post modernism: an anthology**. Blackwell Publishers: Cambridge (USA), Oxford (UK), 1996. Introduction, p. 1-23.
- CAILLÉ, Alan. **Critique de la Raison Utilitaire – Manifeste du Mauss**. Éditions La Découverte: Paris, 1989.
- _____. Nem Holismo nem Individualismo Metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Rev. Bras. Ci. Soc.* São Paulo, vol. 13, no. 38, 1998.
- CAMPOS, Marília Lopes de. **Cultura democrática e processos participativos em Angra dos Reis (1989-2000)**. 2005. 158f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- CAPAZ, Camil. **Memórias de Angra dos Reis**. Rio de Janeiro: Impressão ASA Artes Gráficas Ltda, 1996.
- CAPPELLIN, P. e GIULIANI, G. M. The Political Economy of Corporate Responsibility in Brazil: Social and Environmental Dimensions. In: **Technology, Business and Society**. Paper N. 14, ISSN 1020-8216, United Nations Research Institute for Social Development-UNRISD, Genève, out. 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13 n. 38, São Paulo, out. 1998.
- CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: **Desigualdade e a questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997.
- CASTREE, Noel. Neoliberalizing nature: logics, effects and evaluations. Paper. School of Environment and Development, Manchester University, England. Apresentado durante seminário na School of Geography, University of Oxford: England, junho 2005.
- _____. Commodifying what nature? **Progress in Human Geography**, 27, 3, pp. 273-297, 2003.
- CATTON, William Jr., e Dunlap, R.E. What environmental and enforcement sociologists have in common. **Sociological Inquiry**, 53, 2/3, 1983.
- CHRISTOFF, Peter. Ecological Modernisation, Ecological Modernities. **Environmental Politics**. Vol. 5, no. 3, pp. 476-500, Autumn, 1996.
- COHEN, P. S. Rational conduct and social life. In: BENN, S. I. and MORTIMORE, G. W. (edited by). **Rationality and the social science – contributions to the philosophy and methodology of the social sciences**. Routledge and Kegan Paul: London, Henley and Boston, 1976. p. 132-154.

- COLEMAN, Willian Oliver. **Rationalism and Anti-rationalism in the Origins of Economics – The philosophical roots of 18th century economic thought**. Edward Elgar: England, 1995. Introduction, p. 1-12 e Cap. 10 – The synthesis dissolves, p. 147-160.
- COSTA, Claudio F. Razões para o utilitarismo: uma avaliação comparativa de pontos de vista éticos. **Revista Etic@**, vol. 1, no. 2, p. 155-174, Florianópolis, dez. 2002.
- COX, Jeremy Roxbee. The relations between preservation value and existence value. In: FOSTER, John (edited by). **Valuing Nature? Ethics, economics and the environment**. Routledge: London and New York, 1997, p. 103-118.
- CRESPO, Samyra. **Pesquisa nacional de opinião: “O que o brasileiro pensa da ecologia e do consumo sustentável**. Coordenação Samyra Crespo. Rio de Janeiro: ISER – outubro de 2001.
- CRISP, Roger. **Mill – On Utilitarianism**. Routledge: London, New York, 1997.
- DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: DAMATTA, R. **Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____. Impacto da Herança Cultural Brasileira nas Atitudes para com a Natureza e o Meio Ambiente. In: FELDMAN, F., (Editor). **Rio + 10 Brasil. Uma década de transformações**, Rio de Janeiro: MMA, ISER, FBMC, 2002.
- DAVIDSON, Donald. Judging interpersonal interests. In. ELSTER, Jon and HYLLEBERG, Aanund (edited by). **Foundations of social choice theory**. Cambridge University Press: USA, 1986. p. 195-211.
- DEMERITT, David. What is the ‘social construction of nature’? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, 26, 6, p. 767-790, 2002.
- DIEGES, Antonio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: **Gestão dos recursos naturais e desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental**. (org.) VIEIRA, P. F. e WEBER, J. São Paulo: Cortez, 2000. p. 407-432.
- DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos Bens – para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. In. DURKHEIM, E. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone Editora, 2004. p. 9-44.
- EDER, Klaus. **The social construction of nature – a sociology of ecological enlightenment**. Sage Publications: London, 1996.
- EHRENFELD, David. **A arrogância do Humanismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

- EPICURO. **Pensamentos**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.
- FOSTER, John. Environmental value and the scope of economics. In: FOSTER, John (edited by). **Valuing Nature? Ethics, economics and the environment**. Routledge: London and New York, 1997, p. 1-17.
- FOSTER, John. Environment and Creative Value. In: FOSTER, John (edited by). **Valuing Nature? Ethics, economics and the environment**. Routledge: London and New York, 1997a, p. 232-246.
- FOSTER, John. **Marx's Ecology. Materialism and nature**. Monthly Review Press: New York, 2000.
- FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro – ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GIULIANI, G. M. Os produtores rurais e suas classificações: o caso de Angra dos Reis. In: VILLAS BOAS, G., e GONÇALVES, M.A. (Org.). **O Brasil na virada do Século XX**. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1995, p. 152-161.
- GIULIANI, G. M. Sociologia e Ecologia: um diálogo reconstruído. **Revista Dados**, vol. 41, p. 147-172, IUPERJ, Rio de Janeiro, junho/1998.
- GIULIANI, G. M. A questão Ecológica, a Indústria e o Capitalismo. **Raízes**, Universidade Federal da Paraíba, N. 19, p. 9-16, Campina Grande, 2000.
- GODARD, Olivier. O Desenvolvimento Sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E., PINTON, F. (org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997. p. 107-129.
- GUANZIROLI, Carlos Henrique. **Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional: o caso de Angra dos Reis**. 1983, 325f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, Gonçalo. **Uma cidade para todos**. O plano Diretor do Município de Angra dos Reis. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- GUNN, J. A. W. Jeremy Bentham and the Public Interest. *Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique*, Vol. 1, No. 4 (Dec., 1968), p. 398-413.
- HABERMAS, Jürgen. **The theory of Communicative Action**. Polity Press: Cambridge, 1984-1987. Vol 1.

- _____. On the Pragmatic, the Ethical, and the Moral Employments of Practical Reason. In: HABERMAS, J. **Justification and Application – Remarks on Discourse Ethics**. Polity Press: Cambridge, 1993. p. 1-17.
- _____. Objectivist and Subjectivist Approaches to Theory Formation in the Social Sciences. In: HABERMAS, J. **On the Pragmatics of Social Interaction**. MIT: USA, 2001. p. 3-22.
- HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. **Science**, no. 162, p.1243-1248, 1968.
- HARRISON, Robert Pogue. **Forests – the shadow of civilization**. USA: Chicago Press, 1992.
- HERCULANO, Selene. Justiça Ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada. In: MELLO, Marcelo Pereira (Org.). **Justiça e Sociedade: temas e perspectivas**. São Paulo: LTr, 2001, p. 215 – 238.
- HIRSCHMAN, Albert O **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HOLLIS, Martin and NELL, Edward J. **Rational Economic Man – A philosophical critique of neo-classical economics**. Cambridge University Press, 1975. Introduction, pp. 1-21, Chapter 2 – Rational economic Man, pp. 47-64 and Chapter 8 – The assumptions of neo-Classicism, pp. 205-232.
- HODGSON, Geoffrey M. Economics, Environmental Policy and the Transcendence of Utilitarianism. **Research Papers in Management Studies**, University of Cambridge, no. 8, 1994-1995. p.1-24.
- HUTCHISON, T. W. Bentham as an economist. **The Economic Journal**, vol. 66, no. 262, Jun. 1956.
- INGHAM, Geoffrey. The Social Institution of Money. In. CALHOUN, C., ROJEK, C. and TURNER, B. (edited by). **The Sage Handbook of Sociology**, Sage Publications Ltd: London, 2005. p. 154-173.
- JACOBS, Michael. The limits to neoclassicism – towards an institutional environment economics. In. REDCIIFT, Michael and BENTON, Ted (edited by). **Social Theory and the Global Environment**. Routledge: London, New York, 1994. p. 67-91.
- JOLIVET, Marcel e PAVÊ, Alain. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In. VIEIRA, P. F. e WEBER, J (Orgs.). **Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 53-112.
- KOLM, Serge-Christophe. Book Review of “Classical Utilitarianism from Hume to Mill”, Routledge, London, New York, 2003. **Journal of Economics**, vol. 84, no. 2, p. 211- 216, 2005.

- KEAT, Russel. Values and preferences in neo-classical environmental economics. In: FOSTER, John (edited by). **Valuing Nature? Ethics, economics and the environment**. Routledge: London and New York, 1997. p. 32-47.
- LASH, Scott. **Another Modernity – a different rationality**. Blackwell: Oxford, 1999.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Coord.). **Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Nature, Culture, Sustainability: The Social Construction of an Environmental Rationality. Paper: **Ecological Threats and New Promises of Sustainability for the 21 Century**. Oxford, 2005.
- LEIS, Hector e VIOLA, Eduardo. A emergência e Evolução do Ambientalismo no Brasil. In: LEIS, H. R. **O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo-Blumenau: Editora da FURB/Editora Gaia, 1996. p. 89-112.
- LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.). Participação da população no controle da poluição industrial no Brasil. Relatório final de pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, novembro de 2000.
- _____. Sobre processos de “ambietalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p.31-64, jan./jun. 2006.
- LIMA, Honório. **Notícias históricas e geográficas de Angra dos Reis**. Edição da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1972.
- LIMA, Márcia de. **Governo e Movimento Popular em Angra dos Reis (1979-1997): limites e potencialidades de uma complexa relação**. 1999, 258f. Dissertação (Mestrado). - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- MAIMON, Dália. Responsabilidade Ambiental das Empresas Brasileiras: Realidade ou Discurso? In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1998. pp. 399-416.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- MARQUES, J. F. e COMUNE, A. E. A teoria neoclássica e a valoração ambiental. In: ROMEIRO, Ademar, REYDON, Bastiaan e LEONARDI, Maria Lucia (Org). **Economia o meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais**. Campinas: UNICAMP, 1997, pp.21-42.

- MARTIN, Lawrence. Jeremy Bentham: utilitarianism, public policy and the administrative state. **Journal of Management History**. Bradford, vol. 3, Iss. 3, 1997.
- MARTINS, Norielem. Quantas cidades cabem num cartão postal? **Cadernos de Ensaios e Pesquisas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense em Angra dos Reis**. Ano I e II, n^{os}. 2/3 (jul./dez. 2001 e jan./jun. 2002), pp. 60-73, Angra dos Reis, 2002.
- MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, K. **O Capital**. Livro 1, vol. 1, São Paulo: DIEFEL, 1982. p. 41-93.
- MATURANA R., H. e VARELA G., F. **A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva - forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas. In. MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.
- McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso - a História do Movimento Ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MENDES, Alípio. **Angra dos Reis: da criação da vila até sua transferência para o local atual da cidade – 1502-1624**. Angra dos Reis, RJ, 1995.
- _____. **Ouro, Incenso e Mirra: narrativas históricas sobre Angra dos Reis**. Angra dos Reis: Editora da Gazeta de Angra, 1970.
- MERCHANT, C. **Radical Ecology - the search for a livable world**. New York: Routledge, Chapman & Hall, Inc., 1992.
- MILL, John Stuart. **The Philosophy of John Stuart Mill – ethical, political and religious**. The Modern Library: New York, 1961.
- _____. A Condição Estacionária. In: MILL, J. S. **Princípios de Economia Política vol. II**. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 251-254.
- _____. Utilitarismo. In: **A Liberdade; Utilitarismo**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.
- MIRCHANDANI, Rekha. Postmodernism and Sociology: From the Epistemological to the Empirical. **American Sociological Association**, vol. 23, number 1, pp. 86-115, March, 2005.
- MORIN, Edgar. **O Método 1. A natureza da NATUREZA**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.
- MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, E., PINTON, F. (org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997a. p. 53-77.

- MORTIMORE, G.W. Rational action. In: BENN, S. I. and MORTIMORE, G. W. (edited by). **Rationality and the social science – contributions to the philosophy and methodology of the social sciences**. Routledge and Kegan Paul: London, Henley and Boston, 1976. p. 93-110.
- MOSCOVICI, Serge. Notes towards a description of Social Representations. **European Journal of Social Psychology**, vol. 18, p. 211-250, 1988
- _____. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.
- NUSSBAUM, Martha C. Mill between Aristotle & Bentham. **Daedalus**, vol. 133, no. 2, March 22, 2004.
- O’CONNOR, J. Is Sustainable Capitalism Possible? In: O’CONNOR, M., (Editor), **Is Capitalism Sustainable?** New York-London: The Guilfords Press, 1994.
- OLIVEIRA, Márcio S. B. S. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Rev. Bras. Cien. Soc.** São Paulo, vol. 19, no. 55, 2004, p. 183-184.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PAULA, João Antônio de. Afinidades eletivas e pensamento econômico: 1870-1914. **Kriterion**, Belo Horizonte, vol. 46, no. 111, jan./jun, 2005, p. 70-90.
- PEACOCK, Mark. Rationality and Social Norms. In: FOSTER, John (edited by). **Valuing Nature? Ethics, economics and the environment**. Routledge: London and New York, 1997, p. 67-74.
- PELLIZZONI, Luigi e OSTI, Giorgio. **Sociologia dell’ambiente**. Bologna: Il Mulino, 2003.
- PLANO DIRETOR DA CIDADE DE ANGRA DOS REIS. Lei 162/91. Departamento de Planejamento Territorial, Secretaria de Planejamento. CMUMA – Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – Angra dos Reis.
- PRADO, Rosane. A beleza traída: percepção da usina nuclear pela população de Angra dos Reis. **Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia Política**. Niterói: EdUFF, n. 12/13. 1./2. sem., p.73-91, 2002.
- ROSEN, Frederick. **Classical Utilitarianism from Hume to Mill**. Routledge: London and New York, 2003.
- _____. Review article “Jeremy Bentham: Recent Interpretations”. **Political Studies**, Oxford: Clarendon Press, vol. XXX, p. 575-581, 1982.
- RUGGIE, John Gerard. What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge. **International Organization**, 52, 4, p. 855-885, Autumn 1998.

- RYAN, Alan. **The Philosophy of John Stuart Mill**. Macmillan Press: London, 1987.
- SAHLINS, Marshall. Experiência individual e ordem cultural. In: SAHLINS, M. **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. p. 301-316.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCREPANTI, Ernesto and ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the History of Economic Thought**. Oxford University Press: New York, 2005.
- SEN, Amartya. Foundations of social choice theory: an epilogue. In: ELSTER, Jon and HYLLAND, Aanund (edited by). **Foundations of social choice theory**. Cambridge University Press: USA, 1986. pp. 213-248.
- SEN, Amartya and WILLIAMS, Bernard. Utilitarianism and beyond. In: SEN, A. and WILLIAMS, B. (edited by). **Utilitarianism and beyond**. Cambridge University Press: UK, 1999. p. 1-21.
- SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- SILVA, Gláucia Oliveira da. **Angra I e a melancolia de uma era: um estudo sobre a construção social do risco**. Niterói: Editora UFF, 1999.
- SZERSZYNSKI, Bronislaw; LASH, Scott and WYNNE, Brian. Ecology, Realism and the Social Sciences In: LASH, Scott; SZERSZYNSKI, Bronislaw and WYNNE, Brian (edited by). **Risk, Environment and Modernity – Towards a New Ecology**. Sage Publications: London, 1996. p. 1-26.
- TIBIRA, Lia. Tempos de ócio e de trabalho em tempos de desemprego: a versão angrense do paraíso tropical. **Cadernos de Ensaios e Pesquisas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense em Angra dos Reis**. Ano I e II, n^{os}. 2/3 (jul./dez. 2001 e jan./jun. 2002), pp. 105-119, Angra dos Reis, 2002.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TOLMASQUIM, Mauricio Tiommo. Economia do Meio Ambiente: forças e fraquezas. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 323-341.
- TRIGUEIRO, Aline. Uma análise introdutória à noção de fato social total em Marcel Mauss. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 17, p. 9-16, Jul./Dez. 2003.
- _____. A Antropologia em xeque: em busca de um novo olhar antropológico. **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 48, p. 507-517, Set./Dez. 2006.

VELHO, Otávio. Novas perspectivas: globalização. In: VELHO, Otávio. **Besta Fera - Recriação do Mundo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

VIEIRA, Paulo Freire. Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE:Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 293-322.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais, parte 2**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

_____. **A ética Protestante e o Espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneiras, 2000.

_____. Economy and Society, vol. 1. An outline of interpretative Sociology. Edited by Guenther Roth and Claus Wittich. University of California Press, Ltd.: London, England, 1978.

YEARLEY, Steven. The Sociology of the Environment and Nature. In. CALHOUN, C., ROJEK, C. and TURNER, B. (edited by). **The Sage Handbook of Sociology**. Sage Publications Ltd: London, 2005. p. 314-326.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)